

TRABALHOS

DE

ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOL. XV — FASC. 3-4

(NOVA SÉRIE—DA SOCIEDADE E DO CENTRO)



PORTO — 1955-57

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências

Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas

POR

Abel Viana e António Dias de Deus (*)

Este modesto contributo para o conhecimento do fenómeno megalítico no ocidente peninsular respeita a uma reduzida zona do Alto Alentejo, compreendida no concelho de Elvas e ínfima parte do de Monforte.

Geològicamente, a área aqui considerada assenta em calcários e xistos do Câmbrico, exceptuando o pequeno tracto entre Barbacena e Santa Eulália, na mancha granítica, e o ponto em que está o dólmen a Nordeste de São Vicente, no Precâmbrico.

A orografia local caracteriza-se por séries de outeiros, no geral pouco elevados sobre o peneplano, separados por plainos mais ou menos extensos, quase sempre de pendente escassa, onde, de inverno, correm numerosos arroios, componentes da bacia alta do Sorraia e da do médio Guadiana.

Entre povoação e povoação, desdobram-se vastas herdades, do tipo dos grandes latifúndios alentejanos, com suas isoladas casas de habitação e dependências próprias da exploração agrária — os típicos «montes».

O actual índice de habitantes por quilómetro quadrado é relativamente baixo, o que muito contrasta com a notável abundância de restos arqueológicos romanos e pré-romanos, visto

(*) † em 24 de Abril de 1955.

desta poder-se concluir a existência de uma considerável densidade populacional campesina, tanto na época do domínio romano como durante os dois milénios precedentes.

Mais que as necrópoles célticas (campos de urnas gradualmente romanizados) e que os destroços de vilas rústicas e cemitérios, tanto da época romana como da visigótica, surpreende a copiosa quantidade de dólmens que por toda a parte se disseminam.

Relações organizadas cerca de 1880, existentes nos Serviços Geológicos de Portugal, registam, só nos arredores de Elvas, o elevado número de 57 dólmens.

Tendo em consideração que a região foi, pelo menos a partir da conquista romana, muito explorada do ponto de vista agrícola e pecuário, e que as sucessivas gerações deviam ter destruído a maior parte daqueles monumentos, teremos de admitir que o seu número, ao findar a época do fenómeno megalítico, seria muitíssimo maior.

Podemos apontar dois exemplos de sepulturas romanas construídas dentro de desmanteladas câmaras dolménicas, e alguns outros em que nas obras de Romanos foram sacrificadas as pedras dos ditos monumentos.

A edificação de «montes», a crescente intensidade de plantações e lavouras, sobretudo nestes últimos decénios, e os buscadores de tesoiros, cremos que de todos os tempos, mormente nos fins do século passado e primeiros anos do presente, em que o incremento dos estudos arqueológicos fez surgir legiões de curiosos, frequentemente colecionadores e negociantes dos objectos desenterrados em desacertadas escavações, tudo isto contribuiu para a devastação sistemática dos monumentos megalíticos.

Em face do que ainda existe, aquele número de 57 dólmens, acima apontado, para os arredores de Elvas, é, todavia, muito baixo, se entendermos por «arredores» uma distância até 20 quilómetros da cidade, forçosamente reduzida a metade nas direcções

de Leste e Sul, ou seja, dos lados de Espanha. Só na área mais ou menos meticolosamente por nós vistoriada, a qual representará cerca de um terço do concelho de Elvas, se atinge quase o supra referido número.

As pesquisas aqui relatadas o mais sumariamente possível começou-as em 1934 António Dias de Deus, acompanhado, até 1941, por António Luís Agostinho, já falecido, e a partir de Julho de 1949 por Abel Viana.

Incidem sobre restos de um povoado, dois locais de enterramentos desprovidos de qualquer construção tumular e 49 dólmenes mais ou menos desmantelados.

Estes, na maioria, haviam sido revolvidos no curso de trabalhos agrícolas, ou propositadamente rebuscados em escavações anteriores, por vezes, repetidas. É de notar, todavia, que a nossa cuidadosa revisão obteve em muitos deles algumas peças não colhidas por quem nos precedeu.

Outros, apesar de não conservarem senão dois ou três esteios, reduzidos a vestígios tão simples que facilmente escapam à atenção não só do vulgo mas também dos investigadores menos familiarizados com estes exemplares despidos de regular evidência, demonstraram não terem sido nunca alvo de qualquer exploração ou rebusca.

Monumentos e espólios

(A numeração corresponde à da carta topográfica — Fig. 1).

CONCELHO DE MONFORTE — *Freguesia de Santo Aleixo*

8 — *Anta do Peral* (Fig. 2, n.º 5). — Situada a 600 metros do «monte» da herdade, na margem esquerda e 30 metros do ribeiro que nasce em Vila Fernando. Conserva cinco esteios da câmara,

teúdo caída dentro uma grande laje pertencente à cobertura. Por este motivo, apenas se pôde escavar um pequeno recanto, no qual se encontrou uma vasilha fragmentada mas completa.

9 — *Anta n.º 2 do Peral* (Fig. 5, n.º 2). — Situada 1.500 metros a Sul da Anta n.º 1, na margem direita do ribeiro e uns 100 metros distante dele. Conserva cinco esteios da câmara, todos com altura superior a dois metros. Tal como na Anta n.º 1, tem caída na câmara uma grande laje, o que torna difícil a exploração. Alguns dos esteios do corredor acham-se bem definidos. É ainda um belo monumento.

10 — *Anta n.º 3 do Peral*. — Situada 600 metros a Poente da n.º 1, em uma elevação da margem esquerda da ribeira. A anta é grande e está regularmente conservada. Não consta que tenha sido explorada.

11 — *Anta da Meada*. — Situada uns 100 metros ao Sul do «monte», distando cerca de 800 metros da Anta n.º 1 do Peral. Conserva unicamente um esteio. Os restantes foram empregados na construção do «monte».

CONCELHO DE ELVAS — *Freguesia de Barbacena*

1 — *Anta da Coutada*. — Classificada de monumento nacional. Foi explorada várias vezes. Conserva o «chapéu» *in situ*.

2 — *Anta do Torrão*. — Classificada de monumento nacional. Foi explorada várias vezes. Conserva o «chapéu», mas caído.

4 — *Anta n.º 1 do Genemigo* (Fig. 10, n.º 3). — Situada uns 800 metros a Nordeste da Anta n.º 2, sobre um outeiro da mar-

gem esquerda do ribeiro, e a igual distância da estrada de Vila Fernando a Barbacena. Conserva em seu lugar, unicamente, dois esteios da câmara. Os restantes acham-se dispersos, em redor. Nela se encontrou agora uma grande conta de colar, aproximadamente cilíndrica.

5 — *Anta n.º 2 do Genemigo* (Fig. 8, n.º 5). — Situada cerca de 500 metros a Norte da Anta n.º 3 e a 100 metros do «monte» da herdade. Restam somente dois esteios, agora encostados um ao outro pela parte superior. Tinha sido completamente revolvida. Nela encontramos apenas um machado de pedra polida (Est. XII, n.º 1) e pequenos fragmentos de cerâmica, assim como restos de ossos.

6 — *Anta n.º 3 do Genemigo* (Fig. 10, n.º 4). — Situada a Norte de Vila Fernando, 1.000 metros a Oeste da estrada de Vila Fernando a Barbacena. Conserva quatro grandes esteios da câmara, achando-se muito completo o corredor. Esta anta foi explorada cerca de 1894, mas a actual escavação mostrou a parte inferior de alguns crânios e vasilhas, denunciando a imperfeição da exploração anterior. Distanciadas 10 metros para Norte das paredes do corredor, estão duas pedras paralelas, junto das quais se encontrou um escopro (Fig. 11, n.º 1).

7 — *Anta n.º 4 do Genemigo*. — Desta anta restam apenas dois esteios. Dentro do que foi o interior da câmara apareceram fragmentos de cerâmica, de vidros e de uma vasilha de bronze, tudo da época romana. Nas imediações há muitos vestígios de casas romanas, parecendo que a anta foi também aproveitada então para qualquer fim.

Freguesia de Santa Eulália

3 — *Anta da Capela*. — Já explorada. Na sondagem agora feita colheu-se um fragmento de faca.

Freguesia de São Vicente

19 — *Anta de A dos Negros*. — Com esteios muito baixos e corredor muito comprido. Já fora explorada.

20 — *Anta da Defesa* (Fig. 9, n.º 2). — Situada 400 metros a Oeste do «monte» da Defesa de Cima. Conserva os sete esteios da câmara, embora só estejam visíveis fora da terra os dois da entrada, os quais apenas sobressaem uns vinte centímetros. A largura transversal da câmara é de 1^m,70. Tem esta, no lado esquerdo, uma laje posta de cutelo, com toda a aparência de divisória propositada. Parece ter sido explorada.

Freguesia de Vila Fernando

12 — *Anta n.º 1 do Barrocal* (Fig. 9, n.º 1). — De mui pequenas dimensões. Conserva os sete esteios da câmara e dois do lado direito do corredor. A largura máxima da câmara, segundo o eixo transversal, é de 1^m,20, e a largura do corredor 0^m,60. Altura dos esteios, fora da terra 0^m,30.

13 — *Anta n.º 2 do Barrocal* (Fig. 10, n.º 2). — Situada em uma pequena elevação pedregosa, 400 metros a Norte da Anta n.º 1 de Vila Fernando. Acha-se muito desmantelada, sendo de crer que a tivessem explorado na mesma ocasião em que o foi a Anta n.º 1 desta herdade. Conserva 3 dos 7 primitivos esteios da câmara e um de cada lado do corredor. No ponto indicado na

respectiva planta, achamos uma vasilha grosseira, de barro mal cozido, toscamente semiesférica, e uma pequena mó de granito. Crivando a terra da câmara, deparou-se-nos uma ponta de flecha, de cobre (Est. XI, n.ºs 5, 6 e 9).

14 — *Anta n.º 1 de Vila Fernando* (Fig. 8, n.º 2). — Situada no extremo da herdade de Vila Fernando, a 30 metros do limite com a herdade do Barrocal. Da câmara conserva apenas dois esteios, mas o corredor está quase completo. Foi explorada há mais de cinquenta anos, datando dessa época a sua danificação. Dentro da câmara acham-se caídos dois dos esteios que a compuseram. Nesta última pesquisa encontrou-se uma faca de sílex branco, e nas imediações, à flor do solo, um machado e o fragmento de uma ponta de seta.

15 — *Anta n.º 2 de Vila Fernando* (Fig. 10, n.º 1). — Situada 600 metros a Nascente da sede da freguesia. O monumento está quase completo e tem a forma de grande cista megalítica, ou melhor, de pequena galeria coberta. O corredor confunde-se com a câmara, apresentando-se no conjunto como um trapézio muito alongado. Dentro, e na disposição assinalada na respectiva planta, acharam-se uma vasilha, dois machados e uma faca de sílex (Est. XI, n.ºs 2 e 3).

16 — *Anta da Chaminé* (Fig. 5, n.º 3). — Situada cerca de 400 metros a Nascente do «monte» da Chaminé, sobre uma pequena elevação. Esta anta é de grandes dimensões e está bastante danificada. A parte mais demolida é a do corredor. O esteio da cabeceira ergue-se 1^m,25 acima do solo. Os laterais emergem 0^m,40. A escavação deste dólmen foi muito profundada, indo até mais de um metro abaixo da base dos esteios. Identificaram-se perfeitamente quatro esqueletos, notando-se que os corpos

havam sido enterrados de pé. Acharam-se uma enxó, duas pequeninas contas discóides, de xisto, e alguns fragmentos de cerâmica negra. (Vid. « Contribuição para a Arqueologia dos arredores de Elvas », págs. 23-24).

17 — *Anta n.º 1 do Carrão* (Fig. 2, n.º 1). — Situada 800 metros a Nascente do « monte » da herdade e a 15 metros da linha divisória desta com a herdade dos Pequeninos. Faltam alguns esteios da câmara, arrastados pelos trabalhos de lavoura. A profundidade, no interior da câmara, até o solo virgem, varia de 40 a 60 centímetros. Mostrou tumulações no interior da câmara e até o meio do corredor. Sobre as ossadas estava uma camada de pedras miúdas. Os ossos, dos quais se notavam especialmente os dos crânios, achavam-se muito deteriorados. Colheram-se fragmentos de três vasilhas, uma delas de paredes delgadas e as restantes de paredes mais espessas, pasta grosseira e mal cozida (Fig. 7, n.º 5).

18 — *Anta n.º 2 do Carrão*. — Situada em um pequeno plaino, cerca de 1.000 metros a Leste dos « montes » do Carrão e da Chaminé. A Anta da Chaminé fica-lhe 600 metros para Norte, e a n.º 1 do Carrão cerca de 300 a Nordeste. Apesar da falta da cobertura e de alguns esteios, o estado presente deste monumento é ainda muito sofrível. A câmara, poligonal, parece ter sido formada por nove esteios, dos quais se conservam oito. No corredor haveria mais de três em cada lado. O recinto da câmara achava-se repleto de ossadas dispostas muito desordenadamente. Apenas foi possível anotar a posição de cinco crânios, debaixo de um dos quais jazia um longo punhal de cobre. Próximo deles, por baixo da camada ossífera, colheram-se: um disco grande, de xisto polido (Fig. 24, n.º 4), perfurado no centro; uma conta do feitio de argola circular, muito perfeita; e uma pequena vasilha,

de corpo tronco-cónico e fundo em calote esférica, com bem vincada aresta de separação das duas zonas (Fig. 24, n.º 3). No corredor, acharam-se 7 machados de pedra polida (Figs. 23, 24 e 25).

21 — *Anta n.º 1 do Paço.* — Pequeno monumento a um quilómetro de Vila Fernando, junto da estrada de Vila Fernando à Terrugem. É formado de pequenos esteios, na maioria desviados do primitivo lugar. Na escavação de agora achou-se um percutor.

22 — *Anta n.º 2 do Paço.* — Situada 500 metros a Nascente de Vila Fernando, sobre uma colina, 200 metros à direita da estrada para Elvas. Conserva somente um esteio. Escavando junto dele, achamos um crânio e muitos outros ossos.

23 — *Anta n.º 1 da Sobreira* (Fig. 7, n.º 2). — Situada 600 metros a Sul da estrada de Vila Fernando a Elvas, e 1.000 metros a Oeste do «monte» de São Romão, no cimo da primeira elevação das Alcarapinhas. Conserva 4 esteios da câmara (falta o da cabeceira) e dois do corredor. O Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, em Lisboa, guarda o espólio desta anta, explorada há cerca de 60 anos, sob a designação de material do «Dólmen de Vila Fernando». Consta do seguinte: oito machados, quatro dos quais planos; três facas, uma das quais inteira; três pontas de seta, sendo uma de sílex e duas de quartzo leitoso; uma conta de colar, bi-tronco-cónica, achatada; uma goiva; uma esferazita de calcário; um pequeno seixo oval, achatado; um fragmento de faca de cristal de rocha negro; parte de uma vasilha semiesférica; parte de outra vasilha, semelhante às de um dos tipos argáricos; e uma conchinha de *Testacella maugeli*.

24 — *Anta n.º 2 da Sobreira* (Fig. 14). — Situada a meia encosta da vertente oriental do segundo outeiro das Alcarapinhas, à direita da estrada de Vila Fernando a Elvas. Na encosta oposta acha-se a Anta n.º 3 de Alcarapinha. Dista aproximadamente 400 metros da Anta n.º 1 da Sobreira. A 10 metros passa-lhe o limite da herdade de São Romão. Foi explorada em Dezembro de 1950. Um dos lados da câmara e do corredor está destruído, e o próprio terreno revolvido até certa profundidade, pelos trabalhos de lavoura. Dentro da câmara surgiu uma grande laje que, tendo pertencido às paredes ou à cobertura do dólmen, serviu depois de tampa a uma sepultura provavelmente da época romana, visto se encontrarem nela pedaços de tégulas. Sob a laje, jazia um esqueleto, desacompanhado de qualquer mobiliário fúnebre. Por cima da mesma laje estavam muitos fragmentos de ossos, inclusive de crânios, para ali arrastados pelo revolvimento a que foi sujeito o terreno. Junto aos esteios que restam do corredor, porém, acharam-se três machados, duas enxós, um escopro, duas placas de xisto ornamentadas, uma serra de sílex, duas facas e fragmentos de outras, três pontas de seta, um pequenino cilindro de osso estriado transversalmente — cabeça de alfinete (Fig. 20, n.º 10), duas vasilhas de barro e fragmentos de outra. Na terra retirada do resto do recinto, colheram-se duas pontas de seta e uma pequenina conta discóide, de xisto. Cinco metros mais afastado, apareceu um grande machado polido, muito perfeito (Figs. 15 a 20).

25 — *Anta n.º 1 de Alcarapinha* (Fig. 8, n.º 3). — Situada uns cem metros a Nascente do «monte» da herdade e à beira do caminho que segue para a herdade de São Romão. Faltam-lhe a cobertura e um dos esteios do corredor. Os esteios regulam por 0^m,90 de altura, achando-se enterrados até próximo de metade. Este monumento merecia ser conservado. Não havia

sido explorado antes da escavação de 1934 (Dias de Deus e A. L. Agostinho). O espólio resumiu-se em uma conta de colar, grande, aproximadamente cilíndrica (Est. X, n.º 8) e um machado, este encontrado no limiar da câmara. Dentro desta — e tal foi a particularidade notável no recheio deste monumento — jaziam sete esqueletos dispostos radialmente, com os crânios juntos ao centro, e encurvados de modo a caberem no limitado espaço.

26 — *Anta n.º 2 da Alcarapinha* (Fig. 11). — Situada nas faldas ocidentais do segundo cerro das Alcarapinhas, a contar de Vila Fernando, 200 metros à esquerda do caminho que da herdade das Alcarapinhas se dirige à de São Romão. Dela restam apenas três esteios, provávelmente pertencentes ao corredor. A escavação junto destes esteios revelou-nos a existência de nove esqueletos, dos quais se reconheceram perfeitamente os crânios, localizados conforme indicamos na respectiva planta deste monumento. Além das ossadas, recolheram-se sete machados de pedra, uma faca e fragmentos de outras, uma vasilha e fragmentos de outra (Figs. 11, 12 e 13).

27 — *Anta n.º 1 dos Serrones* (Fig. 2, n.º 1). — Situada 100 metros ao Norte do «monte» da herdade, sobre uma leve colina onde abundam afloramentos rochosos. Conserva quatro dos esteios da câmara. Estes são de grandes dimensões, o maior dos quais com dois metros de alto, e de granito, espécie de rocha que só se encontra à distância de uns cinco quilómetros. Sinais de corredor voltado para o Sul. Foi explorada há muitos anos. A escavação actual nada produziu. Nas imediações existem muitos restos romanos.

28 — *Anta n.º 2 dos Serrones* (Fig. 2, n.º 3). — Situada 250 metros a Noroeste do «monte» e 200 metros distante da Anta

n.º 1. Conserva três dos esteios da câmara e algumas pedras do corredor, este voltado a Sueste. A câmara tem somente 1^m,20 de diâmetro máximo. Os esteios medem 1^m,50 de altura e não são de granito, como na anta anterior, mas de rocha do local. Apesar de ter sido já explorada há muito tempo, achamos um percutor e um machado.

29 — *Anta da Atalaia*. — Na herdade do mesmo nome. Foi explorada há anos e, depois, completamente destruída.

30 — *Atalaião, ou Atalaia dos Sapateiros*. — O jazigo está situado no cimo do cerro mais elevado das Alcarapinhas. Aí existem restos de fortificação construída nos meados do séc. XVII, sobre ruínas de edificações romanas. Em meio destas ruínas, sem quaisquer indícios de construção tumular, e de mistura com objectos da época romana (tijolos, moedas, fragmentos de *terra sigillata*, etc.), surge um variado material do primeiro período da Idade do Bronze, o qual, pela sua abundância e dispersão relativas, nos leva a crer marcaram a posição de um povoado pré-histórico, hipótese cuja confirmação, no entanto, depende de mais completas investigações. Os objectos até agora colhidos são: oito machados, alguns dos quais serviram de martelos (Est. X, n.ºs 2, 3 e 10); uma goiva (Est. X, n.º 2); dois escopros, uma enxó (Est. X, n.º 2); um afiador (Est. X, n.º 8); duas mós (Est. X, n.º 11); nove percutores (Est. X, n.º 4); sete contas de colar, grandes; duas contas de calcário, tubulares, uma delas com finos ornatos incisos (Est. X, n.ºs 5 e 6, Fig. 10, n.º 3); uma conta de âmbar (Est. III, n.º 9 — a maior no vértice do colar, à esquerda); uma conta de osso (rótula), cortada transversalmente (Est. X, n.º 1); uma placa de barro cozido, com um furo; outra placa, idêntica, com dois furos; três placas idênticas, com um furo em cada canto (Est. X, n.º 1); dois cossoiros (Est. X, n.º 1); sete

pontas de seta, de fabrico rude (Est. X, n.º 9); e vários troços de barro cozido, mais ou menos cilíndricos, com um orifício em um dos topos (Est. X, n.º 1).

Freguesia de Vila Boim

31 — *Anta do Texugo* (Fig. 21). — Situada a 300 metros do «monte» da herdade, nas faldas das Alcarapinhas e 1.500 metros a Sueste do Atalaião. Conserva somente três esteios da câmara, todos caídos. Apesar disso, o terreno não estava revolvido. Exploramo-la em Outubro de 1950. Os restos de esqueletos estavam muito consumidos, não permitindo verificar qual a sua disposição. Nos pontos indicados na respectiva planta, acharam-se dois machados planos (Fig. 22) e dois fragmentos de cerâmica, com sinais de intensa exposição ao fogo. O esteio maior mede $1^m,20 \times 0^m,90$.

32 — *Anta n.º 1 de Valverde* (Fig. 7, n.º 1). — Situada 800 metros a Leste do «monte» da herdade e a 60 metros do caminho que segue do «monte» do Texugo para os de Valbom e Valverde. Foi construída em um pequeno plaino rochoso. Conserva cinco dos sete presumíveis esteios da câmara e dois do corredor, todos pequenos.

A escavação da câmara revelou a presença de uma camada de ossadas, superficial, separada, por meio de uma série de lajes, algumas grandes, de outra camada de ossadas, mais profunda. Na camada superior, achou-se um machado, e na inferior, outro machado, três fragmentos de facas e alguns fragmentos de agulhas de osso. O solo subjacente à camada inferior é de rocha viva. O diâmetro da câmara mede $1^m,48$. O comprimento, desde a entrada do que resta do corredor, é de $2^m,25$.

33 — *Anta n.º 2 de Valverde* (Fig. 2, n.º 2). — Situada 30 metros a Sul da Anta n.º 1. Conserva unicamente dois esteios da câmara. Junto a estes, do lado de Nascente, em um espaço de 0^m,50 de lado, acharam-se um crânio e muitos outros ossos.

34 — *Anta de Valbom* (Fig. 5, n.º 4). Situada 200 metros a Nascente do «monte» da herdade. Conserva apenas três esteios da câmara, salientes da superfície do solo 0^m,45. A escavação nada produziu. Devia ter sido devassada há muito tempo.

43 — *Anta da Camuge*. — Estava situada em um cimo sobranceiro ao cerro em que assenta o marco geodésico do Rego, distando deste cerca de 500 metros. Seus restos foram completamente destruídos em 1950, por motivo de uma plantação de oliveiras. Os cavadores colheram grande quantidade de contas de colar e ídolos-placas, ou placas de xisto. Apenas conseguimos recuperar uma destas.

44 — *Anta do Carvão* (Fig. 5, n.º 1). — Situada em uma várzea, a 400 metros do monte da herdade e a igual distância do caminho para Juromenha. Conserva todos os esteios, tanto da câmara como do curto corredor. Falta-lhe, porém, a cobertura. Dentro da câmara, foi posteriormente construída uma sepultura rectangular, provavelmente romana. Escavada a parte rente à grande laje da cabeceira da câmara, não revolvida pelos construtores da sepultura, colheram-se seis placas de xisto, ornamentadas, e fragmentos de mais três. Anos antes, havia sido devassada, tendo seus ocasionais escavadores apanhado vários objectos.

Freguesia da Ajuda

45 — *Anta do Sobral*. — Situada na herdade do Sobral, ou do Soveral. Foi explorada há muitos anos.

Freguesia da Terrugem

35 — *Anta dos Torneiros*. — Distante uns 10 metros da margem do caminho velho. Conserva alguns esteios, porém todos derrubados. Escavada há muitos anos. Nada se obteve na escavação presente.

36 — *Anta n.º 1 da Farisoa* (Fig. 7, n.º 3). Situada 500 metros a Oeste do «monte» da herdade, em uma elevação junto à confluência de dois ribeiros. Local muito rochoso. O monumento conserva quatro dos primitivos esteios e, pela sua disposição, lembra uma cista megalítica, ou pequena galeria coberta. No ângulo formado por dois esteios, colheu-se uma faca de sílex, inteira.

37 — *Anta n.º 2 da Farisoa*. — Igualmente em forma de cista. Continha apenas muitas ossadas.

38 — *Anta n.º 1 do Pombal* (Fig. 4, n.º 1). — Situada 1.000 metros a Norte do «monte» da herdade. A câmara deste grande monumento dolmênico, com 4 metros de diâmetro, era formada por onze esteios, dos quais nove se conservam *in situ*, aflorando à superfície do solo 20 a 40 centímetros. Do corredor restam três esteios de um lado e dois do outro, um deles reforçado externamente por outro esteio mais comprido. O comprimento total do que hoje resta do monumento é de oito metros. Está atravessado por um caminho.

39 — *Anta n.º 2 do Pombal* (Fig. 4, n.º 2). — Situada 300 metros do «monte» da herdade, à distância de 800 metros da Anta n.º 1 e 50 metros da Anta n.º 3 desta mesma herdade. Conserva levantados três esteios da câmara, e um caído para o interior. Do corredor resta um único esteio, um pouco desviado da sua posição primitiva.

40 — *Anta n.º 3 do Pombal* (Fig. 6, n.º 2). — Situada a 200 metros do «monte» da herdade e 50 metros a Sul da Anta n.º 2. Câmara composta de sete esteios, dos quais perduram quatro. A laje da cabeceira, assim como os três esteios que restam do corredor têm 0^m,40 de altura, na parte fora da terra.

41 — *Anta n.º 4 do Pombal*. — Situada 400 metros a Nascente do «monte» da herdade. Apesar de não conservar a cobertura, e de lhe faltarem alguns esteios, tanto na câmara como no corredor, julgamos que bem mereceria ser incluída no rol dos monumentos de interesse nacional. Como se vê na respectiva planta, compõe-se de câmara, antecâmara e corredor. Os dois esteios à entrada da câmara têm 2^m,50 de altura.

42 — *Anta n.º 5 do Pombal* (Fig. 3). — Situada 500 metros a Nascente do «monte» da herdade e 150 metros ao Sul da Anta n.º 4. Está construída em uma pequena plataforma, a meia encosta do cerro, com o corredor voltado para o cume. A laje da cabeceira mostra 0^m,80 de altura, e os dois à entrada da câmara, os mais elevados, 1^m,30.

Freguesia de São Brás

46 — *Anta n.º 1 da Torre das Arcas*. — Situada 200 metros a Sul da estrada de Vila Boim a Elvas. Está regularmente conser-

vada, embora com alguns esteios espalhados em redor. Conserva o «chapéu». Foi explorada há muitos anos. Ignoramos, todavia, quem fosse o explorador.

47 — *Anta n.º 2 da Torre das Arcas.* — Dista da Anta n.º 1 cerca de 500 metros. Conserva os esteios, todos com mais de 1^m,50 de alto. Falta-lhe o chapéu. Foi explorada na mesma ocasião que a anterior.

48 — *Anta n.º 3 da Torre das Arcas* (Fig. 7, n.º 4). — Dista 100 metros da n.º 2. Conservava apenas dois grandes esteios deitados por terra. Na presente escavação, achou-se um esqueleto regularmente conservado, mas faltando-lhe o crânio, sem que um revolvimento da terra o explique.

49 — *Anta n.º 4 da Torre das Arcas* (Fig. 8, n.º 4). — Dista 500 metros a Oeste da n.º 1. A disposição dos seus sete pequenos esteios, entre os quais se conta o da cabeceira, mostra tratar-se de uma cista megalítica, de modestas dimensões. A escavação revelou grande porção de ossos.

50 — *Anta n.º 5 da Torre das Arcas* (Fig. 6, n.º 1). — Situada 200 metros a Sul do «Monte» e quinta da Torre das Arcas, ao lado do caminho que segue para a Fortaleza. Explorada em Janeiro de 1951. A câmara seria formada por sete ou oito esteios, dos quais se conservam cinco. Estes não mostram fora da terra mais de 0^m,40, achando-se outro tanto dentro do solo. Na câmara, a camada superficial era formada por terra solta, muito humosa, achando-se nela bastantes pedaços de ossos, fragmentos de cerâmica, parte de uma placa de xisto ornamentada e um fragmento de faca de sílex. A camada inferior era uma rija massa de terra e fragmentos de ossos. Nesta segunda

camada, e em um pequeno espaço rente à laje da cabeceira, estavam duas placas de xisto ornamentadas (Figs. 26 e 27), uma das quais completa; uma ponta de seta, de quartzo hialino (Fig. 25, n.º 3) e outra de sílex (Fig. 25, n.º 4); nove contas de colar, grandes e pequenas, sete das quais discóides e as duas restantes bi-tronco-cónicas, tendendo a esferoidais (Fig. 25, n.ºs 5 a 8). Próximo do centro da câmara, estava outra placa de xisto (Fig. 26). A posição destes objectos induz-nos à crença de que esta anta fora já revolvida, e por insciente ou pouco cauteloso explorador.

*

* * *

Jazigo do Genemigo (Fig. 10, n.º 4). — Dois metros ao lado da parede meridional do corredor da Anta n.º 3 do Genemigo, achamos uma pequena pedra cravada no solo, ocupando um dos topos de um espaço rectangular, dentro do qual se alinhava uma dúzia de esqueletos completos, dispostos paralelamente em filas de quatro, todos com os pés voltados para Nascente. Estes esqueletos, principalmente os crânios, estavam cobertos por camadas de pequenas pedras. Junto dos crânios estava deposto o mobiliário fúnebre, do qual reunimos: oito placas de xisto ornamentadas (Est. IX; Figs. 41 a 48); seis facas inteiras e fragmentos de outras (Est. VI, n.º 2 e Est. II, n.º 6); uma mó; dez vasilhas, uma das quais com mamilos e outra com restos de um cabo, rente ao fundo (Ests. VII e VIII), e fragmentos de outras (Est. XI, n.º 1); dezoito contas de colar, de vários tamanhos mas do mesmo tipo (Est. VI, n.ºs 4 e 4-A); cinco machados (Est. XII, n.ºs 1 e 1-A); quatro percutores e polidores ou alisadores. Junto deste rectângulo havia outro com um metro quadrado de superfície, completamente cheio de calhaus rolados, de quartzite, mais ou menos oblongos e de feitio aproximado ao dos machados.

Ambos os espaços estavam desprovidos de pedras que os limitassem.

Jazigo da Alcarapinha (Fig. 8, n.º 1). — A uns 60 metros da Anta n.º 1 da Alcarapinha acharam-se três sepulturas romanãs e, contíguo a estas, conforme se vê na respectiva planta, um espaço bastante superior ao da câmara de um dólmen vulgar, sem qualquer outro modo de limitação que o da natureza do fundo. Este era constituído por uma crosta rija e oleosa, com ossadas humanas, na maioria calcinadas, e abundância de cinzas e carvões, assim como numerosas conchas de moluscos, variando a espessura de tal camada entre 5 e 10 centímetros. Sobre essa mesma camada acharam A. D. de Deus e A. L. Agostinho, em 1940, abundante material, havendo D. de Deus, em 1943, submetido a crivagem a terra anteriormente pesquisada. Parte do material foi entregue ao Museu Arqueológico de Elvas, restando para a secção arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa: nove machados de pedra polida; treze placas de xisto ornamentadas (Ests. IV e V; Figs. 30 a 43); uma alabarda de sílex (Est. III, n.º 8); uma faquinha de cristal de rocha (Est. III, n.º 10); oitenta pontas de flecha, grande parte delas talhadas em quartzo hialino (Ests. I e II); catorze facas e fragmentos de outras (Est. II, n.º 6); 274 contas de colar, na maioria discóides (Est. III, n.ºs 5, 6, 7 e 9); e quatro pingentes de colar (Est. III, n.ºs 2, 3 e 4).

CONCLUSÕES

Basta conhecer o trabalho de Vergílio Correia, acerca dos dólmens de Pavia (1), e o de Leisner, a respeito dos das cercanias

(1) *El Neolítico de Pavia*. Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas. Memória 27, Madrid, 1921.

de Évora ⁽²⁾, para se verificar uma identidade de factos, no respeitante aos da zona elvense. Tal como em Évora e Pavia, os dólmenes dos arredores de Elvas, a que o geral da população dá o nome de antas, agrupam-se principalmente no início das linhas de água que se dirigem às ribeiras próximas. Assim, o numeroso grupo de Vila Fernando (Fig. 1) distribui-se pelas origens da Ribeira Velha e outras cujas águas, pela Ribeira Grande e, depois, pela Ribeira de Seda, vão ter ao Sorraia, afluente do Tejo. Os da Terrugem, Vila Boim e São Brás ocupam, respectivamente, as cabeceiras das ribeiras de Asseca, Mures e Várzea, tributárias do Guadiana. O mesmo sucede com os dólmenes que nos restam mencionar, de Barbacena e São Vicente, nas pendentes para o Caia, e o da Ajuda, mui próximo do Guadiana.

Note-se, todavia, que não foram construídos precisamente nas cotas mais eminentes, mas sim, à parte os poucos edificadas em campo raso, em terreno de encosta, embora próximo dos pontos culminantes.

Certo a razão da escolha desses sítios se relacionaria com a rede hidrográfica. Não poderemos dizer, contudo, que tal relação respeitasse à presença permanente da água, visto que, pelo menos na actualidade, não achamos nascentes junto dos dólmenes, assim como nos córregos vizinhos só correm águas nos curtos períodos de grandes chuvas locais.

O escasso material que Leisner conseguiu examinar, dos extraídos dos dólmenes de Évora, condiz com o dos de Elvas.

Como o da região de Pavia, descrito por Vergílio Correia, é muito mais avultado, o paralelo resulta mais expressivo.

Em vista da grande maioria dos monumentos elvenses ter sido já revolvida antes das nossas pesquisas, o espólio por nós

(2) Georg Leisner — *Antas dos arredores de Évora*, in «A Cidade de Évora». Boletim da Comissão Municipal de Turismo, n.ºs 15 a 18, Évora, 1948-1949.

recolhido é bastante escasso. A Anta n.º 2 da Sobreira, a n.º 2 do Carrão, uma das de Alcarapinha e a n.º 5 da Torre das Arcas, porém, forneceram suficientes elementos de comparação.

Em todo o caso, os achados mais importantes são os das estações que denominamos Jazigo da Alcarapinha e Jazigo do Genemigo. Seria de presumir que nesses dois sítios, principalmente no de Alcarapinha, tivessem existido dólmens cujos esteios fossem totalmente arrancados, mas o exame atento do terreno não nos mostra quaisquer indícios de assim ter acontecido.

No primeiro (Alcarapinha), a parte mais considerável do espólio consiste na grande porção de pontas de seta e de contas de colar, tanto pequenas como grandes, e na magnífica alabarda de sílex, com 163 milímetros de comprido (Est. III, n.º 8).

Os ossos dos esqueletos achavam-se parcialmente calcinados (3), parecendo, à primeira vista, tratar-se de uma incineração de cadáveres, se bem que muito imperfeita; como se, em vez de colocarem os corpos na pira, tivessem lançado sobre eles as cinzas quentes e o brasido da fogueira. De nenhum modo, portanto, vem a ponto falar aqui de incineração como rito funerário.

Digna de nota, também, a presença das conchas de *Cardium*, *Testacella maugei* e de *Neritina fluviatilis*, isto é, de uma espécie de caracol terrestre, de um molusco de água doce, e de um molusco marinho, uma das quais, conforme se vê no Museu dos Serviços

(3) A que deveremos atribuir, todavia, a queima parcial dos esqueletos de Alcarapinha? A crosta oleosa envolvente das ossadas denunciava enorme acumulação de substâncias orgânicas. A existência de cinzas e fragmentos de carvão provam que ali houve fogueiras, embora se não possa admitir que se destinassem a incineração de cadáveres. Para que se fizeram, então? Porque motivo, tanto aqui como no Genemigo, não protegeram os corpos inumados, com uma construção tumular, por muito rudimentar que fosse? Não pretendemos dar explicações. Limitamo-nos à descrição dos factos.

Geológicos de Portugal, fora encontrada já na Anta n.º 1 da Sobreira.

No Jazigo do Genemigo, o cerimonial fúnebre parece ter sido algo diferente. Não apareceram ali pontas de seta. As contas de colar são em número muitíssimo menor, e de tipo diferente dos observados em Alcarapinha, se bem que presente em alguns dólmenes desta zona.

Avulta ali a cerâmica, na qual se vêem vasos semiesféricos, outros cilíndricos, um carenado e outro com protuberâncias mamilares próximas do bordo, toda ela condizente com a dos dólmenes de Pavia e Évora.

Os esqueletos, todos com a mesma orientação, achavam-se dispostos em filas paralelas. Nada de cinzas, nem de vestígios, sequer, de carvão.

Os machados são, em ambos os jazigos, de secção quadrangular e de fabrico pouco apurado, com o polido limitado quase à pequena faixa do gume. Nos dólmenes da zona, os deste tipo, que no geral são grandes, coexistem com os de pequeno tamanho, de secção circular e mais polidos; e o mesmo se verifica no Jazigo de Alcarapinha (Est. VI, n.ºs 1 e 1-A).

Tanto o Jazigo de Alcarapinha como o de Genemigo deram um bom número de placas de xisto. No de Genemigo salienta-se um exemplar, pelas suas avantajadas dimensões (Est. IX, n.º 3; Fig. 44). É de xisto rijo, esverdeado, e mede: altura — 0^m,227; largura, em cima — 0^m,116; idem, em baixo — 0^m,142; espessura — 0^m,009. É bastante pesado.

As de Alcarapinha apresentam mais variedade quanto ao contorno, havendo entre elas uma triangular, que pelo reduzido tamanho dá ideia de ser um pendente de colar (e não a parte central de uma placa do tipo representado nas Figs. 19 e 36), e um báculo, também pequeno, com a particularidade de não ser ornamentado.

Em face do material exumado, temos por evidente a contemporaneidade de ambos os jazigos com os dólmenes da região.

Outra estação arqueológica do mais alto interesse é o Atalaião. Ocupa o cimo do outeiro chamado Atalaia dos Sapateiros, ou Atalaião, onde está o marco geodésico, a assinalar a cota dos 467 metros (4).

O local pesquisado fica entre os restos de paredes de um fortim construído, provavelmente, nos meados do Séc. XVII, sobre alicerces de um conjunto mais vasto, de edificios romanos. Outros alicerces de construções, quer romanas quer relativamente recentes, perduram pela encosta oriental do cerro, abundando no terreno os fragmentos de tégulas.

Por falta de escavações mais amplas, não podemos desde já asseverar que se trate dos restos de um povoado da Idade do Bronze, do tipo do «Castelo» de Pavia, mas os indícios até agora observados assim o induz a crer. Não lobrigamos ainda sinais de muro defensivo, nem de fundos de habitação, mas parte dos objectos ali colhidos é mais afim dos destroços dos povoados que do mobiliário dos dólmenes.

Os objectos de barro até agora exumados em pequena escavação superficial constam apenas de: placas de barro cozido, com orifícios de suspensão, três das quais como as de Vila Nova de São Pedro, mas sem ornatos (como as do «Castelo» de Pavia); vários troços de barro cozido, mais ou menos cilíndricos, com um orifício em uma das extremidades (Est. X, n.º 1), divergindo dos de Pavia em serem rectilíneos, ao passo que os de Pavia são em arco de círculo.

Peça notável é uma das duas contas tubulares, de calcário, com ornato finamente lavrado e constituído por séries de peque-

(4) Vid. descrição em *Contribuição para a Arqueologia do Concelho de Elvas*, por Abel Viana, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XII, Porto, 1950.

níssimos triângulos, e de outros maiores, em forma de pontas de seta (Est. X, n.º 5; Fig. 9, n.º 3).

Tal como no «Castelo» de Pavia, abundam aqui os percutores, uns esferoidais, outros discoidais, outros rectangulares com os topos arredondados.

As pontas de seta do Atalaião são de base recta e fabricadas em pequenas lascas de xisto rijo, ora cinzento, ora avermelhado, algumas com um dos bordos naturalmente biselado, sem retoques, e os mais deles com poucos retoques, de simples regularização.

Pontas deste mesmo tipo aparecem também no Jazigo de Alcarapinha, algumas, ainda que raras, da mesma espécie de rocha, e outras, em quantidade bastante maior, de pequeninas lascas de sílex e de quartzo hialino.

Nas de Alcarapinha, a linha da base, por vezes, não é perpendicular ao eixo longitudinal da ponta, mas sim mais ou menos oblíqua. As outras pontas de seta deste jazigo cabem dentro dos seguintes tipos: *a)* — base arredondada, mais ou menos convexa; *b)* — base semi-losangular, mais ou menos acumiada; *c)* — base ligeiramente côncava; *d)* — base semi-losangular, mas com os lados côncavos, e não rectos, como no grupo *b)*.

Segundo Leisner, as do primeiro, segundo e quarto grupos são formas primitivas, e as do terceiro mais relacionadas com as sepulturas de cúpula ⁽⁵⁾.

As pontas de Alcarapinha são talhadas em quartzo hialino, quartzo leitoso, sílex, quartzite (?) e xisto rijo. Cerca de metade, porém, são de cristal de rocha, muito límpido, havendo-as das mais grosseiras às mais finamente trabalhadas.

Não cabem nos limites desta resenha uma descrição mais desenvolvida do material e uma extensa nota comparativa. Limi-

(5) *Antas dos arredores de Évora.*

tar-nos-emos, portanto, à citação de algumas peças similares, e só de estações portuguesas, excluindo, evidentemente, as dos dólmenes dos arredores de Évora, e Pavia, às quais nos referimos já, embora genêricamente, e as pertencentes a colecções que, sendo prodigiosamente ricas, estão fora de alcance à nossa observação.

Como as nossas peças de Elvas, citamos:

— Placas de xisto, com ornato em xadrez: Anta do Cabeço (Castelo de Vide).

— Idem, com duas ou três faixas transversais, em ziguezague: Gruta da Furninha (Quinta do Anjo), Gruta da Casa da Moura (Cesareda).

— Pontas de seta, de base recta, com um ou dois bordos em bisel, e com poucos ou nenhuns retoques: Liceia.

— Idem, com base arredondada, convexa: Casa da Moura, Dólmen de Monte Abraão, Gruta de Cascais, Pedra dos Mouros, Furninha (Peniche).

— Idem, de base ligeiramente côncava: Monte Abraão, Dólmen da Estria (Belas), Furninha (Peniche), Lapa Furada (Cesareda), Liceia, Gruta da Ponte da Laje (Oeiras), Gruta da Bugalheira (Almonda).

— Contas de colar, bi-tronco-crónicas: Grutas de Cascais, Dólmen do Casal do Penedo (Verdelha dos Ruivos).

— Pendentes triangulares, de calaite: Grutas de Cascais, Palmela e Casa da Moura.

Estas peças são do Museu dos Serviços Geológicos de Portugal.

Entre as contas mais pequeninas de Alcarapinha, há minúsculos discos de xisto negro, como as das cistas e pequenas galerias das Caldas de Monchique ⁽⁶⁾, as de Alcalar e as de

⁽⁶⁾ Abel Viana, Octávio da Veiga Ferreira e José Formosinho — *Necropolis de las Caldas de Monchique*, in «*Archivo Español de Arqueología*», Madrid, 1950.

alguns dólmenes do Alto Alentejo, e outras um pouco mais espessas, de bordo arredondado, do tipo das de esteatite, vulgares em estações espanholas. Ambos os tipos se encontram nas Grutas de Cascais (7).

Relativamente à arquitectura destes dólmenes, o estado de ruína da maioria é tão profundo que não permite conclusões seguras. Anotaremos, todavia, as seguintes observações acerca de seus tipos arquitectónicos:

1 — Câmaras com esteios de grandes dimensões (1^m,80 a 2^m,40 de altura), com pequenas diferenças de altura entre si, no mesmo monumento.

2 — Câmaras com os dois esteios da entrada muito mais elevados que os restantes (0^m,80 a 1^m,20 de altura).

3 — Câmaras com esteios muito baixos, todos de igual altura, não excedendo esta 0^m,60. É de crer que estes dólmenes tivessem cobertura diferente da «mesa», «capelo», ou «chapéu».

4 — Câmaras com os dois esteios da entrada sobressaindo do solo apenas 0^m,40, achando-se os restantes completamente enterrados. Também nestes vemos probabilidades de terem sido cobertos por falsa cúpula.

Quanto ao corredor:

1 — Corredor comprido (10 a 12 metros).

2 — Corredor curto (2 a 6 metros).

3 — Pequeno corredor, formado por um único esteio de cada lado.

— *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique: Investigações de 1948 e 1949*, in «Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências», Tomo VIII, págs. 75-89. Lisboa, 1950. — *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique* (Escavações de 1937 e de 1945 a 1947), in «Trab. de Antrop. e Etnologia», vol. XIV, Porto, 1953.

(7) Afonso do Paço — *As Grutas do Poço Velho ou de Cascais*, in «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», Tomo XXII, Lisboa, 1942.

4 — Corredor em que um dos lados fica no prolongamento de um dos lados da câmara, formando com este um todo rectilíneo.

5 — Corredor seguido de antecâmara.

6 — Corredor que se funde na câmara formando com esta um todo trapezoidal, à maneira de cista, ou pequena galeria coberta.

Nenhum dos exemplares que descrevemos conservava restos da mamoa envolvente.

Quanto ao número dos esteios componentes das câmaras, a regra geral, nos dólmenes elvenses, é a mesma verificada nas outras zonas dolmênicas portuguesas. Nos 27 casos de câmaras completas ou reconstituíveis, achamos 14 com sete esteios, um com onze e um com nove; e talvez seis com cinco, um com seis, três com oito e mais um com nove.

Quanto à cronologia, a despeito do tipo arcaico das pontas de seta, da pequenina faca de cristal de rocha, da Alcarapinha, e de mais algumas peças, julgamos nada se poder adiantar sobre o que se sabe, dos espólios de monumentos megalíticos alentejanos. Supomos, por conseguinte, que devemos situar os megálitos elvenses, assim como os dois jazigos e os restos de povoado, desde os meados do Eneolítico pleno até o final (2.300-2.000 a. C.) (8) e desde esse final até 1.900 ou 1.800 a. C., cabendo neste segundo lapso alguns dos monumentos de esteios muito baixos, o Jazigo da Alcarapinha e a estação do Atalaião.

O ciclo desenvolver-se-ia, portanto, em uma extensão de quatro ou cinco séculos.

(8) Segundo o *Esquema Paleontológico de la Peninsula Hispánica*, de Santa-Olalla, desde os começos do Neolítico Ibero-Saariano até os meados do Bronze Mediterrânico I (aproximadamente).

*

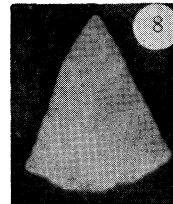
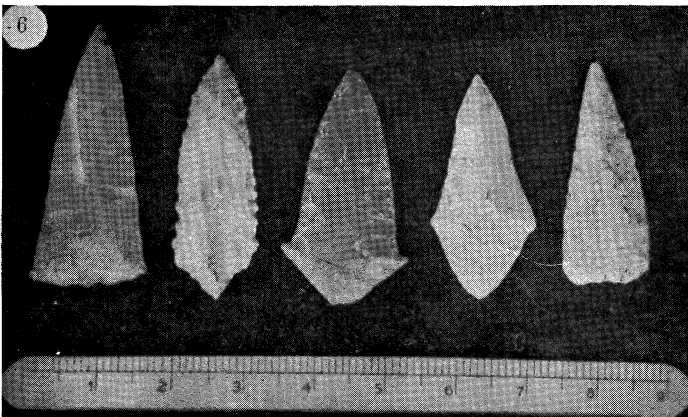
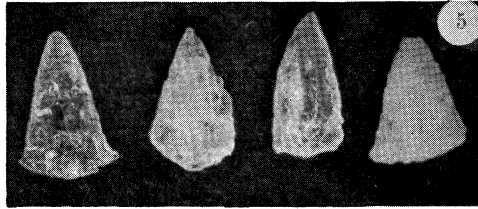
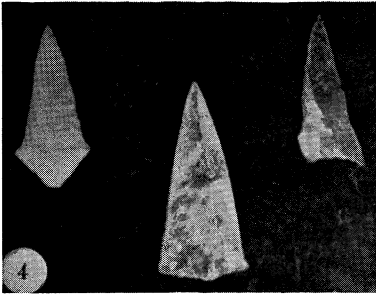
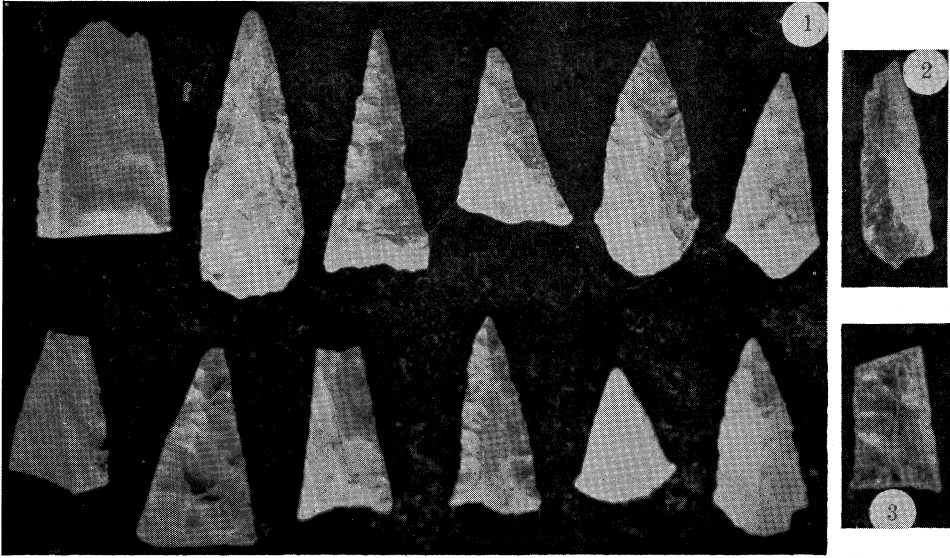
* *

Após a data em que se redigiram estas notas (1951), outras explorações se fizeram, tendo nós publicado as observações feitas nas antas 1 e 2 de Penáclara (Barbacena) e na n.º 2 do Texugo (Vila Boim) ⁽⁹⁾ e realizamos pesquisas nas antas de Valverde (Vila Boim), do Monte dos Apóstolos (São Vicente, Elvas), 1 e 2 da Herdade da Melroeira (São Bento do Cortiço, Estremoz), de São Bento dos Matos, da n.º 3 do Peral, da de Val de Bêbadas (Assunção, Arronches), 1, 2 e 3 da Lentisca, ou Alentisca (São Vicente), 1 e 2 da Herdade de São Rafael (Ajuda, Elvas), 1, 2 e 3 da Torre de Curvo (Santo Aleixo, Monforte), da Herdade do Monte Branco (Prazeres, Monforte), tendo-se também procedido a novas escavações em Alcarapinha (Vila Fernando) e a pesquisas no castro da Vinagreira (São Vicente).

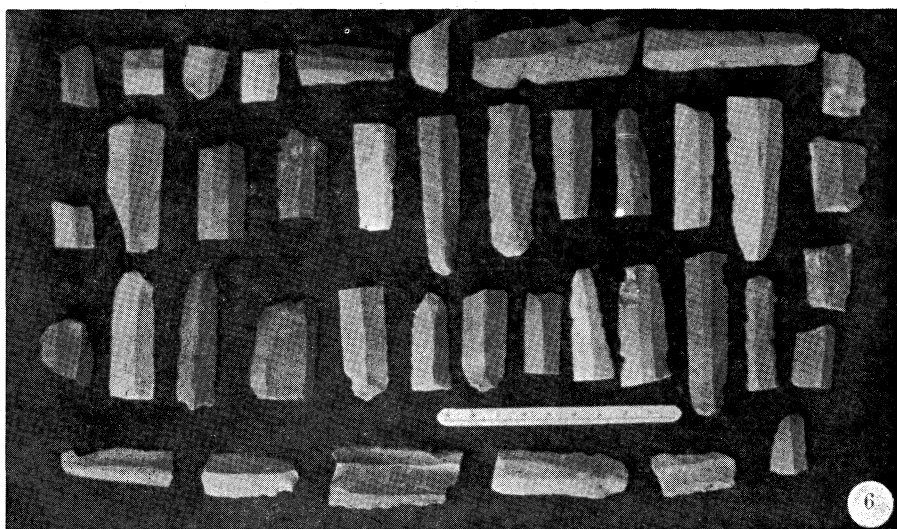
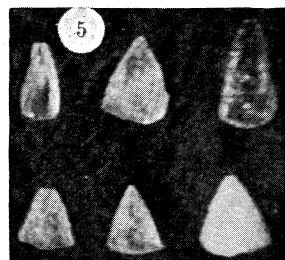
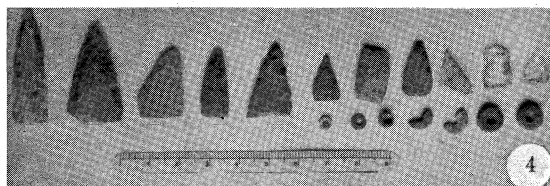
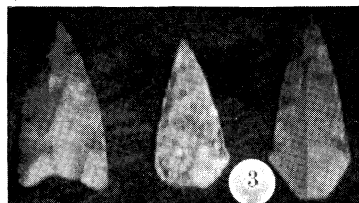
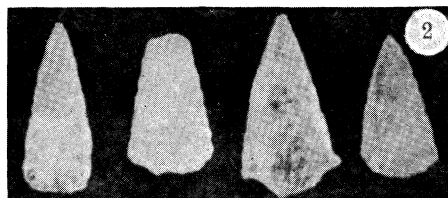
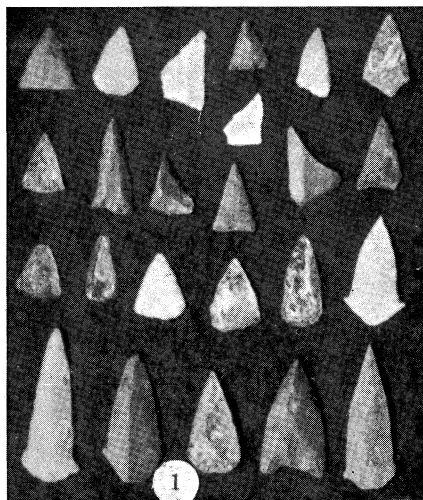
Os materiais obtidos são em quantidade apreciável, aguardando-se oportunidade para a sua publicação.

A terminar, desejamos exarar aqui os nossos agradecimentos às pessoas que de qualquer modo nos facilitaram os trabalhos, e muito especialmente às entidades que patrocinaram estas investigações: o Instituto de Alta Cultura, de que um dos signatários é bolseiro; o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, sob cuja égide vimos trabalhando; e à Fundação da Casa de Bragança, subsidiadora do outro signatário e custeadora de muitas das despesas resultantes da aturada pesquisa por tão vasta área.

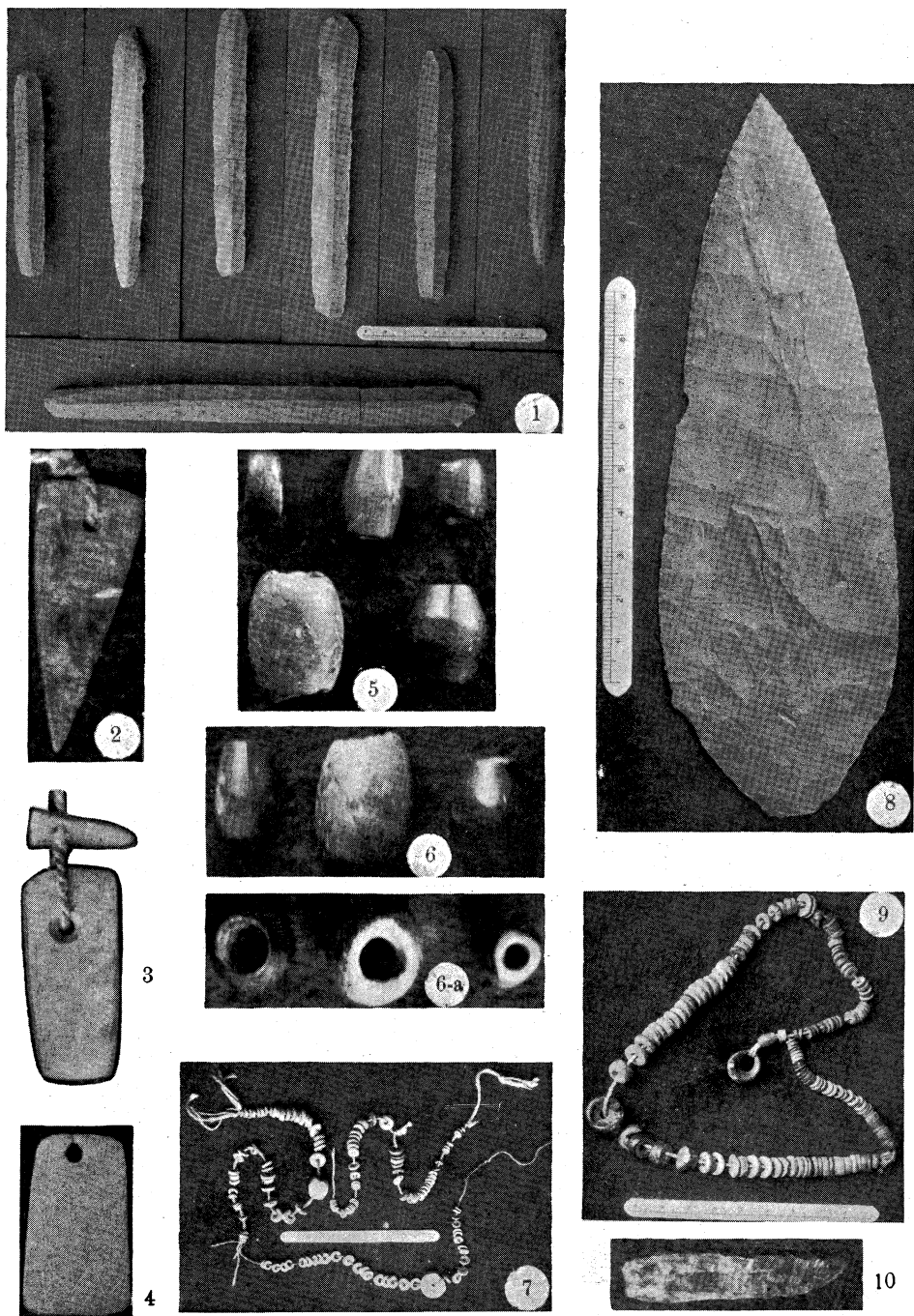
(9) *Mais três dólmens da região de Elvas (Portugal)*, in «Zephyrus», vol. IV, Salamanca, 1953.



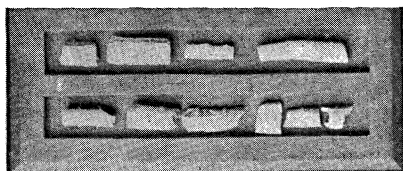
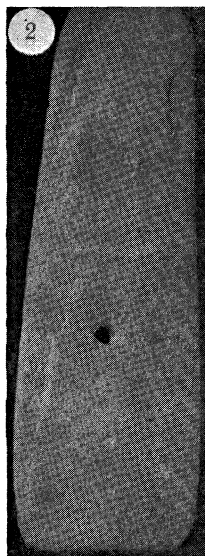
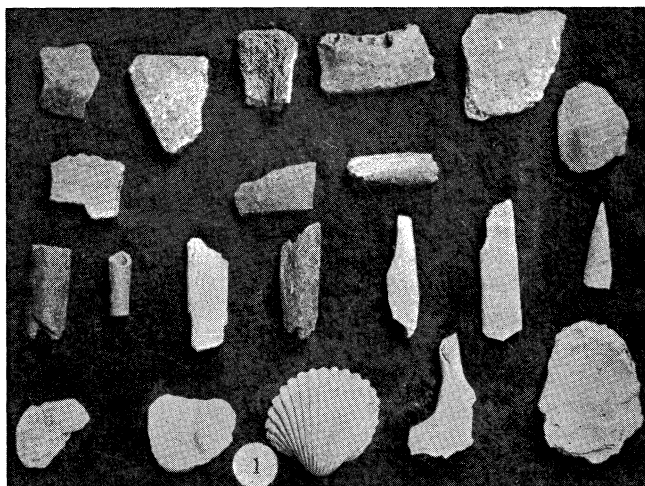
Jazigo de Alcarapinha. — Pontas de seta, de quartzo hialino, quartzo leitoso, xisto rijo e sílex.



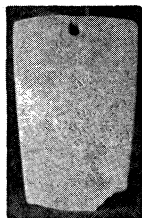
Jazigo de Alcarapinha. — 1, 2, 3 e 5 — Pontas de setas, cerca de metade em quartzo hialino. 4 — Pontas de facas e de serras (uma parte).



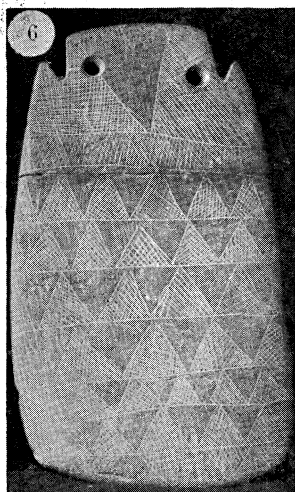
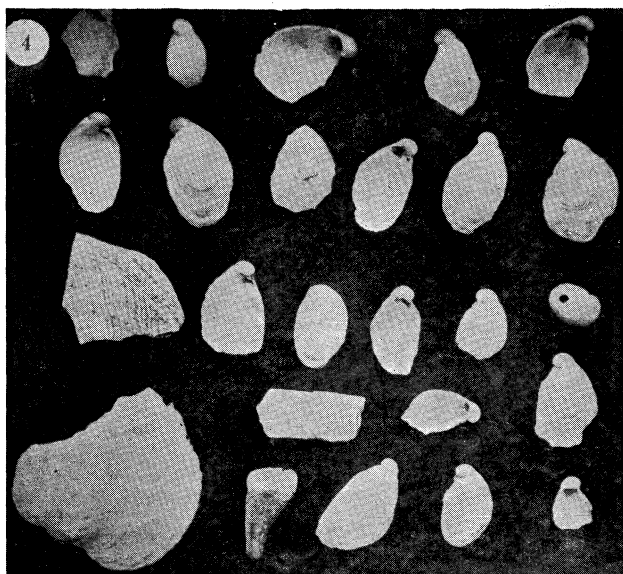
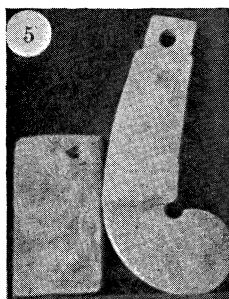
Jazigo de Alcarapinha. — 1 — Facas. 2 e 3 — Pendentes de colar. 4 — Pequena placa de xisto, gravada (pendente de colar). 5 a 7 — Contas de colar, de vários tipos. 8 — Alabarda de sílex. 9 — Contas de colar, de outros tipos. 10 — Faquinha de cristal de rocha.



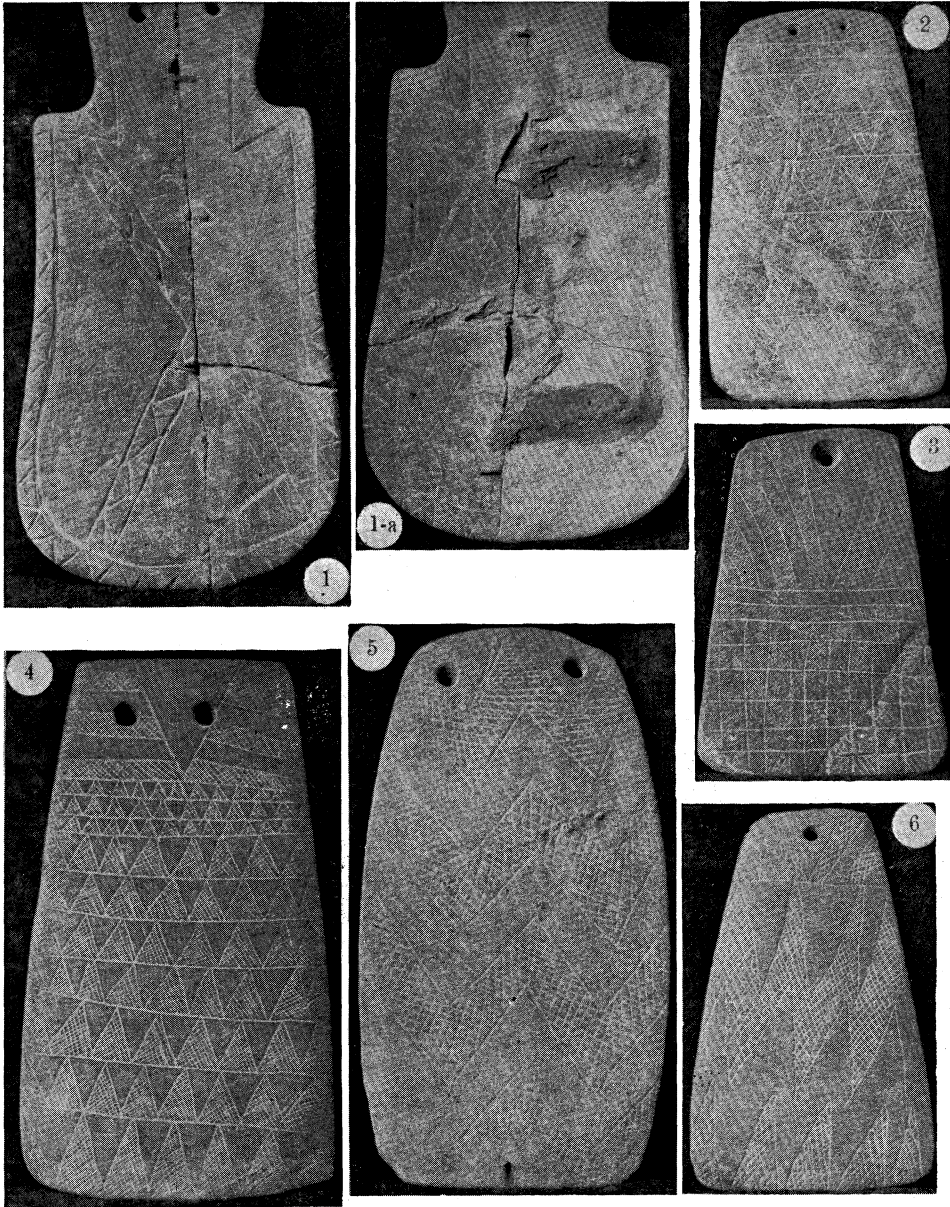
3



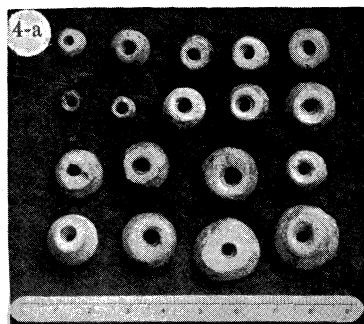
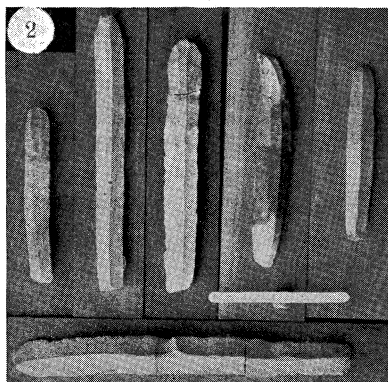
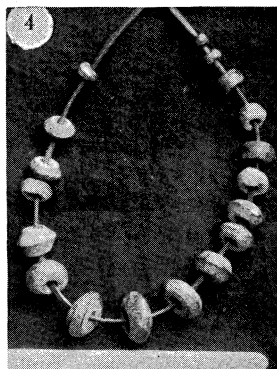
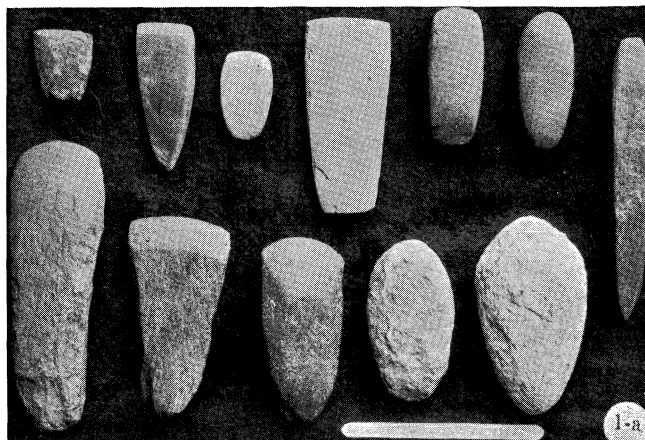
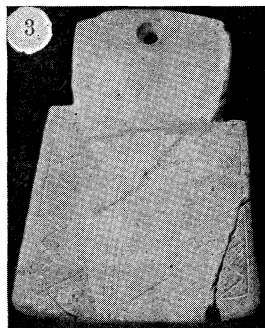
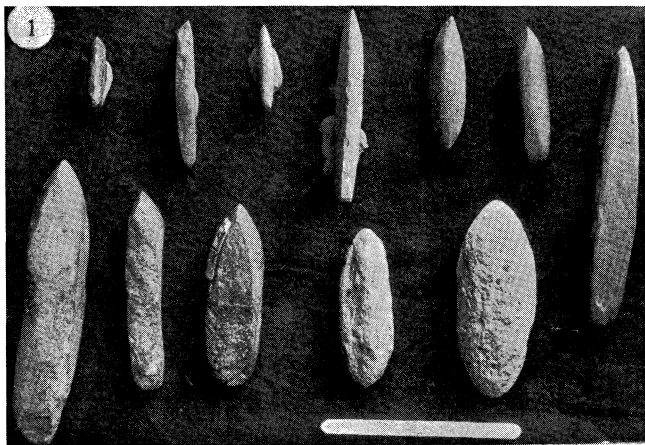
7



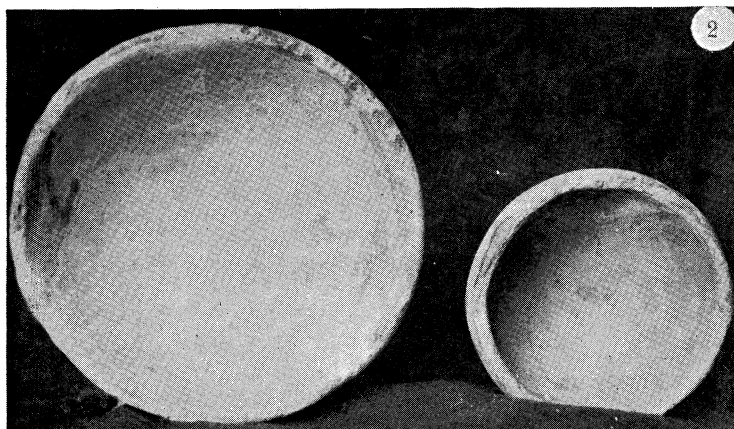
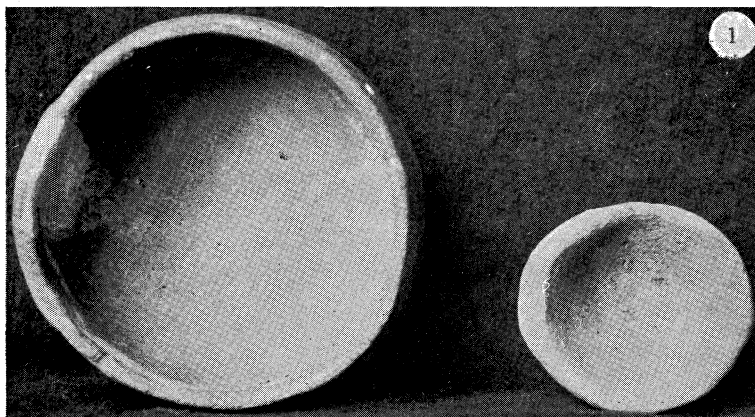
Jazigo de Alcarapinha. 1, 3 e 4 — Conchas; ossos e um dente, humanos, queimados. 2 — Placa de xisto, perfurada próximo do centro; placazita de xisto ardosiano, esverdeado, perfurada próximo de um dos cantos; pequenino báculo de xisto, sem ornato. 6 — Placa de xisto, ornamentada. 7 — Pequena placa de xisto, ornamentada, com a forma de pendente triangular.



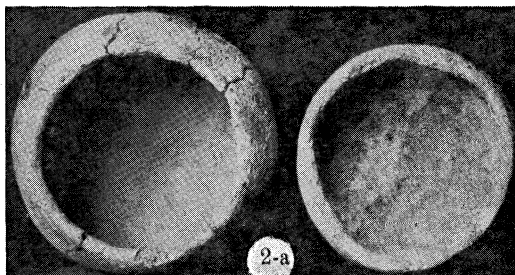
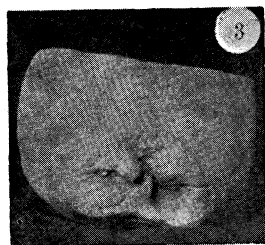
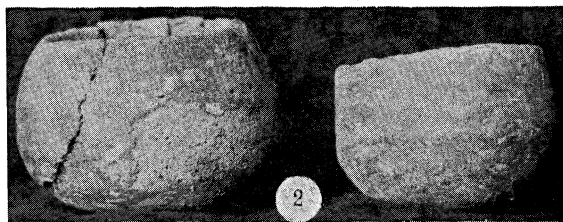
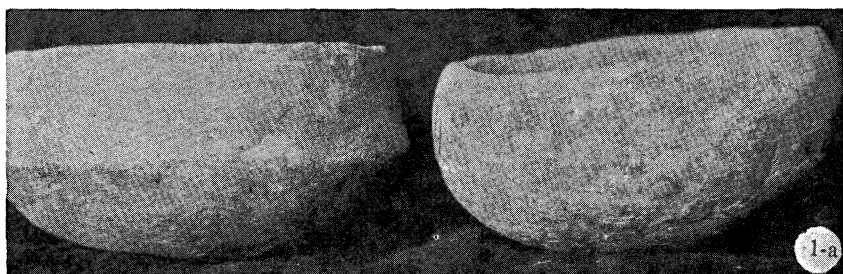
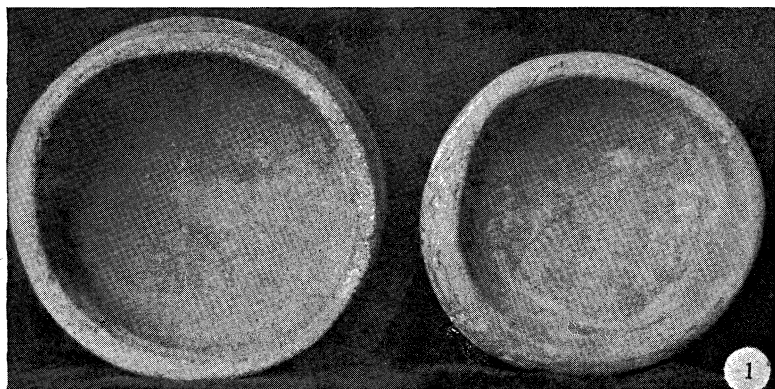
Jazigo de Alcarapinha. 1 a 6 — Placas de xisto, ornamentadas.



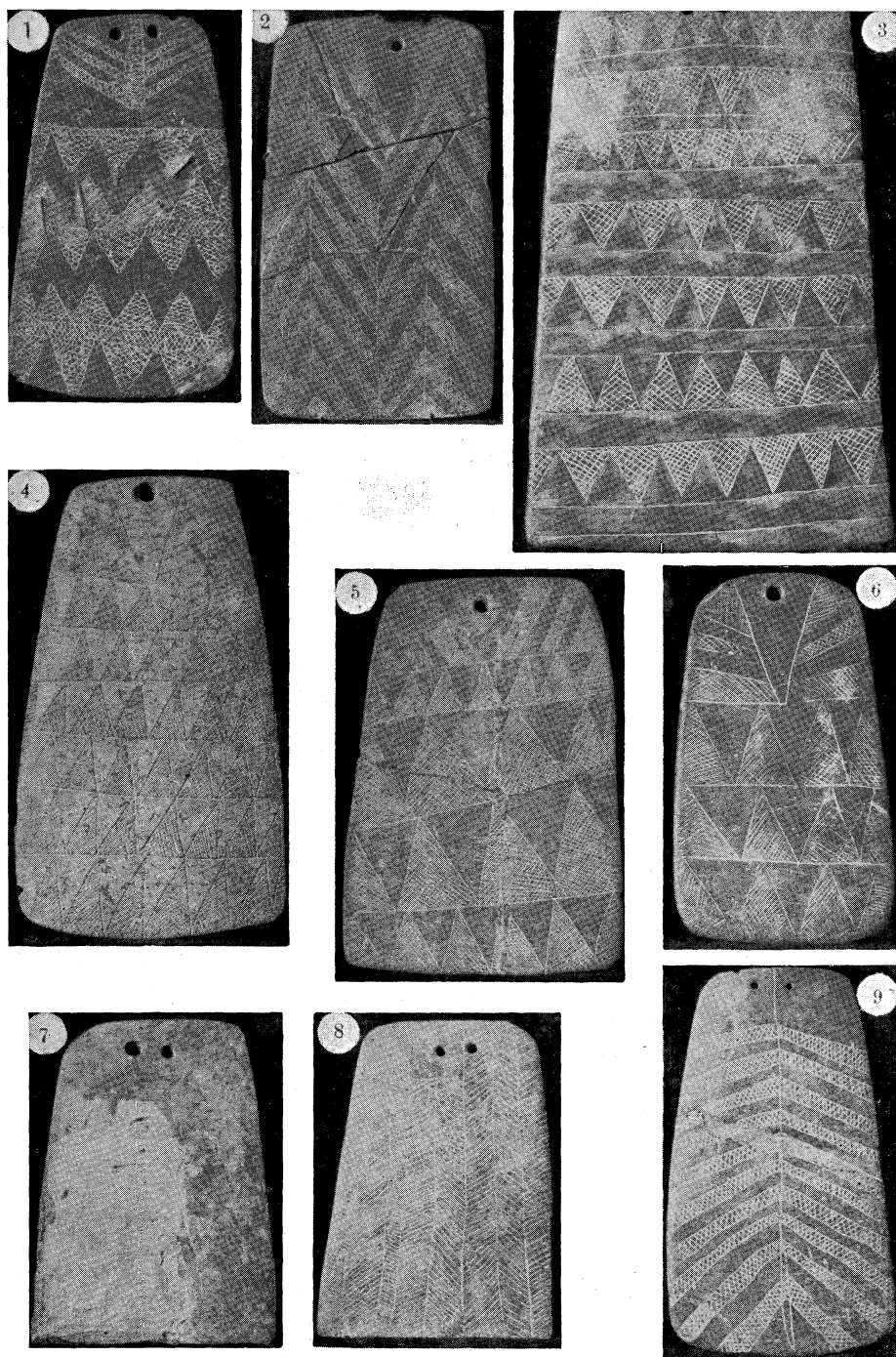
1 e 1-a — (Excepto os dois exemplares à direita, na fila inferior) machados e escopro do *Jazigo de Alcarapinha*. 2 — Pequena placa de xisto, ornamentada, do *Jazigo de Alcarapinha*. 3, 4 e 4-a — Facas e contas de colar, do *Jazigo do Genemigo*.



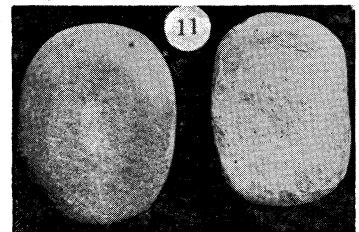
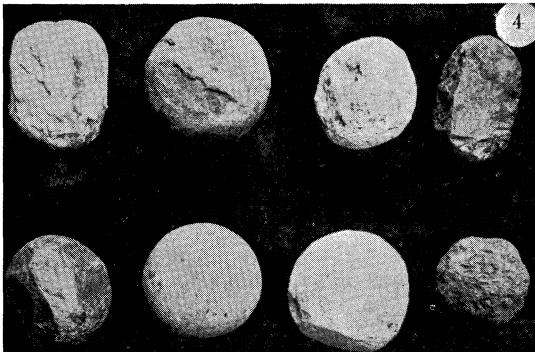
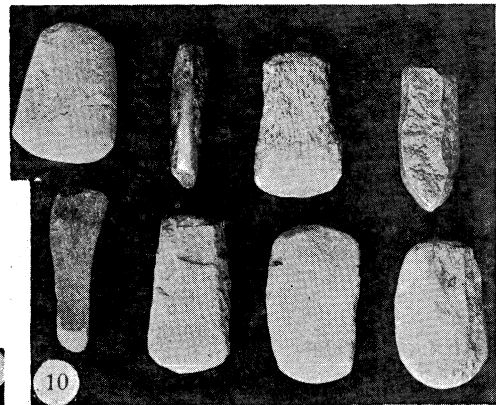
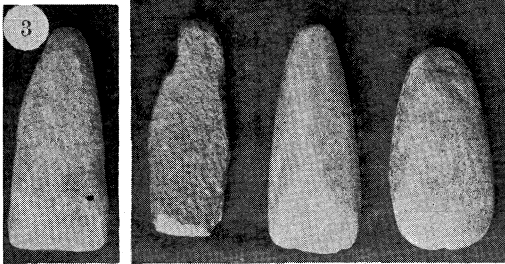
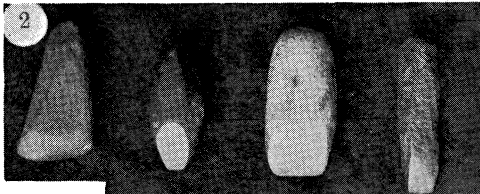
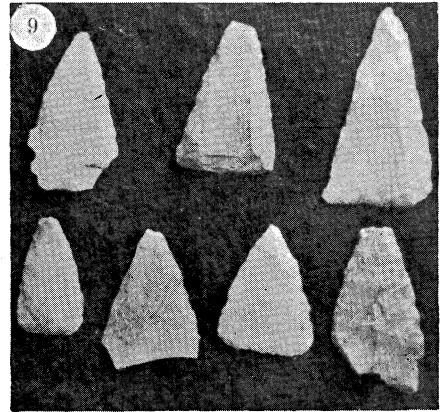
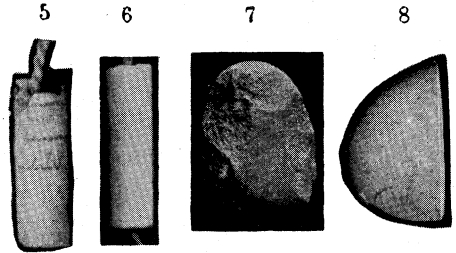
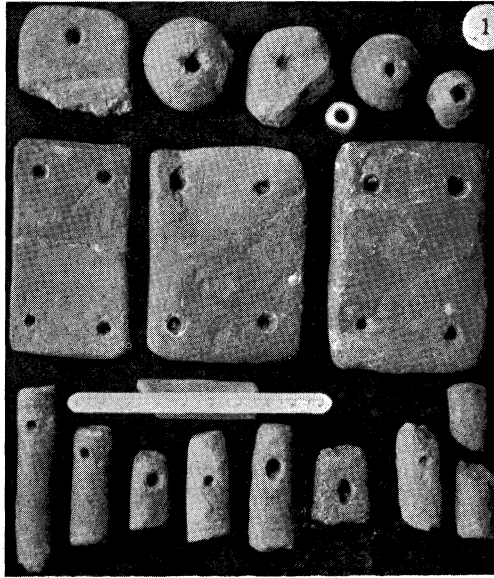
Jazigo do Genemigo. — Cerâmica.



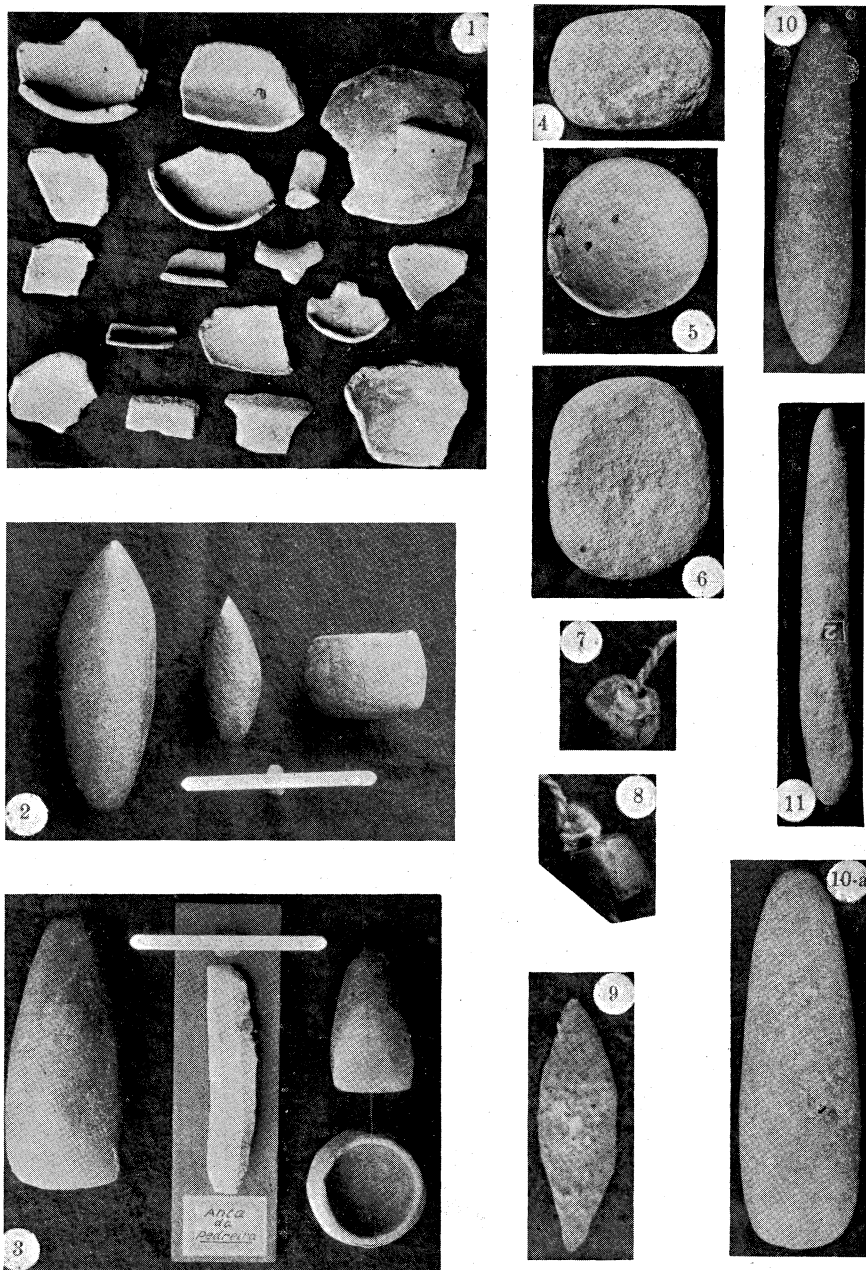
Jazigo do Genemigo. — Cerâmica.



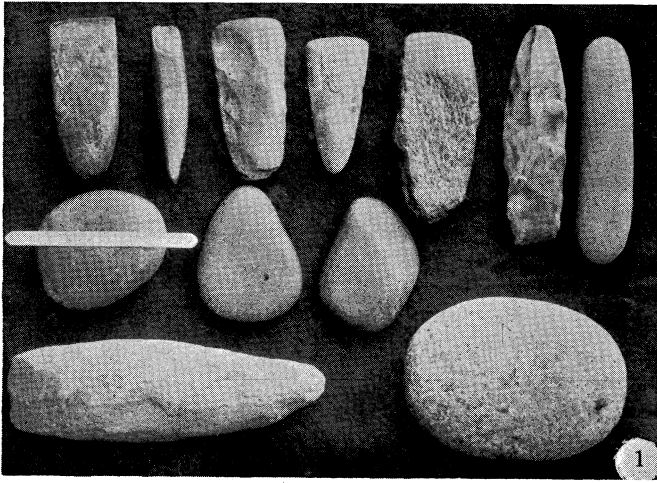
Jazigo de Jenemigo. 1 a 8 — Placas de xisto, ornamentadas.



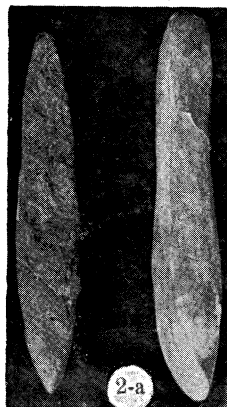
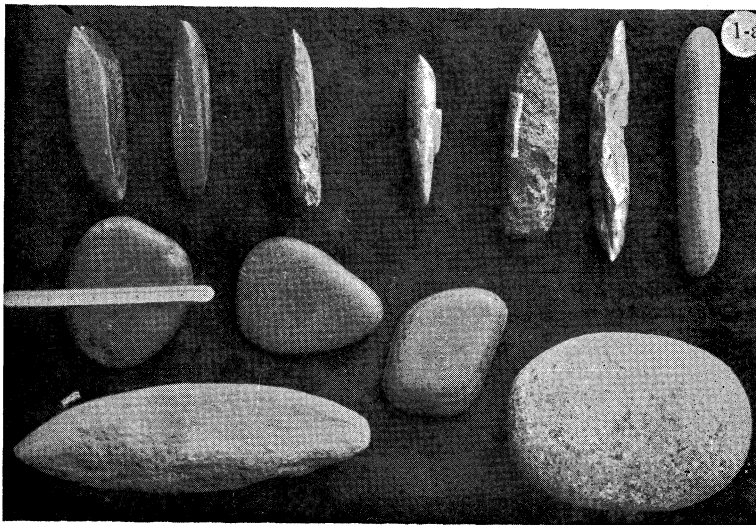
Atalaião. 1 — Objectos de barro cozido (cossoiros, placas perfuradas e cilindróides perfurados). 2 e 3 — Machados, goiva e escopro. 4 — Percutores. 5 e 6 — Contas tubulares. 7 — Percutor de quartzite. 8 — Brunidor de quartzite. 9 — Pontas de seta. 10 — Machados gastos, empregados como percutores ou martelos. 11 — Més.



1 — Cerâmica do Jazigo do Genemigo. 2 — Machados e vasilha da Anta 2 de Vila Fernando. 3 — Machados, faca e vasilha da Anta 2 de Vila Fernando (vid. fot. anterior). 4 — Mó do Atalaião. 5 — Vasilha da Anta 2 do Barrocal. 6 — Mó da Anta 2 do Barrocal. 7 — Conta solta, de Vila Fernando. 8 — Conta de colar, da Anta 1 de Alcarapinha. 9 — Ponta de lança, da Anta 2 do Barrocal. 10 e 10-a — Machado de Vila Fernando. 11 — Punhal (?) de xisto, de Vila Fernando.



1 e 1-a — (Fila superior cinco machados e um escopro do Jazigo de Genemigo; calhaus rolados, e Atalaião; (em baixo) machado da Anta 2 do Genemigo; mó do Atalaião.



2 e 2-a — Machados de Vila Fernand

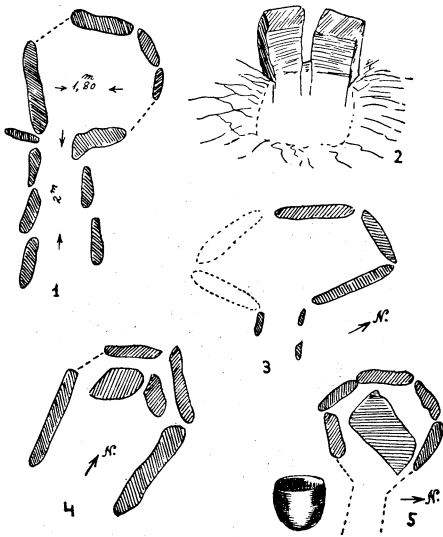


Fig. 2

1 — Anta 1 do Carrão. 2 — Anta 2 de Valverde.
3 — Anta 2 dos Serrones. 4 — Anta 1 dos
Serrones. 5 — Anta 1 do Peral.

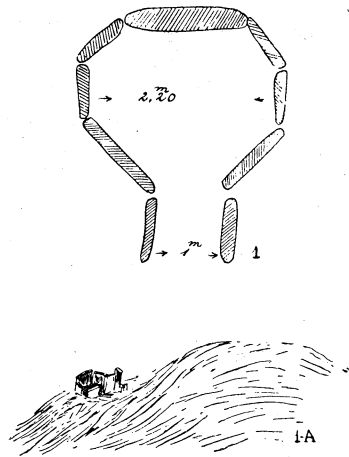


Fig. 3

Anta 5 do Pombal.

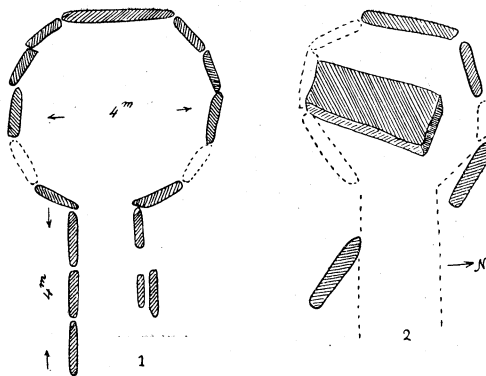


Fig. 4

1 — Anta 1 do Pombal. 2 — Anta 2 do Pombal.

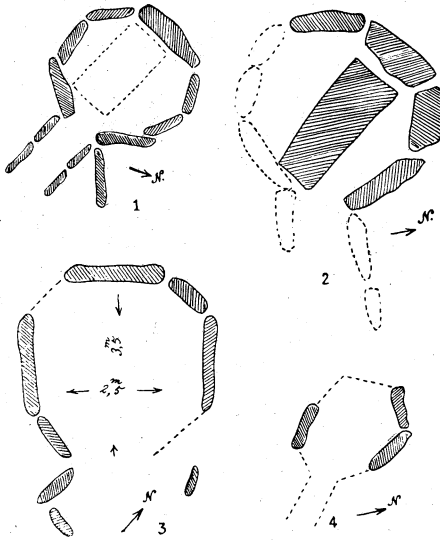


Fig. 5

1 — Anta do Carvão. 2 — Anta 2 do Peral.
3 — Anta da Chaminé. 4 — Anta de Valbom.

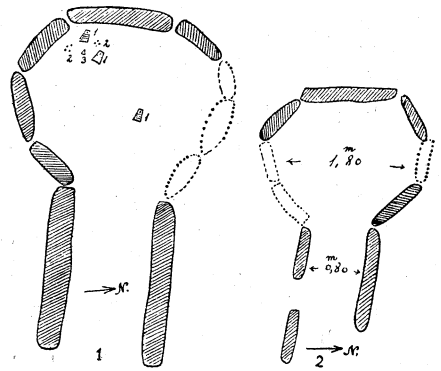


Fig. 6

1 — Anta 5 da Torre das Arcas. 2 — Anta 3 do Pombal.

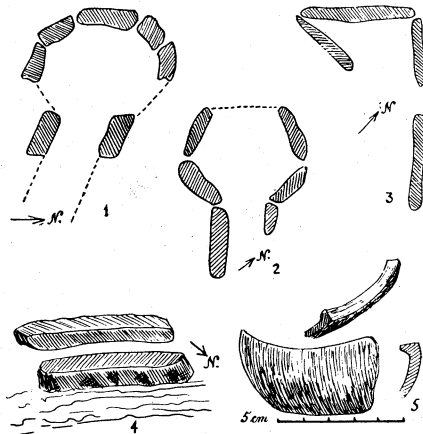


Fig. 7

1 — Anta 1 de Valverde. 2 — Anta 1 da Sobreira. 3 — Anta da Farisoa.
4 — Anta 3 da Torre das Arcas. 5 — Cerâmica da Anta 1 do Carrão.

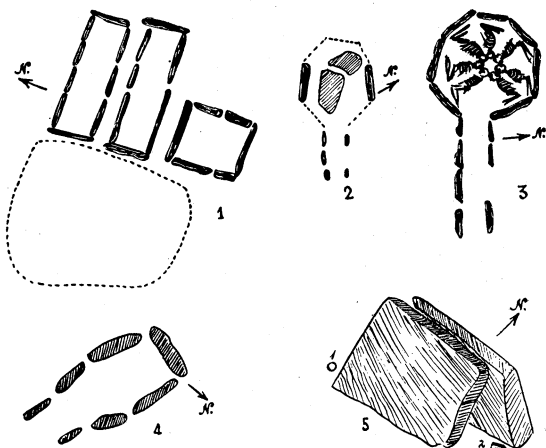


Fig. 8

1 — Jazigo de Alcarapinha. 2 — Anta 1 de Vila Fernando. 3 — Anta 1 de Alcarapinha. 4 — Anta 4 da Torre das Arcas. 5 — Anta 2 do Genemigo.

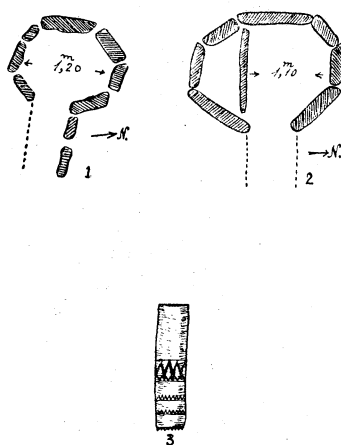


Fig. 9

1 — Anta 1 do Barrocal. 2 — Anta da Defesa. 3 — Conta tubular do Atalaião.

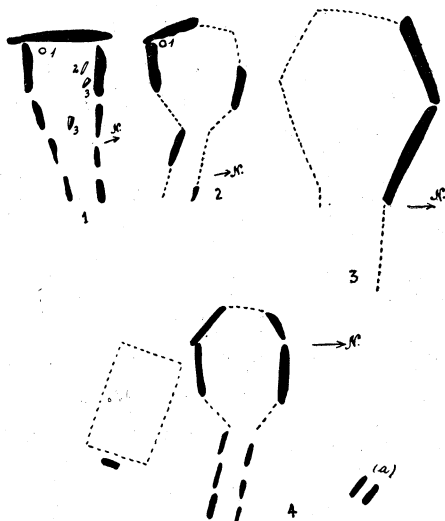


Fig. 10

1 — Anta 2 de Vila Fernando. 2 — Anta 2 do Barrocal. 3 — Anta 1 do Genemigo. 4 — Anta 3 e jazigo do Genemigo.

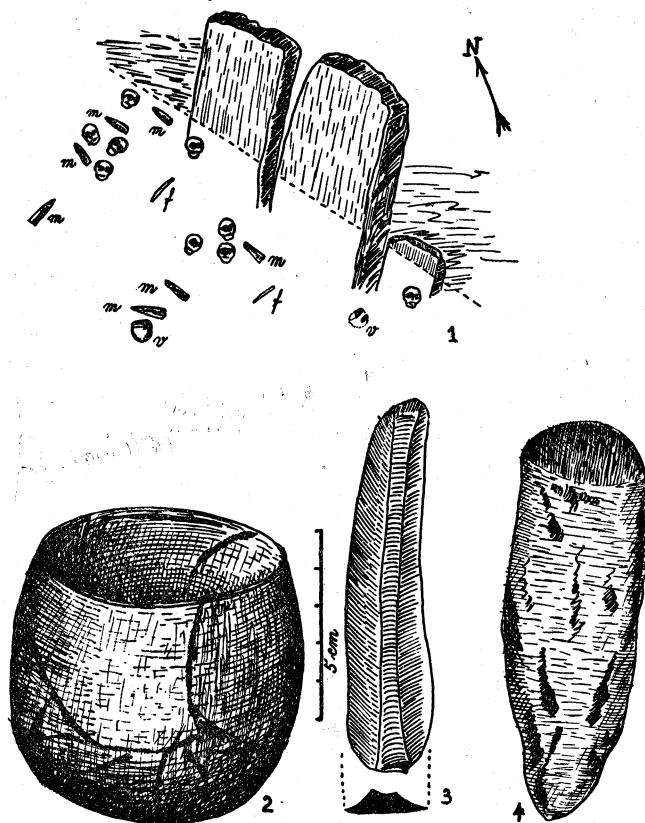


Fig. 11

1 — Anta 2 de Alcarapinha. 2, 3 e 4 — Vasilha, faca e machado da Anta de Alcarapinha.

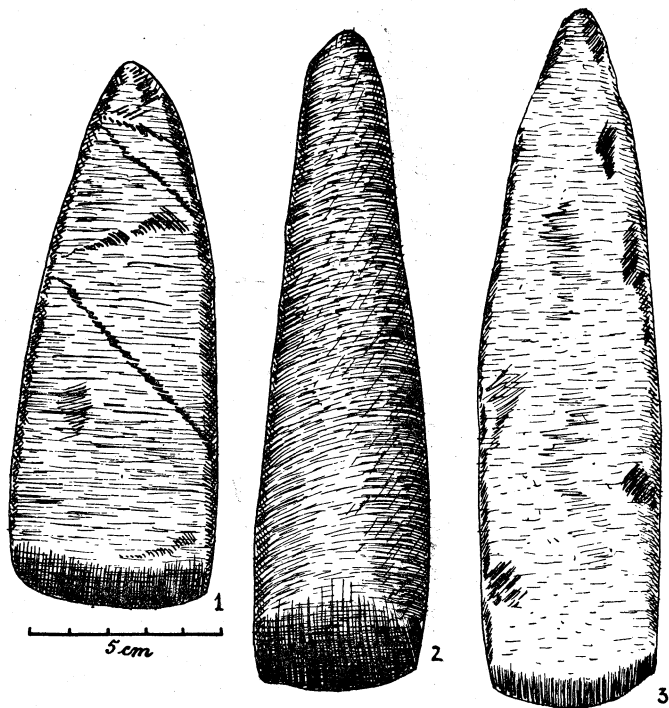


Fig. 12

1, 2 e 3 — Machados da Anta da Alcarapinha.

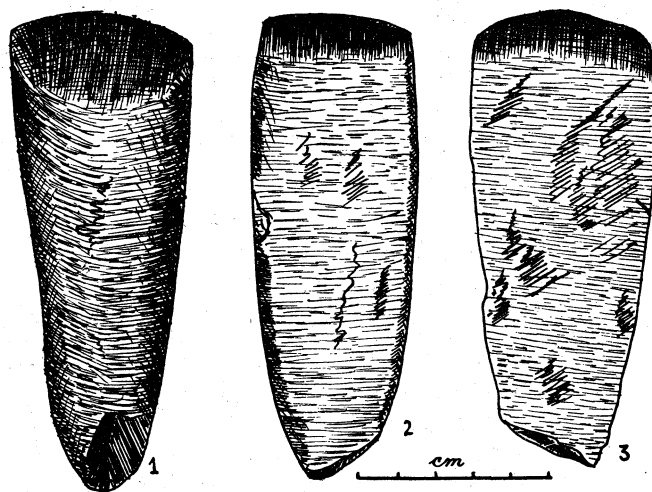


Fig. 13

1, 2 e 3 — Machados da Anta de Alcarapinha.

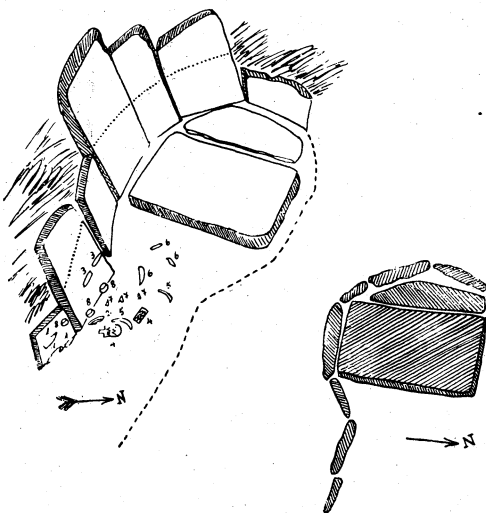


Fig. 14

Anta 2 da Sobreira.

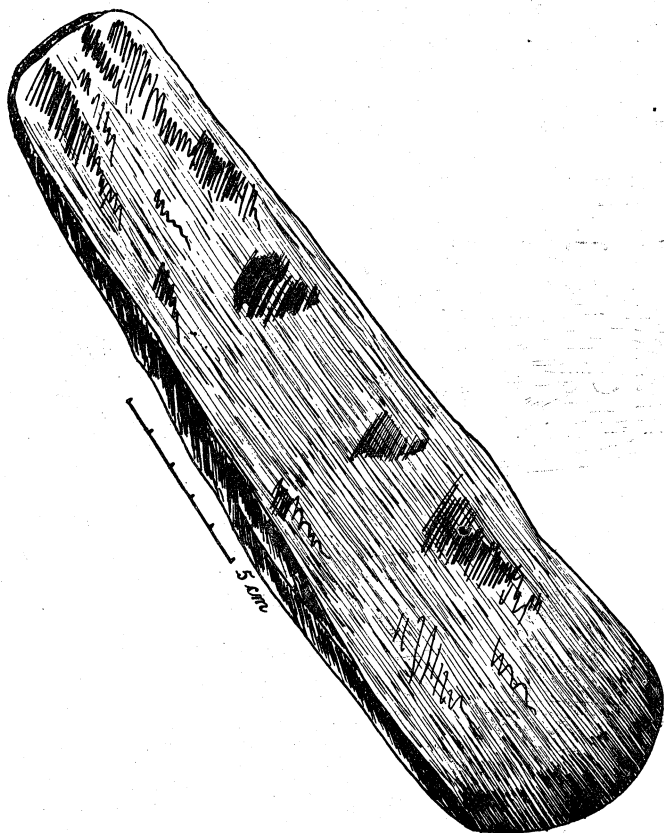


Fig. 15

Machado da Anta da Sobreira.

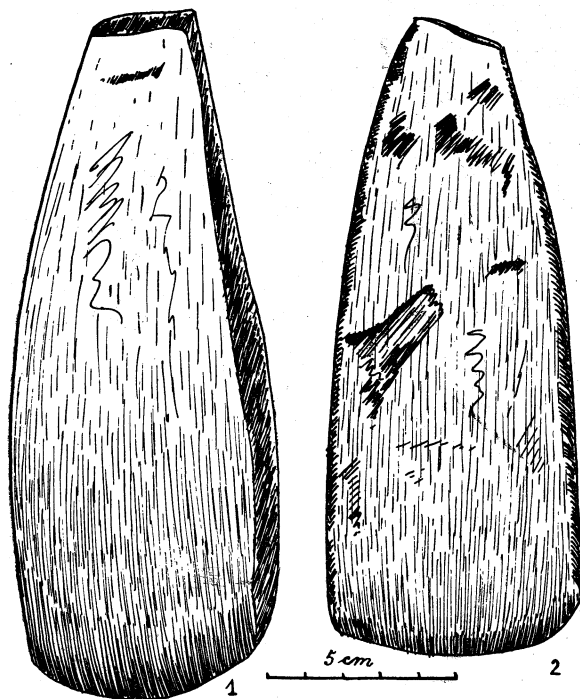


Fig. 16

1 e 2 — Machados da Anta da Sobreira.

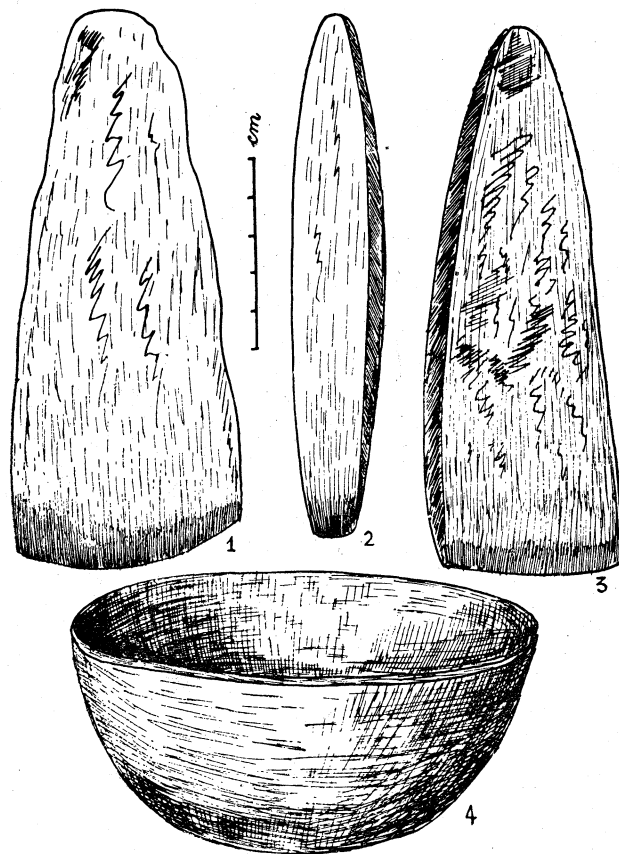


Fig. 17

1, 2, 3 e 4 — Machados, escopro e vasilha da Anta da Sobreira.

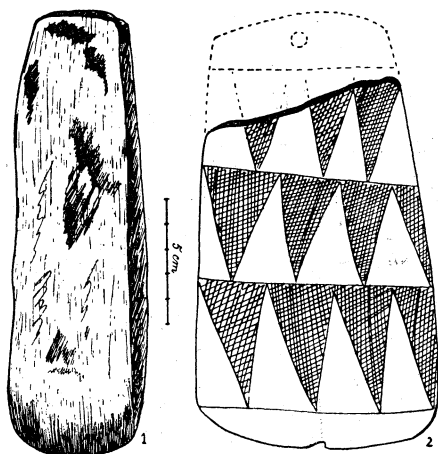


Fig. 18

1 e 2 — Machado e placa da Anta da Sobreira.

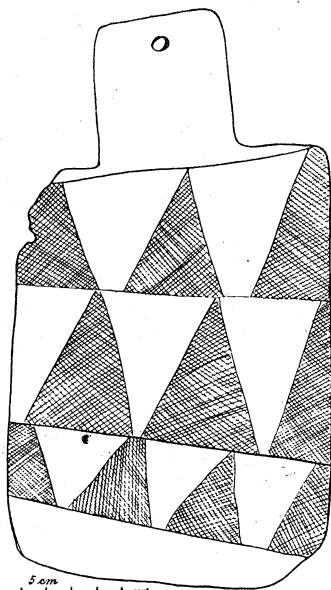


Fig. 19

Placa da Anta da Sobreira.

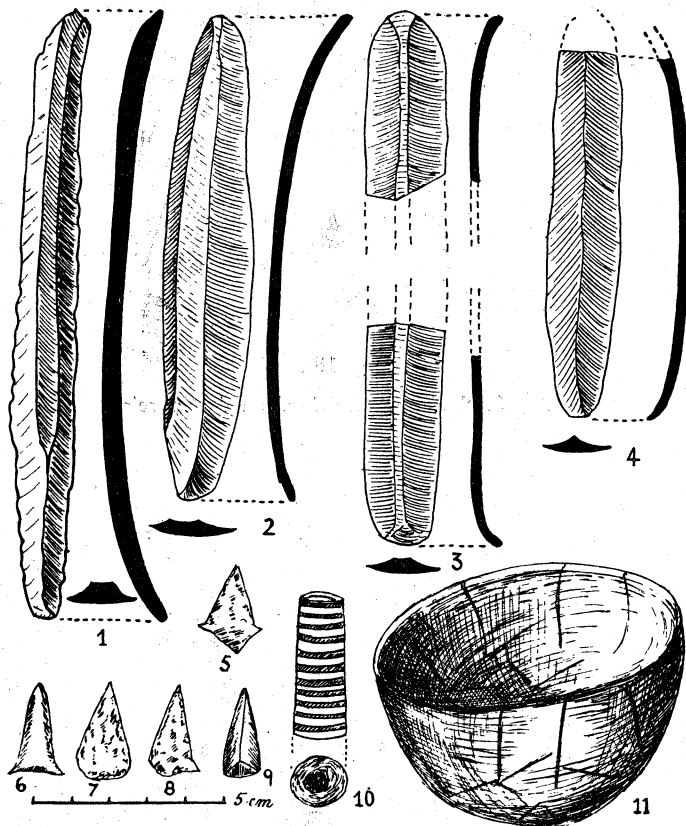


Fig. 20

Anta da Sobreira. 1 a 4 — Facas. 5 a 9 — Pontas de seta. 10 — Cilindro de osso, com estria transversal espiralada. 11 — Vasilha.

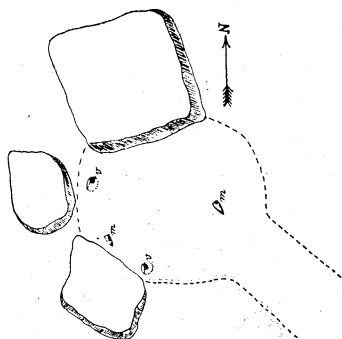


Fig. 21
Anta do Texugo.

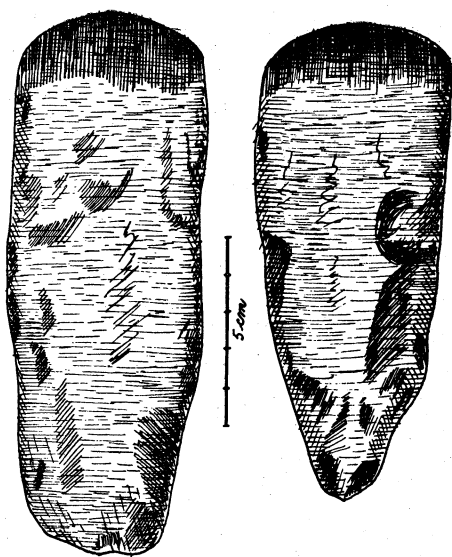


Fig. 22
Anta do Texugo: Machados.

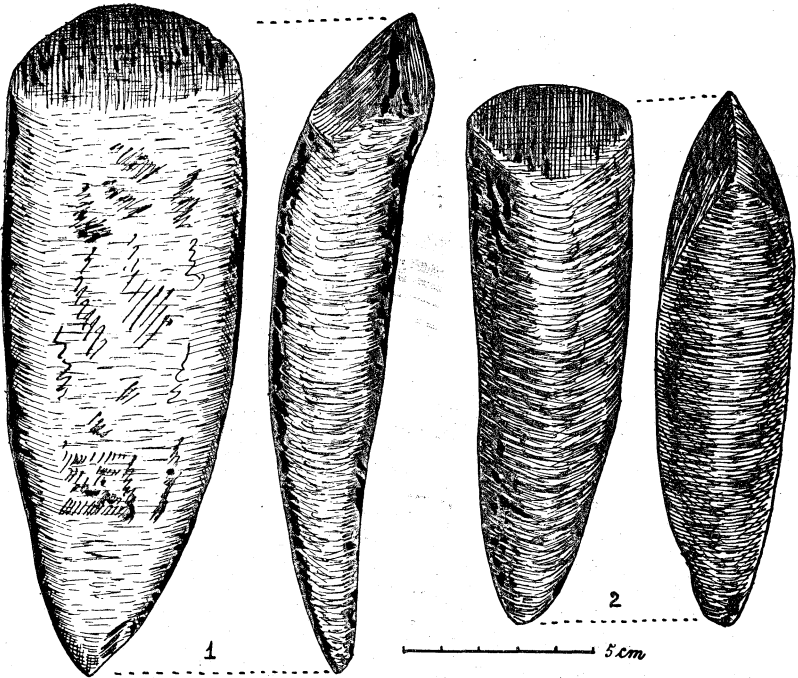


Fig. 23

Anta 2 do Carrão: Machados.

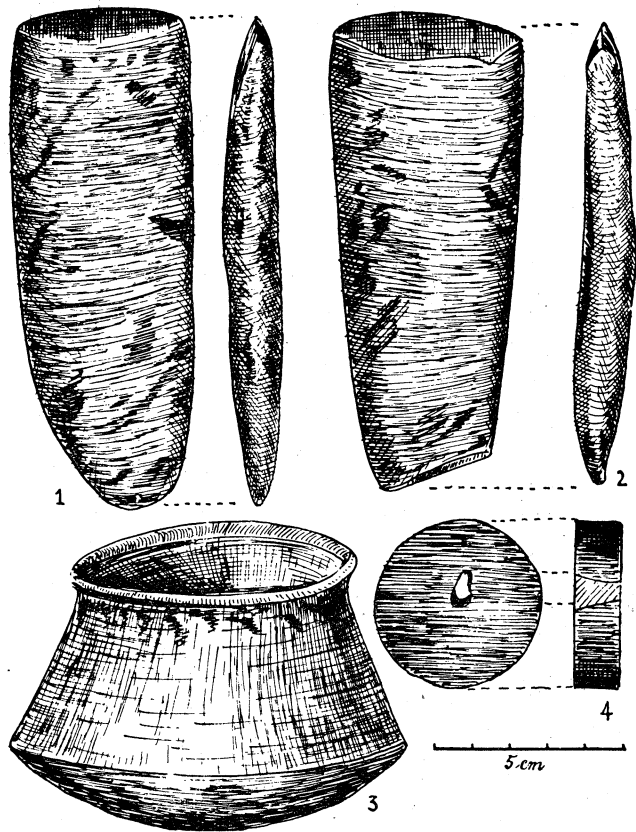


Fig. 24

Anta 2 do Carrão: 1 e 2 — Machados. 3 — Vasilha.
4 — Disco de xisto, perfurado.

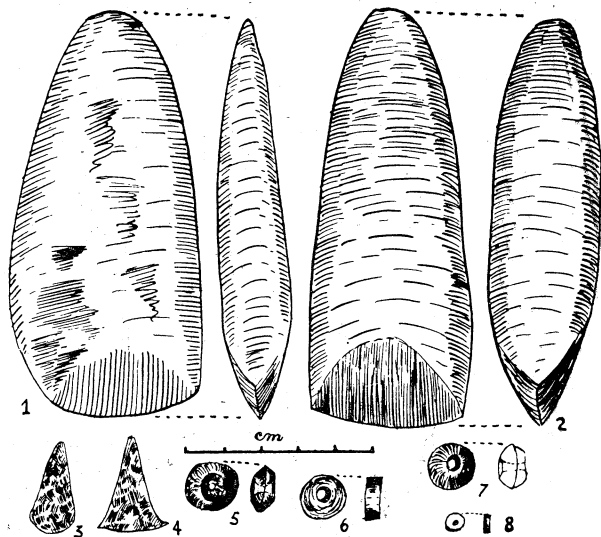


Fig. 25

1 e 2 — Machados da Anta 2 do Carrão. 3 a 8 — Pontas de seta e contas de colar da Anta 5 da Torre das Arcas.

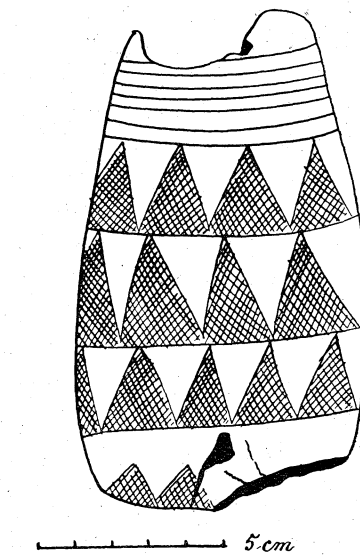
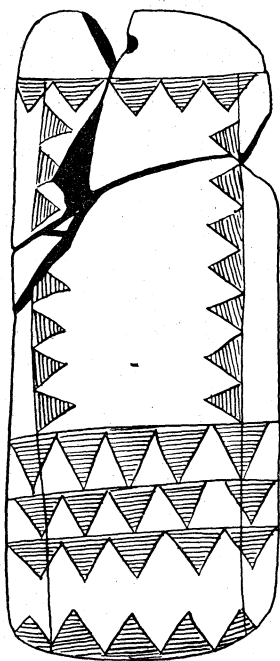


Fig. 26

1 e 2 — Placas de xisto, da Anta 5 da Torre das Arcas.

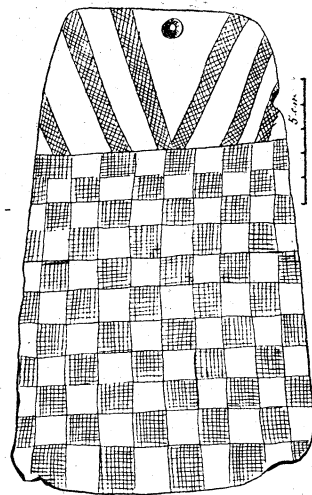


Fig. 27

Placa de xisto, da Anta 5 da
Torre das Arcas. Red. 1/3.

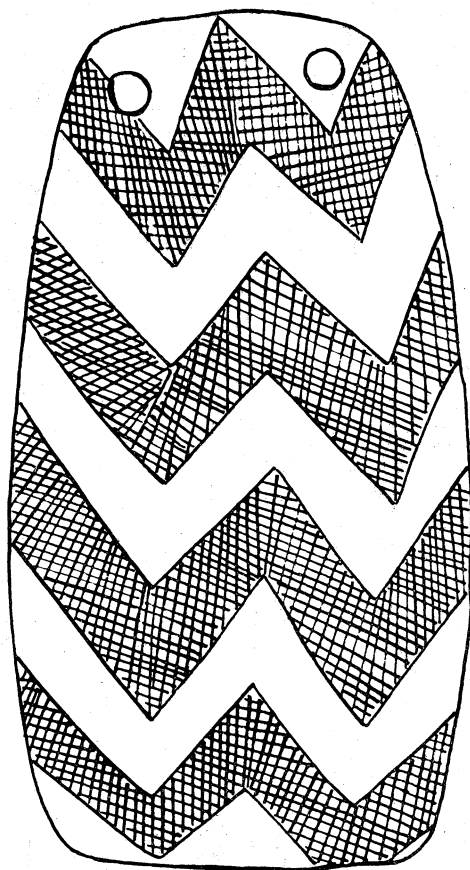


Fig. 28

Jazigo de Alcarapinha. Red. 1/3.

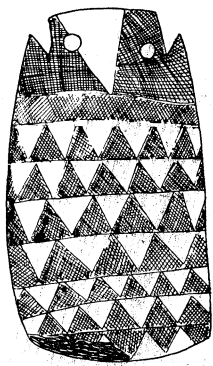


Fig. 29

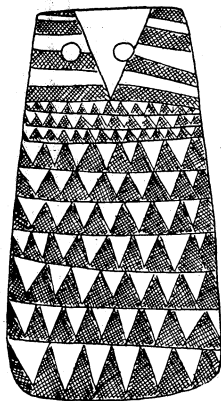


Fig. 30

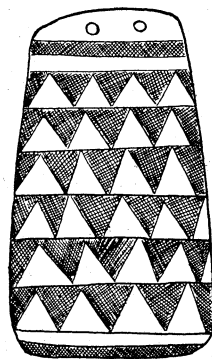


Fig. 31



Fig. 32



Fig. 33

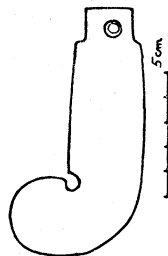


Fig. 34

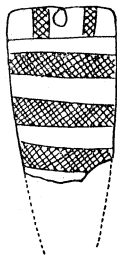


Fig. 35



Fig. 36

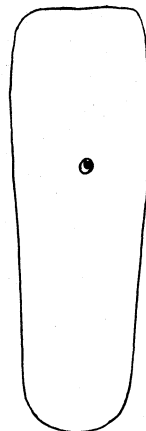


Fig. 37

Jazigo da Alcarapinha. Red. 1/3.

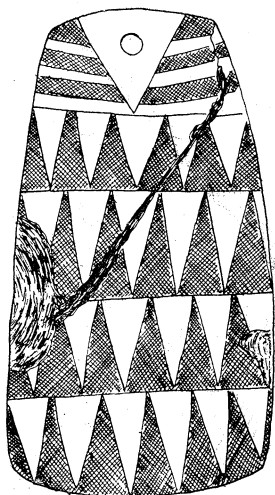


Fig. 38
Jazigo da Alcarapinha. Red. 1/3.

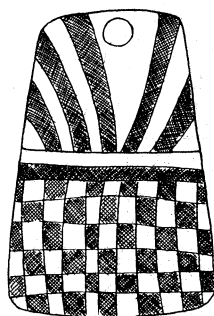


Fig. 39
Jazigo da Alcarapinha. Red. 1/3.

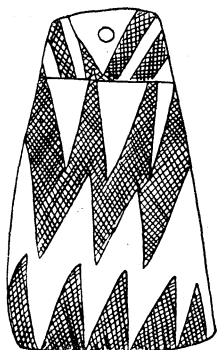


Fig. 40
Jazigo do Genemigo. Red. 1/3.

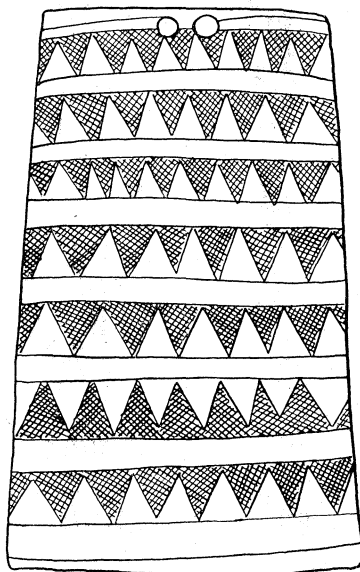


Fig. 41
Jazigo do Genemigo. Red. 1/3.

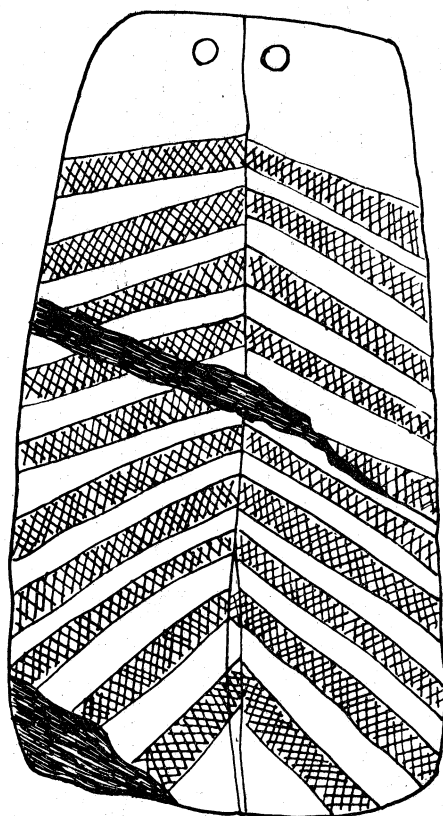


Fig. 42

Jazigo do Genemigo. Red. 2/3.

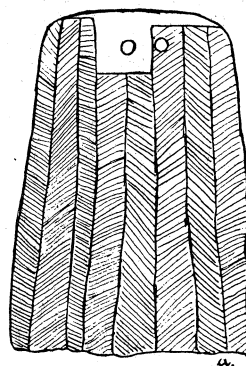


Fig. 43

Jazigo do Genemigo. Red. 1/3.

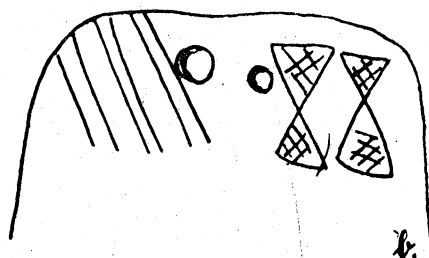


Fig. 43-a

Jazigo do Genemigo. Red. 2/3.

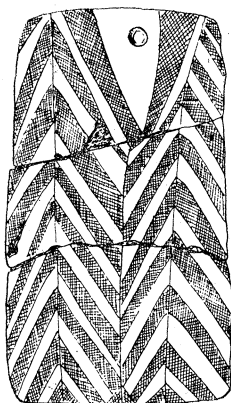


Fig. 44

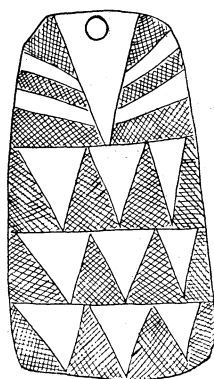


Fig. 45

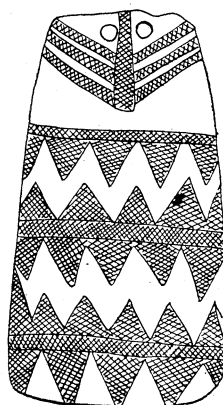


Fig. 46

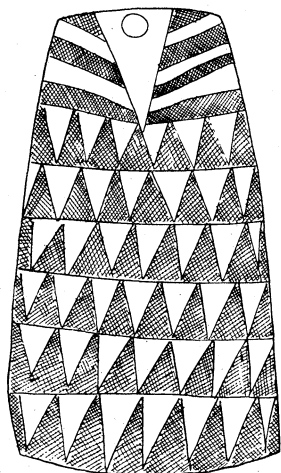


Fig. 47

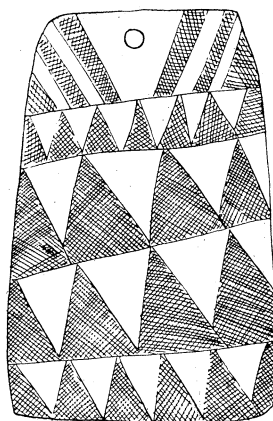


Fig. 48

Jazigo do Genemigo. Red. 1/3.

Antiguidades do Lousal (Grândola)

Sepulturas descobertas

POR

O. da Veiga Ferreira e A. Rodrigues Cavaco

As investigações arqueológicas na área de Lousal — zona compreendida entre as minas de cobre do Lousal e as da Serra da Caveira, Grândola — começaram em meados de Abril de 1952 sob a orientação de um dos signatários (R. Cavaco).

Sobre a primeira descoberta realizada foi publicada uma nota, devido à importância do primeiro monumento encontrado (1).

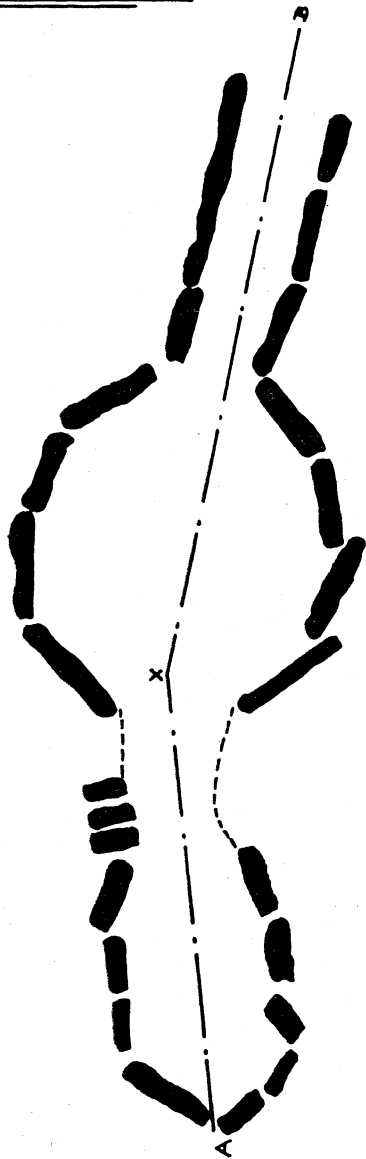
Nas explorações, que continuaram durante o ano de 1952, foram localizados dois núcleos de monumentos megalíticos, algumas cistas possivelmente argáricas e uma sepultura romana. É sobre estes monumentos funerários que faremos menção na presente nota.

A primeira zona explorada, fica a cerca de 1.000 metros para Poente das minas do Lousal, e aí foram encontrados três monumentos megalíticos, uma cista da idade do ferro, junto ao terceiro daqueles monumentos, e um grupo de cistas isolado.

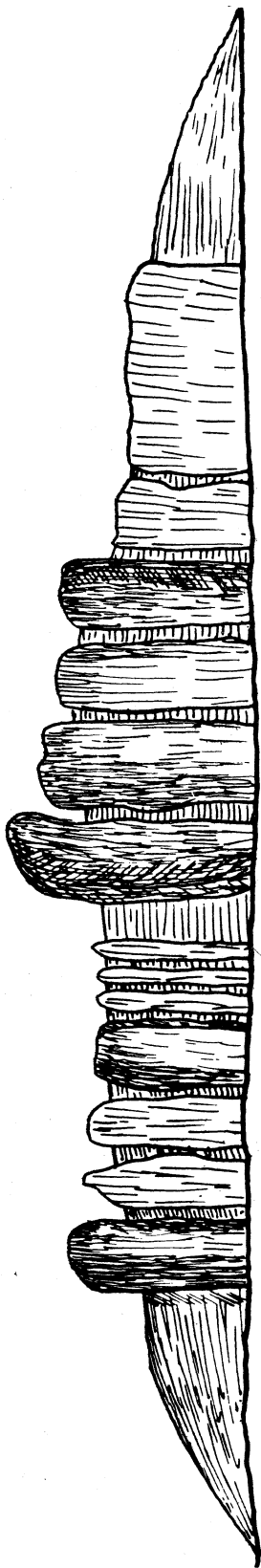
Monumento n.º 1 do Lousal. — Foi descrito e estudado na nota acima referida.

(1) O. da Veiga Ferreira e A. Rodrigues Cavaco — *O monumento pré-histórico do Lousal (Grândola)*, «Com. Serv. Geol. de Portugal», T. xxxiii, 1952.

Nm.



PLANTA



CORTE

Fig. 1

Sepultura n.º 2 do Lousal. — Situada a cerca de 2.000 metros da pirâmide geodésica «Bairros» no rumo 188°. Este túmulo é uma pequena galeria coberta ou cista megalítica, semelhante a algumas encontradas nas Caldas de Monchique (1). Os mesmos esteios, a mesma altura, a mesma forma, etc. Como espólio, apenas encontramos à entrada duas vasilhas do tipo semiesférico de grande abertura, precisamente com o mesmo aspecto das do Algarve e de certas regiões do Alentejo.

Sepultura n.º 3 do Lousal. — Situada a cerca de 1.050 metros da pirâmide geodésica «Bairros» no rumo de 176°. Monumento muito danificado apresenta uma cripta circular tendo actualmente só quatro esteios, e uma pequena galeria com um grande esteio dum lado e dois do outro. O seu aspecto faz pensar num monumento de falsa cúpula. Porém, como se disse, o seu estado de destruição é grande. Como espólio apenas foi encontrado restos de dois vasos de cerâmica lisa, e uma pedra furada para servir de pendeloque ou rude botão em virtude da sua furação.

Encostada a esta sepultura foi encontrada uma cista com restos de cerâmica atípica e quatro instrumentos de ferro. Os instrumentos de ferro, muito corroídos, parecem-nos lanças. A presença de instrumentos de ferro leva-nos a admitir esta idade na área do Lousal. Porém, com os elementos encontrados, nada de certo se pode afirmar. Limitamo-nos por isso a registar o facto.

A cerca de meio quilómetro para W do primeiro monumento do Lousal identificamos um cemitério constituído por cistas. A superfície do terreno está coberta delas, mas apenas exploramos duas. O seu aspecto lembra as de tipo argárico do Alentejo

(1) J. Formosinho, O. da Veiga Ferreira e A. Viana — *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique*, «Trab. de Antrop. e Etnol.», Vol. XIV, fasc. 1-2, 1953.

e Algarve, conquanto sejam um pouco maiores. Não foi encontrado nenhum objecto.

A segunda zona explorada, conhecida pelo nome de Monte das Boiças, fica a cerca de 7.000 metros para NW do monumento n.º 1 do Lousal. Aí foram localizadas e exploradas mais três sepulturas megalíticas. A primeira, é um monumento de proporções gigantescas, conhecido no local, pela pedra da pata

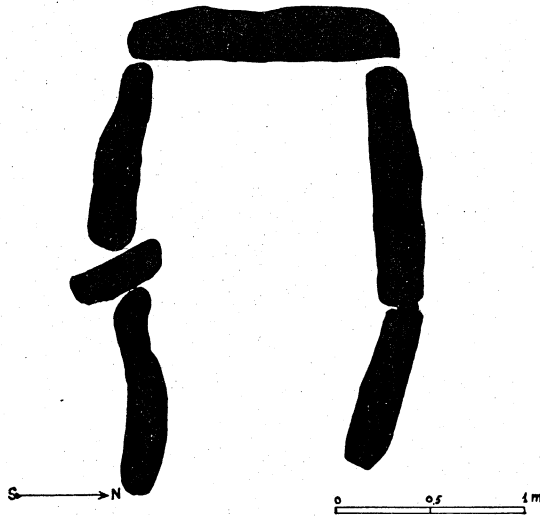


Fig. 2

do cavalo. Vamos descrevê-lo para dar uma ideia da sua grandiosidade. É constituído em planta por duas partes: a cripta e a galeria. A cripta, formada por oito esteios (os que restam actualmente), atinge no seu maior diâmetro quase 6 metros. Alguns dos esteios medem $2^m,00 \times 3^m,00 \times 0^m,60$. Como se vê são pedras gigantescas.

A galeria, actualmente com quatro esteios e um travessão, é reduzida em relação à grandiosidade da cripta. Durante a exploração do monumento que havia sido violado, notamos entre

os esteios restos de parede feito de pequenas pedras, assim como, notamos também enorme quantidade delas no meio da câmara, o que nos leva a pensar, ter sido coberto com uma gigantesca falsa cúpula. O monumento tem restos do «tumulus», que lhe dá visto da base da mamoa, um aspecto imponente de castelo antigo. É o maior monumento que conhecemos, com a excepção

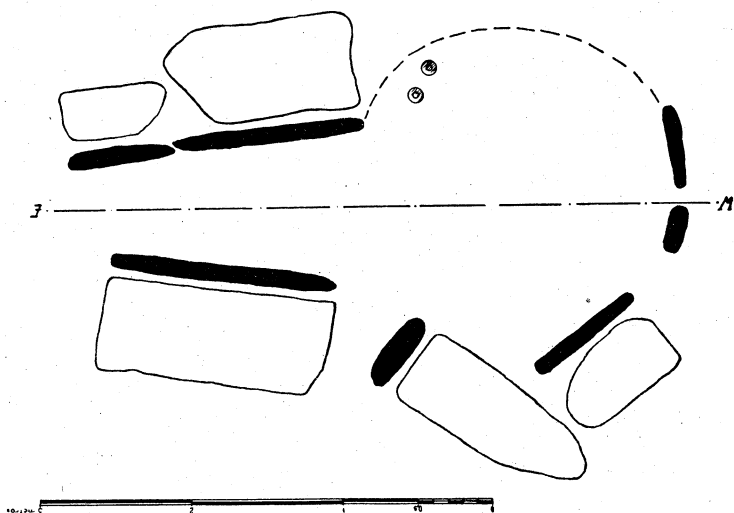


Fig. 3

do monumento do Barro. (Torres Vedras) que é, já se vê, doutor tipo de construção e cultura. O Prof. Heleno forneceu-nos muito amavelmente as medidas dos maiores monumentos megalíticos do Alentejo que têm respectivamente no diâmetro da câmara:

Anta da Comenda — da Igreja	4 ^m ,60
Anta do Paço	4 ^m ,20

bastante menores, como se vê, da enorme câmara do agora estudado. A galeria não estava violada e, foi aí, que encontramos o

melhor material. Na cripta, apenas a área junto aos esteios estava intacta, e podemos observar qual era a posição do espólio. Em cada intervalo dos esteios, junto à base, encontramos restos de vasilhas de barro, uma amoladeira, uma placa de xisto gravada e fragmentada, furadores, duas lâminas de xisto, etc.

Na galeria foram encontradas duas lâminas, uma de sílex e outra de calcário oolítico silicificado. Qualquer delas bem retocada

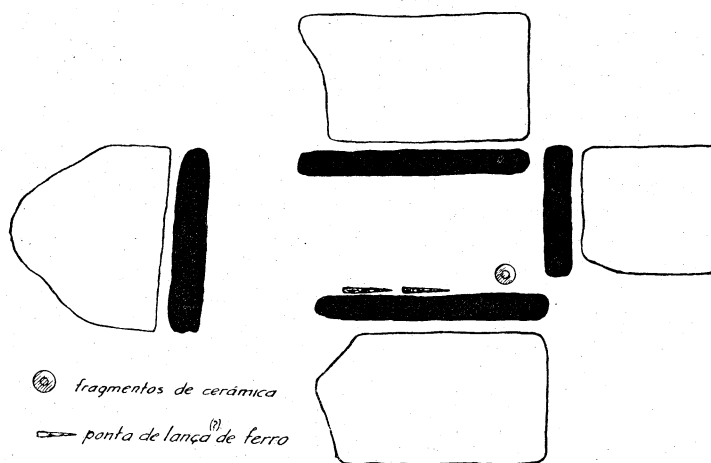


Fig. 4

Sepultura n.º 2 das Boiças. — A cerca de 500 metros para Nascente da sepultura anteriormente descrita encontra-se uma poderosa mamoa. Dentro, e orientada EW, foi encontrada uma curiosa galeria coberta ou cista megalítica do mesmo tipo das das Caldas de Monchique. Sepultura ligeiramente elíptica, com pequena entrada e tendo como cabeceira um único esteio. Foi realmente pena que nada contivesse. Não lhe falta nenhum esteio e o seu estado quando da exploração era perfeito. A circunstância de não se haver encontrado espólio deixa em aberto a questão da sua cronologia rigorosa, apenas podemos compará-la, pelo tipo de construção, com as de Monchique.

Sepultura n.º 3 do Monte das Boiças. — A cerca de 300 metros para Sul do primeiro monumento deste grupo, e junto a um

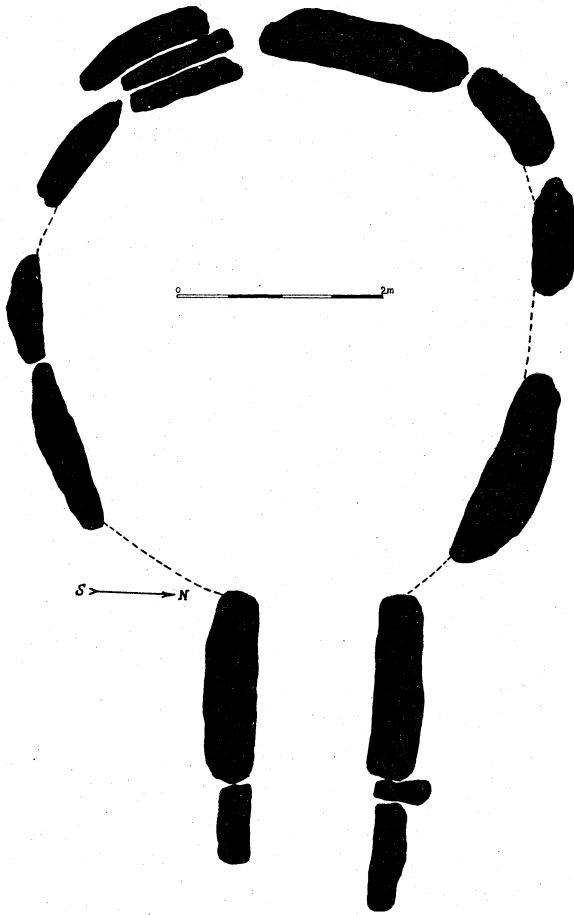


Fig. 5

Monte (Herdade com casas) vê-se uma pequena cista megalítica absolutamente violada. Medimo-la e fotografamo-la.

Sepultura romana. — Quando procedíamos à exploração do monumento da pata do cavalo, fomos fazendo perguntas sobre

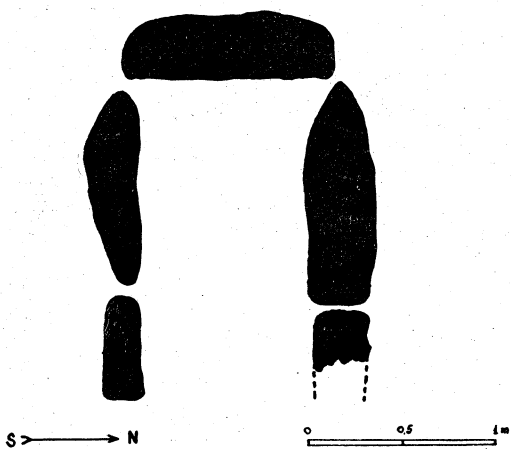


Fig. 6

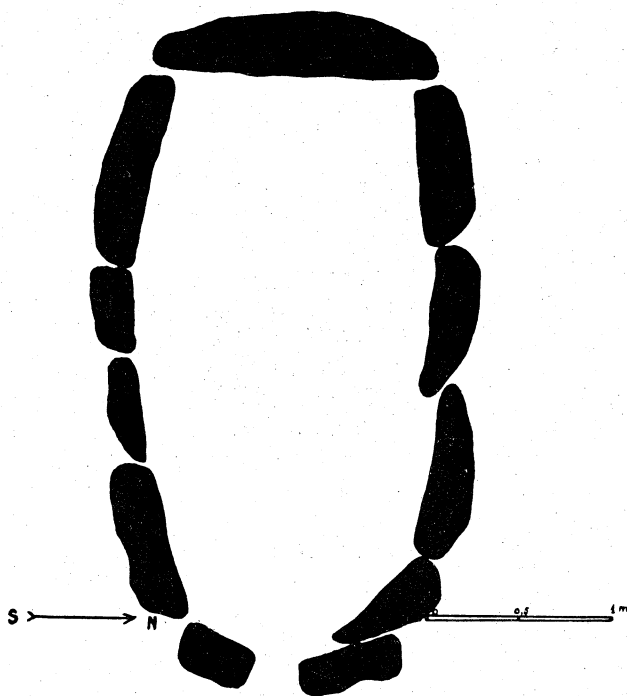


Fig. 7

as ruínas e achados dos *tempos dos mouros* às pessoas que chegavam ao alto do monte para ver desenterrar as grandes riquezas em ouro que os antigos ali guardavam na credice dos pobres diabos que nos apareciam com olhos de cobiça. E assim, soubemos que a cerca de 100 metros para Nascente, numa horta, tinha aparecido em tempos uma caixa feita de diversas pedras e dentro vasos de vidro. Fomos imediatamente ao local falar com o homem que tinha feito o achado e vimos de facto uma cova rectangular, os esteios e a tampa, mas sobretudo o que não nos deixou dúvidas, foram os restos de vasos de vidro. Vimos os bocais de dois *lacrmatórios* ou *ampolas* e o gargalo do vaso quadrado do aspecto de outros já conhecidos.

Trata-se, pois, duma sepultura romana que faz parte, por certo, dum cemitério a explorar. Aqui deixamos a indicação para outros que por lá tenham de passar e trabalhar.

Espólio

O espólio encontrado, em relação à quantidade de sepulturas exploradas e seu tamanho, é quase nulo. Faremos a descrição deste pela ordem da numeração feita para os monumentos.

O espólio do monumento n.º 1 do Lousal, já foi descrito e publicado. Reproduzimos, no entanto, alguns desenhos e as fotografias. (Est. I, fig. 1 — ponta de cobre, fig. 2 — punção de cobre, figs. 3, 4, 5 e 6 — vasos cerâmicos e fig. 6 — placa de arqueiro).

Sepultura n.º 2. — Urna de barro semiesférica com as características das encontradas nos monumentos das Caldas de Monchique, alguns monumentos do Alentejo e grutas da Estremadura. Abertura 125 mm. (Est. II, fig. 8).

Restos de outra vasilha de maiores dimensões paredes muito espessas e elevadas de barro muito grosseiro e anegrado.

Sepultura n.º 3. — Restos de cerâmica grosseira manual e uma pedra furada para servir de pendeloque. O furo é enviesado e parece ter sido aproveitado dum lesim da rocha. Dimensões: comp. 38 mm., larg. 28 mm., esp. máx. 11 mm.

Cista que estava encostada. — Esta sepultura de forma rectangular tinha dentro cerâmica atípica e quatro instrumentos de

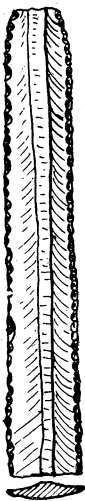


Fig. 8

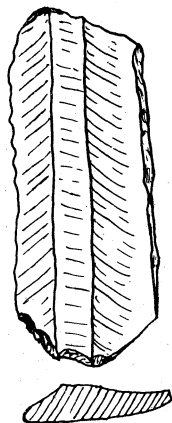


Fig. 9

ferro muito corroídos que parecem lanças. Não há dúvida que o material é o ferro e uma delas parece ainda conservar a nervura da folha de lança. Comp. da maior, 235 mm., da menor, 150 mm.

Sepultura n.º 1 do Monte das Boiças. — Fragmentos de bordos de cinco vasos de pequeno diâmetro, que pelo bordo espesso, parecem pertencer à categoria da cerâmica de tipo dolménico.

Tampa de vasilha feita de pórfiro. É semelhante a algumas feitas de calcário encontradas nas estações da Península de Lisboa. Diâmetro 90 mm.

Faca de sílex finamente retocada em ambos os bordos. Comp. 92 mm., larg. 15 mm., esp. 5 mm. (Est. II, fig. 9).

Grande lâmina de calcário oolítico silicificado. Está muito patinada e os retoques estão muito embotados. Comp. 70 mm., larg. 28 mm., esp. 10 mm. (Est. II, fig. 11).

Grande lâmina tosca de xisto. Comp. 115 mm., larg. 37 mm., esp. 10 mm.

Outra lâmina também de xisto mais pequena. Comp. 67 mm., larg. 30 mm., esp. 8 mm.

Fragmento de placa ídolo de xisto ardosiário gravada numa das faces com dois triângulos e duas faixas. É semelhante às abundantemente encontradas na cultura dolménica portuguesa do Alentejo. Comp. 75 mm., larg. 67 mm., esp. 8 mm. (Est. II, fig. 10).

Amoladeira de grauvaque «borra de vinho». De formato rectangular e relativamente espessa apresenta nas duas faces uma depressão muito polida produzida pela passagem repetida de um objecto duro com o fim certamente de o desgastar e polir dada a natureza da rocha de que é feita a amoladeira.

Na estação pré-histórica da Herdade da Fontalva, cujo espólio se encontra no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal oferecido pelo Dr. Rui de Andrade, e que está a ser estudado por um dos signatários (V. Ferreira em colaboração com A. do Paço e A. Viana), encontram-se alguns tipos de amoladeira, mas diferentes deste, pois serviram também de pilão ou mó. Comp. 124 mm., larg. 80 mm., esp. 32 mm.

Lasca de sílex com bulbo de percussão bem marcado. Comp. 42 mm., larg. 24 mm., esp. 12 mm.

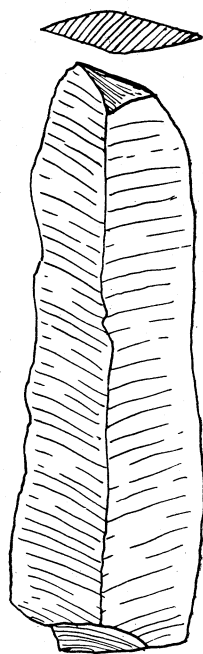


Fig. 10

Furador de quartzito, em que a ponta, apresenta alguns retoques. Comp. 55 mm., esp. 11 mm.

Fragmento de placa de xisto ardosiano com sulcos. Comp. 42 mm., larg. 32 mm., esp. 2 mm.

Como se disse no início, as outras duas sepulturas não continham espólio. As cistas de tipo argárico também não, e a sepultura romana apenas continha restos de vasilhas de vidro.

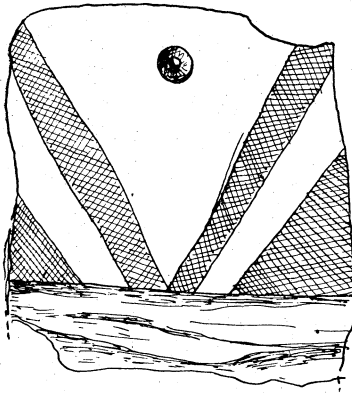


Fig. 11

CONCLUSÕES

Ao publicarmos a nota sobre o monumento pré-histórico do Lousal, havíamos dito ter a esperança de encontrar outros elementos cronológicos, quando explorássemos as restantes sepulturas que haviam

sido já identificadas. Porém, nada de novo se encontrou, continuando de pé o que dissemos quanto à cronologia do primeiro monumento. Não há dúvida que os outros monumentos do Lousal e os das Boiças em nada se assemelham ao já estudado. Embora dois deles possam ter sido cobertos pelo sistema de falsa cúpula, não nos parece terem qualquer influência almeriense. As galerias cobertas ou cistas megalíticas trazem um novo elemento para o Alentejo, pois não as conhecíamos senão no Algarve. Certas pequenas sepulturas do Alentejo, que alguns autores querem comparar com as do Algarve, em nada se assemelham. Tivemos a oportunidade de observar isto quando na companhia de Georg e Vera Leisner explorámos algumas pequenas mamoaas na serra de Montargil, que haviam sido assinaladas dois anos antes, por um dos signatários da presente

nota (V. Ferreira) quando procedia ao levantamento geológico da Serra.

No conjunto das pesquisas feitas, podemos dizer haver quatro núcleos culturais diferentes, admitindo serem as cistas do período argárico, e a sepultura 3-A da idade do ferro.

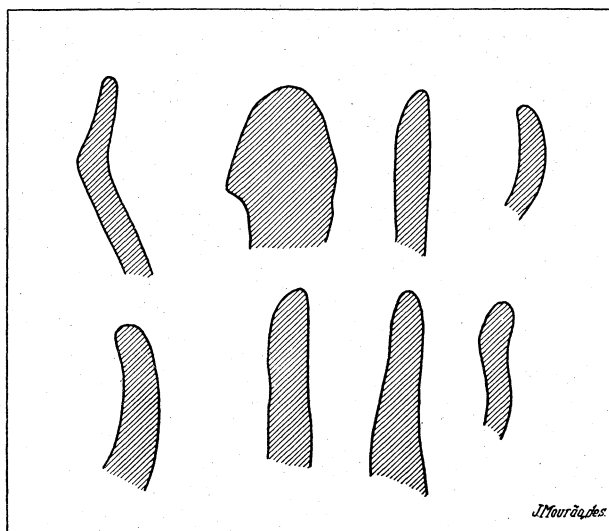


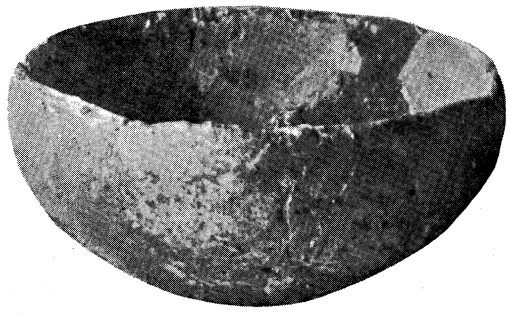
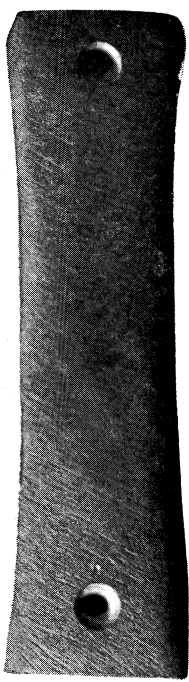
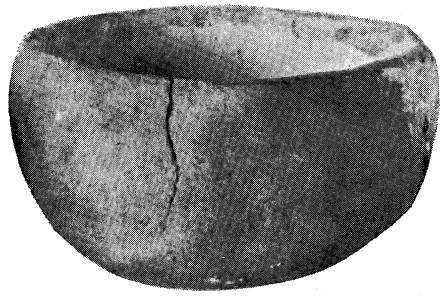
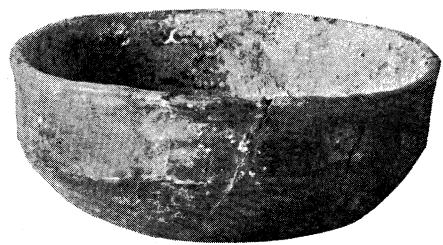
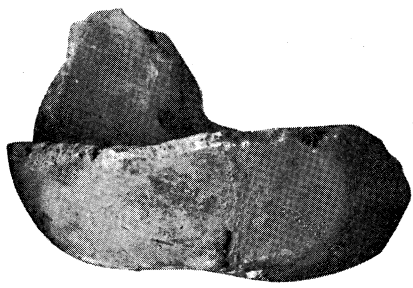
Fig. 12

No núcleo megalítico podemos observar três sistemas de sepulturas:

- a) Uma sepultura com influências de Alcalar ou Almeria.
- b) Duas sepulturas possivelmente de falsa cúpula.
- c) Três sepulturas do tipo cista megalítica.

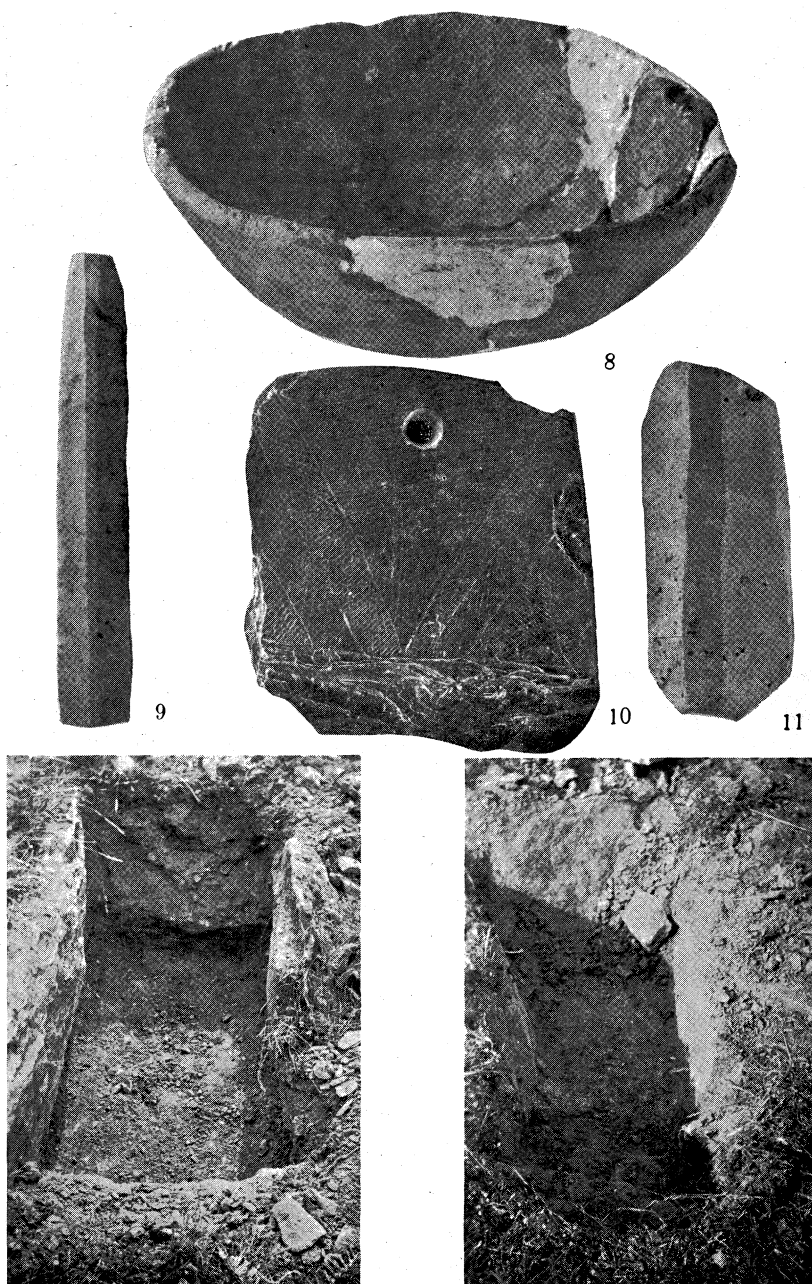
Cronològicamente este conjunto pertence ao Eneolítico, embora haja necessariamente diferenças de idade entre ele. De qualquer modo o conjunto deve estar situado entre os 2.000 a 1.700 anos a. C. (1).

(1) Para a bibliografia sobre os problemas de cronologia do Eneolítico do Algarve e Alentejo ver principalmente os seguintes trabalhos: J. Formosinho, O. da Veiga Ferreira e A. Viana, *Estudos*, op. cit.; Georg Leisner, *O dólmen de falsa cúpula de Vale de Rodrigo*. «Biblos», Coimbra, 1944; Georg Leisner, *Antas dos Arredores de Évora*. A Cidade de Évora, 15-16, Ano VI, Évora, 1948; Georg und Vera Leisner, *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*. Berlim, 1943; A. Viana, J. Formosinho e O. da Veiga Ferreira, *Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu Regional de Lagos*. Zephyrus, IV, Salamanca, 1953; A. Viana, *O Monumento megalítico da Folha da Amendoeira (Odivelas do Alentejo)*. Zephyrus, IV, Salamanca, 1953; Georg e Vera Leisner, *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz — Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*. Lisboa, 1951; A. Viana, *Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas*. Trab. de Antrop. e Etnol. Vol. XII, fasc. 3-4, Porto, 1950; M. Vaultier e G. Zbyszewski, *Le dolmen de Casal de Penedo (Verdelha dos Ruivos)*. Trab. de Antrop. e Etnol. Vol. XIII, fasc. 1-2, Porto, 1951; O. da Veiga Ferreira e A. Rodrigues Cavaco, *O Monumento pré-histórico do Lousal (Grândola)*. Op. cit., etc.



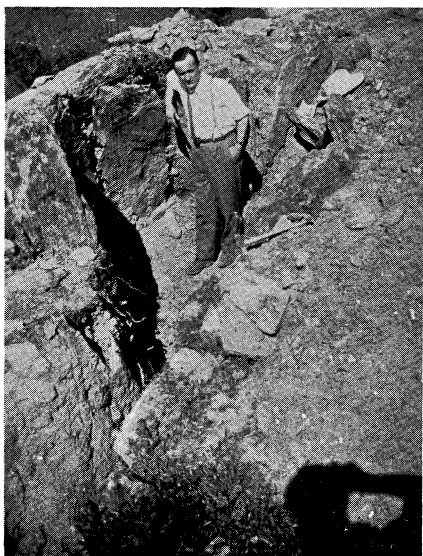
6

7



1 — Tipo de cista do Lousal

2 — Outra cista do Lousal



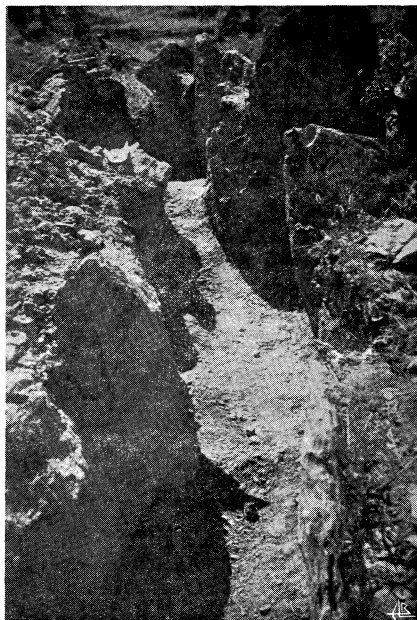
1 — Passagem entre a cripta principal e a secundária



2 — O conjunto visto da cripta secundária



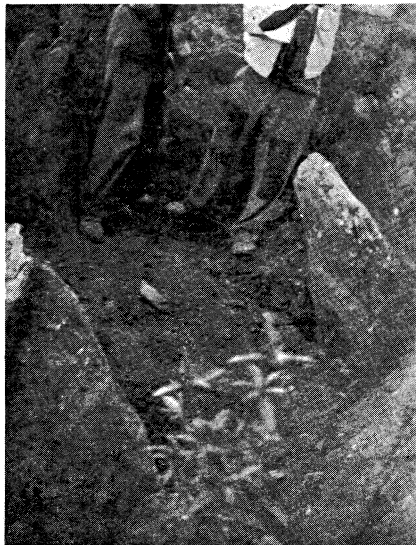
3 — A cripta principal e a galeria



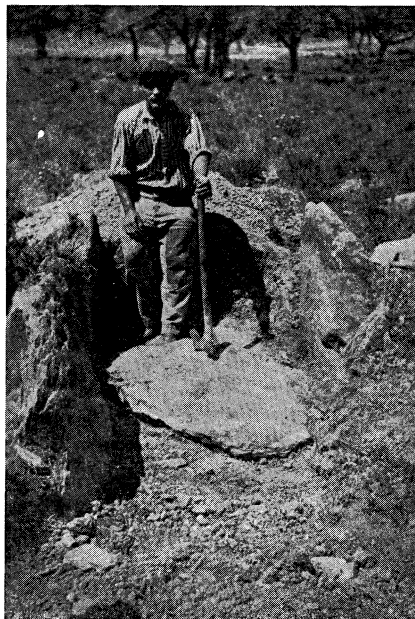
4 — Vista do monumento desde a galeria



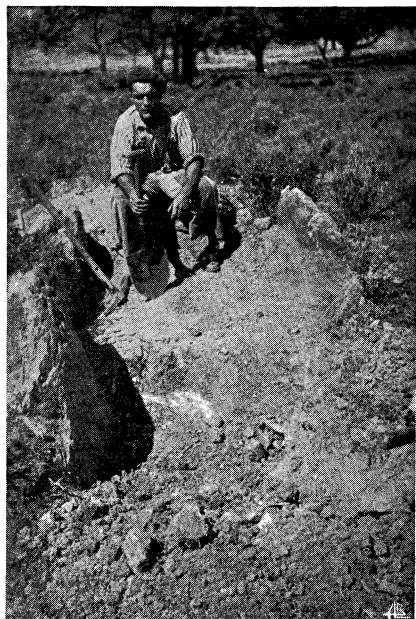
5 — Vista do túmulo n.º 2 do Monte das Boiças — Lousal



6 — Vista do túmulo n.º 3 do Monte das Boiças — Lousal



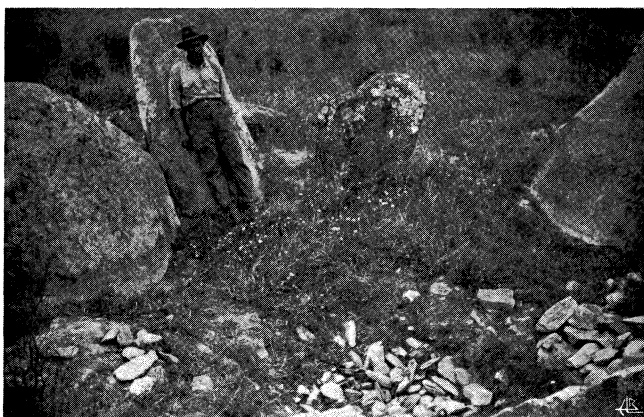
7 — Túmulo n.º 2 do Lousal durante a escavação



8 — Túmulo n.º 2 do Lousal finda a exploração



9 — Túmulo da Pata do Cavalo — Lousal



10 — A câmara do túmulo da Pata do Cavalo antes da escavação



11 — A mesma câmara durante os trabalhos de exploração

Acerca dos monumentos funerários da cultura do vaso campaniforme em Portugal

POR

O. da Veiga Ferreira

Dos Serviços Geológicos de Portugal

Numa nota publicada em 1955, fizemos a síntese das culturas eneolíticas que interessavam ao esclarecimento da cultura do vaso campaniforme em Portugal. Nesse trabalho focaram-se e mencionaram-se as estações desta cultura, eliminando-se todas as estações e focos que não apresentavam indícios seguros de pertencerem à civilização campaniforme.

No presente trabalho, que não traz nada de inédito, apenas pretendemos agrupar os monumentos funerários conhecidos e ver se conseguimos interpretar a sua técnica construtiva.

No estado actual dos nossos conhecimentos sobre as sepulturas artificiais da cultura do vaso campaniforme em Portugal, dois tipos de monumentos há a assinalar ⁽¹⁾:

- 1.º — «Thólos», monumentos circulares ou quase, com corredor curto, e por vezes, com pequeno átrio rectangular;

(1) Evidentemente que estamos tratando de sepulturas feitas expressamente pela mão do homem. Deste modo não são incluídas as grutas naturais onde, desde os tempos mais remotos da humanidade, se fizeram enterramentos, por vezes, em massa.

2.º— Grutas artificiais «tipo-coelheira» constituídas por câmara circular, corredor extenso e átrio.

«Thólos e Thóloi»

As designações de «thólos» e «thóloi» bastante nos têm preocupado, pois pensávamos, e até já o escrevêramos, que estas se deveriam só aplicar aos monumentos da Península de Lisboa que encerravam elementos típicos da cultura do vaso campaniforme. Nesta ordem de ideias, consultámos o nosso amigo Dr. Bandeira Ferreira que muito amavelmente estudou o assunto, É deste amigo a seguinte carta sobre tão interessante questão, que com todo o prazer e muitos agradecimentos publicamos:

«Acedendo gostosamente ao seu pedido, aqui venho informá-lo das minhas investigações acerca do vocábulo grego *θόλος*, cuja significação precisa V. deseja conhecer. Nestes últimos dias, consultei as seguintes obras, que merecem toda a confiança: E. Boisacq, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque...*, Heidelberg-Paris, 2.ª ed., 1923; H. G. Lidell and Robert Scott, *A Greek-English Lexicon*, compiled by..., Oxford, 1948; A. Bailly, *Dictionnaire Grec-Français...*, édition revue par L. Séchan et P. Chantraine, Paris, 1950; e J. B. Hofmann, *Etymologisches Wörterbuch des Griechischen*, München, 1950 (obra que me foi indicada pelo Dr. Justino de Almeida).

Na primeira, a págs. 347, traduz-se *θόλος, -ου (ή)* por «voûte, coupole, rotonde, étouve voûtée» e indicam-se vários vocábulos com ele aparentados, como *θάλαμος, θαλάμη, ὄφ-θαλμός*, gótico *dal* (= vale, depressão, fosso), antigo alto-alemão *tal* (= vale), antigo eslavo *dolu* (= fosso). E. Boisacq acrescenta: «l'idée première doit avoir été «courbure», d'où «convexité» et «concavité».

Em Bailly, lê-se «... édifice en voûte, d'où: 1... voûte, coupole, *bâtie dans la cour, et où l'on conservait les provisions et les*

ustensiles de cuisine, OD[*yssée*], 22, 442, 459, 466 || 2... *particul. à Athènes, la Rotonde, édifice à voûte arrondie où mangeaient les prytanes* PLAT[*on*], Ap[*ologie*], 32 c;... || 3... *étuve voûtée*, ALCIPHR[*on*], 1,23 || ...» (cfr. pág. 940).

No vocabulário de Hofmann, a págs. 116, traduz-se *θόλος* por «Kuppel, Kuppeldach, Rundbau» e relaciona-se com *θάλαμος*, *dal, tal*, etc. Como vê, Hofmann segue Boisacq muito de perto.

Finalmente, Lidell e Scott pouco adiantam, definindo *θόλος* como «round building with conical roof, rotunda» (cfr. vol. I, pág. 803), e citando, a propósito, os passos da *Odisseia* já indicados por Bailly. O interesse da obra reside no número bastante elevado de citações de autores que empregaram o vocábulo em causa.

Bailly e outros registam ainda o adjectivo *θολοειδής*, *ής*, *ές*, (em forma de cúpula, arredondado), e o advérbio *θολοειδώς*, com semelhante significação.

De tudo o que acabo de lhe expor, parece-me que podemos concluir que os significados mais vulgares de *θόλος* são «cúpula», «abóbada», «edifício circular», «edifício circular com um tecto de cúpula», «rotunda».

Quanto ao género, *θόλος*, nas acepções acima indicadas, é sempre feminino. Só muito tardiamente — pelo menos a documentação conhecida data do século II d. C. —, surge como nome masculino (*ὁ θόλος*), mas com um sentido diferente: «bandeau pour la tête» (Bailly, *ob. cit.*, 940, s. v.).

Convém, todavia, notar que *θόλος* deu, em latim, *tholus*, *-i*, substantivo masculino.

Em suma: se usarmos a forma transliterada directamente do grego, *thólos*, teremos de a considerar feminina: *a thólos*, *as thóloi*. Todavia, se quiséssemos criar o correspondente vocábulo português — *tolu*, com a tónica aberta — ele seria masculino, porque teríamos de o radicar no nome latino citado.

E eis o que se me oferece dizer acerca do assunto. Se dese-

jar mais algum esclarecimento, estarei ao seu dispor. Receba um abraço do camarada (a) F. Bandeira Ferreira.»

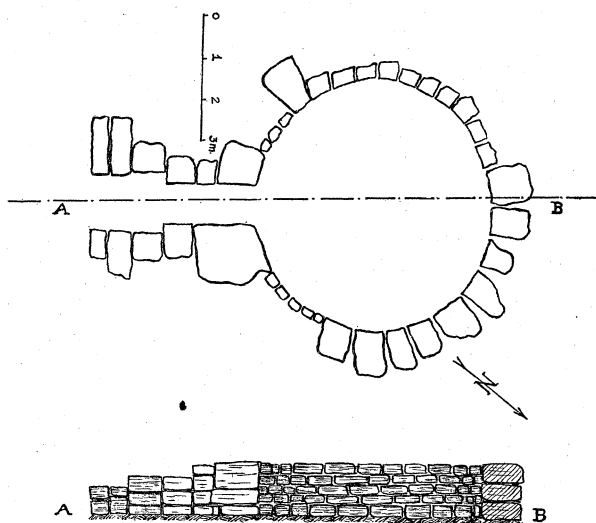
Ora a lição de Bandeira Ferreira, parece não deixar dúvidas quanto ao significado e origem da palavra «thólos» ou «thóloi», ficando apenas de pé a característica construtiva especial dos monumentos que serviram de jazida ao povo do campaniforme.

Apesar dessa designação geral se aplicar a todos os monumentos de falsa cúpula ou cúpula redonda verificamos que as construções que encerram elementos da cultura do vaso campaniforme, têm uma técnica especial. De facto, não só os esquemas em planta são mais proporcionados, como a própria construção é mais cuidada e mais forte. Nestes monumentos não se observam os chamados «aparelhos mistos», isto é, cripta com muro de grossos blocos e galeria com esteios, ou galeria com paredes de delgadas lajes e cripta com esteios até meia altura e muretes de delgadas lajes até fechar, ou ainda, outros elementos, como em Almizaraque. Na realidade, os monumentos com técnica de construção mista do Algarve (Alcalar), Alentejo (Reguengos de Monsaraz, Odivelas e Lousal) e Sul e Sudoeste da Espanha (Almeria, Almizaraque, Huelva, etc.), em nada se assemelham aos da Península de Lisboa que encerram espólio tipológico da cultura do vaso campaniforme. Por vezes, aparece o vaso campaniforme por introdução ou troca, mas os outros elementos da cultura são-lhe estranhos.

As «thóloi» da Península de Lisboa, de técnica construtiva especial, como atrás dissemos, são conhecidos por diversos exemplares em Sintra ou arredores e Torres Vedras. Em Sintra; apontamos os dois desmantelados do Vale de São Martinho; os restos da grande sepultura do Monge (1), e mais para o Sul, o des-

(1) Em tempos escrevêramos que o Monumento do Monge apresentava apenas na cripta a mesma técnica construtiva da do Barro. Rectificamos aqui esta

truído monumento de Agualva. Os de Torres Vedras são três: o da Serra das Mutelas, o gigantesco túmulo do Barro ou do Monte da Pena e o do Cabeço da Arruda. Na explicação da técnica construtiva das «Thóloi» serve de exemplo o admirável túmulo do Barro, em Torres Vedras, salvo de destruição certa há bem pouco tempo. Prestamos aqui homenagem ao Senhor Engenheiro Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Luís



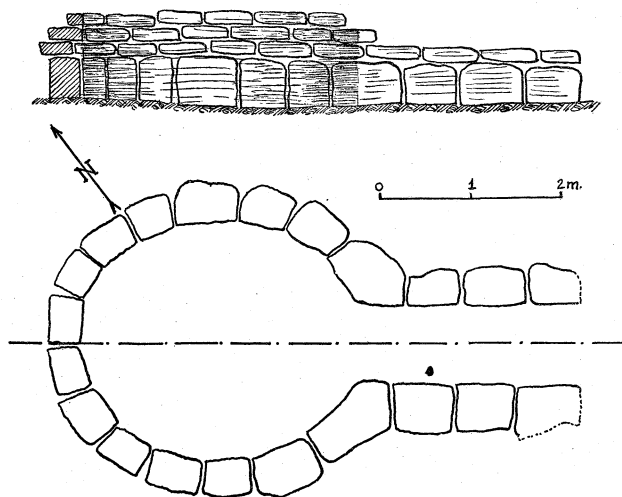
Planta e corte do Monumento do Barro (Torres Vedras).

de Castro e Solla e Senhor Engenheiro-Chefe dos Serviços Geológicos Dom António de Castelo Branco, pela rapidez com que actuaram no sentido de se evitar a perda deste monumento, que seria irreparável e constituiria um crime na arqueologia não só Peninsular, como mundial.

Foi descoberto em 1909 pelo Padre Paulo Bovier e explorado por Félix Alves Pereira. O seu espólio continua inédito e

afirmação dizendo que a galeria não foi nunca explorada e que deve, no entanto, ter a mesma técnica da de monumentos semelhantes.

quase ignorado com grande prejuízo da arqueologia nacional e peninsular. Não compreendemos que assim seja, mas a verdade é que nunca mais ninguém se interessou pelo espólio duma das jazidas mais interessantes da Península (1). O monumento do Barro é um dos maiores e melhor conservados que se conhecem e foi construído com todos os cuidados e conhecimentos dos construtores daquela época. Situado quase no topo duma elevada colina, está orientado no sentido NW-SE e é constituído, em planta, por



Planta e corte do monumento de Agualva (Cacém).

uma gigantesca câmara mortuária cujos diâmetros são respectivamente de 6,10 m, 5,80 m e 5,60 m. Como se vê, a cripta não é circular — protestamos aqui contra o facto de alguns autores terem a tendência de regularizarem os desenhos das plantas dos monumentos pré-históricos. As plantas devem reproduzir o mais

(1) Foi na escavação deste monumento que começou, praticamente, a carreira arqueológica notável do saudoso Padre Jalhay. Sabemos que o Padre Jalhay tentou, por diversas vezes, o estudo e publicação dos materiais deste magnífico monumento pré-histórico sem contudo o conseguir.

fielmente possível o existente, quando da exploração. O corredor é curto e estreito, em relação a tão grande câmara, servido por um átrio rectangular de regulares dimensões. À entrada da câmara, o corredor atinge actualmente 1,05 m de altura. Na câmara, a altura observada foi de 1,21 m.

Todos estes monumentos portugueses apresentam mais ou menos a mesma técnica construtiva. Servir-nos-emos em todos os detalhes que mencionarmos do monumento do Barro, por ser o de maiores dimensões, e o melhor conservado. Assim, começaremos pela cripta. Esta é constituída actualmente por seis fiadas de grossos blocos, sendo os das duas fiadas superiores de grandes dimensões. A largura, nos que estão pela parte superior, chega a ir a mais dum metro. Todas as fiadas têm um avanço, umas sobre as outras, para o interior da cripta, de modo, a fechá-la progressivamente fazendo uma falsa cúpula. Compreende-se que esta falsa cúpula seria muito elevada atendendo ao grande diâmetro que possui.

Os dois blocos da entrada da câmara são de grandes dimensões; os do átrio, conquanto mais pequenos que estes, são também muito grandes. Na cripta pode-se observar que a disposição das fiadas não é a mesma, pois as juntas estão desencontradas e os espaços maiores ou as irregularidades foram preenchidos com pequenas cunhas ou calços de pedra.

Nalguns pontos, como por exemplo no lado esquerdo da cripta, quando se entra nesta, a parede é de tal forma bem feita que nos parece ter sido executada por um pedreiro dos nossos dias. Noutros monumentos, como o de Agualva, a primeira fiada, a da base, é constituída por grossos blocos assentando sobre esta regularmente as fiadas superiores constituídas por lajes muito mais delgadas. Alguns autores têm confundido monumentos um pouco semelhantes com estes; por exemplo, as sepulturas de Alcalar, Almeria, Almizaraque, etc., mas em nosso entender, e

sobretudo depois de termos observado com cuidado a técnica construtiva e exame do respectivo espólio, não pode haver identidade. Os sepulcros de Alcalar, por exemplo, apresentam, quer no esquema arquitectónico, quer na técnica de construção, uma concepção e materiais completamente diversos. Os de tipo Almeiriense são monumentos mistos, quer dizer, normalmente a cripta é constituída por 15 a 19 esteios de 1,00 m e 1,50 m de altura e de pouca espessura, todos mais ou menos das mesmas dimensões e sobre estes esteios foi feita uma falsa cúpula com pequenas lajes de calcário ou de xisto. Normalmente também estes monumentos têm grandes galerias com portas do tipo dois hasteais e chapéu de grossos blocos de calcário ou grés.

Na cultura de Almizaraque, nalguns dos sepulcros, a cripta era coberta com um telhado de colmo com madeiramento semelhante ao dos fundos de cabana da mesma época. Parece não haver dúvidas, que os monumentos da Península de Lisboa, têm um cunho próprio, e o mais curioso, é que todos encerram um espólio marcadamente da cultura do vaso campaniforme.

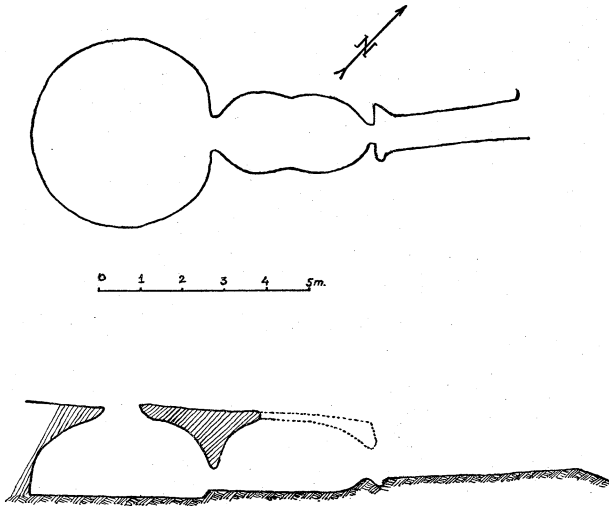
Grutas artificiais

Estes monumentos são conhecidos na Península de Lisboa e de Setúbal. Na região de Lisboa existem as grutas do Tojal de Vila Chã (Carenque), as da Alapraia, as de S. Pedro do Estoril e a da Ermegeira (Torres Vedras) (1). Na Península de Setúbal,

(1) Na Estremadura, nas áreas de Torres Vedras, Pernes e Torres Novas, existem muitos restos de grutas chamadas na região «Lapas» e que parecem ter sido também escavadas pelo homem. Porém, o seu estado de destruição é grande. Uma, pelo menos, foi escavada pelo homem, como as suas congéneres acima apontadas. Situa-se na propriedade do antigo conservador do Museu dos Serviços Geológicos, Sr. Romão de Matos, na Ribeira Branca — Torres Novas, e deu um ídolo cilíndrico de calcário.

mencionamos as grutas da Quinta do Anjo ou Casal do Pardo (Palmela), as da Serra de S. Luís e as dos Capuchos.

As grutas artificiais são monumentos funerários de cunho especial, espécie de hipogeus escavados na rocha branda (quer calcários ou grés do Cretácico, quer calcários do Terciário),

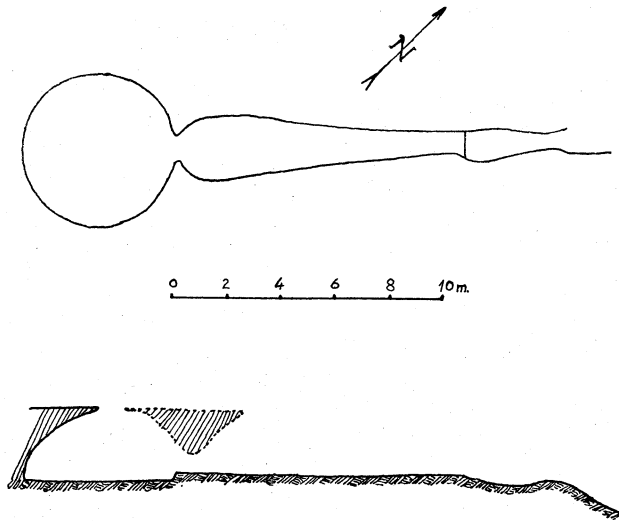


Planta e corte da Gruta n.º 2 de Palmela.

apresentam em planta o mesmo dispositivo das «Thólos», isto é, cripta, corredor e átrio.

A cripta bem circular chega a atingir, por vezes, os 4,50 m de diâmetro por 2,00 m de altura no meio, onde se encontra a clarabóia, buraco circular situado no eixo da cripta que ordinariamente era tapado com uma grossa laje. A galeria, por vezes, de grande comprimento, é baixa e escavada em forma de túnel. O átrio é um pouco mais largo que a galeria e de pequenas dimensões. A entrada da galeria para a cripta fazia-se por meio dum buraco ovalado ou em forma de arco de volta inteira. Em nenhuma das grutas conhecidas se observa o modo de pas-

sagem do átrio ao corredor, subentendendo-se que à imitação das «thólos» e monumentos da cultura megalítica deveria ter existido uma porta a separar os dois compartimentos. As grutas artificiais são monumentos que, quer pela concepção, quer pelo engenho, traduzem já um adiantado estado de civilização e não nos repugna nada a ideia de que a sua origem ou pelo menos a sua influência tenha vindo do vale do Nilo. Note-se que o facto de se terem encontrado monumentos deste tipo ou semelhantes na



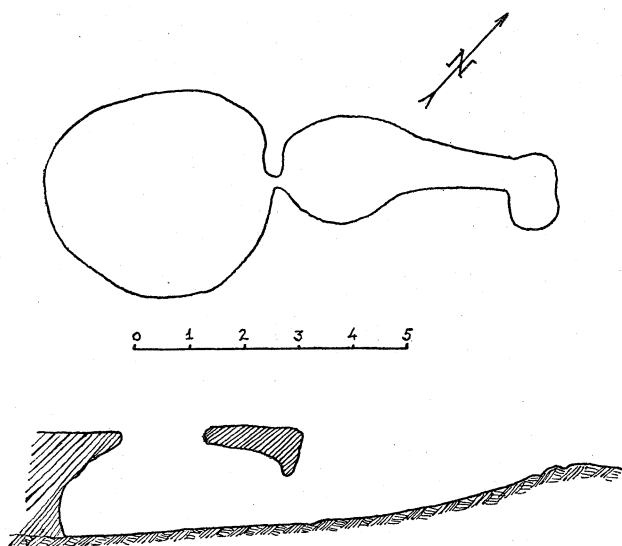
Planta e corte da Gruta n.º 1 de Alapraia.

Sicília e em Itália não quer dizer que tenham vindo do Oriente ou da Europa Oriental. É mais lógico que o conhecimento profundo da arquitectura tumular egípcia conhecida cerca de 1.500 anos antes da época destas grutas, tenha influenciado por qualquer modo subsequentemente a construção destas.

As relações comerciais dos povos da Bacia mediterrânica são tão antigas, pelo menos, como o aproveitamento dos minérios de cobre e estanho, e sabe-se perfeitamente, que o Egipto lançou-se para fora do Nilo, pelo Mediterrâneo, em procura do

metal branco (estanho) que não possuía e, sem o qual, nunca poderia ter feito a sua maravilhosa instrumentagem e demais objectos de bronze, que hoje se conhecem por milhares de peças, provenientes dos seus gigantescos e inexcedíveis monumentos do Vale dos Reis.

É essa, em nosso entender, a explicação para muitos factos considerados estranhos na nossa arqueologia pré-histórica, sobre-



Planta e corte da Gruta II de Carenque.

tudo na civilização do vaso campaniforme. Estamos convencidos que o vaso campaniforme nasceu na Península, mas também estamos de acordo que recebeu e transmitiu influências, que vão desde a simples forma e ornatos do dito vaso, até o tipo de sepultura e demais objectos que se encontram nesta estranha civilização.

De todas as nossas grutas conhecidas escolhemos para modelo de descrição a sepultura n.º 1 de Carenque por ser a mais completa e estar melhor conservada. É talhada no calcário

brando do Cenomaniano, assentada cretácica, que constitui a encosta onde foi aberta. Orientada quase N-S, o que é raro nestes monumentos e nesta época, é constituída em planta por cripta circular, grande corredor e por um átrio destruído parcialmente. Foi justamente este átrio, que foi cortado quando da abertura dum caminho para as camionetas, que deu origem à descoberta desta gruta e das outras que compõem a necrópole. A cripta é circular e tem de diâmetro 3,00 m. A galeria é aberta na rocha e deveria ser tapada com lajes, assim como o átrio. A abertura de comunicação entre a cripta e a galeria é oval. Todo o conjunto tem o solo inclinado do átrio para a cripta.

Estamos convencidos que estes monumentos, tanto «thólos» como grutas artificiais, estavam inclusos em gigantescas mamoadas. Observando com cuidado o corte do caminho que passa à beira do monumento do Barro, vê-se que a trincheira é constituída por uma formação de encosta, que só poderia ter sido feita quando do amontoado de pedras e terras aí colocadas para servirem de cobertura ao gigantesco monumento funerário. Nas grutas artificiais nada se observa hoje de mamoadas, mas a explicação é simples; são sepulturas cavadas na rocha que aflora quase sempre em grande extensão nas encostas ou em pequenos cabeços. Compreende-se que no decorrer destes quatro milénios, mesmo que a mamoadas fosse muito grande, nada poderia resistir à erosão e ao carreamento pelas águas na encosta.

A técnica de escavar estes hipogeus é muito curiosa. Que conhecimentos mineiros já tinham estes povos ou povo, para conhecerem por simples prospecção superficial se a rocha era branda em profundidade, ou se havia ou não diáclases, filões ou falhas que lhe permitissem abrir com mais facilidade uma galeria. Não há dúvida que conheciam bem o que faziam, pois a rocha foi toda ela atacada a picão (machado de pedra muito dura, ou de cobre batido por martelagem, não fundido). Em qualquer

destas grutas podem-se ver distintamente os golpes deixados pelo instrumento destes autênticos mineiros da antiguidade. É de estranhar, também, a perfeição duma obra destas, sabendo-se que a civilização deste povo, embora florescente para a época, era ainda bastante rude.

Quanto tempo não deveria a fazer uma obra destas com tão fraco material de ataque?

Conclusões

A citação dos dois tipos fundamentais de monumentos funerários da cultura do vaso campaniforme em Portugal e a descrição deles, afigurou-se-nos necessária, pois cada um destes tipos de sepultura encerra sempre um conjunto tipológico especial que caracteriza a civilização do vaso campaniforme.

Parece-nos que não haverá dúvidas quanto à futura designação de «thólos» quando se tratar de monumentos com técnica construtiva semelhante, mas que encerrem elementos tipológicos do campaniforme, e não doutras culturas como Los Millares, Almizaraque ou Alcalar.

É de ponderar a circunstância curiosa de em todas estas sepulturas, quer «thólos», que grutas artificiais, se encontrarem sempre elementos daquela cultura. Qual o motivo desta determinação? Parece também não haver dúvidas que o campaniforme nasceu no centro da Península, por derivação da chamada cultura das covas, mas sendo assim, só muito tarde nos aparecem aqueles tipos de monumentos. A cultura do vaso campaniforme nasceu, portanto, em Espanha, deveria ter-se expandido, em primeiro lugar para a Europa Oriental e civilizações do Médio Oriente, e em segundo lugar para o Ocidente da Península e Norte de África. Os partidários do orientalismo do vaso campaniforme, esquecem um pormenor importantíssimo ligado a esta cultura, e que nós

mineiros e peninsulares pensamos ser a razão primordial da sua criação e expansão. Esse pormenor esquecido por esses sábios, reside na importância dos minérios de cobre e de estanho da Península.

A nossa Península foi sempre rica em jazidas de cobre e de estanho. O cobre situa-se principalmente ao Sul, e o estanho ao Norte, sobretudo na parte ocidental, isto é, Galiza e Norte de Portugal. Como é sabido é com a civilização do vaso campaniforme que começa a desenvolver-se a metalurgia do cobre. Esses instrumentos tiveram a sua origem no centro da Península, e não no Oriente ou Médio Oriente como muitos autores pretendem. O cobre na Europa Oriental e Médio Oriente nunca foi abundante, razão porque bem cedo esses povos começaram as suas navegações para as paragens ocidentais. Deveriam ter conhecimento dos instrumentos aqui fabricados e da abundância desse precioso metal, que martelado atingia dura têmpera e finos gumes. Começarem então os intercâmbios e influências culturais de parte a parte. Da Europa Oriental e Médio Oriente passou-se ao Norte de África, onde os Egípcios, logo que conheceram a técnica da metalurgia do cobre, começaram a explorar e a trabalhar os seus ricos jazigos. As influências directas do Egipto com a Península, vêm em seguida com a fabricação do Bronze, para o qual lhes fazia falta o estanho que não possuíam e que, como ainda hoje, era abundantíssimo na Península.

Datam desta época, isto é, da expansão dos nossos metais, a introdução entre nós, das calaites e pedras raras, do marfim e das sementes exóticas, que começaram a ser cultivadas aqui.

Outro assunto que não devemos esquecer, e que é também de grande importância, são os fenómenos culturais de convergência. Não devemos cegamente acreditar, à primeira vista, em influências desta ou daquela civilização, pelo facto de encontrarmos, numa dada cultura, elementos de culturas longínquas.

É certo, que no caso da civilização do vaso campaniforme, existem elementos vários que ajudam a sustentar a hipótese de trocas e intercâmbios com civilizações de paragens afastadas, mas só pelo vaso campaniforme não podemos tirar conclusões seguras. Há sempre a necessidade de observar um grande conjunto tipológico, sistema de jazida e, por vezes, quando possível, estudar o material antropológico.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES PEREIRA, F. — 1909 — O monumento do Monte da Pena (Torres Vedras). *Arch. Port.*, vol. XIV, Lisboa.
- APOLINÁRIO, MAXIMIANO — 1896 — Necrópole neolítica do Vale de S. Martinho. *Arch. Port.*, vol. II, Lisboa.
- BELCHIOR DA CRUZ — 1904 — As grutas de Palmella. *Bol. Soc. Arch. Santos Rocha*, n.º 1, Figueira da Foz.
- CORREIA, VERGILIO — 1914 — A exploração arqueológica da Serra das Mutelas (Torres Vedras). *Arch. Port.*, vol. XIX, pág. 264, Lisboa.
- ESTÁCIO DA VEIGA, J. F. M. — 1886 — Antiguidades monumentaes do Algarve, Lisboa.
- FRITZ NETOLITZKI — 1935 — Kulturpflanzen und Holzrest dem prohistorischen Spanien und Portugal. *Bul. Fac. de Stiinte din Cernăuți*, vol. IX.
- HELENO, M. — 1933 — Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque). *Com. Cong. Luso-Esp. Prog. Ciências*, 1932, Lisboa.
- HELENO, M. — 1942 — A gruta artificial da Ermegeira (Torres Vedras). *Ethnos*, vol. II, Lisboa.
- JALHAY, E. — 1936 — A cerâmica eneolítica de Alapraia e a cultura do vaso campaniforme. *Brotéria*, vol. XXIII, fasc. 5, Lisboa.
- JALHAY, E. — 1943 — O castro eneolítico de Vila Nova de S. Pedro e as suas relações com o Norte Africano e Mediterrâneo Oriental. *Cong. da Assoc. Port. para o Prog. das Ciências*, 1942, t. VIII, Porto.
- LEISNER, G. e VERA — 1943 — Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Berlin.
- LEISNER, G. e VERA — 1951 — Antas do Concelho de Reguengo de Monsaraz — Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal. Lisboa.

- MARQUES DA COSTA, A. J. — 1907, 1908 e 1910 — Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *Arch. Port.*, vols. XII, XIII, XV, Lisboa.
- PAÇO, A. DO e ARTUR M.^a LOURDES — 1953 — Castro de Vila Nova de S. Pedro. IV — Sementes pré-históricas de linho. *Arch. de Préh. Levantina*, vol. IV, Valência.
- PAÇO, A. DO e JALHAY, E. — 1941 — A gruta II da necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa de Hist.*, vol. IV, Lisboa.
- SANTA OLALLA, J. M. — 1946 — Cereales y plantas de la cultura ibero-sahariana en Almizaraque (Almería). *Cuadernos de História Primitiva*, ano I, n.º 1, Madrid.
- SANTOS ROCHA, A. DOS — 1904 — Dolmens de Alcalar. *Bol. Soc. Arch. Santos Rocha*, n.º 1, Figueira da Foz.
- VEIGA FERREIRA, O. DA e RODRIGUES CAVACO, A. — 1952 — O monumento pré-histórico do Lousal (Grândola). *Com. Serv. Geol. de Portugal*, t. XXXIII.
- VEIGA FERREIRA, O. DA — 1955 — Acerca da cultura do vaso campaniforme em Portugal. *Trab. Antrop. e Etnol.*, vol. XV, fasc. 1, Porto.
- VEIGA FERREIRA, O. DA e TRINDADE, L. — 1954 — La necropole de Cabeço da Arruda (Torres Vedras). *Com. Cong. Int. Ciênc. Pré e Prohistóricas*, Madrid, 1954.
- VEIGA FERREIRA, O. DA — 1953 — O monumento pré-histórico de Aqualva (Cacém). *Zephyrus*, IV, Salamanca.
- VIANA, ABEL — O monumento megalítico da Folha da Amendoeira (Odivelas do Alentejo). *Zephyrus*, IV, Salamanca.
- VIANA, ABEL, FORMOSINHO, J. e VEIGA FERREIRA, O. DA — 1953 — Algumas notas sobre o Bronze mediterrânico do Museu Regional de Lagos. *Zephyrus*, IV, Salamanca.



1 — Vista geral da «thólos» do Monge (Sintra).

Foto de G. Zbyszewski.



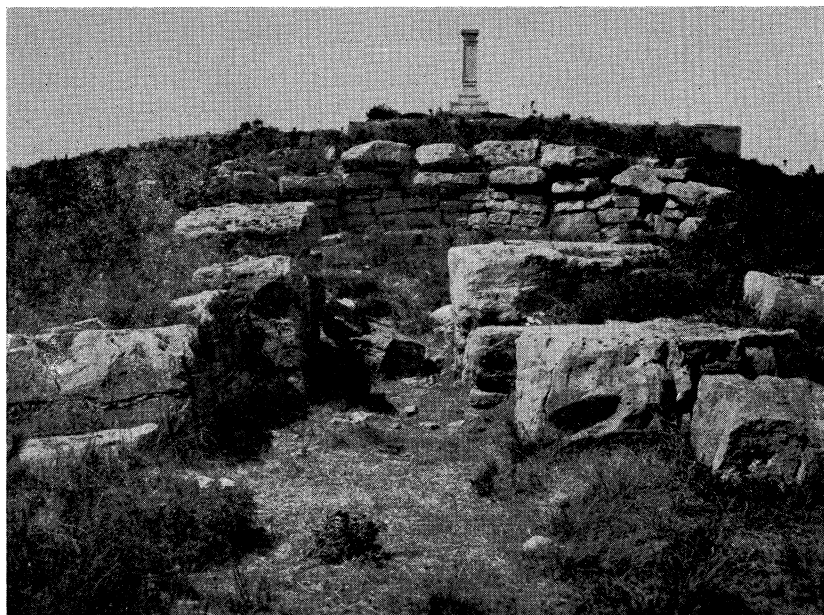
2 — Pormenor do aparelho da cripta no mesmo monumento.

Foto de G. e Vera Leisner.



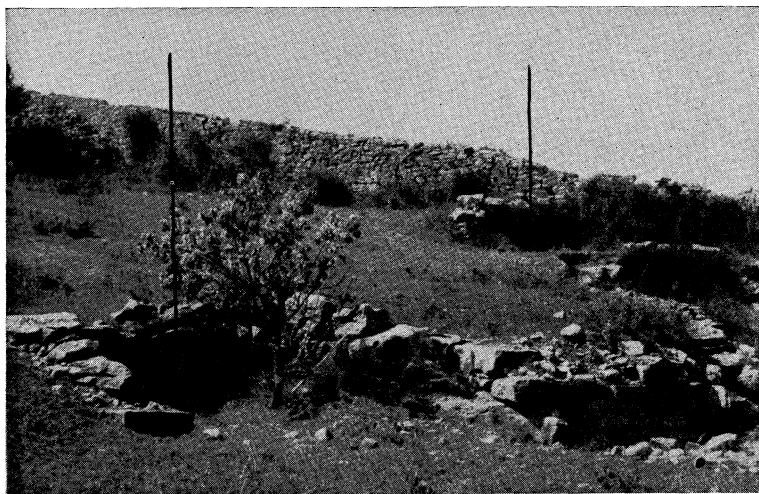
3 — Estado actual da «thólos» do Barro (Torres Vedras)
visto da cripta para a galeria.

Foto do autor.



4 — Vista do mesmo monumento da entrada do átrio.
Vê-se bem o aparelho da cripta.

Foto de G. e Vera Leisner.



5 — As dismanteladas «thóloi» de S. Martinho (Sintra).



6 — Gruta I de Alapraia.

Foto de G. Zbyszewski.



7 — Gruta III de Carenque.

Seg. M. Heleno.

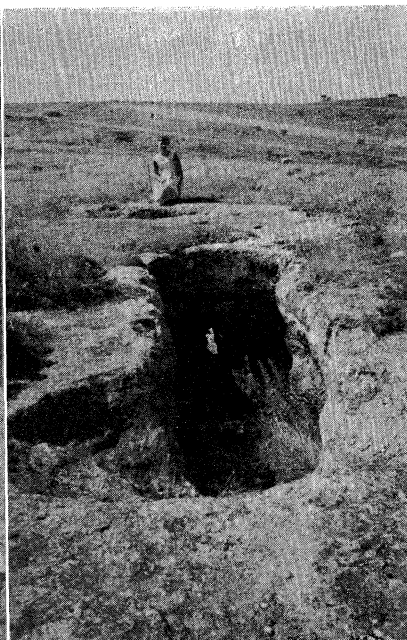


8 — Gruta II de Carenque. Entrada da cripta

Foto do autor.



9 — Gruta IV de Alapraia. Galeria e entrada para a cripta.



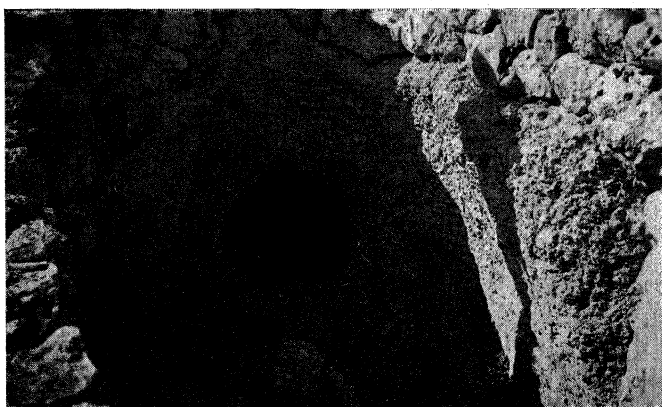
10 — Gruta II de Carenque no seu estado actual.

Fotos do autor.



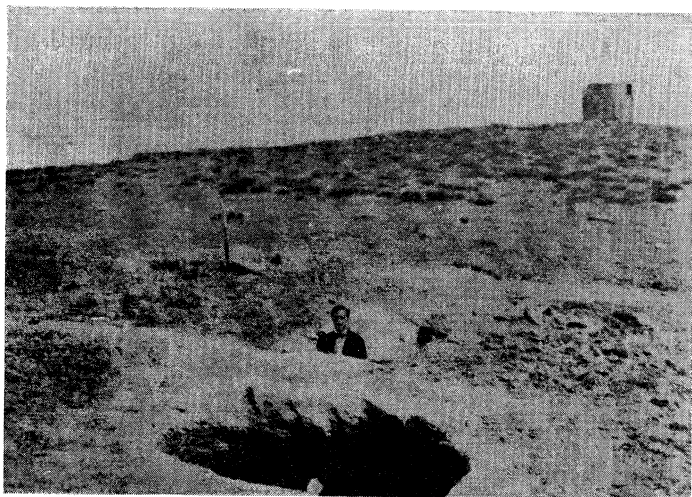
11 -- Gruta I de Palmela.

Foto de G. Zbyszewski.



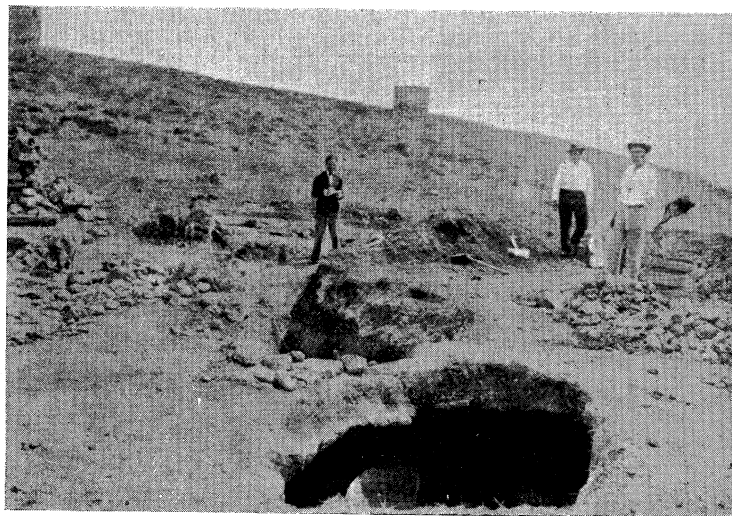
12 -- Gruta II de Alapraia. Entrada para a cripta.

Foto do autor.



13 — Gruta II de Carenque.

Seg. M. Heleno.



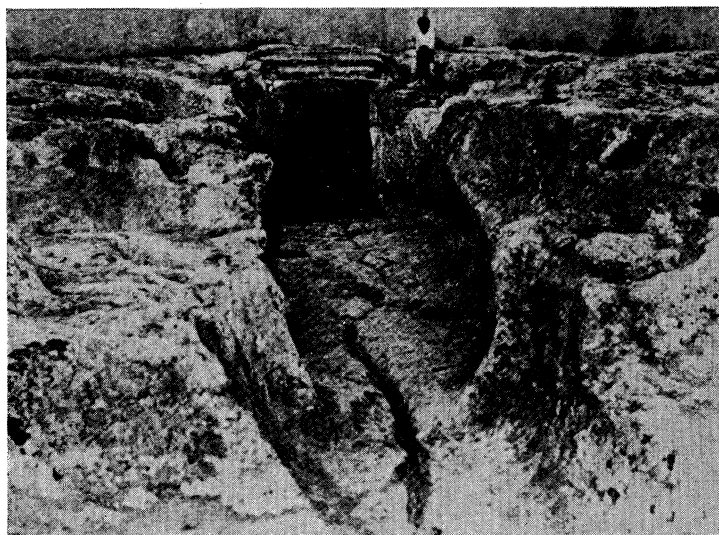
14 — Gruta III de Carenque.

Seg. M. Heleno.



15 — Gruta I de Carenque.

Seg. M. Heleno.



16 — Gruta I de Alapraia no seu estado actual.

Seg. E. Jalhay.

Casas de pescadores da Póvoa de Varzim

POR

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

A Póvoa de Varzim é, certamente, no seu estrato piscatório, uma das unidades etno-culturais mais fortemente individualizadas do país. A actividade específica dessa gente, que se documenta desde épocas muito remotas, a sua organização tradicional, os seus aspectos etnográficos e temperamentais, o seu traje e glotologia, etc., conferem-lhe características altamente originais, que ainda hoje a distinguem nitidamente dentro do conjunto das populações de Entre-Douro-e-Minho.

Até princípios deste século, a grei poveira apresentava-se como um núcleo à parte, uma aristocracia popular, definida por um apuramento extremo de certas qualidades essenciais, e conservada na pureza do seu sangue por um exclusivismo cerrado e uma intransigente endogamia de grupo, a partir de um substrato primitivo multissecular: gente rude, corajosa e valente, de costumes puros e de fé ingénua, duma vitalidade exuberante, caldeada na poderosa disciplina da sua profissão uniforme e violenta, que a todos ligava por um fundo sentido de solidariedade e fraternidade perante a luta, de respeito perante o prestígio da idade e da experiência, e de orgulho de casta perante a igualdade e a majestade do risco que enfrentavam quotidianamente, nela se desenhou com particular relevo entre nós o tipo humano do *lobo do mar*, destemido e abnegado, que teve a sua expressão mais aca-

bada no «Cego do Maio»; a sua vida era dura, proba e austera, profundamente moldada pelos conceitos e padrões culturais da classe, que absorviam e dominavam inteiramente o pensar e o agir individuais.

Esta originalidade não podia deixar de se reflectir na habitação tradicional do poveiro, ajustada a um comportamento tão vigorosamente traçado. A casa é, entre todos os aspectos ou elementos paisagísticos, aquele em que mais visivelmente afloram os condicionalismos naturais, históricos e sociais, psicológicos e culturais, de qualquer grupo humano. Por isso, a casa poveira, além de possuir o particular interesse de um factor de diferenciação dentro do resto da província, interessa sobremaneira como expressão palpável de um modo de ser e de viver muito peculiares, que, nas suas transformações sucessivas, acompanhou, de um modo impressionante, a evolução da própria grei poveira e da sua mentalidade, e o declínio das suas instituições.

É nessa base que aqui tentaremos o seu estudo, procurando reconstituir as velhas formas primitivas de acordo com a escassa documentação que existe sobre o assunto e os raros vestígios que delas subsistem, e interpretando as subseqüentes modificações morfológicas em função de um processo genético de natureza lógica e de fundo social.

*

* * *

O núcleo inicial do aglomerado varzinense parece ter-se elaborado a partir de uma *villa urbana fructuária e rustica* do período lusitano-romano, fundada talvez após a dispersão castreja por qualquer magnate da vizinha cidade de Terroso (1), e da qual foram descobertos vestígios no subsolo da vila actual, no Alto de Martim Vaz e no troço inicial da Rua da Junqueira (2); e é presumível que «se se tivesse podido continuar com a explo-

ração arqueológica, por sob o pavimento das ruas... da vila, por certo... se encontrariam mais ruínas da antiquíssima Póvoa» (3).

A mais antiga indicação toponímica que se conhece relativamente a qualquer estabelecimento humano nesta área, está num diploma de 953, em que, a propósito das confrontações da «Uilla de comite», segundo a demarcação romana, se menciona a «Uilla euracini» (4), sendo por isso lícito supor-se que a designação corresponde ao primitivo povoado luso-romano, e que este se manteve como tal até fins do século X.

Os *Livros de Linhagens* referem uma doação feita pelo Conde D. Henrique a D. Guterre, do «porto de Varazim», que, a ser exacta, «provaria a frequentação da baía poveira antes da fundação da monarquia» (5); o texto é porém posterior aos factos relatados, e estes não se podem considerar averiguados, parecendo apenas indicativos de ermamento, nesse tempo à beira-mar, devido possivelmente à grande actividade da pirataria sarracena (6). Pelo seu lado, as *Inquirições* de 1220, que dão conta de uma apreciável indústria piscatória marítima por parte dos lavradores de Argivai — cuja freguesia compreendia então o solo da Póvoa actual —, Gesteira, Santa Cristina, etc. (7), são omissas em relação a Varazim; mas essa actividade devia fazer-se através deste porto, que não podia por isso ser deserto nem todo ele de propriedade particular. De facto, em 1308 encontra-se aqui, pelo testemunho do foral de D. Dinis, «uma pequena colmeia humana, em estado florescente, e por isso com longa idade» (8); e se se pensar que as *Inquirições* de 1220 são apenas um extracto incompleto das actas originaes, é de admitir que a primeira avançada de população marítima que veio fixar-se em Varazim, composta de pescadores dispersos pelo interior de Argivai, se tenha dado muito antes, talvez no tempo de D. Sancho I, que fomentou a pesca por toda a costa em geral, e nomeadamente na foz do Ave (9).

O texto fundamental relativo a este assunto é, porém, na verdade, o foral de D. Dinis, de 1308. Por ele, o soberano dá o reguengo de Varazim de Jusaão aos 54 chefes de família populares — alguns deles com apelidos ainda hoje em uso — que lá habitavam, mediante o pagamento de 250 libras anuais, permitindo-lhes que aí façam uma «pobra»; e, por uma cláusula tributária especial, vê-se que existia à data, além da pesca da sardinha que já seria de uso corrente, uma pequena navegação costeira, para importação de pão, vinho e sal, cujo interesse fiscal deixa entrever longo exercício, e que veio mais tarde a desaparecer, devido talvez à predominância decisiva da pesca, determinada pelo afluxo de mais pescadores comparoquianos argivalenses que se seguiu à constituição da «pobra», atraídos pelas vantagens do foral (10).

«Após a outorga» deste diploma, «o rei doou os direitos que estipulara, a seu filho bastardo Afonso Sanches e mulher, D. Teresa Martins. Por intermédio deles... o convento de Vila do Conde, fundado pelos dois, tornou-se donatário da Póvoa, que continuou com administração própria, chamando-se no reinado de D. Afonso IV — «A Bajlya da poba nova de Varazim» (11). A Póvoa aparece assim, no decurso do século XIV, como uma vila, cujo domínio útil (que se traduzia nos rendimentos da pesca) — e em seguida o direito de exercer justiça e apelações —, pertencia ao convento das franciscanas; mais tarde, ouvindo as queixas dos seus súbditos «pobrades» contra a jurisdição do mosteiro, D. Manuel I concede à Póvoa novo foral, em 1514, estabelecendo a sua autonomia jurisdicional, que veio a ter plena eficácia em 1537, pela incorporação de Varazim à coroa e sua anexação à comarca do Porto (12).

A «pobra» primitiva parece ter-se situado um pouco para o interior, a nascente (13), e foi a partir daí que se deu a sua expansão, logo nos primeiros tempos certamente para poente,

em direcção à praia, onde a gente do mar exercia as suas actividades e onde se encontravam sem dúvida as instalações próprias da sua indústria (14). No decurso do século XVI desenvolve-se um núcleo urbano na área que corresponde hoje às imediações da Matriz, o qual passa a ser o centro municipal da Vila, onde se agrupam as suas casas nobres e se erguem, nos fins do mesmo século, os seus Paços do Concelho (15). Por outro lado, no largo de S. Roque, funda-se, também por essa altura, a pequena capela de S. Roque ou S. Tiago, para o serviço da gente que, como dissemos, já então vivia certamente por aquelas paragens (16). A Vila entretanto prospera e alarga-se, e, no século XVIII, intensifica-se o povoamento da faixa litoral costeira, formando-se, sobre as areias que bordam a enseada, e em especial para o sul, um novo aglomerado que cresce rapidamente, e onde se instala a população piscatória (17). Este movimento atinge a sua expressão mais acabada com a construção, no último quartel desse século, da igreja da Lapa, para a qual se transfere, com a imagem que se encontrava na capela de S. Roque, a Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, «amparo dos homens do mar» poveiros, que inicialmente ali se havia instituído e que depois foi substituída pela da Senhora da Assunção (18). Contudo, nesta data, «ainda era vulgar», como outrora, «a residência do pescador para o lado nascente da vila, e em lugares e ruas que hoje são habitadas por outras classes» (19). Em breve o bairro piscatório se concentra nessa zona, praticamente fechada à penetração de elementos estranhos à grei, e os pescadores desde então por ali se têm mantido, cedendo pouco a pouco o lugar que ocupavam nos outros sectores às demais classes de uma população já muito diferenciada.

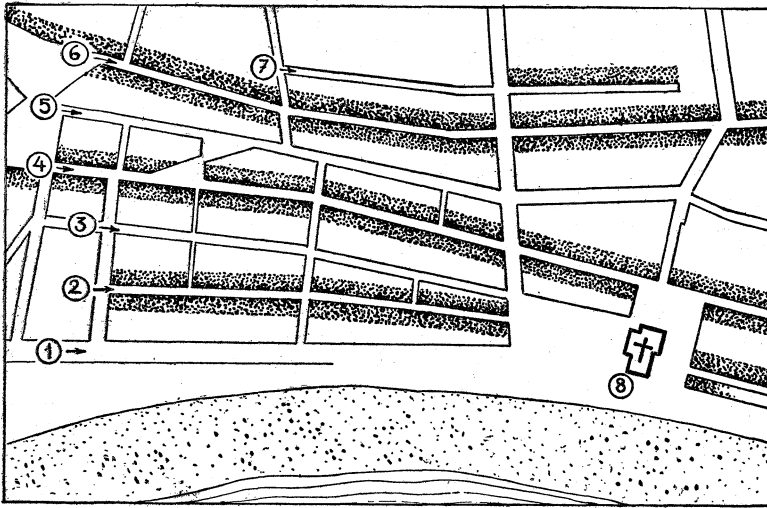
A partir porém de meados do século passado, a feição balnear da Póvoa e a influência de forasteiros que, em número crescente e já pelo menos desde finais do século XVIII, ali acorrem

e se instalam durante a época de verão (20), tem determinado, ao mesmo tempo que a urbanização da zona central da praia e a transformação da rua da Junqueira numa artéria comercial, a modificação progressiva e total das casas dos pescadores que aí se encontravam, no sentido da sua adaptação a vivendas de aluguer a famílias veraneantes de fora, hotéis e pensões, casas de diversão e comércio, etc.; em breve o bairro norte passa a ser aproveitado para iguais fins, e, acompanhando a decadência das instituições e traços característicos tradicionais da classe, parece começar a vez do próprio bairro sul.

Esse bairro foi-se constituindo, no século XVIII, por extensos arruamentos mais ou menos rectilíneos e paralelos uns aos outros, orientados na direcção Norte-Sul, segundo a linha do litoral, ligeiramente encurvada (Des. 1): no alto da duna, face ao mar, a rua da Caverneira, e, atrás dela, a rua do Fieiro (21); a meia altura, a rua da Lapa; e a seguir, já em baixo, a rua da Areia (22), a rua de Trás dos Quintais, a rua dos Ferreiros (23) e a rua da Cordoaria. Estas ruas eram, como hoje ainda, cortadas aqui e além por transversais rectilíneas — às vezes apenas estreitos carreiros entre os muros de dois prédios (24) — que galgavam o areal em direcção à praia. As casas dos pescadores, com os seus quintais alongando-se para as traseiras, encontravam-se nas ruas do Fieiro, da Areia e dos Ferreiros, umas à face das outras, de ambos os lados destas ruas; as ruas intermediárias, da Lapa, de Trás dos Quintais e da Caverneira, mostravam apenas os muros do fundo dos quintais daquelas casas, com as suas portas de tábuas munidas de toscos «caramelhos» de pau. No lado nascente da rua da Cordoaria viam-se também casas; mas do lado oposto, havia só os muros dos quintais das casas da rua dos Ferreiros.

Este sistema de distribuição corresponde a zonas de povoamento recente. Ruas paralelas, transversais perpendiculares, preo-

cupações de alinhamento; as casas são pequenas, mas os terrenos são amplos, porque o solo arenoso era de pouco valor; cada unidade imobiliária surge de uma repartição de terrenos planificada, em talhões mais ou menos iguais, lotados convencional-



Desenho 1

1 — Rua da Caverneira; 2 — Rua da Assunção (antiga do Fieiro); 3 — Rua da Lapa; 4 — Rua 31 de Janeiro (antiga da Areia); 5 — Rua de Trás dos Quintais; 6 — Rua Miguel Bombarda (antiga dos Ferreiros); 7 — Rua da Cordoaria; 8 — Igreja da Lapa.

mente, e não em função da lenta, irregular e caprichosa acção de factores históricos.

Temos notícia, em relação à casa primitiva do pescador poveiro nos bairros norte e sul, da existência, ainda em princípios deste século, de barracas ou casinholos térreos, de madeira, servindo-lhe, como é a regra na classe, de habitação e ao mesmo tempo de abrigo para a sua aparelhagem profissional (25), feitos em tábuas de pinho pintadas a vermelhão (26), dispostas horizon-

talmente, no sistema de «escama», ou verticalmente, com as juntas vedadas por estreitas réguas, e apoiadas num sôco de pedras, tosco, irregular e quase rente ao solo. As mais das vezes sem janela, e apenas com uma porta de postigo à frente (27), tais casas, iguais e contíguas umas às outras, mostravam, para esse lado, um beiral baixo, em telha caleira, que representava o remate da água do telhado que para aí corria, com o aspecto de uma cobertura única e a mesma para todas elas (Fig. 1).

Extremamente pobres, acanhadas, e mal amanhadas, essas casas compunham-se interiormente, na sua maioria, de uma só divisão (28) sem soalho e em telha vã, sem chaminé, onde toda a família dormia conjuntamente, em camas de bancos com colchões de palha (29), e onde também se cozinhava, num espaço reservado para a lareira, e se guardavam cordames, redes, cortiças, velas e demais aprestos, que se amontoavam aos cantos ou se penduravam do travejamento (30); quando se acendia o lume, o fumo espalhava-se por toda a casa, escapando-se apenas pela porta e por entre as telhas; quando chovia, passava-se o tempo a mudar de poiso, à procura de sítio onde não pingasse. A exiguidade de espaço disponível e a deficiência de condições de alojamento, obrigava a que grande parte dos trabalhos caseiros, nomeadamente os que diziam respeito à actividade piscatória — feita ou compostura e «encasque» de redes, etc. —, tivesse lugar na rua, em frente à porta de entrada, que geralmente se conservava aberta. De facto, a rua, sob muitos aspectos, era o complemento da casa, e a vida diária passava-se à vista de todos (31); mas, mais do que promiscuidade de vizinhança, esse facto exprimia principalmente a unidade, a solidariedade e o sentido comunitário da vida do grupo (32), ao mesmo tempo que a sua pobreza.

A existência de construções de madeira é corrente em todo o litoral, constituindo mesmo, até não há muito tempo, o tipo

normal de casa da beira-mar, que provém de tempos muito remotos (33). Na Póvoa de Varzim, tais casas — de que já nenhum exemplar existe — representam ao mesmo tempo que certamente uma forma arcaica e cronologicamente primária, um nível económico definido: as velhas casas de madeira não seriam sempre necessariamente as casas mais antigas do pescador da Póvoa, mas sim aquelas que, reproduzindo a mais antiga tradição, eram principalmente as mais pobres, elementares e baratas, e, como tais, coevas ou até por vezes mais recentes do que outras, de pedra e cal, que com elas alternavam naquelas paragens, e que progressivamente as foram substituindo (34).

É destas últimas, que também até princípios deste século obedeciam a um tipo uniforme (35), que passamos agora a ocupar-nos; e sobre elas nos deteremos com minúcia, não só por serem aquelas que se nos afiguram mais representativas do viver poveiro característico, mas também porque são elas que se encontram na origem das várias formas que em seguida apresenta a casa da Póvoa em geral.

Como as primeiras, estas casas eram térreas, baixas e pequenas, com telhado em telha caleira portuguesa, de duas águas desiguais, tendo as empenas nas paredes laterais divisórias, e sendo a água das traseiras a mais comprida. Elas situavam-se do mesmo modo à face da rua, para onde mostravam uma fachada nua e pobre, geralmente caiada a branco, muitas apenas com a porta de entrada, outras com a porta e uma janela, outras ainda, mais raras, com a porta entre duas janelas, todas elas com os madeiramentos — portas, postigos e caixilhos — pintados a vermelhão ou, por vezes, a cores mais vivas (36) (Figs. 2 e 3). O beiral, em alguns casos um pouco saliente, apoiava-se sobre o lintel destas aberturas, e era igualmente o remate da água do telhado que corria para a frente da casa. Com certa frequência, o pavimento da casa ficava um pouco abaixo do nível da rua: a

fachada era então extremamente baixa, e as pessoas, para entrarem, tinham que se curvar e descer um degrau, que fazia de soleira (37).

A porta, de uma só folha, era de tábuas lisas e macheadas, ligadas por duas travessas onde se firmavam as dobradiças, e, na sua parte superior, abria-se um postigo largo com uma simples portada móvel sem vidros, que, quando não havia janela, era o único rasgo de iluminação à frente da casa (38). (Ver Des. 5, exterior).

Estas casas mediam cerca de 5 a 6 metros de frente, por 10 a 12 de fundo (39) e a parede da frente pouco passava dos 2 metros de altura. Constavam apenas de duas divisões estruturais: a sala, à frente, abrindo directamente para a rua, e a cozinha, nas traseiras, tendo também, como único rasgo exterior, uma porta semelhante à da entrada, igualmente de postigo, que dava para o «quintal».

A fachada das traseiras, mais baixa que a da frente, era, como ela, nua e simples: uma parede lisa e pouco cuidada, a porta da cozinha, e, logo acima dela, um pequeno beiral rematando a longa água do telhado, visível desse lado; o pavimento ficava aí muitas vezes abaixo do nível do quintal, e a soleira da porta da cozinha fazia de degrau. O quintal era uma estreita faixa de terreno arenoso todo murado, da largura do prédio, que se estendia até à rua paralela àquela onde se situava a frente da casa, e para a qual comunicava por uma porta, com um tosco «caramelho» de madeira, de punho circular (40).

As paredes do prédio eram em alvenaria de granito, com cerca de 60 cm de espessura, grosseiramente rebocadas e caiadas, exterior e interiormente (40-a). A divisória entre a sala e a cozinha era a mais das vezes um muro de pedra igual aos outros; mas em muitos casos era uma parede de tabique grosseiramente revestida e caiada. Aí se abria uma porta de

comunicação, tosca e simples como as portas exteriores, mas sem postigo.

As portas exteriores, além da chave, tinham em baixo «trinquês» de madeira, de punho comprido, que fechavam por dentro, e à altura normal, «caramelhos» (Ver Des. 4) com que se podia abri-las do exterior. As janelas, quando existiam, tinham portadas lisas, do mesmo modelo primitivo das portas.

A cozinha, muitas vezes, em virtude da topografia local, ficava num nível sensivelmente inferior ao da sala, sendo frequentemente necessário descender-se um ou vários degraus para se passar desta divisão para aquela.

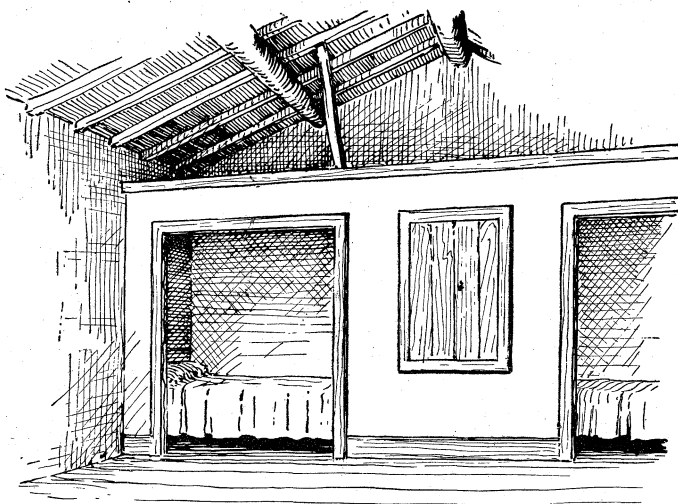
O chão da cozinha era de terra, enquanto que o da sala parece ter sido sempre soalhado (41).

Nem a sala nem a cozinha tinham tecto, e, interiormente, a armação do telhado estava à vista: a trave do cume, no alto, as «linhas» — muitas vezes simples troncos descascados (42) — a meia altura, e, sobre elas, os caibros e as tábuas de forro em que assentavam as telhas; mas enquanto que na cozinha estas tábuas eram espaçadas, deixando nos intervalos as telhas a descoberto, na sala o forro era contínuo, no sistema de «escama», em que um dos lados cavalga ligeiramente a tábua seguinte, vedando inteiramente a vista das telhas. Raras vezes a trave do cume se encontrava sobre a parede divisória entre a sala e a cozinha; pelo contrário, geralmente ela ficava sobre a sala, não raro mesmo a meio dela. A «linha» das traseiras é que muitas vezes assentava sobre aquela divisória; mas outras vezes, as duas «linhas», dispostas simetricamente de cada lado da trave do cume, viam-se ainda sobre a sala. Nestes casos, a água das traseiras do telhado era muito maior, e vinha sensivelmente mais abaixo que a da frente. Os caibros da cozinha, embora no prolongamento dos da sala, partiam da parede divisória, e apoiavam-se a meia distância em outras traves de «linha».

O elemento característico e verdadeiramente original destas casas, era a armação das «camaretas», por vezes com o «camarote» a meio, ocupando de lés a lés a parede lateral da sala, correspondente a uma das empenas. As «camaretas» são duas alcovas abertas, «com a largura precisa para armar os bancos e colocar sobre eles as tábuas que, com o colchão e o travesseiro, cheio de palha solta, constituem a cama do poveiro. No camarote do centro fechado (guardava) o poveiro as suas melhores roupas» (43), e também redes, aprestos de pesca, e outros objectos. Esta armação firmava-se toda ela, à frente, num barrote horizontal com as extremidades fixadas às paredes do topo — a divisória da cozinha e a que dá para a rua —, a cerca de 1,50 m da parede lateral, e à altura de cerca de 2 m (44); este barrote apoiava-se noutros barrotes dispostos a prumo nos limites dos rasgos das «camaretas». A armação, à frente e nas divisórias entre as camaretas ou entre estas e o camarote, era toda em madeira (45), de tábuas à vista macheadas e pintadas, ou noutros casos em tabique caiado a branco por dentro e por fora, e com as molduras de cor (46); ela tinha um tejadilho igualmente de tábuas à vista, macheadas e caiadas, assentes sobre curtos caibros cravados na parede do fundo e apoiados no barrote corrido da frente (Des. 2).

Entre este tejadilho e o travejamento do telhado da casa, com a sua maior altura no topo da empena, medeava um desvão à vista da sala, à guisa de sótão aberto; nele se arrumavam redes, cestos, lenha, e, quando a família era numerosa, aí dormiam mesmo pessoas, geralmente os filhos da casa (47). A esse sótão aberto ascendia-se por um escadote de madeira, móvel, que, para servir, se apoiava no barrote frontal da armação (48). «As paredes das camaretas estão cobertas com migalheiros e quadros com imagens dos Santos das suas devoções. À cabeceira o ramo de oliveira benzido no dia de Ramos» (49).

Era na sala, tal como a descrevemos, que o poveiro dormia, comia, trabalhava, fazia «serões», e guardava as redes, aprestos marítimos, roupas e demais objectos (50). Além das camaretas e do camarote, via-se ainda aí o *paneiro*, espécie de mesa ou prateleira de tábuas assentes em dois paus horizontais cravados atrás na parede, e apoiados em duas pernas à frente, onde se pousavam as redes; *caixas* ou *caixões* «com os arranjos domés-

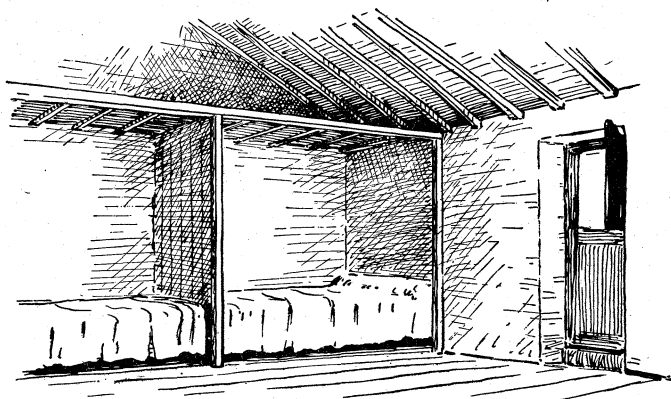


Desenho 2

ticos, servindo também de bancos»; por vezes uma cómoda ou uma mesa; e, dependurados nas traves, o *balaio* — tábuas suspensas por cordas, pelas duas extremidades (51), onde se colocava o pão, a cesta, as agulhas de marear e fazer rede — o bicheiro para os polvos, a roupa de oleado, o *ganha-pão* ou roda-fole para a apanha do sargaço, etc. Debaixo das camas, guardavam, em caixas, o peixe seco, e, às vezes, o berço dos filhos e panais velhos (52). No bom tempo, geralmente a porta da casa ficava aberta durante o dia, por costume e para deixar entrar mais luz;

mas nos dias chuvosos ela fechava-se, e apenas o postigo aberto iluminava a sala. À noite «a casa é iluminada pela luz duma mecha de pano de algodão torcida, envolvida em... *graixa* vertida numa candeia bastante primitiva... dependurada num mancebo» (53).

Na cozinha encontrava-se a um canto o forno do pão, em tijolo (54), ao lado da lareira, alta e encostada à parede, e, a



Desenho 3

Camaretas constituídas por um simples tapamento de madeira.

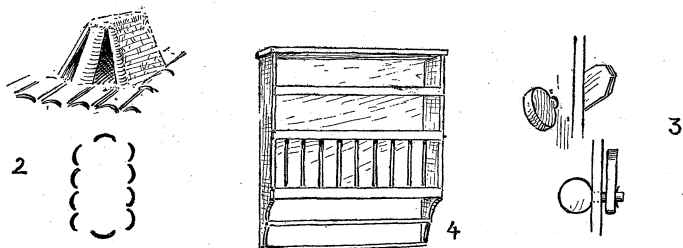
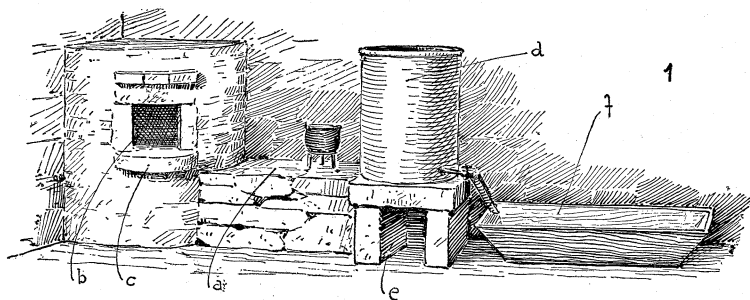
(Vide nota 46).

seguir, a instalação para o «encascar» das redes: sobre uma fomalha de pedra, — o *forno* — uma caldeira de cobre, ligada por tubagem adequada a uma comprida *masseira* de madeira, ou mais raramente, a um *pio* de pedra. Dispostas em roda, viam-se ainda a *masseira* do pão, o *caixão* ou arca onde se guardava o milho, um alguidar para lavar a louça pousado num banco ou num caixote, ao lado do *escudeleiro* ou prateleira para os pratos, as tinas onde se salgava o peixe (55), etc. (Des. 4).

Estas cozinhas tinham, sobre a lareira e o forno, uma chaminé rudimentar, constituída por um simples buraco no telhado,

rodeado superiormente por telhas postas ao alto, e inclinadas de forma a encostar os topos, saindo o fumo pelas duas extremidades.

O «quintal» era um logradouro da casa para trabalhos acessórios da pesca: nele se via um *pio* de pedra para «adoçar» as



Desenho 4

1 — Forno, lareira e instalação para o encasque das redes: a — lar; b — boca do forno; c — lareira do forno; d — caldeira; e — forno; f — masseira do encasque.

2 — Chaminé; 3 — Caramelhos; 4 — Escudeleiro.

redes, ou seja um tanque onde elas se demolhavam em água doce antes da operação do «encasque», remos, mastros e vergas, o tanque de lavar a roupa, por vezes um poço, etc.

Estas casas, que cronologicamente correspondem ao período do apogeu da vida poveira característica, e representam certamente um dos elementos basilares da poderosa tradição local,

eram, apesar de inteiramente ao serviço de gente muito prolífica e cuja profissão exclusiva implicava aparelhagem de vulto, de dimensões reduzidas e com acomodações precárias e inconvenientes. Com frequência, várias gerações da mesma família — o velho casal, um seu filho ou filha casados, porventura outros filhos ou filhas solteiras ou viúvas, e os filhos pequenos desta segunda geração — habitavam sob o mesmo tecto (56), dormindo todas as pessoas na sala única, com o recato apenas que permitiam as camaretas (57); e embora a conduta e a mentalidade do poveiro de então fossem regidas pela moral estrita do «respeito» (58), era por vezes difícil evitar uma certa promiscuidade.

Estas circunstâncias, aliadas às razões de ordem geral que por toda a parte explicam o declínio das culturas tradicionais particulares, determinaram aqui, a partir do final do século passado (59), o abandono do plano que vimos descrevendo e, a modificação das velhas casas de camaretas então existentes, no sentido do seu melhor ajustamento às necessidades dos seus habitantes e às novas noções e condições de vida social e de convívio que então surgem. A casa muda quando a classe rompe os seus quadros rígidos, escolhe profissões diversas, diferencia-se economicamente em vários níveis, adopta princípios e modos de viver estranhos — quando, numa palavra, a força da tradição cede perante as considerações utilitárias e o nivelamento cultural do mundo moderno.

Essas modificações, que desde o simples aumento das dimensões da casa até à sua divisão interior em vários compartimentos e à criação dum andar superior, conduzem à casa actual da Póvoa, multiforme e multifuncional, sem características definidas, que serve para qualquer classe e que obedece a planos muito variados e de evidente invenção pessoal, deram-se porém visivelmente a partir da casa primitiva, segundo uma evolução lógica que se documenta numa grande variedade de formas

intermediárias, e que representa o desenvolvimento progressivo de alguns elementos e conceitos fundamentais daquela casa, em que as deficiências que mencionamos eram mais sensíveis.

São essas formas que passamos a descrever, como gradações sucessivas de um processo genético único (60), indicando especialmente os elementos que o determinaram — nomeadamente a armação das camaretas e o desvão de arrumos sobre elas.

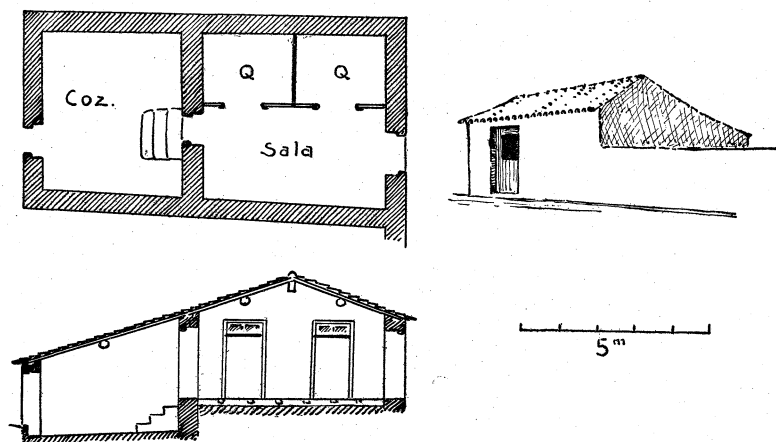
A) Evolução da armação das camaretas:

A primeira e mais importante modificação que sofre o plano primitivo, é a supressão da armação das camaretas, que marca o momento da ruptura com a tradição local, e a implantação de novos conceitos. Aquela armação é removida, substituindo-se por um tabique ou, por vezes, por um tapamento de madeira macheada e pintada (61), que, como ela, corre de lés a lés ao longo de uma das paredes laterais da sala, isolando dois quartos fechados, cujas portas respectivas abrem para esta (62). Os quartos, embora pequenos, são sensivelmente maiores que as anteriores camaretas, porque além de terem aumentado em profundidade, ganharam lateralmente o espaço antes ocupado pelo camarote, quando este existia. Em cada um deles se vê agora, muitas vezes, uma cómoda ou uma mesa, e cadeiras.

Estas casas, agora geralmente pintadas a cores variadas, mostram sobre a rua uma fachada de beiral baixo, com uma porta e uma janela, ou uma porta entre duas janelas. A porta abre sempre para a sala, correspondendo no primeiro caso a janela ao quarto, e no segundo uma ao quarto e outra à sala. O quarto de trás é sempre interior, e recebe apenas a luz escassa da bandeira da porta, ou de qualquer postigo envidraçado que às vezes existe no tabique entre os dois quartos.

Os quartos têm sempre tecto horizontal, que primeiramente era o próprio tejadilho de madeira das camaretas, e que depois passou a ser de estuque; pelo contrário, a sala é, como antes,

sem tecto, com o madeiramento do telhado à vista. Nas mais simples destas casas, por cima do tecto dos quartos, o desvão entre ele e armação do telhado continua aberto para a sala, tal como acontecia com as camaretas; nele se arrumam igualmente redes e aparelhos de pesca, e por isso se vê sempre, em qualquer canto da casa, uma escada de encostar (63). Noutros casos, o tabique frontal dos quartos prolongou-se para cima até ao



Desenho 5

Planta de uma casa da Rua 31 de Janeiro.

telhado, entaipando o desvão, que fica sem serventia (64) (Des. 5). A cozinha, a sua localização e arranjo interno e externo, mantêm-se sem alteração.

B) Evolução do desvão de arrumos sobre o tejadilho das camaretas:

Tendo em vista o aumento de espaço para arrecadações, a sala recobre-se de tecto horizontal, mais alto ou mais baixo, a princípio certamente de madeira mas agora na maioria dos casos estucado, que é o prolongamento do tejadilho das camaretas, e que, ao mesmo tempo que esconde a armação do telhado, cons-

titui, pelo lado de cima, um pavimento com a superfície igual à área conjunta da sala e dos quartos. Compreendido entre esse pavimento e armação do telhado, surge assim o esboço dum segundo piso, que serve de sótão de arrumos e a que se dá o nome de «falso», e ao qual se ascende por uma escada fixa, em dois lanços, que geralmente sobe encostada à parede divisória entre a sala e a cozinha, e nasce da sala a seguir à porta do quarto interior, que lhe aproveita o vão. É o desenvolvimento e transformação progressiva desse sótão num verdadeiro andar superior sobre a sala (65) que explicam todas as demais formas que foi desde então tomando a casa popular poveira.

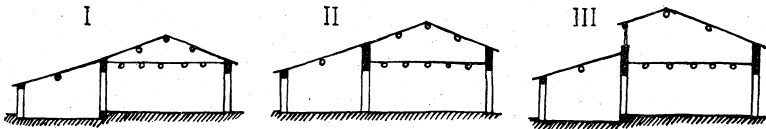
1) Num primeiro estadio desta evolução, o «falso» enxerta-se nas casas primitivas, pela construção apenas do tecto da sala e da escada de acesso, sem impor alterações estruturais; mantém-se a altura das paredes e o mesmo telhado, a sala fica com um tecto muito baixo, e o «falso» aproveita simplesmente o vão existente, achatado sob o telhado, sem quaisquer divisões nem janelas ou postigos (Des. 6-1).

2) Num estadio a seguir, o «falso» tende a ganhar altura, e procura soluções de iluminação. Exteriormente a casa alteia a sua estrutura clássica: embora se possa ainda considerar térrea, mostra agora sobre a rua uma fachada mais elevada; o beiral já não assenta sobre as padieiras da porta e das janelas, tal como sucedia outrora; entre umas e outras medeia uma parede lisa, que por vezes atinge uma altura considerável. Esta maior altura, interiormente, reflecte-se apenas no pé direito do falso: o tecto da sala e dos quartos mantém-se baixo, o mais possível, ao nível da padieira da porta de entrada.

Para o lado das traseiras, esta casa apresenta aspectos variados, e, por, vezes formas complexas:

a) O falso fica apenas mais alto, mas a casa, à parte a frontaria mais elevada, conserva as suas linhas fundamentais (Des. 6-II).

b) O telhado da casa quebra-se, e separam-se os telhados do falso e da cozinha, que se tornam independentes. A parede divisória entre a sala e a cozinha eleva-se, e atinge a altura dum andar superior; sobre o falso fica um telhado de duas águas marcadamente desiguais, a da frente muito alongada, nascendo no beiral alto, a das traseiras muito curta, terminando naquela parede, ao nível do andar de cima. O telhado da cozinha nasce muito abaixo, dum altura conveniente nessa parede divisória. Entre o beiral da água traseira do falso, e o nascimento do telhado da cozinha, há portanto um grande desnível vertical, constituído pelo prolongamento da parede divisória entre a sala



Desenho 6

e a cozinha, que aí passa a ser uma parede exterior, geralmente revestida de chapa-zincada, ou mais raramente de telhas postas ao alto, e onde se rasgam uma ou duas janelas, que iluminam francamente o falso (Des. 6-III).

O falso passou assim a ser um andar, embora, nesta fase, sem quaisquer divisões; aí se arrumam redes, cortiças, aprestos avultados, etc., aí se podem realizar certos trabalhos domésticos ou profissionais; e, quando é preciso, «dorme lá a canalha». É típico o aspecto exterior destas casas — que se podem considerar a forma intermédia mais frequente das casas de pescadores da Póvoa, especialmente nas ruas do bairro sul — térreas à frente mas com o beiral alto, uma longa água frontal, e nas traseiras um verdadeiro andar que corresponde ao falso, e que, erguido acima da altura em que nasce o telhado da cozinha,

tem o aspecto duma água-furtada especial da largura total da casa (66) (Figs. 5 e 6).

3) Na mesma linha de desenvolvimento do falso, aparecem seguidamente casas em que, naquela parede elevada da fachada frontal, entre as padieiras da porta e das janelas e o beiral do telhado, se rasga um postigo ou pequeno janelo quadrangular ou redondo, para iluminação do falso, que indica já nessa fachada, a existência de um piso superior (67) (Fig. 7).

4) Noutras casas ergue-se na mesma fachada um «mirante», com a altura normal de um andar; este mirante, com a sua janela, não ocupa a largura toda da casa, mas apenas um sector a meio, interrompendo o beiral, que subsiste, de cada lado, à altura do rés-do-chão (68) (Fig. 8).

Outra solução, relativamente frequente como a anterior, é a de uma pequena construção a meio da largura do telhado, um pouco recuada do beiral, e cujas duas águas se inserem na água frontal da casa (69) (Fig. 9). Esta solução, que é muito corrente em todo o N. W. do país, tem aqui o interesse de patentear a resistência ao abandono puro e simples da ideia da casa térrea, aparecendo o andar como que disfarçado sob as formas antigas. Raríssimas vezes aparece ainda outra solução, em que, recuada igualmente do beiral, se levanta uma parede a toda a largura do prédio, de tabique forrado a chapa ou a telha, onde se abrem duas janelas (70) (Fig. 10).

Muitas outras formas se encontram, em que as ideias mestras que estão na base desta evolução afloram em combinações diversas e especiais, documentando com toda a evidência a unidade do processo genético que apontamos. Assim, numa casa de esquina, no Largo da Lapa, vemos, na fachada frontal, a parede acima do lintel da porta e janelas, lisa e sem aberturas, mas invulgarmente elevada — de facto, da altura de um verdadeiro andar —; na realidade, ela corresponde a esse verdadeiro andar,

que, na empena lateral, tem mesmo uma janela normal, ao nível devido (Fig. 11). É portanto já uma casa de andar, que contudo, na fachada frontal, se apresenta ainda como térrea no que respeita a rasgos, em obediência a um estilo tradicional. E o mesmo se pode dizer do sentido dos «mirantes» recuados, de que atrás nos ocupamos.

Deve-se notar, como dissemos, que em todos estes tipos de casa perdura a cozinha das velhas casas de camaretas, térrea, em telha vã, a seguir à sala, e voltada para as traseiras. A falta de espaço, contudo, tem obrigado ultimamente a construir um pequeno acrescento com esse fim, anexo e erguido longitudinalmente a um lado do quintal.

5) Finalmente o falso transforma-se num verdadeiro piso superior, e a casa passa a ser de rés-do-chão e andar, este último geralmente com duas janelas.

O falso, de entrada recinto sem divisões e utilizado para arrumação e trabalho, passa a ter utilização mais diferenciada. Vemos primeiro surgirem divisórias em tabuinha, provisórias, que isolam um compartimento ou dois, servindo de quartos, situados ora sob o esconso do falso, à frente da casa, ora mais raramente nas traseiras, enquanto que o restante espaço livre continua a ser utilizado para o fim anterior. Essas divisórias tendem a tornar-se fixas, em tabique, e o falso aparece finalmente, em muitas casas actuais, arbitrariamente dividido, conservando apenas dos conceitos antigos, um recinto largo e aberto, para as traseiras, onde se trabalha; e isto sucede mesmo, muitas vezes, nas casas que já têm um franco andar sobre a rua.

*
* *

Nas Cachinas, zona de povoamento recente (71), tributária, sob o ponto populacional e cultural, da Póvoa de Varzim, e mesmo, mais especialmente, da gente do bairro sul, que, emergindo das dunas que afloram sob os seus arruamentos, elas prolongam com a Poça da Barca de permeio, as casas pertencem, na sua quase totalidade, e com certos caracteres diversamente acentuados, à categoria que definimos atrás sob os números B-2-a, isto é: casas que exteriormente mostram sobre a rua uma fachada térrea mas alta, na sua maioria com uma porta e uma janela, e com uma parede lisa mas que por vezes atinge uma altura considerável, mediando entre as padieiras desses rasgos e o beiral. Interiormente, essa maior altura reflecte-se apenas no pé direito do «falso», que não tem qualquer janela ou postigo: o tecto da sala e dos quartos é baixo, ao nível da porta de entrada. O telhado é de duas águas simples, ficando as empenas nas paredes laterais divisórias das casas contíguas. É típico o aspecto de longas séries de casas todas de idênticas proporções, com um telhado aparentemente único onde apenas se adivinham as secções das paredes divisórias sob as telhas, e com as fachadas diversificadas por uma grande variedade de cores garridas, cada uma delas realçada ainda por barras e madeiramentos pintados de cor diferente.

Os caracteres especiais a que aludimos, dizem respeito à forma da sala, que, comparada com a das casas da Póvoa do mesmo tipo, se apresenta aqui comprida e estreita, reduzida quase às proporções de um corredor. Informam-nos de que nunca aqui foram usadas «camaretas».

Na Poça da Barca, a mesma forma predomina, mas aí já se encontram, ao mesmo tempo que os tipos anteriores, casas do tipo B-2-b, em que o «falso» é iluminado pelas janelas de um verdadeiro andar superior, em águas-furtadas sobre as traseiras, que se eleva acima do telhado da cozinha; e além desse, também numerosas casas de mirante a meio da fachada (tipo B-4), casas de rés-do-chão e andar, com duas janelas de frente (tipo B-5), e, de um modo geral, todas as demais variedades das casas típicas da Póvoa vizinha.

Vemos assim que a habitação primitiva da Póvoa foi transplantada para as Cachinas numa fase intermédia e já adiantada da sua evolução, em que o «falso» originário se definira num andar rudimentar de arrumos, sem que porém o edifício perdesse as características exteriores aparentes de uma casa térrea, e que nesse tipo ela se fixou e se generalizou. Na Poça da Barca, mais próxima da Vila e em contacto permanente com ela, a casa não se fixou nessa fase intermédia, e acompanhou a evolução ulterior da casa poveira, adoptando mesmo as soluções mais recentes.

*

* *

O sistema geral das alcovas, que compreende várias categorias, entre as quais se podem incluir as «camaretas» poveiras, encontra-se, sob diversas formas, em muitas outras áreas, países e épocas (Figs. 12 e 13). Além de alcovas-móvel, distinguiremos as alcovas-armação, de cama fixa ou de cama móvel, e as alcovas-cubículo, com espaço apenas para a cama, ou formando um pequeno quarto interior. As alcovas-móvel são peças especiais de mobiliário, camas fechadas que se podem deslocar e colocar em qualquer parte da casa; as alcovas-cubículo apresentam-se como pequenos recantos ou quartos interiores, com pare-

des divisórias argamassadas, que abrem para qualquer dependência, e que foram previstos e incluídos na estrutura fundamental da casa; as alcovas-armação consistem numa peça fixa, montada em barrotes e traves de madeira cravados nas paredes e pavimento duma sala, mas que não fazem parte da estrutura da casa; estas últimas podem ainda ser, como dissemos, de cama fixa ou de cama móvel, conforme a cama ou catre faz parte da própria armação, ou esta apenas abriga o espaço onde se instala uma cama móvel e independente. As «camaretas» poveiras, na sua forma mais simples e que se nos afigura mais primitiva, parecem sem dúvida dever incluir-se na categoria das alcovas-armações, de cama móvel. Contudo alguns exemplares podem considerar-se como formas intermediárias entre essa categoria e a das alcovas-cubículos, com acentuação da primeira feição, uma vez que, nesses casos, a armação embora não faça parte da estrutura primordial da casa, forma recantos com paredes de argamassa, que têm muitas características de pequenos quartos abertos.

Em Portugal, além das «camaretas» poveiras, conhecemos outros casos que se podem também incluir nessa categoria intermediária entre as alcovas-armações de cama móvel, e as alcovas-cubículo, com espaço apenas para a cama. No concelho de Celorico de Basto, por exemplo, existe uma velha casa (72) que, a um lado da sala, mostra uma armação de madeira formando duas alcovas contíguas, separadas por um tapamento de tábuas, cada uma das quais com as dimensões exactas de uma cama. Os prumos de castanho, cravados no soalho nas extremidades e a meio (este recobrimdo a vista do tapamento), formam pilastras, com molduras decorativas nas bases e capitéis: a trave do alto, fixa às paredes laterais e corrida de lés a lés, a toda a largura da sala, tem do mesmo modo, belos frisos ornamentais. O tecto da sala é de castanho, em forma de masseira, enquanto que o

do recanto das alcovas ao lado, é horizontal, contíguo, mas independente daquele. O conjunto apresenta-se, para lá do seu aspecto funcional, como um motivo de luxo, e, mais acentuadamente do que as camaretas poveiras, é uma forma intermediária entre um elemento estrutural da casa e uma armação.

Por outro lado, os dois quartos, que, na Póvoa, após a supressão da armação das camaretas, vieram ocupar o lugar destas últimas, pertencem sem dúvida à categoria das alcovas-cubículo, integradas na estrutura da casa, geralmente com o aspecto de pequenos quartos dando para a sala. E assim, a evolução da casa poveira que atrás documentamos, representa, no que se refere à substituição das «camaretas» pelos dois pequenos quartos, um processo de transformação de um tipo de alcova-armação de cama móvel, numa alcova-cubículo. Este último sistema encontra-se, em termos semelhantes, em várias outras áreas portuguesas, nomeadamente em certos, tipos de casas da Maia e de Esposende, que noutro lugar descrevemos (73).

NOTAS

(1) É esta a opinião de José Fortes, in: *Restos duma villa lusitano-romana*, Porto, 1905, págs. 14 a 43, citado por Fonseca Cardoso, *O Poveiro*, in: «Portugal», tomo II, Porto, 1905-1908, págs. 522/523. Este último autor admite, porém, que essas ruínas representam «uma parcela da proto-histórica povoação marítima dos velhos oestrimnios que exerciam a indústria da pesca e da salga de peixe sob o regímen fenício, que dela fizera possessão sua», e que habitavam esta parte da *Ophiusae Frons* de Avieno. Fonseca Cardoso sustenta a hipótese da ascendência semítica fenícia e nórdica normanda do poveiro actual, pela acção destes dois grupos étnicos sobre o fundo indígena constituído pela ligação íntima das duas raças neolíticas, dolicocefala e braquicefala mongolóide: «Sobre um estrato indígena já pescador, porção desse oestrimnios de Avieno que ensinaram aos tartésios e aos tírios o caminho das ricas Cassitérides, assentaram depois, em épocas mui diferentes e distanciadas, duas raças humanas também

pescadoras e navegadoras: a fenícia semítica, e a loura teutónica ou normanda. E assim se produziu o poveiro, de viver simples, pacífico, exercendo a pesca como navegante audaz e atrevido».

Numa hipótese como na outra, vemos pois que se afirma o substrato castrejo do poveiro. De resto, toda a região litoral, compreendida entre o Ave e o Cávado, foi, desde os tempos pré-históricos, densamente habitada. Inúmeros vestígios de civilizações dolmênicas e castrejas que por ela se encontram, nomeadamente sobre os areais de Lavra, Póvoa, Abremar, etc., «atestam a permanência de sociedades humanas neolíticas, luso-romanas, até hoje». E de facto, certos historiadores, fundando-se pelo seu lado em razões de parentesco cultural entre o grupo poveiro e as comunidades serranas minhotas e transmontanas, filiam o primeiro, tal como parece ser o caso das últimas, nas gentes célticas de civilização castreja. Com efeito, aqui como ali, deparamos com o mesmo fundo comunitário, regendo aqui o trabalho e o produto da pesca, embora se registre aqui uma certa diferenciação de classe que na serra não existe, conforme a categoria do barco e do pescado — os «lanchões», os «sardinheiros» e os «pescadores de linha» —; a solidariedade social, ainda mais viva que nas sociedades serranas; o governo independente e o recurso para julgamento de pleitos e testilhas ao juízo dos «homens de respeito», com repugnância pela justiça oficial; a mesma elevação e austeridade moral... o amor à genuinidade social, e, como consequência, a endogamia... a... fraternidade entre os seus membros e ainda «certas palavras como o «campo», aplicado a certo mar; a «caça», ao conjunto das redes; a «ceifa» ao tempo que uma «caça» anda no mar sem ser substituída; ou as siglas representadas por uma grade ou um arado, que marcam a transição da comunidade agro-pastoril para a piscatória». Nesta orientação, o processo de assinalar todos os objectos de propriedade individual, os de família e os de «companha», com siglas próprias, radica na tradição pré-histórica das marcas do gado, com que se distinguem as reses do clã (Vide Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, págs. 523, 530, 539; Jaime Cortesão, *A Póvoa e o Poveiro*, in: «O Primeiro de Janeiro» de 26 de Julho de 1956, pág. 1; Jorge Dias, *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*, Porto, 1953, págs. 134/135 e 183 (marcas de gado), e Vilharinho da Furna, *Uma aldeia comunitária*, Porto, 1948, págs. 49/64 e 81/82 (marcas de gado); e Santos Graça, *O Poveiro*, Póvoa de Varzim, 1932, págs. 17/34).

(2) Acerca das escavações na rua da Junqueira, veja-se Padre Brenha, *A Póvoa já foi romana*, in: «A Póvoa de Varzim», 2.º ano, n.º 14, 15 de Maio de 1913: «No centro desta vila, rua da Junqueira, em 1898, fortuitamente

se encontraram restos de habitações romanas, caracteristicamente definidas. O Sr. Manoel Ferreira Barbosa mandou abrir, em Agosto daquele ano, um poço numa propriedade que possuía na rua da Junqueira, desta vila. Quando se procedia a essa obra, os trabalhadores, a profundidade pouco mais ou menos de oito palmos, encontraram dentro da área aberta para a perfuração do poço, uma parede orientada de L. para W., com a espessura de três palmos, feita de pedras não trabalhadas, pedaços de granito rolados, seixos grandes (material talvez abundante no tempo da construção da mesma) seguros ou cimentados com terra negra, tendo misturada bastante areia. Continuando os trabalhadores no abrimto do poço, viram que a parede chegava até à profundidade de 21 palmos, onde encontraram o alicerce dela. Nada se podia concluir com relação ao tempo, a que se devia atribuir esta obra, nem pelo modo de construção, nem pelos materiais empregados, e simplesmente se poderia dizer que era de feitura muito antiga, dada a grande diferença que havia entre o nível do alicerce e o do terreno actual (21 palmos!); mas por um felicíssimo acaso, do lado do norte da parede foram encontrados, perto da base, restos de cerâmica romana (tégula, imbrex, etc.), e, (achado importante que pena foi quebrar-se) um PANELO de barro preto em forma de cântaro, com duas asas pequenas no pescoço, que mal lhe cabiam dous dedos, colocado mesmo encostado à parede; ou até parecia que a parede tinha uma espécie de nicho, onde ele estava, porque apesar da cautela que eu tinha recomendado no desfazer da parede, lhe quebraram um bocado de bojo, mostrando que estava meiado duma terra pardacenta, luzidia, húmida e que, esfregado entre os dedos, era muito macia e tinha bem justaposto na boca um tijolo... Por esta descrição se vê claramente que o tal *panelo* era, quer pela colocação quer pelo conteúdo... uma URNA FUNERÁRIA (ou ossuária). Desta espécie de urnas ou vasos se servia a gente romana de menos meios para nelas recolherem as cinzas ou ossos de seus parentes». Veja-se também Viriato Barbosa, *A Póvoa de Varzim*, Porto, 1941, págs. 11/12, relatando o facto que teve lugar na casa que na data do livro tinha o n.º 6, da rua da Junqueira, e era propriedade de seu pai. A notícia foi publicada nessa altura pelo P.º Brenha no jornal local «A Estrela Povoense», e o jornal «A Independência» também se referiu ao assunto.

(3) Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, pág. 523.

(4) Alberto Sampaio, *As Póvoas Marítimas*, vol. I, Porto, 1923, pág. 321, nota 5. O diploma em questão é uma carta de venda do prédio rústico de Vila do Conde, feito por Flamula Deo-vota ao Mosteiro de Guimarães, em que se indicam como limites, a nascente e norte, a Villa Fromarici (Formariz) e a Villa

Euracini; «estes limites são os antigos — *in suos terminus antiquos*; ora os antigos, para os homens do século X, eram a anterior sociedade germânica, que se fundira completamente na romana. Os suevos e visigodos apoderando-se do país romanizado, conservaram cuidadosamente as limitações anteriores das propriedades, como dispunha o Código Visigótico, e isto mesmo estava no seu interesse, pois assim mais facilmente se efectuaría o lançamento dos tributos; portanto, dizendo-nos aquele título que a Villa de Comite estava limitada pelos *suos terminus antiquos*, indica-nos até onde ascendia essa antiguidade, quer dizer, o prédio rústico antigo que eles assinalavam, tinha sido fundado e demarcado primitivamente no período romano». (Cfr. Mons. J. Augusto Ferreira, *Vila do Conde e seu Alfoz*, Porto, 1923, págs. 11/12).

Viriato Barbosa amplia o raciocínio à delimitação da Villa Euracini, que localiza sem dar razões, nas imediações da actual rua da Junqueira. «Essa vila, criada junto ao mar, teria certamente como principal comércio, não obstante o seu carácter agrícola, a produção do sal... As salinas ficariam a poente, talvez onde a rua da Junqueira tem o seu termo»: o documento de 935, a propósito de Vila do Conde, fala de *salinas* e *pescarias*, e na verdade o sal e o peixe eram elementos primordiais na vida das «cidades e castros»; ora, o mesmo grau de riquezas devia possuí-lo a vizinha Villa Euracini»; e reforça a sua hipótese com a consideração de que os terrenos sobre os quais assenta actualmente a rua da Junqueira são de aluvião, e de que ainda não há muito tempo, o mar, nas marés cheias, avançava pelos sítios da rua do Tenente Valadim, até proximidades do antigo Largo da Bandeira. (Viriato Barbosa, *op. cit.*, págs. 11, 12 e 13).

(5) Alberto Sampaio, *op. cit.*, pág. 322.

(6) *Ib.*, pág. 356.

(7) *Ib.*, págs. 322/323. As Inquirições de 1220 informam que em Argivai, onde a coroa possuía vários reguengos, os lavradores de 20 dos 42 casais existentes, *quando iam pescar ao mar*, pagavam ao fisco o *navão*, isto é, um peixe por cada navio, lancha, ou outra embarcação, ou uma mealha, se o não faziam à sexta-feira; os de Gesteira, pagavam do mesmo modo o navão, ou dois soldos por ano cada embarcação, se não pescavam; os de Santa Cristina, chegando o Governador da terra, serviam-no de pescado. E a alternativa da «mealha» ou dos «dois soldos», mostra, segundo este autor, «um trabalho usual».

(8) *Ibid.*, pág. 323.

(9) *Ibid.*, págs. 325 e 357.

(10) *Ibid.*, págs. 323/325. É digna de nota a menção que neste diploma

se faz já da apanha do sargaço na Póvoa: «...E mando que todo argaço que seja em termo da dicta pobra o aiam os pobradores dela».

(11) *Ibid.*, pág. 325. Veja-se também P.^o José Joaquim Martins Gesteira, *Memórias Históricas da Villa da Póvoa de Varzim*, Porto, 1852, capítulo v.

(12) Gesteira, *op. cit.*, cap. vi e vii.

(13) Manuel Silva, *Terra Enfeudada*, in: «A Póvoa de Varzim», 3.^o Ano, n.^o 15, 15 de Junho de 1914. Alberto Sampaio, *op. cit.*, pág. 326, lembra que ainda hoje se chama «Vila Velha» a um bairro (que corresponde ao local onde se construiu a igreja nova do Sagrado Coração de Jesus), onde podia muito bem ter sido a «pobra» de D. Dinis. Viriato Barbosa, porém, partindo da sua hipótese da localização de Villa Euracini nos princípios da rua da Junqueira, entende que a expressão «Varazim de Jusaão» — isto é, *de Jusante* ou *de Baixo*, ou seja: junto ao mar — que figura no foral de 1308, significa que a «pobra» de D. Dinis representa o desenvolvimento daquela Villa romana (*op. cit.*, pág. 22), e que portanto o primitivo aglomerado dos «pobradores» se localizava igualmente «por esses sítios da Junqueira» (pág. 68). E diz: «Se pudéssemos recuar... quatro a cinco centenas de anos, veríamos... esta povoação de pescadores, nos séculos xv e xvi certamente constituída por um aglomerado de casas térreas marginando a enseada, e, a nascente, agrupando-se em redor da capela da Madre de Deus» (págs. 38/39).

(14) Viriato Barbosa, *op. cit.*, pág. 39, afirma recordar-se de ver na rua da Junqueira duas casas térreas (demolidas nos princípios deste século, que deviam remontar aos séculos xv ou xvi (!); e também que, por volta de 1870/1880, havia ali «uns casebres também com as características próprias da habitação de pescadores de tempos antigos» (pág. 39). De resto, ainda hoje existem nessas imediações — por exemplo na rua e beco das Hortas — casas características de pescadores, térreas, contíguas umas às outras, com fachadas de porta e janela, dispostas a um dos lados da rua, enquanto que o outro mostra apenas traseiras de quintais, e das quais algumas, na rua das Hortas, se encontram no alinhamento antigo, mais recuado que o actual. Contudo, o grande incremento do povoamento da faixa litoral parece ter-se dado no século xviii. Vide Nota 17.

(15) O edifício dos primitivos Paços do Concelho, que se pode ver, quase intacto, na esquina das actuais ruas da Igreja e da Conceição, foi construído pouco depois do fim do reinado de D. Manuel I; constava de cinco arcos, três na frente e um a cada lado, na esquina, e tinha um brasão de armas entre as duas janelas da frente (Gesteira, *op. cit.*, cap. xix; e Viriato Barbosa, *op. cit.*,

pág. 42). Este último autor, *op. cit.*, págs. 42/43, indica algumas casas nobres sitas naquele mesmo centro, que está na origem do actual bairro da Conceição, que descreve como sendo «por via de regra casas sobradadas de acanhadas dimensões e cuja característica principal era a padieira com entalhes na face exterior, em que predominavam as linhas curvas». O mesmo autor, sempre dentro da sua hipótese topográfica, escreve: «O povoado, que primitivamente tivera fulcro no lugar de Euracini dos romanos, estendia-se para o nascente e criara no actual bairro da Conceição o seu principal aglomerado (*op. cit.*, págs. 29 e 30). E esclarece que entre o edifício da Câmara e a Igreja da Madre de Deus (edificada em 1542 no lugar que corresponde à esquina poente fronteira ao adro da actual Matriz, e que durante muito tempo se julgou ter sido a primeira Matriz da Póvoa, transferida em 1702 para a capela da Misericórdia, no lugar da Mata, e demolida em 1898), tinha começo a rua da Madre de Deus, artéria de principal ligação entre aquele bairro e o dos pescadores, por meio de travessas tortas e mal calcetadas... Os campos do Bohido e dos Favais, onde em parte... veio nos fins do século XVIII a ser traçada a Praça Nova do Almada, dividia os dois bairros» (pág. 43); e de facto, ainda hoje se dá o nome de «Calçada» ao arruamento sul dessa Praça. «E como a enseada era de fácil acesso (pelo lado da terra), a população que trabalhava no mar, podia, sem prejuízo das suas ocupações, estabelecer moradia até no lugar do Coelhoiro (no interior, a nascente). ...Não vai longe o tempo em que, nesse lugar, considerado excêntrico, moravam pescadores que na quadra da faina do mar, se entregavam ao seu mister, e no tempo da falta de peixe, arroteavam a terra» (pág. 39). «Dos campos circunvizinhos vinham os ribeiros do Bohido e dos Favais, encontrar-se no sítio onde algumas centenas de anos mais tarde se construiu o Largo da Bandeira. Os dois ribeiros juntando as águas, passavam desde aquele ponto a formar o Esteiro. Este caminhava até ao mar pelo leito que veio a ser aproveitado com os aterros feitos, para formar, em parte, a actual rua do Tenente Valadim... No lugar onde vemos construído o Casino, as águas do Esteiro, nesses tempos recuados, entravam no mar. O assoreamento de toda esta parte que em tempos remotos constituía a baía, foi lentamente feito durante alguns séculos... Assoreada a maior parte da baía, o bairro dos pescadores ia alargando para o sul, de maneira a formar, já nos nossos dias, um novo bairro, o mais típico da nossa gente do mar» (pág. 40).

O distinto investigador povoense, Ex.^{mo} Sr. Fernando da Silva Barbosa, a quem o nosso inquérito tantos esclarecimentos e facilidades fica devendo, e que pôs à nossa disposição material por ele recolhido para os seus estudos, no seu

trabalho em preparação sobre a topografia histórica da Vila, apoiado em documentação inédita, por ele descoberta, e no memorial original que serviu de base às *Memórias Históricas* de Gesteira, é de opinião de que em 1544 já a Póvoa de Varzim se encontrava eclesiásticamente independente de Argivai, e de que a primitiva Matriz tinha o seu assento numa ermida da invocação de S. Tiago que se situava no actual Largo das Dores, antigo lugar da Mata, da qual apareceram vestígios — nomeadamente uma imagem do Apóstolo, a que o Livro Costumeiro da Misericórdia atribui a idade de cerca de 8 séculos, e «uma porta de cantaria, em ogiva, com a soleira bastante gasta... vendo-se na parte superior externa, duas siglas», e, além dela, grande quantidade de silharia, também com «siglas» (Bernardino Faria, *S. Tiago e S. Telmo na Igreja da Misericórdia*, in: «A Póvoa de Varzim», 3.º ano, n.º 8, 28 de Fevereiro de 1914, com ilustrações das imagens dos dois santos e da porta e siglas nos n.ºs 7 e 8 do 5.º ano, de 13 e 20 de Fevereiro de 1916). — Quando da demolição em 1910 da antiga capela da Misericórdia, que incorporara e viera ocupar o lugar daquela ermida, e que foi substituída então pelo actual templo da Misericórdia. Em 1757, a Matriz da Vila é transferida e instalada na actual Matriz, então acabada de construir, por a da Mata ser muito distanciada da Vila.

(16) A capela de S. Roque foi fundada em 1596 por Diogo Peres de S. Pedro e sua mulher Maria Fernandes de Faria, e em 1741 erige-se aí a confraria do Apóstolo S. Tiago, «cuja imagem se diz que apareceu na praia desta Vila no princípio do cisma de Inglaterra». (Gesteira, *op. cit.*, cap. XVII). Segundo Viriato Barbosa, essa capela foi fundada, com efeito, «para servir a população do primitivo bairro de pescadores, que era por esses sítios da Junqueira». (*Op. cit.*, pág. 68).

(17) Num manuscrito datado de 1758 da autoria do Tenente Veiga Leal, intitulado «Notícia da Villa da Póvoa de Varzim», que o Sr. Fernando da Silva Barbosa estudou e de que nos dá conhecimento, fala-se na «divisão» que nessa data se faz «entre as ruas e casas que eram vila antiga, e casas e ruas que de novo há poucos anos se formaram e vão formando em outro plano mais próximo da praia do mar chamado Junqueira, nome provindo de ser este sítio algum dia antes de povoado um juncal». (A Junqueira era a área compreendida entre a actual rua do mesmo nome e a rua dos Ferreiros). «O espaço que divide hoje esta vila em duas partes é uma calçada de 33 braças ordinárias de comprimento, e duas de largo, com paredes de um e outro lado que tapam uns amenos prados e férteis campos...». E mais adiante: «... a rua da Areia, que tem este nome por ser já formada em areia solta da praia, e em falta de chãos sólidos para

edificação das muitas casas que cada dia se inovam, e brevemente virá a ser preciso denominar as ruas da areia com distintivos, porque a Vereança teve e tem a providência de dar arrudos os chãos para edifícios, que nalguns estão já levantados e demarcados outros; mas como se não acham sucessivamente continuados, é tudo ao presente rua da Areia...». E numa acta da Câmara da Póvoa de Varzim, datada de 20 de Outubro de 1767, que o mesmo investigador descobriu e nos autoriza a publicar em primeira mão, mencionam-se, numa ordem de ideias semelhante, as «areyas que esta Câmara tinha aforado aos moradores desta Villa para nellas fazerem cazas para sua vivenda...», dizendo-se que «esta Villa tinha hido em hum grande aumento na pescaria de sorte que já se compunha do melhor de sette centos fogos», e que, como «não havia onde comodamente se pudecem idificar cazas para acomodação do Povo... recorrerão as ditas areyas adonde he muito conveniente terem as ditas cazas para com mais brevidade acudirem às suas embarcasoins da pesca por lhe ficarem contíguas a costa do mar...». Por aqui se vê que o povoamento da faixa litoral foi feito por aforamentos e que ele se deve ter intensificado sobretudo no decurso do século XVIII. (Vide nota 14). Contudo, a casa n.º 41 da rua da Assunção, apresenta a meio da padieira superior da porta de entrada, uma inscrição, deteriorada e pouco clara, que o Sr. Fernando Barbosa interpreta como sendo a data de 1600. O estilo de certos pormenores dessa casa, nomeadamente as padieiras arqueadas da porta e das duas janelas, parecem indicar um estilo rústico do século XVIII, e a inscrição pode talvez representar a casa de 1800. (Fig. 9). A ser porém exacta a leitura daquele investigador, o facto provaria o povoamento do bairro sul a partir pelo menos dos princípios do século XVII.

(18) Cfr. Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, pág. 524, transcrevendo a informação do investigador povoense Sr. Manuel Silva; e também pág. 519. Veja-se ainda Viriato Barbosa, *op. cit.*, págs. 69/72.

(19) Cfr. Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, pág. 524.

(20) O Sr. Fernando Barbosa indica-nos a acta de uma reunião da Câmara da Póvoa, de 1776, que já alude à «muita gente que a ela vinha comprar peixe e também aos banhos do mar»; e, por outro lado, uma resposta da mesma Câmara, incluída no Livro de Actas, datada de 1824, que diz que a vila continha «mais de 6.000 habitantes, número que dobra nos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro, com as pessoas que a ella concorrem a tomar banhos das províncias, do Minho e Trás-os-Montes». A feição balnear da Póvoa acentua-se principalmente no decorrer da última metade do século passado

após a construção da linha férrea do Porto à Póvoa e Famalicão: «A praia... da Póvoa... só começou a tornar-se conhecida como estância balnear marítima há cerca de 40 anos», ou seja, por volta de 1870 (B. P., *Os banhos através da História*, in: «A Póvoa de Varzim», 2.º Ano, N.º 1, 1.ª Quinzena de Outubro de 1912). A urbanização da zona central da praia e a transformação das casas e barracas de pescadores que bordavam o areal nessas paragens, em casas e estabelecimentos para forasteiros, data dessa ocasião; nos nossos dias, viam-se ainda áreas de secagem de redes no espaço que corresponde hoje mais ou menos ao largo fronteiro ao Palácio Hotel e Casino.

(21) Actualmente rua da Assunção.

(22) Actualmente rua 31 de Janeiro.

(23) Actualmente rua Miguel Bombarda.

(24) O Sr. Fernando Barbosa informa-nos que estes carreiros, a que dão o nome de «cangostas», que, com a largura de pouco mais de um metro, atravessam, numa longa enfiada rectilínea que nasce na praia, os sucessivos blocos compreendidos entre as ruas principais do bairro piscatório, destinavam-se à passagem dos mastros e varais que se recolhiam aos quintais, à mão, e tinham por fim evitar que se tivessem de fazer grandes desvios.

(25) Existiam também aqui, face à praia, umas pequenas barracas, igualmente de madeira e muito toscas, que serviam apenas de arrecadação de aprestos de pesca. Construções dessa categoria, ou com o carácter de habitações temporárias, são, sob diversas formas, frequentes em toda a costa norte, nomeadamente nas povoações de gente que se dedica à apanha do sargaço, e em que o aglomerado se situa no interior, havendo por isso necessidade de abrigos junto à praia. «D'ordinário constituem dependências de casas de lavoura, só utilizadas... nas épocas de procura do sargaço e em vista da arrecadação volante deste ou como residência temporária do sargaceiro». É pois possível que tais barracas na Póvoa — de que vimos ainda um último exemplar na Poça da Barca, de costas voltadas para o mar, servindo de oficina de carpintaria marítima —, pertencessem a alguns desses pescadores que ainda no século XVIII viviam dispersos pelo interior da vila.

Em Vila Chã, a sul do Mindelo, o povoamento actual está a fazer-se pelo aproveitamento e adaptação a casas de habitação permanente, das barracas de arrecadação que, em fileira, bordam a enseada, a sul do povoado antigo. Essas barracas são de paredes de pedra; mas apesar disso, cabe perguntar se, de modo semelhante, as velhas casas de madeira da Póvoa se poderão filiar nessas primitivas barracas de abrigo que havia na praia, ou se, pelo contrário, tais bar-

racas representam a adaptação de antigos prédios de tabuado, de que fala Rocha Peixoto (*Os Palheiros do Litoral*, in: «Portugalia», Tomo 1, 86).

(26) Essa pintura era feita com os restos da infusão de casca de salgueiro que sobravam da operação do «encasque» das redes (Vide Joaquim Leitão, *Póvoa de Varzim*, in: «A Póvoa de Varzim», 2.º ano, n.º 16, 15 de Junho de 1913).

(27) Joaquim Leitão, *op. e loc. cit.*, 2.º ano, n.ºs 16 e 17 de 15 de Junho e 13 de Julho de 1913, insiste na grande largura das portas destas casas, que constituem a sua «única pretensão ambiciosa», e que, segundo o autor, ocupam mesmo, em muitos casos, toda a fachada, para que o pescador «possa entrar com uma coroa de cordas em cada braço, um leme ou um remo ao ombro...», e além disso, «de olho no secadouro e ancoradouro», e sem se mexer do catre ou da lareira, observar o seu barco, o estado do tempo ou do mar, etc. Com base nos elementos informativos de que dispomos, não parece que este pormenor se possa considerar de carácter geral e típico destas casas.

(28) Por vezes um tabique de tábuas a prumo isolava a lareira do resto do compartimento, onde as pessoas dormiam. Joaquim Leitão, *op. e loc. cit.*, 2.º ano, n.º 17, referindo-se a estas casas, diz que esse compartimento era «dividido (?) por um leito de bancos ou beliche, suspenso da parede, e pela lareira...». E Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal*, Porto, 1876, pág. 57, escreve a este respeito: «As casas são interiormente de um grande pitoresco... O mesmo quarto serve de sala, de alcova, de cozinha. A um lado está o lar, ao outro a cama, um leito ou um beliche suspenso como a bordo; a prateleira da louça pende de uma parede; do tecto suspendem-se os molhos das cordas cor de sépia; as trouxas de roupa, as redes, os cestos, os aparelhos de pesca». E fala nos «cações escalados que estão secando ao sol estirados nas pontas com três pregos» e nas «paredes negras e gordurosas».

(29) Na nota anterior, citamos a indicação de Joaquim Leitão, que fala de «leito de bancos ou beliche suspenso da parede», e a de Ramalho Ortigão que fala de «um leito ou beliche suspenso como a bordo». Cremos que este «beliche» deve significar a armação das camaretas, de que nos ocuparemos detidamente a seguir, ao estudarmos a casa característica do pescador poveiro, de cal e pedra. Todos os nossos informadores, porém, foram unânimes em afirmar que nas casas de madeira, rudimentares e pobríssimas, não existiam camaretas; as notícias em questão têm possivelmente em vista as demais casas, de cal e pedra, embora pareçam referir-se, especialmente a de Joaquim Leitão, às de madeira, que com aquelas alternavam.

(30) Vide Joaquim Leitão, *op. e loc. cit.*, 2.º ano, n.º 17.

(31) *Ibid.*: «Quem se embrenhar pelos dois arruamentos que formam as três filas mais ou menos irregulares do bairro, entra desde aí a surpreender as minudências caseiras de marítimo: criancitas descalças, corpete e cuecas rachadas a meio das nádegas, úrinando de pé, como homens; um rapazote, atirando uma acha para o fogo em que referve, em plena rua, verdadeira oficina comunalista, o caldeirão de casca de carvalho; uma pequenita que passa, a correr com a almotolia do azeite; uma pobre viúva, de cântaro de folha à cabeça...; interiores húmidos, onde blusas e calças de baeta, encharcadas da última pescaria, teimam em secar, onde as mulheres se catam e onde Neptunos de... meses esperneiam por cima de encerados velhos, alumando com a carnação... dos seus pêzitos... a fobreguidão dos panos brossados a pez; mulheres de olhos avermelhados, pelo contacto abusivo da salmoira e da salsugem, agravam as suas oftalmias crónicas remendendo a filharada ou o homem, na escuridão de porões que sepulta os catres; e... sem pressas mas sem melancolias, cachimbando, um velhote de matações grandes e boina carregada começa pachorrentamente uma rede, com o descanso de quem tem diante de si outra tanta vida para tecer e romper». De resto, ainda hoje, o trabalho feito pelas pessoas sentadas no chão, na sala, à porta da casa, que está geralmente aberta, à vista da rua e de quem passa, é um traço característico da vida poveira; e nas Cachinas, tributárias da Póvoa sob múltiplos aspectos, vê-se toda a gente na rua, na lida caseira. Ramalho Ortigão, *op. e loc. cit.*, fala também em «todas as casas abertas», «em dias de sol».

(32) Acerca da solidariedade social e do sentido comunitário no grupo poveiro, veja-se Nota 1. Como manifestações dessa natureza, na vida da rua, temos notícia do «encasque» das redes que então aí se realizava, e que era preparado na «caldeira» e «pio» de qualquer pescador mais abastado, que as possuía e emprestava aos vizinhos mais pobres, sem nenhuma remuneração. É vimos que Joaquim Leitão, referindo-se à vida na rua, fala no «encasque» e chama ao «caldeirão» «verdadeira oficina comunalista» (Nota anterior).

(33) Na região da Póvoa encontramos ainda algumas construções em madeira que apoiaram a nossa investigação, nomeadamente o barracão da Poça da Barca a que nos referimos na Nota 25, e um casebre no bairro da China, a sul de Azurara, onde há cerca de trinta anos todas as casas eram desse material. O nosso estudo foi porém feito principalmente à base da documentação fotográfica existente no Museu da Póvoa, comparado com a notícia, de resto lacunar e imprecisa, de intenção descritiva puramente literária, de Joaquim Leitão, já várias vezes mencionada, intitulada *Póvoa de Varzim*, e publicada na revista «A Póvoa

de Varzim», 2.º ano, n.ºs 14, 16 e 17, de 15 de Maio, 15 de Junho e 13 de Julho de 1913; e 3.º ano, n.ºs 1, 2 e 4, de 15 de Outubro, 15 de Novembro e 24 de Dezembro do mesmo ano — completadas e esclarecidas com os informes de alguns poveiros da velha guarda, de entre os quais destacamos o Sr. José da Costa Novo, que nos dá a honra de nos chamar seus amigos.

(34) Joaquim Leitão, *op. e loc. cit.*, 2.º ano, n.º 16; e também Rocha Peixoto, *op. e loc. cit.*, que diz que «na Póvoa de Varzim, ... o prédio de tabuado desaparece rapidamente, mal se encontrando já um ou outro disperso e até, as mais das vezes, adaptado a armazéns de sal e de pescado» (A este respeito, veja-se o que dizemos atrás, na nota 25, acerca das origens das casas de madeira).

(35) Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, págs. 517-518, indica um total de cerca de 1.200.

(36) Joaquim Leitão, *op. e loc. cit.*, 2.º ano, n.º 16. É típico o aspecto de certos lanços de ruas da Póvoa, com estas fachadas brancas que parecem simples muros, apenas com portas de quando em quando, e o mesmo beiral estreito, corrido para todas elas. Hoje porém predominam as fachadas de cores variadas e garridas, entre as quais por vezes se vê uma ou outra rara fachada estreita e branca, como nesses velhos tempos.

(37) Nas ruas baixas do bairro sul, aonde, no inverno, as enxurradas eram mais violentas, o pavimento dessas casas ficava muitas vezes inundado, chegando mesmo a verem-se as «maseiras» do «encasque» vogando dentro delas como se fossem pequenos barcos.

(38) Era ao postigo da porta da rua que a rapariga poveira namorava: «ela de dentro da casa, deixando ver pelo postigo o seu... rosto, ... e ele junto à ombreira de fora» (Santos Graça, *op. cit.*, pág. 177, com uma gravura).

(39) Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, pág. 518, baseando-se no Inquérito Industrial de 1890, indica, como medidas destas casas, além dos 2,5 a 3 m de altura, 3 a 4 m de frente por 6 a 7 de fundo. De facto, vêem-se ainda algumas casas extremamente estreitas, mas muito raramente. A média que constatamos é a que consta do texto. O autor tem sem dúvida em vista as casas de pedra e cal, mas talvez as medidas que dá digam respeito à média das casas de madeira que mencionamos atrás, que então ainda ali existiam correntemente, e eram certamente mais pequenas do que as outras.

(40) Vimos já que a uma dessas ruas davam mesmo o nome de rua de Trás dos Quintais.

(40-a) É relativamente frequente a existência de tabiques de madeira à vista separando uma casa da vizinha. Aproveitamento de espaço para maior rendimento do proprietário, ou restos ou reminiscências de antigas casas de madeira, em que essa solução seria certamente muito corrente?

(41) No n.º 115 da rua Miguel Bombarda, encontra-se uma destas casas cuja sala é também térrea como a cozinha; mas de facto são visíveis os sinais de ter sido originariamente soalhada.

(42) Numa casa do bairro sul, a trave era um antigo mastro de lancha, que ainda se vê no «forro».

(43) Santos Graça, *op. cit.*, pág. 161.

(44) De facto, aproximadamente a altura da parede da frente.

(45) Os topos e o fundo das camaretas, e o fundo do camarote entre elas, eram as próprias paredes da casa, sem revestimento de madeira.

(46) As camaretas que indicamos, com as divisões em tabique, são as descritas por Santos Graça, de que de facto encontramos um último exemplar perfeito na casa n.º 122 da rua do Norte (actualmente rua Latino Coelho). Cremos porém que o simples tapamento de madeira a separar as duas camaretas (Des. 3), tal como se vê ainda na casa n.º 85 da rua Miguel Bombarda, deve também ter sido usado.

(47) Nas casas de pescadores da ilha de Marken, no antigo Zuiderzee (Holanda), de acordo com o exemplar que se encontra no Museu Holandês ao Ar Livre, de Arnhem, ao fundo da divisão que serve de cozinha e de quarto, para a qual se entra directamente do exterior, vêem-se duas alcovas contíguas; e informam-nos de que os filhos da casa dormiam também no chão sob essas alcovas, devido à falta de espaço, e porque assim ficavam mais abrigados do frio. (Veja-se o que a respeito do costume poveiro de se colocar o berço com os filhos pequenos debaixo da «camareta», costume parecido com o holandês que aqui apontamos, mas com sentido diferente evidente, dizem Raúl Brandão, *Os Pescadores*, Lisboa, 1923, pág. 59, e Cândido Landolt, *Folklore Varzino*.)

De facto, aquelas casas têm acomodações extremamente precárias: além da divisão que mencionamos, servindo de entrada, cozinha e quarto, onde se encontram as duas alcovas, existe só uma pequena sala lateral, que serve apenas para nela se disporem os objectos de adorno e decoração mais ricos da família. É interessante notar-se que, a despeito dessa exiguidade especial, o elemento cerimonial prevalece sobre as considerações de utilidade funcional: uma daquelas alcovas é apenas de aparato — como a pequena sala lateral —, e

enquanto a gente nova dorme no chão, exibem-se nela as belas cobertas e travesseiras de luxo, das bodas do casal.

Na casa rústica portuguesa, de um modo geral, a sala tem também muitas vezes uma função primordial exclusivamente e, por vezes, expressamente cerimonial, ligada em especial com os actos de carácter religioso, nomeadamente a visita pascal e a velada fúnebre, e às vezes casamentos e outras solenidades festivas. A despeito também da falta de espaço, ela fica à margem do movimento normal da casa, mostra muitas vezes ornatos estruturais que pelo seu esmero contrastam visivelmente com a singeleza do resto do edifício; é lá que se encontram as melhores peças do mobiliário; etc.; e, em certas áreas, nela se vê sempre um oratório, que por vezes se situa mesmo num nicho de parede. Atestando este carácter cerimonial da sala, essa divisão é conhecida na Murtosa pela designação de «Sala do Senhor» (Cfr. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, «Casas da Maia e Casas de Esposende», in: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. xv, Fascs. 1-2, Porto, 1954, págs. 55/84; id., *Um tipo de casa rural dos arredores do Porto*, in: *Douro-Litoral*, Sétima Série, VII-VIII, Porto, 1956; e id., *Casas da Murtosa*, em publicação). Numa ordem de ideias semelhante, vemos na Dinamarca, numa casa rural de Romo, na Jutlândia do Sul (N.º 19 do Museu ao Ar livre de Copenhague), uma divisão que se chama o «quarto do morto», porque era ali que se colocava o cadáver até à hora do funeral.

(48) É frequente ver-se um ou dois toros de madeira postos verticalmente entre o barroto frontal das «camaretas» e o madeiramento do telhado, servindo de escoras ou travações.

(49) A. Santos Graça, *op. cit.*, pág. 162.

(50) «A família poveira come ao centro da casa: um banco, quando não é o próprio soalho, serve de mesa, sentando-se no chão todos em volta. Não há garfos; comem à mão, todos da mesma bacia, bebendo também pela mesma garrafa» — a garrafa de bojo largo e gargalo estreito, cuja rolha tem um furo por onde o vinho é *coado* para demorar a bebida, e que um pino de pau tapa. O Poveiro tem duas refeições ao dia; o jantar, ao meio-dia, e a ceia, à noite; quando faz frio, de madrugada, toma umas migas de unto açucaradas — o *regalo* com que a mulher o regala quando ela chega do mar, nas noites frias. Pelo dia fora, se a estômago aperta, petisca um bocado de broa do «balaio»; o seu principal alimento é porém o peixe; deita-se cedo, depois da ceia; se tem de ir amarrar à proa, deita-se ao pôr do sol, e toda a família faz o mesmo; e levanta-se também cedo, à hora da missa primeira.

O Poveiro trabalha, do mesmo modo, geralmente acororado ou sentado no chão ou em pequenos bancos, ou caixotes; de dia, como já dissemos na Nota 31, junto da porta, que está sempre aberta, para se ter melhor luz, para ver quem passa, e principalmente por costume. O homem, em princípio, só trabalha no mar, e em terra e em casa não faz nada; os trabalhos domésticos, a cozinha, o cuidar dos filhos, etc., e mesmo aqueles que se relacionam com as redes — o «adoçar» e o «encascar» são feitos apenas pelas mulheres, a quem compete a administração do dinheiro, que o homem lhe entrega integralmente, reservando para si unicamente o «dinheiro das partes», com que paga os seus cigarros e um copo na taberna. Na realidade, porém, ele também trabalha em casa, fazendo e compondo redes, de dia e principalmente nos «serões», que têm lugar a cada passo, à noite, nas casas que tenham mais espaço livre na sala: reúnem-se duas ou três famílias, e aí reparam em conjunto as redes que vêm do mar, preparam o fio para as redes novas, tecem-nas, beneficiam-nas, pisam a casca para o «encasque», etc. Os noivos aí ajudam a rapariga a preparar as redes do seu dote. Estes serões começam à uma hora da madrugada, e acabam ao romper do dia; todos trabalham, desde os 7 anos de idade, e ao mesmo tempo que trabalham, contam-se histórias, lendas, casos acontecidos, etc., e no fim, rezam um Padre-Nosso «pelos que andam nas águas do mar». (A. Santos Graça, *op. cit.*, págs. 162/165).

(51) Numa casa rural de Ostenfeld, no Schleswig do Sul (Dinamarca), (N.º 25 do Museu ao Ar Livre de Copenhague), vê-se, no que podemos chamar uma versão de luxo, uma peça correspondente ao «balaio» poveiro — de resto conhecido em formas parecidas e sob diversas designações, em várias outras regiões do País: — Duas prateleiras verticais, onde também se coloca o pão, ligadas por três tábuas verticais, duas nos topos e uma a meio, recortadas a capricho, donde partem as cordas que as prendem às traves do tecto.

(52) Cfr. Raúl Brandão, *op. cit.* Veja-se também Nota 47, o costume parecido na Holanda, embora com um sentido diferente.

(53) A. Santos Graça, *op. cit.*, pág. 162. A «graixa» é o óleo de resíduos de peixe, «que enfuma as paredes e cheira que tresanda» (Raúl Brandão, *op. e loc. cit.*).

(54) Com efeito, todos os nossos informadores são unânimes em dizer que cada família cozia sempre a sua fornada periódica. Os fornos de pão subsistem em muitas casas, e em muitas outras são nítidos os seus vestígios. Acresce que uma das peças características do mobiliário destas cozinhas é a *caixa*, *caixão*, *arca* ou *tulha*, para o milho, e a *masseira* do pão.

(55) Estas «tinhas» eram geralmente barricas que haviam contido alcatrão, e por isso estanques. Encontram-se ainda hoje numerosos exemplares, com os aros de madeira, muitos deles agora cimentados por dentro. Santos Graça (*op. cit.*, pág. 163), esclarecendo que a salga da sardinha se faz em Janeiro, fala também, para este efeito, em cântaros de barro.

(56) Vemos aqui mais um caso em que é patente a semelhança de aspectos culturais na Póvoa de Varzim e a Lombada serrana de Trás-os-Montes: em ambas as áreas, três gerações da mesma família vivem sob o mesmo tecto, em economia conjunta, e este núcleo articula-se num corpo social fortemente coerente, dominado decisivamente por um fundo sentimento de solidariedade e unidade de casta. Falámos na Nota 1 na hipótese que filia o grupo poveiro, do mesmo modo que as actuais comunidades serranas minhotas e transmontanas, nas gentes célticas da civilização castreja, contra a teoria clássica da sua ascendência fenícia e normanda (sobre um substractum céltico é certo), sustentada em primeira mão por Fonseca Cardoso; e vemos aqui mais um elemento que parece relacionar estas culturas. A despeito porém do seu possível parentesco de origem, deve dizer-se que a unidade familiar extensa não é na Póvoa tão perfeita e definida como na serra transmontana, tal como Jorge Dias a descreveu, e parece mesmo de natureza diferente. Ela ocorre esporádica e incompletamente, e mais por razões circunstanciais do que em obediência a uma lei orgânica tradicional e geral da comunidade. Murdock, de resto, não considera a simples coabitação o factor definatório do conceito de família extensa (George Peter Murdock, *Social Structure*, New-York, 1949).

(57) Qualquer sítio da sala servia para a gente nova dormir no chão. Uma mulher recorda-se de, em criança, dormir debaixo do paneiro, enquanto que os pais vedavam a camareta com um pano que fazia de cortina.

(58) O «Respeito» poveiro pode na verdade considerar-se um elemento cultural basilar da comunidade, que aflora de maneira efectiva em múltiplas instituições. De certo modo, pode dizer-se que a «grei» constituía uma gerontocracia de homens de vida austera e de bom conselho «os homens de respeito», com o prestígio da idade, experiência ou saber, e probidade. O pescador poveiro nunca recorria aos tribunais ordinários — as Casas Grandes —, para as soluções das suas demandas, e considerava fazê-lo uma desonra e uma traição à classe, que desclassificava um seu membro. As suas questões eram derimidas por arbitragem, em que intervinham três «Homens de Respeito» — um escolhido por cada parte, e o terceiro nomeado pelos outros dois —, sendo as suas decisões aceites sem discussão. Mais tarde, os «Homens de Respeito»

eram por vezes ouvidos em Tribunal, nos julgamentos entre pescadores, e o seu parecer pesava decisivamente na apreciação do caso. Ainda hoje, «a arbitragem dos Homens de Respeito prevalece... nas *Posturas* para a dissolução de sociedade entre companheiros donos de barco; quando resolvem deitar *posturas*, nomeiam, na forma já conhecida, os árbitros, a quem entregam as chaves da *fábrica*, onde estão os aprestos marítimos, e indicam quais são os restantes haveres da sociedade». Era também o «respeito» que mantinha a vigência e salvaguarda da lei tradicional da comunidade — os *preceitos* —, por que se regia a vida social poveira. Os *preceitos* regulam o amparo e auxílio que é devido ao companheiro doente, à viúva e ao órfão, e ainda o socorro a «prestar» na barra ao barco em perigo, e obrigam à previdência na organização de novos lares. E eis como os Estatutos de *Compromisso Da Irmandade da corporação dos pescadores desta vila da Póvoa de Varzim* define o pescador: «É considerado pescador todo aquele que sem dolo nem malícia se empregar no exercício da pescaria, levando a sua vida por este emprego e arte, ao menos a maior parte do ano»... (Transcrito por Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, págs. 519/20).

Na vida privada, familiar e doméstica, encontramos o «respeito» na obediência e deferência de tratamento dos pais, padrinhos e pessoas idosas, na sobriedade da vida, na austeridade dos princípios por que se regia a conduta das pessoas, no pudor e recato das relações entre os sexos, na outrora frequente observância da virgindade do próprio homem antes do casamento, na protecção às raparigas, na condenação que implicava a frequentação do bordel, que chegava a tomar a forma da exclusão do rapaz, etc. E, «quando as mulheres se pegavam, as... velhinhas vinham e apartavam, depois perguntavam quem tinha sido a causadora do barulho, e obrigavam-na a ir pedir perdão à ofendida (A. Santos Graça, *op. cit.*, págs. 17/22 e 65/69). Emílio Willems, no seu estudo da comunidade de Cunha (Brasil), fala também do «respeito», entendido num sentido afim do que indicamos, como lei fundamental da vida social do grupo.

(59) De facto, Santos Graça deixa entender que foi nos últimos anos do século passado que a casa poveira, sob a influência do emigrante brasileiro, começou a tomar aspectos diversos (*op. cit.*, pág. 161, nota); e esta opinião é corroborada com o que diz Joaquim Leitão (*op. e loc. cit.*, 2.º Ano, N.º 16, 15 de Junho de 1913).

(60) Deve entender-se contudo que as diferentes formas intermédias, marcando embora estádios logicamente encadeados desta evolução, aparecem de facto com inteira independência cronológica uns dos outros — isto é, a ordem

lógica não acompanha a cronológica; assim, numa casa mais recente do que outra, aparecem soluções que nesta última já haviam sido superadas; e, em relação a um determinado elemento, certas inovações, que patenteiam o sentido geral implícito dessa evolução, vêm-se às vezes num número muito restrito de exemplares. O que todas elas realmente acusam é a mesma direcção dentro do processo genético, no sentido da progressiva transformação do «falso» num verdadeiro andar.

(61) Lógicamente anterior a esta forma, dão-nos vários informadores de idade notícia de casas em que se verificou apenas a pura e simples supressão da armação das «camaretas». A sala ficou desse modo ampla e livre, e nela se dispuseram, à mistura com as redes, aprestos e mais objectos, as camas e outros móveis que então se compraram, e que teriam constituído o luxo e o orgulho dos seus possuidores. Vimos algumas, embora raras, casas deste género, com uma sala única, sem outras divisões e que mostravam nas paredes vestígios da primitiva armação das «camaretas». Esta fase, contudo, coloca-se fora da escala evolutiva das modificações da casa poveira primitiva, e por isso a excluimos do texto.

(62) Estes quartos ocupam assim dois cantos da sala: um, junto à parede frontal da casa; outro, atrás, junto à parede divisória da cozinha. Por vezes, num terceiro canto da sala, geralmente também junto à divisória da cozinha, no canto oposto ao que acabamos de mencionar, existe outro cubículo. As portas destes quartos são quase sempre de duas folhas, e têm bandeiras de vidro.

(63) Exemplos de casas deste tipo nos N.ºs 89 e 118 da rua Miguel Bombarda, e N.º 53 da rua da Lapa.

(64) Exemplo de casa deste tipo no N.º 51 da rua 31 de Janeiro.

(65) Exemplo de uma casa deste tipo, em que o tecto da sala é de madeira, no N.º 32 da rua da Lapa. Note-se que o forro nunca recobre a cozinha, que fica sempre com o telhado à vista; apenas numa casa, vimos um «falso» que avançava parcialmente sobre a cozinha, que ficava a um nível inferior ao do resto da casa.

(66) Exemplos deste tipo de casas nos N.ºs 93 da rua Miguel Bombarda, 91 da rua 31 de Janeiro, etc.

(67) Casas com óculo ou postigo quadrangular, na rua António Graça, entre os N.ºs 140 e 152, e também diversas na rua 31 de Janeiro, e N.ºs 70 a 74 da rua das Hortas. Com óculo ou postigo redondo, na rua Serpa Pinto, N.ºs 40, 42, etc.

(68) Exemplos de mirante prolongando a fachada, a meio, nas casas N.ºs 112 e 120 da rua Serpa Pinto, 136 da rua 31 de Janeiro, no Beco da rua das Hortas, na Poça da Barca, etc.

(69) Exemplos deste tipo de casas na rua da Assunção, n.º 41, e na rua Serpa Pinto, n.º 122.

(70) Exemplos desta categoria nas casas n.ºs 68 da rua da Assunção e 25 da rua da Lapa, com «mirantes» revestidos de chapa, recuados, a toda a largura da fachada.

(71) O Sr. Fernando Barbosa esclarece-nos que em 1846 havia 26 famílias poveiras já instaladas ao Sul da extrema do concelho, na Poça da Barca, em consequência do desenvolvimento e expansão da Póvoa, junto à orla costeira. Nas Cachinas, ainda nada havia, salvo alguma casa isolada, de lavradores. O documento em que este distinto investigador se baseia para esta afirmação, é uma Portaria do Governador Civil, datada de 24 de Janeiro de 1846, presente à sessão da Câmara da Póvoa de 7 de Fevereiro do mesmo ano, que foi por ele descoberto e estudado em primeira mão, e do qual, com sua autorização, damos a seguir o teor: Aquela autoridade determina que «esta Camara informe acerca do requerimento de Maria Roza Viuva da rua da Poça da Barca, que pelo Ministerio dos Negocios Eclesiasticos, e da Justiça requereu a desmembração da sua Caza, e de mais vinte e cinco moradores que pertencem à freguezia de São João Baptista de Villa do Conde, para ser aneexada a esta Villa da Povoia por assim a conveniencia temporale espiritual dos moradores da referida rua; allegando a requerente que a dita rua dista quarto de legoa da Igreja Matriz de Villa do Conde, mettendo-se de permeio regatos que no inverno fazem o caminho intranzitavel, de que tem resultado fallecerem sem Sacramento algumas das pessoas que occupavão as mesmas Cazas, e serem enterrados os cadaveres d'outras occultamente no Cimiterio desta Villa, sem assistencia do proprio Parocho». A Câmara informou que era exacto o alegado pela requerente, «por que sendo certo que a dita rua da Poça da Barca, bastante extença pertence a esta Villa e freguezia, apenas uma piquena fração entrou pelos lemittes da freguezia de São João Baptista de Villa do Conde em que existem os moradores mencionados pela requerente, sendo consequentemente de toda a justiça que aquelles moradores pertenção a esta Villa». O mesmo investigador chama ainda a nossa atenção para um texto que consta do Livro de Atestados da Câmara, datado de 8 de Agosto de 1849, do qual se conclui que, nessa época, havia na Poça da Barca apenas uma rua, com essa designação (a qual representa o prolongamento da rua da Areia, hoje 31 de Janeiro, da Póvoa),

que deriva do nome «d'um lugar outrora mui pouco habitado por Ordinarios Cabaneiros». É o seguinte o teor do referido documento: «A Camara Municipal do Concelho da Povoia de Varzim — Atesta q.^e é verdade nos limites desta Villa da Povoia de Varzim há uma rua denominada — de Poça da Barca — cujo nome bem de tempos mui remotos tomando este titulo d'um lugar outrora mui pouco habitado por Ordinarios Cabaneiros, hoje porem se acha em forma de rua com boas propriedades e fazendo parte da grande população desta Villa; quase no centro porem desta rua se acha um marco que divide as duas freguesias contiguas — Povoia e Vila do Conde — e a esta ultima fica pertencendo parte da população daquella rua; não há duvida que este povo fica distando meia legua da sua Matriz — Va do Conde — e por terreno solitario, e em tempos invernozos de mui incomodo transito, é igualmente certo que ficão muitas vezes sem sacramentos a tempo, pois não é porem esperar outra cousa quando para os supplicar é necessário q.^e o portador gaste pelo menos meia hora e muito mais d'outro tanto é necessário para prontificar o auxilio pedido. O referido é verdade. Povoia de Varzim em sessão de 8 de Agosto de 1849. Eu Antonio Joaquim de Sant'Anna Escrivão da Camara o escrevi — José Pedro Carneiro — Presidente».

(72) No sítio do Coval, freguesia de Tecla.

(73) Vide Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, Casas da Maia e Casas de Esposende, *loc. cit.* Note-se que estas duas regiões enquadram precisamente, a S. e a N., a área da Póvoa de Varzim. Uma hipótese a investigar e a esclarecer seria pois a da relação entre as alcovas-armação de cama móvel — as «camaretas» poveiras —, que vimos disporem-se sempre duas a duas (e mesmo, nos casos mais perfeitos, simêtricamente de cada lado do «camarote»), e as alcovas-cubículos das casas da Maia e de Esposende, que se dispõem também duas a duas, simêtricamente de cada lado da porta do corredor ou escada. Na Póvoa de Varzim vimos mesmo uma casa na rua da Lapa, N.º 55, portanto em plena área das «camaretas», com a disposição interior das casas da Maia e de Esposende: ao fundo da sala — e não ao lado —, duas alcovas-cubículos, a cada lado da porta do corredor que conduz, entre elas, à cozinha.

*

* *

Conhecemos, em Portugal, outro caso especial de alcova, na descrição de uma velha casa de mareantes da Foz do Douro, em que se menciona o «armário

de beliches» no corredor, «onde dormiam os rapazes» (Cfr. Raúl Brandão, *op. e loc. cit.*); é difícil porém afirmar se se trata de uma alcova-móvel, se de uma alcova-armação, talvez com cama fixa. Neste caso, seríamos tentados a pensar na influência de conceitos e formas próprias de culturas marítimas — os beliches de bordo —, na formação dessa peça mobiliária, tanto mais que toda a casa e vida de casa traduziam essa influência dominante. A este respeito lembramos também uma passagem de A. de Musset, que diz: «...une armoire à alcôve s'ouvrait, contenant deux lits...».



Fig. 1 — Exemplo de casas de madeira, hoje totalmente desaparecidas.

Fotografia cedida pelo Museu da Póvoa.

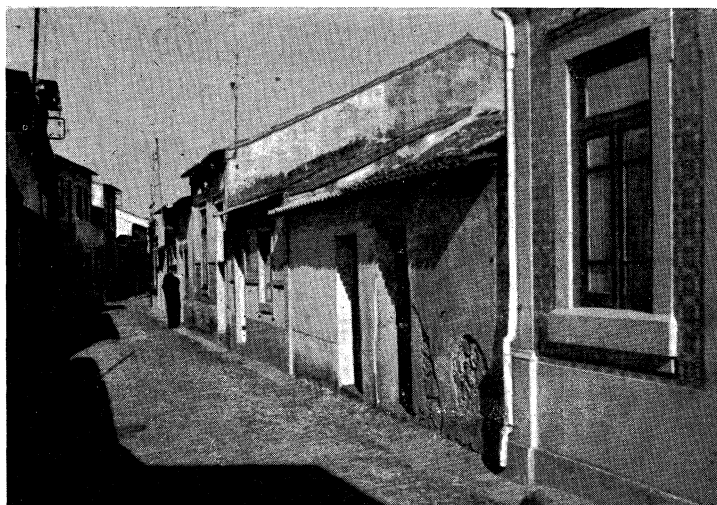


Fig. 2 — Velhas casas de pescadores, de alvenaria.
(R. Miguel Bombarda, 115).

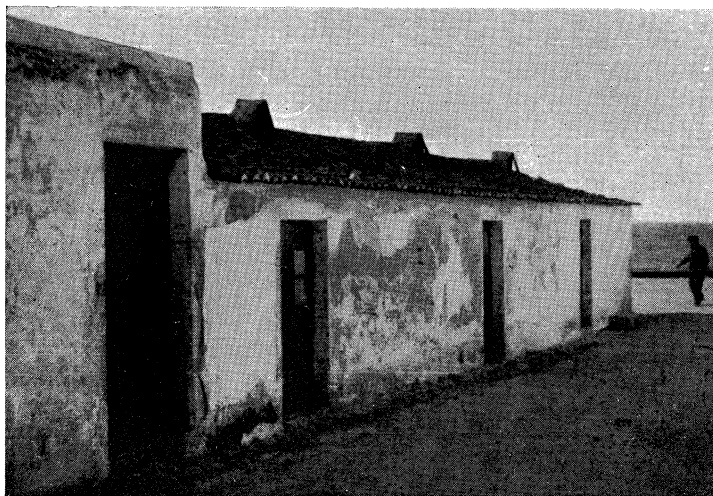


Fig. 3 — Velhas casas de pescadores, com o telhado, por excepção, a uma água só. (Trav. da Caverneira).

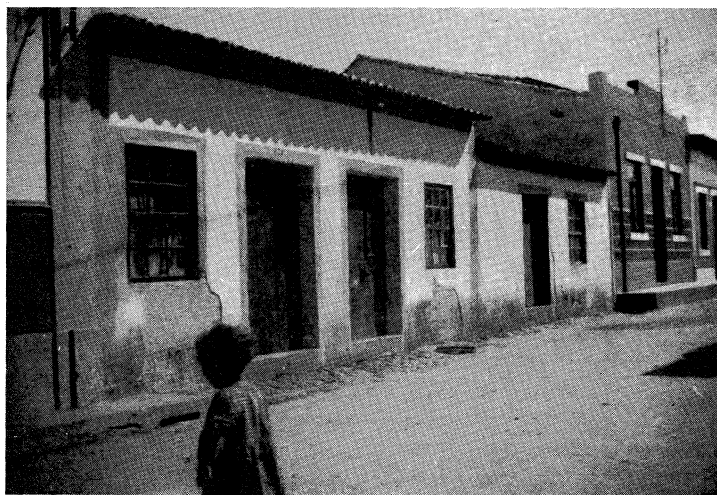


Fig. 4 — O falso mais alto implica uma fachada mais elevada, mas a casa conserva as suas linhas fundamentais.

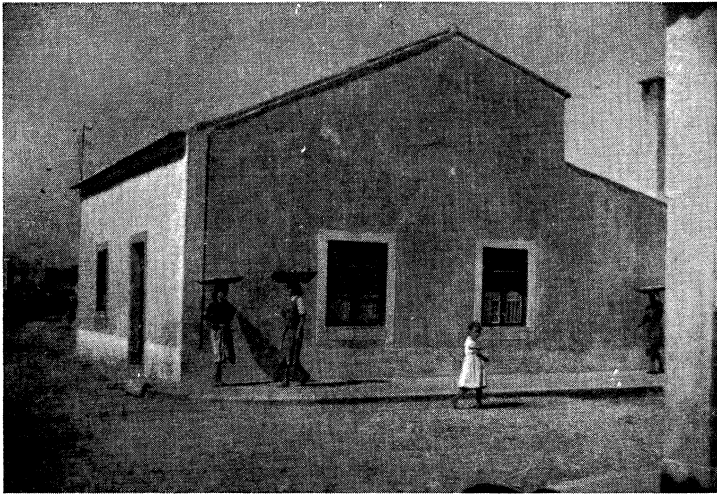


Fig. 5 — À frente vê-se apenas a parede alteada da fachada, enquanto que atrás o falso constitui já um andar com janelas.



Fig. 6 — Na casa da direita notam-se as traseiras do falso, erguido acima do telhado da cozinha. Na da esquerda não existe falso. (R. Miguel Bombarda).



Fig. 7 — Casas com postigos de iluminação do falso.
(R. António Graça, 140/152).

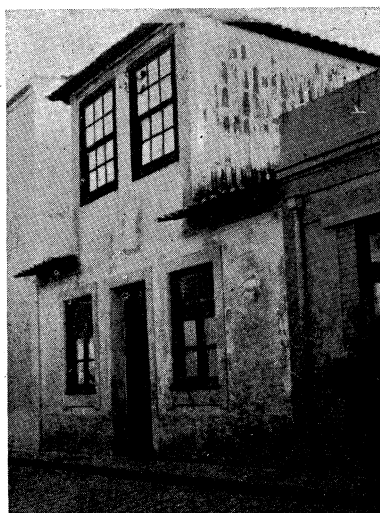


Fig. 8 — «Mirante» a meio da fachada, interrompendo o beiral.
(R. Latino Coelho, 61).



Fig. 9 — «Mirante» recuado a meio da largura do telhado. (R. da Assunção, 41). Esta casa tem na padieira a data duvidosa de 1600.



Fig. 10 — Em lugar do «mirante» a meio, a parede corre de lado a lado da casa, um pouco recuada do beiral. (R. da Lapa, 25).

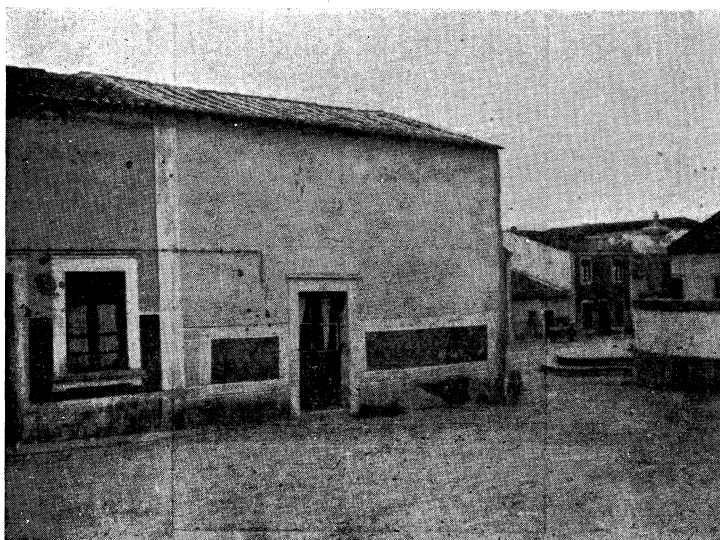


Fig. 11 — Casa da esquina do Largo da Lapa.

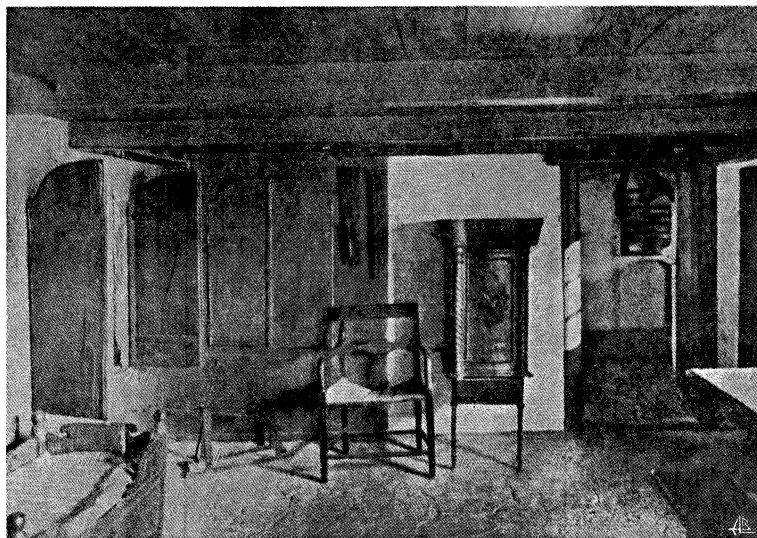


Fig. 12 — Casa de pescadores de Agger, na costa do Mar do Norte (Dinamarca) (n.º 28 do Museu ao ar livre de Copenhague). — Alcovas-armação de cama fixa.

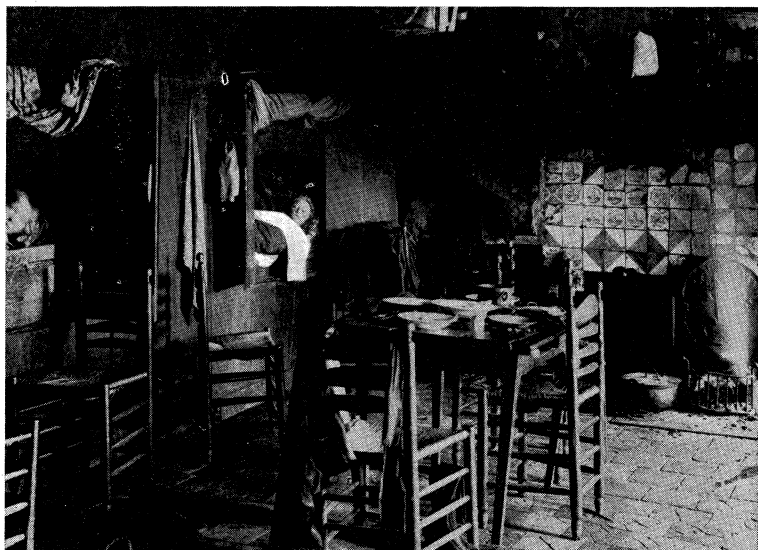


Fig. 13 — Interior duma casa rural da aldeia de Vlagtwedde, província de Groninga (Holanda). — Alcovas-armação de cama fixa.

Casas da Murtosa

POR

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

Prosseguindo no estudo da habitação em Portugal, consideraremos aqui uma série de casas que aparecem numa área bem delimitada do concelho da Murtosa, e que apresentam certos pormenores característicos muito definidos, que as distinguem e individualizam numa categoria à parte.

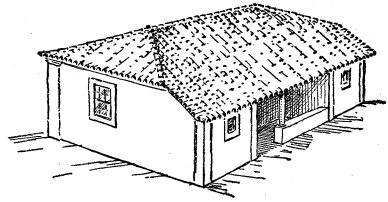
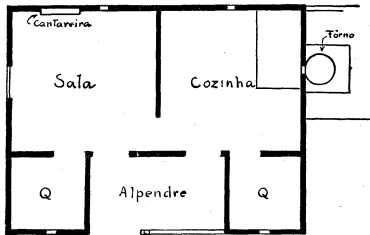
Embora, como veremos, essa área seja bastante reduzida, tais casas mereceram a nossa atenção não só pela beleza e interesse de alguns desses pormenores, mas também pela sua perfeita integração na paisagem natural e humana local e pelas grandes afinidades estruturais que apresentam com outras que se podem considerar o tipo de casa corrente na região — do qual parecem mesmo ter sido o modelo —, e ainda pela nitidez com que acentuam o significado fundamentalmente cultural de certos elementos da casa em geral, transcendendo assim os limites em que elas ocorrem.

Estas casas apresentam-se sob três formas diversas, que representam o progressivo desenvolvimento do mesmo conceito, e que analisaremos a partir do tipo mais simples para o mais elaborado.

1.º tipo

As casas deste tipo, constam de um corpo rectangular principal, dividido em cozinha e sala, ao qual se encostam, em cada extremidade da fachada principal, à frente, dois quartos muito pequenos, que deixam entre si um espaço alpendrado (Fotog. 1).

O telhado do edificio é a quatro águas, duas pequenas, triangulares, nas fachadas de topo, e duas maiores, nas fachadas largas, atrás e à frente; esta última prolonga-se, de modo a cobrir o alpendre e os dois quartos pequenos, que têm por isso o tecto inclinado. Este telhado impõe um beiral que se lhe adapte, e que resulta em linha quebrada na parte correspondente aos topos do edificio — horizontal sobre o corpo principal, e inclinado sobre os quartos (Desenho 1).



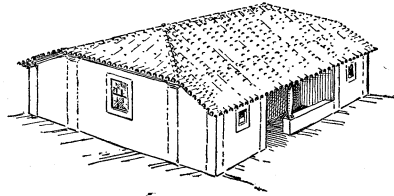
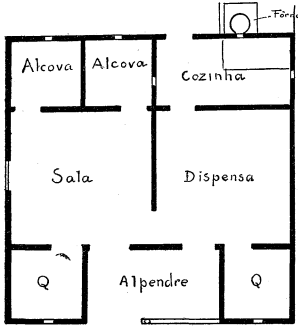
Desenho 1

2.º tipo

Do 1.º tipo, que compreende as casas mais pequenas, passa-se para este outro, em que se incluem casas com uma organização mais diferenciada, por um simples acrescento nas traseiras, que, em relação ao corpo central principal, se desenvolve simetricamente e de modo semelhante ao corpo frontal das casas do 1.º tipo, que se mantém.

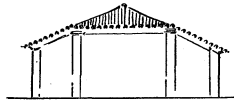
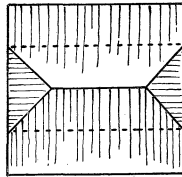
A casa fica assim formada por esse corpo frontal, estreito, compreendendo, como naquelas, o alpendre e os dois quartos, iguais aos daquelas; pelo corpo central principal, onde continua a situar-se a sala; e pelo corpo da retaguarda, estreito como o frontal, que compreende duas alcovas no alinhamento da sala e abrindo para ela, e a cozinha, que na generalidade dos casos para ali se deslocou; no corpo central, o lugar desta é ocupado por uma divisão de arrumações, contígua à sala, a que se dá o

nome de *despensa* ou *sala do meio*. Cada uma das alcovas tem um postigo rasgado nas traseiras da casa, alto, de modo a evitar os olhares indiscretos de quem passa fora (Desenho 2).



Desenho 2

No telhado nota-se o prolongamento de ambas as águas maiores, cobrindo os corpos da frente e da retaguarda. Daí a linha quebrada característica do beiral das fachadas laterais, horizontal a meio sobre o corpo central, e inclinado para a frente e para trás (Desenho 3).



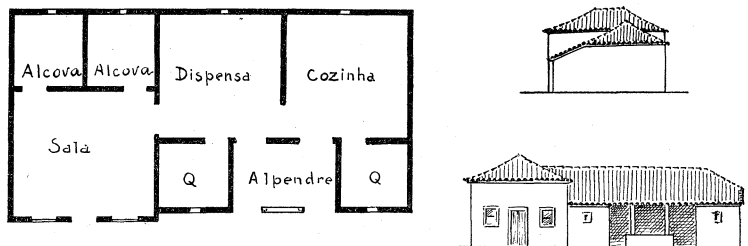
Desenho 3

O alpendre é geralmente mais comprido que o das casas do 1.º tipo, e nunca deixa de ter colunas ou esteios sustentando o frechal.

O conjunto da sala e das duas alcovas da retaguarda, que aqui apareceu, constitui um elemento que se generalizou na região, e que, como veremos, se encontra mesmo em casas que já não apresentam as características das velhas casas de alpendre.

3.º tipo

O tipo mais desenvolvido destas casas, que aparece com grande frequência, é formado por um conjunto que compreende uma casa igual às do 1.º tipo, à qual se acrescentou, encostado



Desenho 4

a um dos topos, outro corpo rectangular, que abriga a sala e as duas alcovas ao fundo (1), e cuja fachada se segue à fachada do alpendre da casa simples do 1.º tipo, com um pé direito sensivelmente mais alto, e oferecendo geralmente um ligeiro avanço sobre ela (2) (Fotogs. 2 e 3 e Desenho 4).

Pormenores da construção, caracteres funcionais e nomenclatura

Nas antigas casas destes tipos, as paredes mestras são de adobos de barro postos ao baixo, com malhetes de pedra intercalados, para lhes conferirem maior resistência; os adobos são feitos de barro amassado, moldados em formas de madeira e

secos ao sol, e ligados com argamassa de cal e areia. O barro vinha dos *solões* ou *maninhos*, que são terrenos não salgados junto à ria, os quais, por serem de fraca qualidade, dão apenas funco e mau pasto. As argamassas são de areia amarela de Santo Amaro ou esbranquiçada da Esgueira, que é trazida em barcos (3).

As demais divisórias interiores são de adobos *mindões*, do mesmo material, mas mais delgados. Todas as paredes são revestidas com argamassa de cal e areia, interior e exteriormente.

Nas casas mais recentes destes tipos, os adobos de barro foram substituídos por adobos de cal e areia.

Por baixo do beiral correm fortes *cimalhas*, de perfil muito recortado, por vezes com vários frisos, e os cunhais são salientes; raras são as portas e janelas que não têm *alisares*, mas os postigos da retaguarda não mostram geralmente qualquer ornato. Estes elementos são caiados a branco, enquanto que as paredes são agora de cores variadas, sendo o cinzento o mais frequente; primitivamente, porém, eram todas caiadas de branco.

O telhado é de telha caleira, a que dão o nome de telha de Fontela, e tem as formas particulares que descrevemos, impostas pela estrutura dos diversos tipos destas casas. Às duas águas pequenas chamam *meias-rodas*. O beiral é formado por *capas* e *canudos*, e é assente na grossa cornija, mesmo nas partes inclinadas correspondentes aos corpos estreitos da frente e da retaguarda.

Nas casas antigas, de adobo de barro, os caboucos, pouco profundos (4), saem acima do solo uns 20 ou 30 cm, e são de lousa ou de pedra vermelha de Eirol. Nas de adobos de cal os alicerces são deste mesmo material em grande número delas.

As padieiras são de castanho, geralmente arqueadas; sobre elas colocam-se *archetes* de *tijoleiras* (5), que sustentam a parede acima delas, e aliviam a padieira.

Os *ares*, isto é, as traves e barrotamento do telhado, são de castanho, e o resto dos madeiramentos, em baixo, geralmente de pinho. Os caibros são feitos de duas peças: uma que vai do cume até à parede mestra divisória, e aí se fixa ao frechal, chamado a *terça*; outra, que prolonga a primeira até ao frechal das paredes exteriores (dos corpos da frente e da retaguarda). Sobre os caibros está pregado um forro, o *guarda-pó*, em que assenta a telha caleira (6). Na cozinha, a asna horizontal que trava as paredes, chama-se a *triz*, e é utilizada para nela se dependurar o porco, quando da matança.

Os pequenos *janelos* dos quartos junto do alpendre, a janela da sala nas paredes laterais, nas casas do 1.º e 2.º tipo, e as duas janelas grandes da sala nova, abrindo para a frente, nas casas do 3.º tipo, são sempre de guilhotina, com portadas interiores (7). Os postigos ou frestas para a retaguarda, são também geralmente de guilhotina, com um vidro único em cada folha, e sem portadas.

As portas exteriores são de uma só folha, com as dobradiças firmadas em tacos de madeira embutidos nas paredes; as portas interiores têm *tranquetas* ou *taramelas* de madeira.

Os quartos e salas são forrados, e o forro é sempre direito, não se vendo tectos em masseira (8); nos quartos pequenos, dos lados do alpendre, o tecto é inclinado, acompanhando a água do telhado. O chão é agora soalhado; antigamente, porém, ele era de terra batida, sobre a qual se estendia uma camada de junco seco, que se substituíra, quando muito moído. A cozinha é em telha vã, e tem geralmente o chão de terra batida, mas também muitas vezes soalhado ou ladrilhado.

Alpendre

O alpendre, que tem uma expressão acolhedora e por vezes proporções muito harmoniosas, é a verdadeira entrada da casa;

ele dá sempre imediatamente para a eira, da qual está separado parcialmente por um pequeno muro baixo — o *poal* —, onde assentam as colunas que sustentam o frechal do telhado, e que deixa uma abertura de passagem a um ou aos dois lados; não vimos nenhum que a tivesse a meio (Fotog. 2).

As colunas são feitas de *tijoleiras* revestidas de argamassa amarela, com capitéis de formas singelas e variadas. Nos alpendres muito curtos não existem colunas; o frechal aguenta-se sem qualquer apoio a meio.

Contudo, nas casas mais pobres, não existe *poal*, e as colunas podem ser substituídas por esteios de granito ou prumos de madeira.

O pavimento do alpendre é geralmente ladrilhado com tijoleiras, ou lajeado com uma pedra acinzentada; poucos ficavam em terra batida. O tecto era forrado por cima dos caibros, e só raros se apresentavam em telha vã.

O alpendre serve para nele se recolher aquilo que seca na eira — milho, feijão, etc. —; muitos deles são fechados, quando chove, por *esteiras de tábuas* ou *empanadas* de madeira, presas às colunas. De resto, a água do telhado voltada ao sul — que cobre o alpendre — é também normalmente utilizada para secagem.

Do alpendre entra-se para a sala ou salas e para a cozinha, conforme os diversos tipos de casas, por portas como as que descrevemos atrás; os quartos pequenos, na grande maioria dos casos, não têm portas para o alpendre: o seu acesso faz-se por portas abertas na sala e na cozinha ou na despensa.

Cozinha

A cozinha, como dissemos, é em telha vã e geralmente térrea, embora apareçam algumas soalhadas ou ladrilhadas a tijolo; a sua iluminação faz-se por um postigo para a retaguarda (9).

Grande número delas não tem chaminé, saindo o fumo por um respiro que se obtém pelo levantamento de quatro ou cinco telhas, que ficam soerguidas. A chaminé, contudo, parece ser também um elemento tradicional conhecido, e, quando existe, a sua saia, que estreita para cima, é feita de adobos *mindões* pousados numa trave que apoia um extremo na parede mestra e outro num *peão* ou prumo de madeira; exteriormente, ela termina por um capuz de telha ou tijolo com fendas laterais. No lugar do Monte, algumas chaminés apresentam mesmo um esmero de facção que revela claramente uma preocupação estética apreciável, mas embora assim seja, são uma excepção e representam um género que foi posto de parte.

O *lareiro* ou *lareira* situa-se sempre a um canto da cozinha. (Desenhos 1 e 2). Ele fica ao nível ou ligeiramente mais alto do que o chão, e era primitivamente de barro; ainda hoje, são raros os de ladrilho ou tijolo, e muito raros os feitos de uma pedra de granito. O forno está geralmente construído num compartimento anexo contíguo à cozinha, ou no exterior, sob o coberto, mas sempre abrigado por uma construção. À sua boca porém abre sempre para o lareiro; em algumas casas antigas, ele encontra-se na própria cozinha, e, noutros casos, além do forno grande situado no compartimento da retaguarda, há outro pequeno, na lareira.

É frequente as pessoas não utilizarem a cozinha, preparando e comendo normalmente as refeições noutra local, e utilizando a cozinha como sala de costura ou trabalho; ela fica desse modo preservada, numa propositada aparência de esmero. Uma segunda cozinha, construída a seguir à casa e a que se dá o nome de *cozinha velha*, é onde vulgarmente se cozinha, se come, e se reza o terço. Por vezes há ainda uma terceira cozinha, fora, onde, na época própria, se gastam, como combustível, «troços» de couves e «rameiras» verdes dos valados, que fazem muito fumo. De resto,

há uma tendência geral acentuada para a construção de anexos seguidos, cada vez mais pequenos.

Na cozinha encontra-se a *mesa*, o *armário*, as caixas para o cereal, mochos diversos, um escabelo ou banco comprido, com ripas nas costas e grades aos lados, e com o assento de levantar, que em baixo é uma arca de arrumação; a *masseira*, agora sobre uma mesa, mas dantes pousada no chão, amassando a mulher de joelhos, a *salgadeira*, etc., além da diversa utensilagem do pão e das outras actividades domésticas: o *machão*, ou espátula, para a massa; a *bandeja*, para bandejar o pão e se fazerem os bolos; a *pá*, de madeira, em duas peças — cabo e pá pròpriamente dita —, para se tirar o pão do forno; o *redoiro*, pau com que se mexe o brasido e a que se amarram ramos de loureiro ou urtigas para se varrer o interior do forno; o *barril* e *caneco*, para a água, o *camareiro* de madeira para a lavagem dos porcos, a *selha* (redonda) e a *escudela* (rectangular), de madeira, servindo de bacias, o *colheiro* de parede, muito tosco, etc.

O prato da comida é colocado a meio do pavimento da cozinha, junto à lareira, e todos se agrupam em volta, sentados em mochos feitos de toros de árvore, com a tigela de barro vermelho pousada nos joelhos. Quando o prato era de peixe, ou, por ocasião da matança ou nos domingos subsequentes, de rojões de porco, comiam todos da bacia; se era de carne, a mãe cortava a parte de cada um, e cada qual comia-a na sua tigela, à mão ou com a ajuda da navalha. Para se beber, suspendia-se o comer; o pai punha um pedaço de broa no meio da bacia, em cima da comida; o vinho era servido à volta, e as pessoas só começavam a comer quando o pai retirava esse bocado de broa.

Quartos

Os quartos e alcovas são, como dissemos, soalhados e de tecto forrado. Os da frente têm este inclinado, e um pequeno *janelo* de guilhotina, com portadas interiores, voltadas para a eira; os das traseiras têm postigos altos, também de guilhotina, muitas vezes com folhas de um vidro único, ou frestas só com portadas. Abrem para a sala e cozinha ou despensa, e raríssimas vezes têm porta directamente para o alpendre; no lugar que esta ocuparia, vê-se em geral um pequeno armário de parede, sem portas.

Nos quartos encontra-se a cama, de ferro ou de madeira, e a arca; o arranjo é pobre: a roupa de fora dependura-se em cordéis, coberta com papéis, ou poussa-se em cadeiras. Há também por vezes *nichos*, ou armários de parede com portas, para guardar roupas ou outras coisas.

Num dos quartos que dão para a sala, dormem os pais; no outro, as filhas ou filhos mais velhos; as restantes pessoas, de menor importância, distribuem-se pelos demais cubículos.

Sala

A sala é a dependência central destas casas, e a única que revela qualquer preocupação de luxo. O seu tecto é direito e liso, de forro, e, por vezes, em casas antigas, decorado com pinturas. Quase sempre soalhada, conhecemos casos em que ela é ainda de terra batida (10). Além das portas para a cozinha ou despensa, para o alpendre e para o quarto ou alcovas, ela tem, nas casas do primeiro tipo, uma janela na fachada lateral, e geralmente um postigo para a retaguarda; nas casas do 3.º tipo, ela situa-se no corpo do edificio mais alto e saliente, ao lado da primitiva casa

de alpendre simples, e abre para a frente uma porta de entrada ladeada por duas janelas amplas.

Na sala de algumas velhas casas — especialmente do 1.º tipo, ou na casa primitiva dos conjuntos do 3.º tipo — vêem-se frequentemente na parede que corresponde às traseiras, nichos embutidos nos muros, a que chamam *cantareiras* ou *copeiras*, vindo quase até ao chão e com uma divisória a meia altura, e mostrando belos ornatos em massa ou madeira pintada (Fotog. 4 e 5). Como mobiliário corrente, encontra-se nela geralmente uma cómoda com imagens, e gravuras religiosas nas paredes.

Esta sala não é utilizada para quaisquer fins pròpriamente domésticos, e tem funções apenas cerimoniais, em relação nomeadamente com a visita pascal ou com a velada fúnebre por ocasião da morte de pessoas da casa, que aí se expõem, e neste sentido pode dizer-se que ela é a divisão mais importante da casa. A *cantareira* ou *copeira* é, nessas circunstâncias, o local onde se colocam o crucifixo, os castiçais, as jarras com flores, etc., que são de uso.

É este mais um exemplo em que um elemento de natureza espiritual se manifesta funcionalmente, determinando a própria estrutura da casa. A *sala* das casas de Aldoar, de Esposende, da Maia, etc., que estudamos noutros locais (11), tem uma finalidade cerimonial idêntica, claramente marcada pelo maior cuidado da sua decoração, pelo luxo excepcional do seu mobiliário, e pela existência regular e expressiva do santuário como elemento central. Em muitos outros sítios, de igual modo, o mesmo princípio ocorre, embora menos clara e acentuadamente, e pode dizer-se que este carácter da *sala* é comum na casa rural portuguesa do Norte, e em geral na área de «compasso» pascal. Mas em nenhum outro local ele atinge como aqui o nível de uma designação específica e expressa, a afirmar nitidamente o conceito que nos outros casos vive apenas de um costume tácito: Na Murtosa, a sala é conhecida pelo nome de *Sala do Senhor*.

A despeito do que acabamos de dizer, porém, e certamente devido à exiguidade extrema destas casas e às prementes necessidades de espaço, é frequente a sala ser usada como compartimento de arrumos, e nela colocam muitas vezes um armário e caixas de cereal. Este facto, contudo, longe de invalidar a afirmação do seu carácter fundamentalmente cerimonial, mostra que ela é uma divisão reservada, onde não decorre a vida normal da casa.

Despensa ou Sala do Meio

Vimos que nas casas dos 2.º e 3.º tipo aparece, entre outras, uma divisão, que nas primeiras ocupa o lugar da cozinha das casas do 1.º tipo, que se transferiu para a retaguarda, e nas últimas resulta da transferência da primitiva *Sala do Senhor* para o novo corpo da casa, mais importante e aparatoso: é a *sala do meio* ou *despensa*, que por razões semelhantes existe também nas casas de grandes dimensões, onde são possíveis mais compartimentos; às vezes mesmo, além dela há ainda outra divisão da mesma natureza, a que é vulgar chamarem *celeiro*.

Apesar do seu nome, esta sala não serve de despensa ou celeiro em sentido restrito; mas de facto ela constitui uma arrumação importante, onde se encontram caixas de cereal e toda a espécie de objectos, sendo além disso uma divisão de passagem da sala para a cozinha.

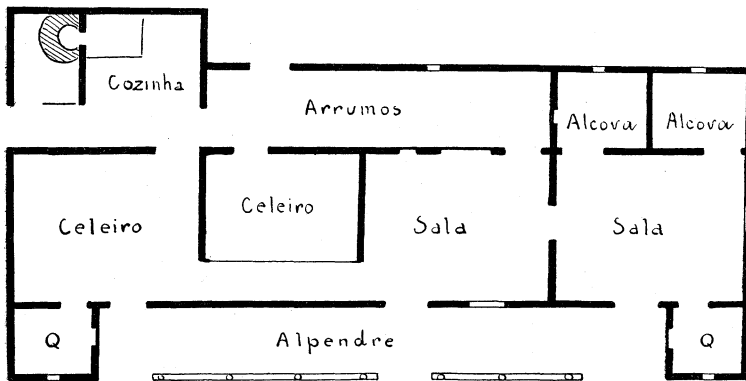
*

* * *

Passamos agora a descrever dois exemplares de casas grandes de lavoura desta série, ambas sitas no Bunheiro, em que as necessidades de maior espaço impuseram novos elementos, que vieram articular-se no esquema fundamental das casas típicas do 2.º tipo.

a) É uma das grandes casas de lavoura da freguesia (Desenho 5). Aparenta ter sido construída duma só vez, à excepção da cozinha, que pode ser um acrescento ulterior, e ter originariamente ocupado o lugar do «celeiro» que lhe fica à frente, incluído presentemente no corpo principal da casa; contudo, os actuais proprietários nunca a conheceram noutro sítio.

O corpo principal da casa compreende uma sala nova, a velha Sala do Senhor, e um primeiro e segundo celeiros — este último ocupando possivelmente, como dissemos, o lugar da primi-



Desenho 5

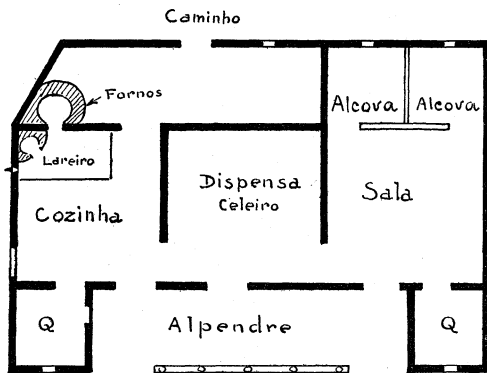
tiva cozinha—. Nas traseiras, existem dois quartos ou alcovas pequenas, abrindo para a sala nova; o longo compartimento de arrumos, com porta para o exterior, atrás da Sala do Senhor e do primeiro celeiro; a cozinha, com o cubículo contíguo onde está o forno, com a boca a abrir para a lareira, correspondendo, ambos, ao segundo celeiro.

Na velha Sala do Senhor há um nicho e uma *copeira* embutida na parede, com ornatos de madeira (Fotog. 5); estes mesmos ornatos embelezaram outra *copeira* ou janela, agora entaipada. O celeiro junto à sala tem uma vedação de madeira, que deve ser recente, formando um corredor que conduz ao outro celeiro, junto

à cozinha. Nos quartos pequenos, de cada lado do alpendre, há os usuais armários de parede.

O telhado tem uma pequena ala lateral sobre a cozinha e compartimento anexo onde está o forno, que apoia a hipótese da sua construção mais recente.

b) Casa da Rua do Forno (Desenho 6 e Fotog. 6). — Esta casa, embora seja uma variante do 2.º tipo, tem a cozinha no corpo principal e central do edifício, que compreende, a seguir a ela, a sala do meio, servindo de celeiro, e depois a sala principal,



Desenho 6

fazendo-se a passagem desta para a cozinha através da sala do meio. Na cozinha existe um pequeno forno na própria lareira e, além disso, abre-se a boca de um outro forno grande, construído no topo do longo compartimento de arrumos da retaguarda, que corresponde, nas traseiras, à cozinha e sala do meio.

A cozinha é em telha vã, e não tem chaminé: o fumo escapa-se pelo sistema habitual do respiro de telhas levantadas. No quarto pequeno junto a ela (utilizado agora como despensa), há um pequeno armário de parede, tal como sucede em muitos casos. A parte da casa onde se situam a sala nova principal e as alcovas, foi restaurada; só estas divisões são forradas; as pare-

des divisórias da sala e alcovas são de tabique, o que de nenhum modo se pode considerar tradicional ou corrente.

Estes dois exemplos mostram claramente a força de persistência de um estilo local, traduzido aqui no plano da casa, que se mantém mesmo quando as circunstâncias impõem considerações imprevistas, e a despeito da imperfeição das soluções de adaptação a essas novas exigências.

Localização, Orientação, Conjunto

A região da Murtosa, que nos ocupa, é uma zona de aluviões recentes, fresca e desabrigada dos ventos, de terrenos planos e pouco arborizados. As actividades fundamentais da sua população são a agricultura, à base do milho, e as fainas características da ria: pesca, colheita de limos, etc.

A propriedade é pequena e muito parcelada, explorada geralmente pelo dono com a ajuda do seu grupo familiar. Os núcleos urbanos alongam-se em estrela, junto às estradas e caminhos, num tipo característico de povoamento aglomerado com tendência para a dispersão.

A gente é muito prolífica, especialmente na classe piscatória; mas apesar de isso, a população mantém-se estacionária, por causa da grande emigração para o Brasil e E. U. A.; o homem emigra sozinho e, mais tarde, a mulher e os filhos vão ter com ele. Contudo, como pensa sempre vir morrer à terra, compra ou constrói casa, que muitas vezes fica desabitada, porque os filhos já não voltam, e os velhos não abandonam a família. Há por essa razão um aumento sensível do número de habitações, a que não corresponde um aumento de população.

As casas que atrás analisamos, que pertencem a esta paisagem, são quase sempre construídas num pequeno terreno, margeando o caminho ou a estrada, sem comunicação directa com as

demais terras de cultura, que ficam dispersas pela vizinhança; a forma desse terreno é que condiciona a localização da casa e das demais dependências agrícolas anexas, mas, sempre que é possível, procura-se colocá-la com a fachada das traseiras encostada ao limite norte, de modo a aproveitar o sol em todo o resto do espaço; e de facto, na generalidade dos casos, a fachada do alpendre, que dá imediatamente para a eira, fica virada ao sul.

A fachada das traseiras fica por isso quase sempre junto de terrenos alheios, ou de qualquer caminho público; mas como as casas são sempre rectangulares e além disso procuram uma orientação determinada, nem sempre se ajustam ao alinhamento desses caminhos, e é notória a falta de ordem dos arruamentos; frequentes vezes as casas situam-se de esguelha sobre a rua, para onde encostam apenas um cunhal.

Estas casas nunca têm porta para a rua: elas situam-se no *quinteiro* — que é o terreno a que aludimos, junto ao caminho —, e da rua entra-se para este através de um *coberto*, onde se rasga o portal de entrada, sempre alpendrado.

Quando a casa é de certa importância — entende-se que de lavradores —, e o terreno tem bastante frente para o caminho público, ficam-no marginando os *currais*; o largo portão do coberto é então muitas vezes reentrante, com as ombreiras ou paredes laterais cortadas nos ângulos, para mais fácil entrada dos carros (12) (Fotog. 7).

No *quinteiro*, encontram-se os restantes anexos da casa: falamos já da tendência para a construção de dependências cada vez mais pequenas, que se seguem à casa, no seu próprio alinhamento, das quais uma ou duas servem geralmente de cozinha; estas construções, e bem assim os *currais* e a latrina, são de adobo de barro sem revestimento, e têm telhado a duas águas. Além delas, dispersos pelo *quinteiro*, vêem-se as *medas* de palha,

as *pilhas* de junco para a cama do gado, o *poço* com a bomba de madeira, o *cabanal* (cabana a duas águas) de palha milha, que serve também de abrigo a alfaias, lenhas e estrumes — e ainda, colada à casa, frente ao alpendre, que parece prolongá-la, a ampla eira (13).

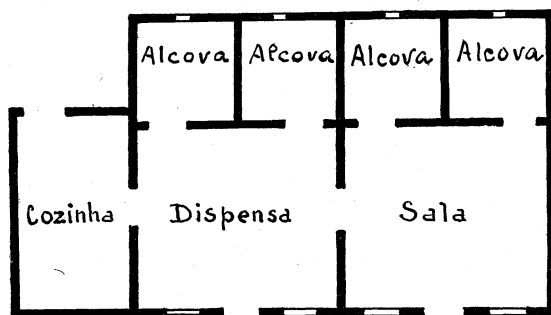
Da descrição e considerações que acabámos de fazer, vê-se que, de facto, estas casas traduzem bem as condições naturais da região em que ocorrem, adaptando-se perfeitamente a elas e às formas fundamentais da vida local.

O emprego do adobo de barro, preparado com materiais que ali se encontram, e que são utilizáveis apenas em construções térreas, como estas; as suas dimensões, forma, e orientação, plenamente funcionais, constituindo por si só uma defesa contra o terrível vento dominante — a *nortada* —, que nenhum obstáculo natural atenua, e a quem, por isso, opõem uma fachada maciça, praticamente sem aberturas (apenas com os pequenos postigos das salas e alcovas da retaguarda), sem prejuízo para a orgânica essencial da casa, e a que uma simples sebe de loureiros, muito frequente, basta para proteger com relativa eficácia; a sua relação com a economia característica dessa zona — o quinteiro e a eira, que elas delimitam e abrigam, no máximo aproveitamento do sol e do calor; e principalmente o alpendre, que é ao mesmo tempo o logradouro da casa, a oficina onde se preparam os trabalhos da lavoura ou os aprestos da pesca; o próprio elemento morfológico estético, tão acentuado — a sua perfeita integração no tipo da paisagem, plana, clara, aberta —, tudo isto são factores que fazem das casas de alpendre da Murtosa um produto cultural altamente significativo dessa região.

É pequena a área em que se encontram estas casas de alpendre; ela reduz-se à faixa compreendida entre a ria e uma linha que vai de Veiros a Pardilhó, sendo muito raras e menos características por alturas de Avanca. Os núcleos de maior densidade

são Pardelhas e Bunheiro, onde parece que noutros tempos quase todas as casas eram desta categoria (14).

Eram elas casas de pescadores e de lavradores. Aqueles possuíam no geral as casas mais pequenas; as do 3.º tipo, com um corpo lateral mais alto e ligeiramente avançado, eram de



Desenho 7

lavradores, cujas maiores posses permitiam uma construção mais rica.

Tudo parece indicar que, entre todas as habitações existentes nesta zona, as mais antigas são as casas de alpendre, que de resto já se não constroem nos termos que descrevemos (15).

*

* *

À velha casa de alpendre, de adobos de barro, seguiu-se na região um outro tipo de casa, também térrea, rectangular e a quatro águas, feita de adobos de areia e cal comprados no concelho de Aveiro, com caboucos do mesmo material, de pé-direito mais alteado, alindadas ainda muitas vezes com azulejos de cores garridas, pelos «brasileiros».

A planta destas casas, que geralmente bordam a estrada ou caminho, para onde abrem o seguimento de numerosas portas e

janelas, acusa, embora sem o alpendre e com porta para a rua, uma nítida influência das velhas casas de alpendre que estudamos. Aparecem a mesma sala, com idênticas funções, a despensa ao lado, ambas com as alcovas ou quartos ao fundo, e os mesmos postigos para a retaguarda, pelo menos quando as traseiras são viradas ao norte (16). A cozinha é junto à casa, e a latrina continua a ser fora, do lado oposto ao poço. A lareira elevou-se do chão e diminuiu de tamanho; a chaminé, de modo semelhante, é também mais pequena do que a das antigas casas, quando a tinham (Desenho 7). Os currais, quando os há, ficam no quinteiro, perto da casa.

As construções actuais perderam todo o carácter tradicional; elas são em grande parte em tijolo e cimento, vendo-se porém ainda muitas em adobo de cal. Os próprios alicerces são de granito, trazido do concelho de Vila da Feira.

NOTAS

(1) Em muitos casos deste último tipo, os corpos mais altos parecem ser de construção posterior à do resto da casa, e de facto as informações que colhemos confirmam esta aparência; contudo, muitos deles são sem dúvida bastante antigos, e em qualquer hipótese é-nos impossível afirmar com segurança que algumas destas casas não tenham sido construídas duma só vez, correspondendo as diferenças de estilo dos dois corpos apenas a uma diversidade de conceitos.

(2) A parede da fachada deste acrescento está geralmente no plano que corresponde à linha externa do beiral da fachada dos quartos e do alpendre da casa do 1.º tipo. Nessa maior altura e avanço, em relação à casa que se nos afigura primitiva (vide nota anterior), sente-se o desejo de ostentação do proprietário, sobrepondo à humildade da casa baixa, de beiral corrido, uma fachada mais aparatosa e de tipo urbanístico mais acentuado.

(3) Jaime Valente Matos, aluno de Geografia Humana (curso de 1954) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, num trabalho escolar sobre a casa de Pardilhó, indica, como medidas destes adobos, $60 \times 20 \times 12$ cm.

(4) Valente Matos, *loc. cit.*, fala, em relação a Pardilhó, de caboucos de 50 cm de profundidade.

(5) *Tijoleira* é uma espécie de tijolo com cerca de 2 cm de espessura, $\times 0,30 \times 0,15$.

(6) Ouvimos denominar *guarda-posar* o acto de colocar esse forro.

(7) Valente Matos, *loc. cit.*, indica, sempre em relação a Pardilhó, como medidas das janelas, 60×25 cm, e diz que estas tinham portadas, além das vidraças. As frestas compunham-se apenas de portadas.

(8) Excepcionalmente, vimos uma única casa com o tecto em masseira. É uma casa do 3.º tipo, bastante modificada e talvez menos característica, cuja parte mais antiga tem na padieira da porta da sala para o alpendre a inscrição da data de 1798. A velha sala tem com efeito o tecto em masseira, pintado a cola, com motivos de grinaldas de flores; o forro parece ser de pinho. Duas janelas, agora parcialmente entaipadas, têm bancos laterais, em pedra tosca. O alpendre não tem a beleza usual, e, em vez de colunas, tem prumos de madeira mal afeioada. O que sobressai notavelmente nesta casa, é o luxo da decoração da sala, e a existência de uma bela *copeira* ou *cantareira* de parede, inclusa na estrutura, a atestar o carácter cerimonial dessa divisão.

(9) Nas casas do 2.º tipo, a cozinha situa-se na retaguarda, não dando para o alpendre, do qual está separada pela *Despensa* ou *Sala do Meio*, e abre para as traseiras directamente, por uma porta exterior.

(10) Valente Matos, *loc. cit.*, fala também em ladrilhos.

(11) Cfr. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Casas da Maia e Casas de Esposende*, in: «Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XV — Fasc. 1-2, Porto, 1954, págs. 55-84.

(12) Esta particularidade ocorre com mais frequência nos locais afastados do aglomerado de Pardelhas, porque aqui a falta de espaço contraria qualquer regra ou tendência desta espécie.

(13) Valente Matos, *loc. cit.*, referindo-se a Pardilhó, dá ao *coberto* também o nome de *arrumada*, e ainda *pátio*, se dá para a rua; *estaleiro* é o conjunto das medas de palha e caruma, e ao *quinteiro* chama também *terreiro*. Falando nas construções que se situam no *quinteiro*, diz que os *currais*, além de adobo de barro sem revestimento, podem ser de madeira, e menciona, com o poço, a bomba de picota.

(14) Em Estarreja, vimos uma, cujo exterior fazia pensar nestas, mas cuja divisão interior era totalmente diferente.

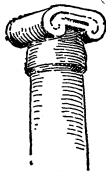
(15) Parece mesmo que a Câmara não aprova a sua planta, por insuficiente cubicagem dos quartos.

(16) A exposição ao sul é aqui menos certa, porque estas casas subordnam-se, mais do que as outras, ao alinhamento do caminho, em prejuízo da orientação Norte-Sul, que naquelas era quase obrigatória. De resto, a ausência de alpendre torna a eira mais independente da casa, e liberta-a da preocupação dessa orientação.

(17) Valente Matos, *loc. cit.*, mais uma vez referindo-se a Pardilhó, distingue *casas de barro*, em adobos de barro, que, tal como a descreve, parece ser apenas uma pequena variante das que aqui estudamos; e *casas de adobo*, em adobos de cal e areia, de $60 \times 20 \times 13$ cm, que representam o tipo de construção actual. A casa tem dois corpos: o corpo principal, abrangendo a sala e dois quartos ao fundo, mais alto do que o outro, que compreende outro quarto e a cozinha. As paredes erguem-se até à altura de 2,50 m e rematam com uma *cinta* de cimento armado; as do corpo principal sobem mais 50 cm. Os telhados dos dois corpos são de duas águas, e em telha de Marselha. As cornijas por baixo do beiral têm ricas molduras.

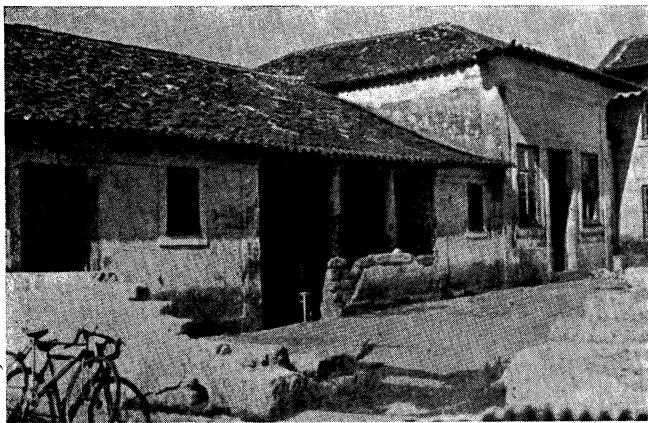
A chaminé é mais pequena do que a das *casas de barro*, mas do mesmo formato; a lareira é também mais pequena do que ali, e eleva-se cerca de 80 cm do solo. Acima dela uns 20 cm, abre-se a boca do forno, que se ergue fora, na *arrumada* ou *coberto*.

As casas são caiadas de branco, com portas e janelas verdes ou vermelhas, e tectos pintados de azul-claro.





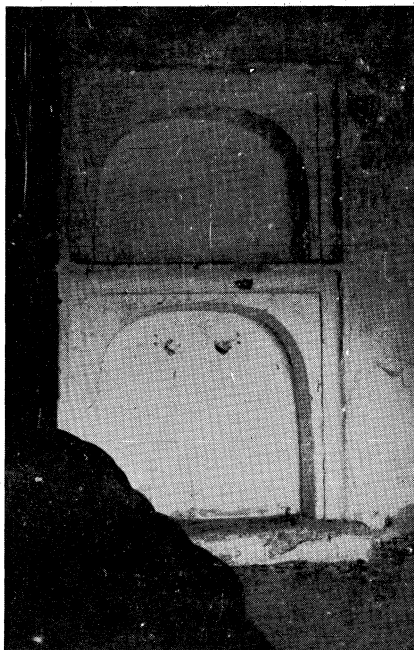
Fotog. 1 — *Pardelhas* — Casa do tipo 1.



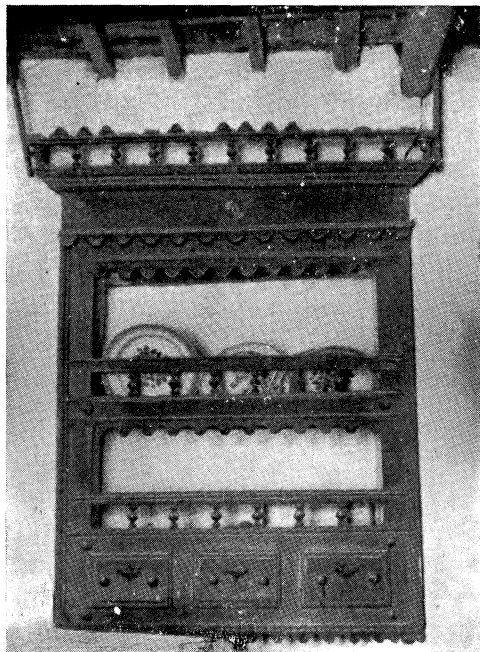
Fotog. 2 — *Pardelhas* — Casa do tipo 3.



Fotog. 3 — *Pardelhas* — Casas do tipo 3. Repare-se nos prumos de madeira acima do *poal*, sustentando o alpendre.



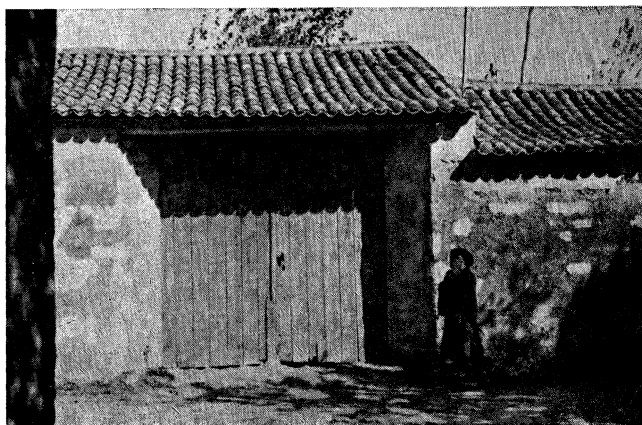
Fotog. 4 — *Pardelhas* — *Cantareira* ou *copeira* de uma velha casa do tipo 1.



Fotog. 5 — *Bunheiro* — *Cantareira* ou *copeira*, com ornatos em madeira pintada.



Fotog. 6 — *Bunheiro* — Casa grande de lavoura, com as características destes tipos.

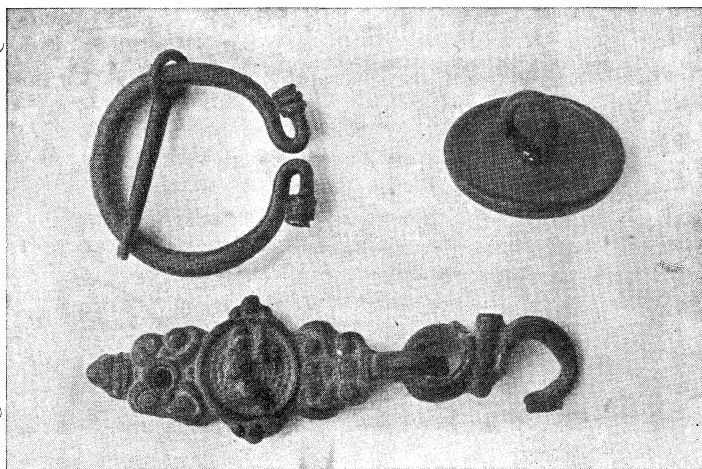


Fotog. 7 — *Bunheiro* — Portão de entrada de um coberto de casa de lavoura. Repare-se nas ombreiras cortadas nos ângulos, para mais fácil entrada dos carros.

VÁRIA

Fíbulas Romanas de Longroiva

Os três objectos da fotografia foram encontrados no decorrer de uma modestíssima investigação histórica que iniciei em Longroiva, em Agosto de 1947.



Apareceram a uns 100 metros do local onde se diz ter sido outrora um crasto romano, talvez a primitiva Longóbriga, e encontravam-se relativamente à superfície (à profundidade do sulco de um arado), sendo de prever que ali fossem dar devido ao desprendimento de terras.

O curioso do achado reside no facto das três peças se prestarem a um fim comum: fechar os vestuários. Como vemos, a primeira delas, pertence ao tipo da «antiga fíbula circular do norte» estudada por José Fortes ⁽¹⁾. O arco é roliço, liso, aberto,

(1) *Arqueólogo Português* (Vol. IX).

com as extremidades levemente decoradas. O fuzilhão é cónico, rombudo, um pouco maior que o diâmetro do arco, seguro ao aro por um anel suficientemente largo para permitir o seu fácil deslizamento ao longo deste.

Como seria utilizada esta fivela? Mais do que um objecto de adorno, ainda hoje persiste no norte da África e as marroquinas que muito o usam, servem-se dele para prender os mantos. Por meio do fuzilhão atravessam as duas pontas que pretendem unir e, depois de o terem feito passar pela abertura do aro, fecham-na premindo-o com os dedos. As duas pontas do manto ficam assim presas, não se separando enquanto o aro não for de novo aberto. Fivelas idênticas são as de Briteiros, Sabroso, Pedrulha, Conímbriga, Numão, etc.

Talvez a origem destas fíbulas não seja tão remota como se pretende.

Vejamos a segunda fíbula. É muito decorada. Aparece-nos dentro de um círculo em relevo um busto romano. É interessante este objecto e pena é que não esteja completo, pois falta o anel onde o gancho devia prender.

Compõe-se de duas partes distintas em cadeia. A parte que possui o busto é dividida a meio da sua espessura (embora a fotografia o não revele) em duas faces destinadas a receber a extremidade da correia de cabedal. O pequeno orifício que ali se nota devia ser atravessado por algum espigão que unia as faces e prendia a correia. É também de cobre com uma bela pátina verde.

Finalmente, o último objecto é um botão semelhante a um de nossos dias, dos usuais em fardas, com a diferença de ser em cobre e coberto de uma pátina verde como a das outras duas peças.

ADRIANO VASCO RODRIGUES.

(Foto do arqueólogo Edgar Hennor).

A Quinta-feira de Ascensão em Portugal

A Quinta-feira de Ascensão, que marca o final do ciclo dos quarenta dias inaugurado com a Páscoa, compreende, em Portugal, além das cerimónias religiosas da liturgia cristã — e por vezes com elas relacionadas por determinados elementos —, certas práticas específicas e tradicionais, que parecem constituir fragmentos de complexos mágicos, cuja textura completa e significado preciso aparecem apenas em alguns casos raros.

No sul do País, a data é conhecida pela designação de «Dia da Espiga»; as pessoas saem para os campos, para colherem a «espiga», isto é, arranjam um raminho, que enquadra fundamentalmente uma espiga de trigo e um ranco de oliveira, e que se compõe, além destas espécies, de espigas, a preceito, de outros cereais — centeio, cevada, aveia, etc. —, e também rosas, papoilas, malmequeres, margaridas, ou outras flores campestres, em número e combinações variáveis conforme as localidades, mas certas em relação a cada uma, que se pendura dentro de casa, na parede da cozinha ou da sala, e aí se conserva um ano, até ser substituído pela «espiga» do ano seguinte, e a que se associa uma ideia expressa de virtude benfazeja. Em Bencatel (Vila Viçosa), por exemplo, o ramo consta de três espigas de trigo, e outras tantas de centeio, de cevada e de aveia, um ranquinho de oliveira e outro de fava, às vezes com rosas, papoilas, etc., que se guarda com a ideia de que traz fortuna à casa; em Santa Luisa (Ourique), ele consta de três espigas de trigo, três ranquinhos de oliveira e três papoilas, e crê-se do mesmo modo que ele tem «virtude»; em Beja e Almodôvar, o ramo leva cinco espigas de trigo, cinco de cevada, um ranquinho de oliveira e cinco papoilas vermelhas; em Lisboa, vendem-se pelas ruas, neste dia, raminhos de «espiga», que as pessoas colocam nas cozinhas; etc. (1). Em certas localidades, o costume ocorre sob formas mais complexas, com novos elementos, que aparecem ora isolados ora agrupados diversamente, ora mesmo referidos geralmente a celebrações diferentes. Assim, em Odesseixe, a «espiga» consta de três espigas de trigo, um ranquinho de oliveira, flores amarelas e papoilas, que se amarram com uma fita e se dependuram assim na parede; quando há trovoadas, queima-se, para as abrandar, uma folha de oliveira deste ramo, o que parece representar a absorção por sobreposição de uma prática que normalmente diz respeito à oliveira do dia de Ramos; em Palmela, a «espiga», que se compõe de três espigas de trigo, três papoilas, três malmequeres brancos e três amarelos, e do ranquinho de oliveira, espeta-se numa fatia de pão, e deixa-se assim ficar até ao dia da Espiga do ano seguinte, em que cada pessoa come um pedaço desse pão, que se conserva incorrupto; na região de Elvas, nesta data, do meio-dia para a uma hora — isto é, durante a *reza da hora*, que tem lugar na festa da igreja — deve-se apanhar cinco espigas de trigo, cinco folhas de oliveira, e as flores amarelas e brancas que se puder, rezando-se, ao fazê-lo, cinco Padre-Nossos, cinco Ave-Marias, e cinco Gloria-Patris, para que se não acabe em casa, nesse ano, o trigo, o azeite, o ouro e a prata (2). No concelho do Cadaval, de modo semelhante, colhe-se à uma

hora da tarde deste dia uma espiga de trigo — que significa abundância de pão —, um ranquinho de oliveira — que afirma a paz —, e um malmequer amarelo e outro branco — que prometem fartura de ouro e prata respectivamente, durante o ano; ao mesmo tempo, naquele período propício — do meio-dia para a uma hora —, corta-se uma fatia de pão macio, que se conserva sem ganhar bolor até igual data do ano próximo, em que à mesma hora, se come, cortando-se nova fatia igual para o ano a seguir, e entende-se igualmente que da sua conservação resulta abundância de pão para todo o ano (3). Na Figueira da Foz, entende-se também que, neste dia, ao meio-dia, é bom guardar um bocado de pão, que ficará incorrupto até ao ano seguinte, e que trará fartura à casa (4). Etc..

Noutras regiões, relativamente raras, as celebrações deste dia, sem perderem o seu carácter propiciatório genérico, tomam um aspecto diverso, em que se afirma o significado mágico-cerimonial do leite. Assim, na Esperança (Arronches), a data leva mesmo o nome de «Dia do Leite»; os lavradores, que normalmente fazem queijo com o leite das suas vacas, ovelhas e cabras, nesse dia ordenham-nas e dão-no a qualquer pessoa que vá ao bardo. Em certas freguesias do concelho de Pinhel, de modo parecido, o leite das vacas, ovelhas e cabras dos diferentes vizinhos, ordenhado nesse dia, é por eles oferecido ao pároco (5); no concelho do Cadaval, crê-se que este leite não coalha; e na Beira, o queijo que com ele se fabrica, é mezinha contra sezões (6). Conhecemos, por outro lado, o uso, em alguns lugares (7), do *leite de mãe e filha* (que tanto pode ser humano como animal), como terapêutica preventiva contra o *mal de gota* — ou seja, a epilepsia, o *grande mal* ou *mal sagrado* dos antigos. Em S. Lourenço da Montaria, na Serra d'Arga, encontramos um costume complexo, que parece integrar e coordenar todos estes elementos, e precisar o seu significado dentro das práticas específicas da ocasião: a Quinta-feira de Ascensão leva ali o nome de «Dia da Hora» (8); do meio-dia à uma hora — a *Hora*, tal como a vimos definida noutras partes —, tem lugar na igreja um serviço religioso de Adoração, findo o qual toca o sino; postadas nos montes próximos, pessoas com porta-vozes anunciam às freguesias circunvizinhas esse toque — isto é: a Hora —; nesse momento preciso, as crianças que, desde manhã, se reuniram em casa de qualquer lavrador que tenha uma vaca e uma vitela filha desta, ambas a darem leite, bebem o leite da mãe e da filha, que previamente se misturaram — e isto para se livrarem do perigo de virem a sofrer do terrível *mal de gota*.

Um outro aspecto das celebrações deste dia, que afirma o seu

carácter sagrado e eminentemente festivo, é o das proibições rigorosas de trabalho, que nele atingem o nível do maravilhoso (9); em Lousada (Penafiel), por exemplo, não se coze nem se remenda, e muitas vezes deixa-se mesmo a comida feita de véspera, para não se cozinhar; e diz-se que no dia da Ascensão, «nem os passarinhos bolem nos ninhos»; na mesma ordem de ideias, em Turquel, diz-se que as aves suspendem nesta data a construção dos ninhos (10), sem dúvida pelas mesmas razões que vimos em Lousada; e em Elvas, completando esta crença, e pondo-a em relação de sincretismo com o motivo anterior, entende-se que os pássaros não vão aos ninhos, mas apenas durante o período da Hora (11).

Finalmente, conhecemos em Quintanilha, na raia transmontana a leste de Bragança, o costume do jogo da «cantarinha», que ali é próprio do dia da Ascensão: rapazes e raparigas andam em grupo pelas casas a pedir cântaros velhos, que juntam e enfiam, pela asa, numa vara, que dois homens transportam; no largo maior da aldeia, põem-se as pessoas todas em roda, e vão jogando os cântaros de uns para os outros; quando um cai e se escaca, há grande risada, faz-se troça de quem o deixou cair, e recomeça-se com outro cântaro, até se destruírem todos. Já noutra sítio estudamos este jogo, entre nós habitualmente próprio do Carnaval, que ocorre em vários lugares e países, e cujo carácter de prática mágica profiláctica e de purificação parece fora de dúvida, exprimindo-se no sentido de «porte-bonheur» que lhe é atribuído em França (12).

A Quinta-feira de Ascensão parece pois ser de um modo geral considerada um dia fasto, em que se não trabalha, porque sobrelevam os elementos sacros e festivos, e cuja virtude se manifesta através de determinadas práticas e em certas espécies consagradas, que aparecem nessa ocasião investidas de poderes benéficos. Na maioria dos exemplos do sul, em que as celebrações deste dia se reduzem à apanha da «espiga», essas espécies não constituem propriamente alimentos, e a sua acção não se opera por manducação; mas elas dizem evidentemente respeito à vida agrícola e à economia alimentar, (13) e a sua natureza talismânica expressa, concretizada por vezes com toda a precisão de acordo com os princípios gerais do imitativismo, incide confessadamente sobre a fortuna e a fartura. Em alguns casos, vimos a «espiga» associada ao pão, cuja incorruptibilidade se justifica pela sua própria virtude, e que no exemplo da Figueira da Foz mostra um sentido que legitimamente se pode generalizar aos demais casos em que o mesmo motivo aparece sob formas idênticas, embora sem menção de benefícios. Existem portanto duas práticas diversas e possivelmente independentes, tendo ambas em vista a pros-

peridade e a fartura, que parecem por isso exprimir a ideia fundamental que se associa a este dia, e que, por convergência de intenções, às vezes se justapõem.

O leite, pelo seu lado, beneficia do mesmo modo das virtudes do dia, assumindo em certos casos uma natureza apotropaica concisa, ou pelo menos um valor cerimonial significativo, que cremos explicar a verdadeira estrutura das crenças dispersas em que ele intervém, independentemente de datas calendárias. O que porém se nos afigura mais digno de reparo, é a articulação destes vários motivos — a «espiga», o pão incorruptível, o leite e as proibições maravilhosas de trabalho —, nesse outro da Hora — o período propício compreendido entre o meio-dia e a uma hora, em que os poderes mágicos se manifestam e adquirem, que coincide com a hora sagrada da liturgia cristã, e que constitui a particularidade mais original e o sentido mais exacto destas celebrações. Note-se ainda a este respeito, que na região de Elvas, finda, na igreja, a *reza da hora* que atrás referimos, durante a qual os pássaros não vão aos ninhos, soltam-se, do coro e das tribunas, passarinhos, ao mesmo tempo que sobre os fiéis se espalham flores desfolhadas (14); e na Branca (Arbergaria-a-Velha), enquanto os Padres fazem as rezas depois de terminada a missa da Senhora, os mordomos andam com açafates de pétalas de flores, atirando-as ao povo, que as apanha e leva para casa, para as enterrarem nos batatais, a fim de os preservar do «arejo». Estamos aqui perante um caso de apropriação e adaptação de um motivo religioso, por parte do pensamento mágico, que o incluiu numa construção dessa categoria, deformando-lhe o seu sentido específico. Finalmente, na prática de Odesseixe e no jogo de Quintanilha, vemos igualmente a absorção de elementos estranhos, que aqui são também mágicos, mas normalmente próprios de outras datas, e que esta festividade polariza e assimila pela força do seu poder de atracção sobre todos os elementos favoráveis daquela natureza, com que entra em relação (15).

NOTAS

(1) Por excepção, temos notícia, em Vila Real de Trás-os-Montes — portanto no Norte —, do costume da apanha de um raminho de oliveira neste dia, «o que às vezes origina pendências graves com os donos das propriedades» (Cfr. A. Gomes Pereira, *Tradições Populares e Linguagem de Villa Real*, que relaciona o facto com o costume da «espiga» lisboeta; in: «Revista Lusitana», vol. x, n.ºs 3-4, Lisboa, 1907/1908, pág. 215). Este costume parece-nos ter sido influenciado simultaneamente por aquele que é geralmente próprio do dia de Ramos, e pelo da «espiga» do Sul do País. A este respeito, veja-se ainda a prática de Odesseixe, que parece também representar um caso de sincretismo e confusão de práticas e crenças, próprias do dia de Ramos e do da Ascensão, pela unidade do objecto: o ranquinho de oliveira, que figura em ambos os casos.

(2) Cfr. A. Thomás Pires, *Investigações Ethnographicas*, in: «Rev. Lusit», vol. XI, Lisboa, 1908, pág. 263.

(3) Cfr. José Maria Adrião, *Tradições Populares colhidas no concelho do Cadaval*, in: «Rev. Lusit.», vol. VI, Lisboa, 1899, pág. 99.

(4) Cfr. M. Cardoso Martha e Augusto Pinto, *Folclore da Figueira da Foz*, Esposende, 1912, tomo II, pág. 48. Em França, cfr. Arnold van Gennep, *Manuel de Folklore Français Contemporain*, tome premier, IV, *Cérémonies Périodiques Cycliques*, 2 «Cicle de Mai» La Saint-Jean, Paris, 1949, pág. 1451: «O carácter fasto ou sagrado (desta data), faz com que... os ovos postos neste dia sejam considerados incorruptíveis e possuidores de virtudes mágicas»; e pág. 1652, indicam-se algumas dessas virtudes, referidas ao cântico de Sartène, na Córsega: tais ovos são: «aptos para afastar as chamas das casas, das oliveiras e das searas, para abrandar os ventos e ciclones, para calmar as ondas, para conter as inundações, e, postos à cabeceira de um doente, para assegurar a sua cura».

(5) Cfr. Manuel Joaquim Delgado, *Credences, superstições e adágios do nosso Povo*, in: «Mensários das Casas do Povo», ano X, n.º 104, Lisboa, Fevereiro de 1955, págs. 16/17.

(6) José Maria Adrião, *op. e loc. cit.*, pág. 124. Alexandre de Carvalho Costa, *Expressões Populares do Alto Alentejo*, in: «Rev. Lusit.», vol. 36, Lisboa, 1938, pág. 284, informa que, depois dos esponsais, «mãe do noivo tem por hábito levar à noiva (no dia de Ascensão, denominado também *Dia da Maia do Coração*), um requeijão de canado. A noiva parte o requeijão ao meio, dá metade à futura sogra e a outra metade é distribuída por todas as pessoas das suas relações», e, se alguém é esquecido, o facto «será levado em desconsideração». Deverá entender-se este costume como mais uma afirmação do carácter cerimonial do leite ou seus derivados, neste dia, e numa região de economia pastoril?

(7) Por exemplo, em Vilarinho (Vila do Conde).

(8) A este respeito lembramos também a popular romaria da Senhora da Hora em quinta-feira de Ascensão.

(9) Em França, A. van Gennep, *op. e loc. cit.*, fala também no preceito geral de que não se deve trabalhar nos dias feriados, referindo-se ao dia da Ascensão; e menciona a excepção, que ocorre no cântico de Gorrion, na Mayenne, em que, neste dia, se entende que se devem tosquiar os carneiros.

(10) Cfr. José Diogo Lopes, *Turquel Folclórico*, pág. 75.

(11) Cfr. A. Thomás Pires, *op. e loc. cit.*, pág. 266.

(12) Cfr. Ernesto Veiga de Oliveira, *Os Bombos de Fafe, e outras diversões de carácter periódico*, e *O Jeu de Toupiole em Portugal*, in: «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vols. XIII, fasc. 3-4, Porto, 1952, págs. 267 e 269/270 e XV, fasc. 1-2, Porto, 1954, págs. 110/111.

(13) Van Gennep, *op. cit.*, págs. 1650/51, dá notícia de vários costumes em França — cortejos e outros —, que parecem representar cerimónias de carácter agrário.

(14) Cfr. A. Thomás Pires, *op. e loc. cit.*, pág. 266.

(15) Acerca de Elvas, Thomás Pires, *op. e loc. cit.*, pág. 262, fala na crença de que, «em chovendo na tarde do dia de Ascensão, as nozes apodrecem e todos os frutos sairão pecos». Representará isto uma excepção sem outra explicação, ao princípio do carácter geral fasto do dia?

Porto, Março 1957.

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA,
do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

O III Documentário dos Usos, Costumes e Tradições Poveiras

Na noite de 30 de Agosto de 1956, realizou-se na Póvoa de Varzim, no recinto de jogos do seu Clube Desportivo, o III Documentário dos Usos, Costumes e Tradições Poveiras, do ciclo de «A Vida e a Morte do Poveiro», levada a efeito e superiormente orientada pelo saudoso etnógrafo da Póvoa, António dos Santos Graça. De entre as diferentes unidades etno-culturais do País, a Póvoa é certamente uma das mais originais, e que se define por traços mais vigorosos. A «grei» poveira constituía uma aristocracia popular, fechada num intransigente exclusivismo de sangue e de profissão durante séculos, e em que por isso se operou não só um afinamento extremo de certas qualidades humanas fundamentais, mas também a fixação de uma tradição muito particular e característica. O Poveiro, é e será sempre o tipo do lobo-do-mar humilde e audaz, de costumes puros e fé ingénua, em que o orgulho de casta era sobretudo um profundo sentimento de fraternidade humana, e o auxílio mútuo era espírito de abnegação e sacrifício, que nem perante a morte esmoreciam.

A recolha e o registo desta tradição está feita, nas suas linhas essenciais, e feita em boa hora, com carinho e probidade, por um poveiro dos velhos tempos, que muito amou a sua terra e a sua gente, os costumes em que foi criado, que podia conhecer melhor que ninguém, porque os bebeu com o leite materno. Santos Graça aparece-nos sempre como um último desses «Homens de Respeito» que derimiam as demandas da gente do mar, que ele tão bem descreveu, em toda a altitude da sua nobreza moral.

O espectáculo iniciou-se com um desfile de tipos regionais, do mar e da terra, envergando velhos trajes autênticos, de trabalho e de cerimónia, que terminou com uma exemplificação de pregões locais. Passaram diante de nós a noiva poveira, entre as suas duas madrinhas, no recato da sua capa preta pelos ombros; o homem do mar, envergando o sombrio gabão com o capuz pela cabeça, em sinal de luto; os sargaceiros, de branqueta e sueste, com os seus roda-foles e carrelas; as padeiras e leiteiras da Póvoa e Vila do Conde, apregoando o seu artigo — e tantos outros, ilustrando profusamente esses aspectos tão importantes de todas as culturas locais.

A esta primeira parte, seguiram-se várias cenas típicas da vida poveira, apoiadas, cada uma delas, numa cenografia esquemática e expressiva, que desenhava o ambiente próprio da acção em causa; e a grande originalidade do documentário, que lhe conferiu um interesse e um valor especiais, foi que os figurantes

que nele tomaram parte pertenciam na sua maioria à «grei» poveira, e fizeram dos números do programa cenas vividas, com a autenticidade e a vivacidade que lhes emprestavam a sua própria experiência real e o improvisado das situações e das réplicas. Vimos assim, com um sentimento palpitante de verdade, o Jogo da Péla, essa grande «afición» poveira, que se joga na rua, na Páscoa, no meio da algazarra exuberante das contagens, e as discussões vibrantes dessa gente que enfrenta quotidianamente a agitação e a violência do mar; a lota do peixe, no quadrado da praia, em todo o pitoresco dos lances e da sua terminologia; a ida da companha para o mar, seguida pelas exortações das mulheres; o casamento poveiro, sob a chuva dos «confeitos», que a garotada rebuscava no atropelo da própria realidade; e sobretudo, o inesquecível serão poveiro — um serão dos velhos tempos, em que as pessoas se reuniam numa casa, trabalhando em conjunto pela noite adiante, sentadas no chão, à luz de uma candeia de graxa suspensa do «mancebo», compondo e fazendo redes, moendo a casca ou encascando, entre os despiques de «lancheiros» e «sardinheiros», zaragatas de mulherio, a que a admoestação de um velho pescador punha cobro; o pedido de casamento, com a discussão esmiuçada e depreciativa das possessões de cada noivo, e, acima de tudo, erguendo-se de súbito silêncio apenas cortado pelo ritmo de um berço que se embala, a maravilhosa cantiga de adormecer, na voz cheia e grave de uma mulher poveira; finda esta, de novo a agitação e o vigor das discussões, e, numa interrupção brusca, o alarido de um naufrágio que se anuncia, interrompendo o serão, como uma rajada de temporal vinda da negrura da noite — tudo isto na linguagem rápida e incisiva dessa raça que tão grande potencial de força e energia tem ainda dentro de si.

Para acabar, assistimos à Encomenda das Almas poveira, que tem ali a forma original de um coro conjunto em tom menor, feito à noite, de candeia na mão, em torno da ermida de Santo André das Almas — O Pescador das Almas — de Abremar, em 30 de Novembro: «Resgatai as Almas — Ó Pastor Eterno — Daquele lugar — Junto ao Inferno; Pelo sacrifício — Da Sagrada Missa — Não useis com elas — Da Vossa Justiça; A nossa oração — Senhor, aceitai — Os justos que sofrem — Das penas livrai»; mais tarde, a litania toma um sentido diverso e mais terreno: «Santo André das Almas — Pedi ao Senhor — Que dê sardininha — Pelo seu Amor; Alminhas da Moita — Senhor de Calheiros — Dai aos nossos barcos — Quarenta milheiros». Veio depois o S. João Poveiro, cuja música segue de perto a linha melódica do S. João do Porto, e finalmente, numa reconstituição deslumbrante

e perfeita, a popular romaria do Senhor na Prisão, com música, descantes e bailadas, «taramboleiros», foguetes, bonecos de fogo preso, tendinhas de doce, etc.. E a cerimónia rematou com a exibição impecável da surpreendente Chula Vareira e do Vira de Oito poveiros, pelo Grupo Folclórico Poveiro, em que a acentuação rítmica das danças do litoral parece combinar-se com os requintes coreográficos do Minho, numa fusão em que, para além de quaisquer possíveis influências, se afirma a própria característica temperamental local de movimento, exuberância e força.

Este certame foi um espectáculo e uma lição. Quem quer que se dedique aos estudos de culturas regionais, sabe a importância decisiva do contacto directo e real com o ambiente e as pessoas na apreensão do verdadeiro sentido dos factos que se pretende observar. Graças ao modo como o documentário foi concebido e realizado, desfilou perante nós a Póvoa da época gloriosa, com os seus tipos vigorosamente desenhados, na realidade das suas atitudes, gestos, maneiras de falar e de se exprimir, esses tipos de bravura e ingénua pureza, cuja vida simples, regida pela lei austera do «respeito», era uma lição permanente de solidariedade humana, e igualdade social comunitária, por sobre o espectáculo geral do egoísmo pessoal.

Mal sabíamos, aqueles que a ele assistimos, que essa figura da velha Póvoa, o último «Homem de Respeito» da grei, que o compusera para nós, numa ilustração viva da obra de toda a sua vida, tão poucos dias lhe sobreviveria, e que os aplausos que lhe tributávamos eram o último preito de admiração prestado a um dos mais venerandos etnógrafos portugueses.

Porto, Outubro de 1956.

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA,
do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

Homenagem ao Sr. Prof. Dr. Mendes Corrêa

O Sr. Dr. Mendes Corrêa, catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, director do respectivo Instituto de Antropologia, fundador da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e director do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos foi eleito recentemente sócio honorário do Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland (Londres).

Por este motivo, um grupo dos seus numerosos amigos e admiradores tomou a iniciativa de homenagear o ilustre sábio, fazendo parte da comissão organizadora os Srs. Almirantes Gago Coutinho e Magalhães Corrêa e Profs. Drs. Carrington da Costa, Jorge Dias, Pereira Dias, Joaquim Fontes, Álvaro da Fontoura e Santa Rita, respectivamente da Academia de História, Sociedade de Propaganda de Portugal, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Junta Nacional de Educação, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Conselho Ultramarino e Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, organismos a que pertence também o Sr. Prof. Mendes Corrêa.

As cerimónias que constituíram uma verdadeira consagração e se revestiram de grande significado, realizaram-se nas salas da Sociedade de Geografia no dia 4 de Abril último, compreendendo uma sessão solene, inauguração de uma exposição biobibliográfica e entrega de uma mensagem, e um banquete.

Na sessão de homenagem, presidida pelo Sr. Prof. Ruy Ulrich, ladeado pelos Srs. Profs. Victor Hugo de Lemos, Cordeiro Ramos, Almeida Garrett e Dr. Saragga Leal, e a que assistiram mais de 600 pessoas, usaram da palavra os Srs. Profs. Drs. Ruy Ulrich, vice-presidente da Sociedade de Geografia e da Academia das Ciências; Victor Hugo de Lemos, reitor da Universidade Clássica de Lisboa, da Academia das Ciências; António de Almeida Garrett, antigo director da Faculdade de Medicina do Porto e deputado da Nação; Joaquim Fontes, da Faculdade de Medicina de Lisboa, da Academia das Ciências e presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses; João Pereira Dias, director da Faculdade de Ciências de Coimbra e vice-presidente da 2.^a subsecção da 6.^a secção da Junta Nacional de Educação; e, por fim, o homenageado.

O Sr. Prof. Ruy Ulrich exaltou os raros méritos do Presidente da Sociedade de Geografia e eminente sócio das Academias de Ciências e da História, grande antropologista, etnólogo, conferencista e parlamentar, que em muitos congressos e reuniões nacionais e internacionais tão fecundamente tem concorrido para o bom nome de Portugal, salientando particularmente os seus numerosos e importantes estudos publicados sobre o nosso Ultramar; a criação dos Institutos de Investigação de Luanda e de Lourenço Marques, bem como o actual prestígio do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos devem muito ao esforço e entusiasmo infatigáveis do Sr. Prof. Mendes Corrêa.

O Sr. Prof. Victor Hugo de Lemos saudou o homenageado em termos do maior apreço e consideração, referindo-se especial-

mente à sua frutuosa acção como presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, dinâmico impulsor da ocupação científica das províncias de além-mar, onde tem efectuado valiosas investigações.

O Sr. Prof. Almeida Garrett falou em nome da Universidade do Porto e da respectiva cidade, terra natal do Sr. Prof. Mendes Corrêa, o qual prestou notáveis serviços que jamais poderão ser esquecidos. Atribui ao homenageado a prioridade do ensino da antropologia na Faculdade de Ciências portuense e renome que de há muito tempo ultrapassou as fronteiras nacionais.

Também mereceram ao orador palavras da maior admiração e de inteira justiça o desvelado interesse do Sr. Prof. Mendes Corrêa como presidente da Câmara Municipal do Porto, cargo que exerceu durante cerca de meia dúzia de anos — pelo progresso da cidade, construção de casas para as classes pobres, actividades culturais, mormente a execução do plano de urbanização em volta do Paço Episcopal e da Sé.

O Sr. Prof. Pereira Dias enalteceu a acção renovadora e salutar do homenageado nos métodos de antropologia física, etnologia e pré-história portuguesa, e, bem assim, o seu precioso contributo no sentido de, entre nós, as investigações arqueológicas perderem a feição de amadorismo e passarem a ser feitas de harmonia com os mais modernos processos de colheita, observação, identificação, análise, registo e conservação.

O Sr. Prof. Joaquim Fontes descreveu em termos honrosísimos a actuação do Sr. Prof. Mendes Corrêa como insigne arqueólogo, aludindo aos seus trabalhos sobre pré e proto-história da metrópole e do Ultramar e pondo em relevo as suas extraordinárias qualidades de mestre e criador de discípulos e de orientador de jovens com vocação para as tarefas científicas.

E, como os oradores precedentes, disse que, tanto como preito aos predicados morais e intelectuais do Sr. Prof. Mendes Corrêa, as suas palavras traduziam reconhecimento, profunda e sentida gratidão a tão ilustre individualidade, nobre figura da cultura portuguesa e de grande europeu pela obra magnífica realizada a bem da Nação.

O Sr. Prof. Mendes Corrêa proferiu então o notável discurso que se segue:

«Por mais perturbante que seja, como é, para o meu espírito e para o meu sentir, a sessão que se está realizando, não se me obscureceram as ideias a ponto de supor que mereço estas homenagens. Tenho, graças a Deus, uma noção muito clara do que sou e do que tem sido a minha actividade de modestíssimo

cultor de ciência e de professor como tantos outros, para não atribuir apenas à generosidade de muitos e excelentes amigos o que está longe de ser pura expressão de justiça, prêmio cabido de qualidades e dum labor verdadeiramente meritórios.

Agradeço, entretanto, à Providência ter-me concedido entendimento, equilíbrio e serenidade bastantes para me não ensoberbecer estultamente com o que se está passando, tomando como méritos excepcionais os atributos pessoais de que, sem modéstia, posso considerar-me portador, e que tenho o direito de reivindicar como títulos, não de glória, o que seria pura e simplesmente risível, mas do mínimo de estima e consideração a que pode aspirar alguém que age e pensa de acordo com o que deve a si próprio e aos outros.

Assim, reconheço que tenho trabalhado muito, que tenho procurado mais ser útil a outros do que a mim, que me tenho norteado sempre por normas de boa fé, de sinceridade, de probidade, que não têm, aliás, nada de notável pois as julgo atributos indispensáveis de todo o homem consciente e digno da nossa posição na escala dos seres vivos.

A laboriosidade, a perseverança, o escrúpulo, o culto do bem e da verdade, são deveres elementares, não dão jus a homenagens excepcionais como esta que só posso aceitar, e muito reconhecidamente, como um belo testemunho de amizade e simpatia pessoais, como uma manifestação simbólica de apreço não a mim, mas àquelas qualidades que indiquei, à lealdade, à cooperação humana, à curiosidade e ânsia de saber, à disposição permanente para transmitir aos menos cultivados e, sobretudo, aos mais novos o humilde facho de conhecimento e luz espiritual que o destino pôs em nossas mãos.

O cientista autêntico e ilustre é aquele que, dando rasgados passos em frente, enriquece o património científico com aquisições novas e originais de valor. Pequenas contribuições a esse pecúlio, algumas modestas observações de factos, mesmo duas ou três hipóteses de explicações mais ou menos fundadas, podem ser humildes pedras para ascensão na grandiosa escadaria de acesso a belas e fecundas revelações, mas não passam de fragmentários contributos à Ciência. Não sou mais do que um obreiro como tantos outros, mas um obreiro que, em vez de se consumir ingloriamente na labareda da deplorável *invidia doctorum*, se regozija com os êxitos alheios e se desvanece com o papel que dentro das suas forças tem desempenhado de simples animador do trabalho de outrem.

Tenho a impressão, talvez illusória, de que estaria nas minhas possibilidades realizar um programa mais satisfatório de investi-

gação original se a vida humana não fosse efémera como é, e se a experiência que hoje possuo me tivesse facultado mais cedo a noção da conveniência pragmática de eliminar, em benefício dum labor mais circunscrito, mil actividades dispensáveis ou até parasitárias. Mas não me arrependo do tempo e do esforço que tenho despendido com tarefas que me têm limitado a intensidade e eficiência daquele trabalho investigador pessoal. Dou por bem empregado todo o estímulo bem sucedido que me tem sido possível proporcionar aos outros nos institutos e organismos científicos em que tenho tido intervenção. Regozijo-me do fundo de alma com os triunfos de discípulos e colaboradores e mesmo de outras individualidades que, até em matéria diversa das que cultivo, tenho podido auxiliar ou apoiar.

Falei em trabalho circunscrito. As circunstâncias e a natureza do domínio que escolhi como tema principal dos meus estudos, têm podido dar a muitos a impressão de que há nestes estudos uma dispersão excessiva. Não pretendo desculpar-me mas, embora reconheça que Deus me dotou duma curiosidade sem limites, interessando-me, por assim dizer, por todos os sectores de Ciência, renunciei, desde a primeira hora, a ocupar-me dum sem número desses sectores e, ao contrário dum ilustre homem de ciência francês que me confessava um dia sofrer muito por não poder saber tudo, eu desde sempre me conformei, me resignei, com tal impossibilidade.

Iniciador, em virtude das circunstâncias, do ensino individualizado da Antropologia, então criado, na minha Universidade, vi-me, desde a reforma do ensino universitário em 1911, investido na tarefa da organização daquele ensino e dos respectivos Laboratório e Museu. Embora a Antropologia pertença, nas Faculdades de Ciências, à secção das Ciências Histórico-Naturais, e, portanto, deva ali ser predominantemente estudada num critério naturalístico, desde o início a encarei num sentido lato e não restritamente no aspecto somatológico, biológico ou mesmo zoológico.

Claro que o meu dever pedagógico me forçou a desenvolver temas que são, na verdade, mais ou menos, especializações diferentes, e, entendendo que o homem deve ser considerado não só em si mas também nas suas relações com o meio, não hesitei em dar a possível atenção à ecologia e geografia humanas, ao ambiente físico e social.

Eis, senhores, porque a modesta actividade que tenho exercido, me levou a ocupar-me do homem e das raças humanas, actuais e antigas (especialmente nos Portugueses), nos aspectos físico e psico-cultural, em si e nas suas relações com os meios

geográfico e social. Sempre o mais possível objectivo, empreguei e recomendei métodos e técnicas aconselháveis, os estatísticos, os antropométricos, os descritivos, os bioquímicos, os psicotécnicos, tradições, textos, escavações... A Antropologia liga-se à Biologia Geral, à Zoologia, à Anatomia, à Fisiologia, à Bioquímica, à Medicina, à Psicologia, à Sociologia, à Arte, à História, à Arqueologia, à Estatística, à Geografia, a múltiplas e variadas disciplinas... Não se esqueça que se trata do Homem, que para Montaigne não era apenas «a mais frágil e calamitosa das criaturas, a mais estranhamente contraditória, a mais orgulhosa», mas também um ser «maravilhosamente vão, diverso e ondulante». Digamos polimorfo, complexo e vário. Falando da inconstância das acções humanas, o autor quincentista escrevia que a «qualidade mais universal» é a «diversidade» e que até os vícios, sendo todos iguais por serem, todos, vícios, não são vícios iguais...

A variedade dos temas que tenho versado, não traduz apenas uma insaciável e vasta curiosidade, mas sobretudo a diversidade profunda de tipos e problemas humanos, a variedade de aspectos da própria natureza humana.

Recordo também a propósito estas palavras que escrevi num livro recente sobre o conceito de Antropologia: «Em tão vasto quadro, em tão amplo panorama, surge-nos a Antropologia como tendo naturalmente por objecto o homem, construtor da História, duma História em que se sentem palpitar as energias vitais e anímicas de raças e culturas, de indivíduos e de cidades, de anónimos e de varões ilustres. Não é uma História dos «factos mais notáveis» das grandes batalhas e de acontecimentos espectaculares, mas a História quotidiana e quase ignorada dum ser que é gigante e pigmeu, egoísta e generoso, valente e pusilânime, rebelde e submisso, orgulhoso e humilde, dum ser que ri, ama e sofre, que pensa, sonha e crê».

Outro ponto que acentuarei é o respeitante às atitudes morais do cientista, às relações entre a Ciência e a Ética. Não admito que o cientista possa ser indiferente ou neutro perante a Moral, a Religião, os altos valores do Espírito. Se a Ciência não servisse a Humanidade e o Bem, antes servisse de instrumento do Mal, melhor fora que ela não existisse. Mil vezes a barbárie, a ignorância! Mas, numa época em que se debate, por exemplo, a posição dos cientistas perante as armas atómicas, não devemos considerar cientistas dignos deste nome aqueles estudiosos ou técnicos que menosprezam os valores éticos, que não abrigam o culto destes valores, o amor da Pátria e da Humanidade.

Nas relações entre cientistas e destes com o público há também uma deontologia a orientar as condutas, as atitudes daque-

les. Reconhecimento absoluto das autênticas prioridades alheias, indulgência perante a ignorância despreziosa ou o erro desculpável. Intransigência perante o charlatanismo, a maldade, a mentira, o egoísmo grosseiro e fútil, a vaidade balofa e empertigada, as falsificações da verdade e do bem, as intrigas, a deslealdade, a estupidez baixa e malevolente. . .

Mas tudo isso são normas evidentes para as pessoas cultas e de sã moral. A honestidade não se apregoa, pratica-se. Pratica-se simplesmente, naturalmente.

Voltando ao significado e à intenção desta homenagem, devo dizer que a considero dirigida, de direito, menos a mim do que a todos os que, de qualquer modo, estimularam ou fortaleceram na minha humilde pessoa bons sentimentos e qualidades de trabalho útil. Evoco nesta hora meus Pais, tantos dos meus professores, os meus camaradas de estudo, os meus alunos, tantos dos meus colegas, todos os que, no governo, na actividade pública ou privada, na imprensa, na vida de sociedade, me têm orientado ou apoiado. É para todos, é para os meus mestres, colaboradores e amigos, para os organizadores e participantes da presente homenagem que considero esta principalmente dirigida. Nestes termos, como consagração da bondade, da solidariedade e da cooperação humanas, como preito ao que há de belo e elevado na amizade, é ela inteiramente justa. Embora eu não passe de mero objecto ocasional da mesma, nem por isso deixo de me sentir profundamente grato a todos os que tão generosamente me honram com estas festas. Embora me não envaideça com elas (deixem-me sorrir com leve ironia e larga indulgência daqueles que me têm suposto vaidoso. . .), embora possua perfeita consciência dos limites modestos das minhas capacidades e das minhas realizações, não deixo de me sentir desvanecido com a magnífica verificação de que tenho tantos amigos, tão bons amigos! Sou forçado a reconhecer que possuo não méritos excepcionais, mas o mínimo de qualidades morais e afectivas susceptível de granjear a amizade em almas generosas e boas. Ainda bem que assim é!

E, se me é permitido aproveitar este ensejo para afirmações públicas sobre factos que estão entre as minhas preocupações neste limiar do termo duma carreira de boa vontade e de boa fé, embora sem glória, direi que considero como fundamental para o prestígio e para o progresso da Pátria e valorização das gerações novas no domínio da cultura superior, da técnica e da investigação científica. Precisamos, tenho-o afirmado muitas vezes, de legiões de jovens investigadores nos mais variados domínios. Custa muito dinheiro? Extraviam-se muitos para outras ocupações mais rendosas? Paciência. É uma lei universal na matéria.

Congratulo-me com tudo o que se tem feito para formar e acari-nhar uma considerável falange de investigadores, mas entendo necessário prosseguir e mesmo intensificar a tarefa.

Congratulo-me com os planos em curso de equipamento escolar, com a fundação e desenvolvimento de Juntas, Institutos e Centros de Estudos na Metrópole e no Ultramar, com os auxílios a estudantes e a investigadores, com a organização de missões científicas, com todas as iniciativas análogas realizadas, em curso ou em projecto. Creio, porém, que entre os empreendimentos que o Estado ou fundações privadas poderiam, com vantagem para a Ciência e lustre para Portugal, levar a efeito, figurariam quatro projectos que nos últimos anos architectei no meu espírito: 1.º — Um grande Instituto para o Aperfeiçoamento Humano, no aspecto físico e moral, com estudos de Biologia humana, Genética, Medicina Social, etc., que não seria um Instituto de Eugenia materialista ou de Racismo sectário mas disporia do magnífico campo de observações humanas que podem facultar a Metrópole e o Ultramar; 2.º — A realização em Goa dum Simpósio ou Colóquio internacional de altas mentalidades da cultura universal, convidadas pelo nosso País para uma troca serena e equilibrada de impressões, à margem da política dos blocos de Nações e das ideologias de seitas, sobre as bases de bom entendimento entre o Ocidente e o Oriente, fazendo-se justiça a todas as boas intenções, a todas as colaborações úteis. Os relatos dessa Conferência extra-governamental, espalhados pelo mundo em várias línguas, não poderiam deixar de ter um efeito benéfico na opinião e na paz mundiais. Por outro lado, mais uma vez Goa appareceria no seu verdadeiro significado histórico de foco de fraterna solidariedade humana e não de pretenso imperialismo dominador e absorvente; 3.º — A participação de Portugal — dos seus cientistas, das suas gloriosas Armada e Aviação — no Ano Geofísico Internacional (que começa em Julho próximo) com uma expedição ou missão científica ao Continente Antártico e mares confinantes. Já naquele Continente e ilhas próximas existem, ou se vão instalar, meio cento de estações de mais de 12 nações para investigações científicas de grande interesse mundial. Não devemos estar ausentes desta cruzada de cultura, nós que fomos os pioneiros da arrancada para as paragens austrais. Os Estados Unidos têm 6 ou 7 estações, uma das quais está em pleno Pólo Sul; 4.º — Com carácter mais restrito, mas nem por isso destituída de importância histórica e nacional, a constituição duma missão científica à velha Sofala, parte da qual está hoje submersa sob as águas do Índico, e onde Congressos Internacionais e ilustres investigadores estrangeiros supõem encontrar-se a chave de

migrações humanas na área Índica, das velhas explorações auríferas da África do Sul e do antigo império do Monomotapa, com os quais os Portugueses do século XVI tomaram ainda contacto, evocando-se as riquezas da Ofir bíblica de Salomão.

O interesse por tais pesquisas é tal que entidades estrangeiras se proporão fazê-las, se nós as não fizermos.

E basta! Desejo registar que algumas destas intenções já encontraram eco favorável nas esferas governativas e noutras do nosso País. Seria para mim grande alegria, como cientista e português, que tais iniciativas se efectivassem.

Talvez alguém se suponha, após o breve enunciado feito, um sonhador, um visionário. Não receio o apodo, sobretudo nesta casa, onde os Velhos do Restelo não têm guarida e onde se conserva religiosamente a tradição gloriosa dos pioneiros portugueses que não recuavam perante as maiores dificuldades.

Desculpem-me, entretanto, a importuna extensão deste arrazoado do qual desejo resulte, acima de tudo, para aqueles que me deram a honra de o escutar, a noção justa do meu reconhecimento para todos e da minha fé inabalável em altos valores de Espírito e nos destinos superiores do excelente Povo Português e da nossa Pátria gloriosa e bela, servidora desinteressada e heróica de Ideais nobres, do Bem e do Progresso Humanos.»

Em seguida, o Sr. Prof. Ruy Ulrich entregou ao Sr. Prof. Mendes Corrêa uma mensagem em pergaminho, assinada por algumas centenas de amigos e admiradores, contendo-se dentro de uma artística pasta.

Na notável exposição biobibliográfica do Sr. Prof. Mendes Corrêa figuravam: cerca de 280 trabalhos científicos publicados, sobre antropologia física, etnologia, pré-história, história, geografia, etc.; quadro com a indicação dos 71 discursos parlamentares, proferidos na Assembleia Nacional desde 1943 a 1956; quadro com o nome das Universidades de que é doutor *honoris causa* — Lião e Mompilher (França) e Witwatersrand (União Sul-Africana); quadro com a denominação das 28 academias e outras sociedades culturais e científicas, nacionais e estrangeiras, de que é sócio honorário, efectivo ou correspondente; quadro com o nome dos 30 congressos ou reuniões nacionais ou internacionais que organizou ou em que participou; quadro com a designação das suas 12 condecorações, nacionais e estrangeiras (Brasil, Bélgica, Espanha, França, Itália, etc.).

Um busto de bronze do homenageado, pertencente ao Instituto de Antropologia do Porto, e várias fotografias tiradas em diversos congressos nacionais ou estrangeiros ou durante os tra-

balhos de investigação, em que figuram o Sr. Prof. Mendes Corrêa e outros grandes cientistas, obras de arte indígena e plantas tropicais embelezaram e completaram o ambiente sóbrio mas dignificante.

À noite realizou-se o banquete na sala «Portugal» da Sociedade de Geografia, no qual tomaram parte mais de 250 convivas, na sua quase totalidade professores universitários, antigos membros do Governo, e outros consagrados valores nas ciências, nas letras e na política da Nação. Na mesa da presidência, além do homenageado e de sua Esposa, encontravam-se os Srs. Profs. Ruy Ulrich e Carrington da Costa, os antigos Ministros de Estado, Prof. Ezequiel de Campos, Cons. Afonso de Melo, Prof. Sousa Pinto, Eng.º Bacelar Bebiano e Comandante Sarmento Rodrigues e Subsecretário de Estado Eng.º Rui de Sá Carneiro.

Aos brindes, usaram da palavra os Srs. Prof. Ruy Ulrich, Drs. Cortez Pinto, Luciano de Almeida Carvalho (em nome da Casa de Gouveia), Prof. Carrington da Costa e António Maria de Matos, aluno do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, para manifestarem o seu apreço pelo erudito investigador. O Sr. Prof. Mendes Corrêa, muito sensibilizado, agradeceu as expressões elogiosas dos oradores e, bem assim, a todos quantos deram o seu contributo para efectivação da homenagem de que era alvo.

O Senhor Ministro da Educação Nacional dignou-se propor a condecoração de grande oficial da Ordem de Santiago da Espada para o Sr. Prof. Mendes Corrêa.

Todas as instituições culturais e científicas, metropolitanas, ultramarinas ou estrangeiras de que o homenageado é membro e centenas de seus admiradores deram a sua adesão ou enviaram cartas, cartões, telegramas, etc. com expressivas mensagens e saudações, destacando-se as felicitações dos Srs. Ministro da Presidência (que se fez representar na sessão solene pelo seu Chefe de Gabinete), Ministros da Marinha, dos Negócios Estrangeiros, do Ultramar, Dr. Júlio Dantas, Profs. Caeiro da Mata, Cordeiro Ramos, Pedro Calmon, Maximino Correia, Amândio Tavares, Mosés Amzalak, respectivamente reitores das Universidades do Brasil, de Coimbra, Porto e Técnica de Lisboa, Embaixadores do Brasil, Inglaterra, França, Bélgica, União Sul-Africana, governadores Geral de Angola e da Guiné, antigos governadores ultramarinos, etc.

Lutuosa

António dos Santos Graça

No dia 7 de Setembro de 1956 faleceu súbitamente, na Póvoa de Varzim, António dos Santos Graça, que se pode considerar uma figura de relevo na investigação etnográfica portuguesa. Poveiro da gema, descendente de gente do mar, com sigla de «mastro e verga içada, e cruz ao centro do mastro», como ele



próprio a define, Santos Graça pertenceu a uma época em que a Póvoa era ainda um grupo cultural à parte, vigorosamente caracterizado e profundamente original. A sua qualidade de familiar da «grei» permitiu-lhe aproximar-se dessa gente exclusiva e ciosa da sua casta, tratar com ela, estudá-la na sua intimidade. Os seus costumes, modos e mentalidade não lhe eram estranhos nem desconhecidos: eram os mesmos que na sua infância ele vira à sua volta, espontâneos e vivos, e por isso ele os descreveu tão sentidamente.

Os seus livros sobre o folclore poveiro, que foi a grande paixão da sua vida, reflectem sem dúvida essa atitude sentimen-

tal; na verdade, a etnografia, como capítulo fundamental da ciência da cultura de um povo, tem que se manter em pura objectividade, limpa de lirismos e afectos pessoais, que muitas vezes adulteram a exacta visão dos factos, e os transforma em meros pretextos literários. Mas em Santos Graça, esse defeito, se existe, é compreensível, inofensivo, e amplamente compensado e superado: compreensível, porque para ele o relato dos factos é o desfile das suas próprias memórias, a voz da gente da sua grei, que ele amava com tanto desvelo; e inofensivo e superado, porque para lá desse amor à terra natal, ele conseguiu realizar, com probidade e rigor, uma preciosa recolha, fixar a riqueza de um mundo surpreendente de formas originais, antes que elas se confundissem no nivelamento da época presente, e se perdessem definitivamente. A grei poveira, o seu comunitarismo ancestral, as suas instituições espontâneas de auxílio mútuo, a sua heráldica de siglas, alcunhas e marcas, as suas pescarias, mares, redes, nomes de barcos, as suas casas, o seu estatuto social, os lucros e ganhos dos pescadores, as suas superstições, credices e lendas, bruxedos e feitiçarias, remédios e rezas, expressões e cancionero, ritos de passagem e festividades cíclicas e calendárias; e principalmente essa sua instituição dos «Homens de Respeito», que derimiam as demandas da classe pela autoridade do seu prestígio, marcando a independência dessa gente perante as leis da gente da terra — os «peixes de coiro» — que nada tinham que ver com eles — tudo isso, que foi uma verdadeira revelação e veio lançar nova luz sobre o que se conhecia sobre o assunto, tudo isso ali está, e é um manancial permanente e fecundo de informações e sugestões incomparáveis. Graças a Santos Graça e ao seu amor pela sua terra, a velha Póvoa heróica, berço dos grandes lobos-do-mar quase lendários — o «Cego do Maio» que à mesa do Rei comeu à mão, com licença de Sua Majestade, como fazia na sua casa de «camaretas» —, não desaparecerá mais; e essa Póvoa é, sem dúvida, um dos mais notáveis padrões da nossa cultura popular. Além de «O Poveiro», Santos Graça escreveu, sempre sob o tema da cultura do grupo a que ele consagrou todo o seu carinho, «A Crença do Poveiro nas Almas Penadas», «Pescadores do Alto — O Valboeiro», «Inscrições Tumulares por Siglas», e ainda numerosos artigos sobre etnografia e arqueologia, dispersos por vários jornais e revistas. Tomou também parte em diversas conferências científicas e congressos, onde apresentou comunicações de interesse, sobre o assunto central do seu labor. Aproveitando o material que servira para a Exposição Marítima, organizou, com o Conde de Vilas Boas e o Comandante Joaquim Costa, o Museu Etnográfico Municipal da Póvoa de Varzim, que

completou a sua excepcional obra de colector, onde o estudioso encontra o essencial sobre a vida do Poveiro. Se a exposição das colecções pode merecer reparo dentro de um critério esclarecido de moderna museologia, o certo é que o grande mérito da primeira recolha cabe-lhe inteiramente, e em nada é diminuído. Últimamente ainda, Santos Graça organizou e levou a efeito os três Documentários dos Usos, Costumes e Tradições Poveiras, um desfile e exibição dos diferentes aspectos da vida do pescador, realizados em grande parte pelos protagonistas reais das cenas que se pretendia ilustrar, e dos quais o último teve lugar poucos dias antes do seu falecimento.

No nosso País, onde há tanto por fazer neste campo, e onde as velhas formas tradicionais estão em vésperas de se perderem irremediavelmente, uma obra como a de Santos Graça é um exemplo que nunca é demais enaltecer, e uma aquisição que merece, com o nosso aplauso, toda a gratidão e daqueles que se dedicam a estes estudos.

E. V. O.

Arnold Van Gennep

No dia 7 de de Maio de 1957, faleceu em Epernay, com oitenta e cinco anos de idade, Arnold Van Gennep, que era Presidente da Sociedade de Etnografia Francesa e da Federação Folclórica da Ile-de-France, e Presidente de Honra da Comissão Internacional das Artes e Tradições Populares (CIAP).

Arnold Van Gennep pode-se considerar na verdade o mestre dos estudos folclóricos em França, com uma vastíssima obra, que interessa a todo o mundo. Doutor em Letras, conferencista e professor, tendo leccionado em algumas universidades estrangeiras, fundador e colaborador de várias revistas e publicações de cultura — «Revue des Idées», «Revue des Études Ethnographiques et Ethnologiques», «Revue d'Ethnographie et de Sociologie». «Folklore Vivant», «Nouvelle Revue des Traditions Populaires», «Mercure de France», etc. —, ele deixa numerosos trabalhos sobre etnografia francesa, entre os quais destacamos os «Ritos de Passagem» onde expõe a sua teoria das cerimónias de transição ou adaptação a diversos status sociais, «L'état actuel du problème totémique», «Religions, moeurs et légendes», estudos globais do folclore da Borgonha, do Auvergne, da Flandres, do Delfinado, da Sabóia, dos Alpes, etc., e principalmente o exaustivo «Manual de Folclore Francês Contemporâneo», em nove volu-

mosos tomos, que representa a codificação minuciosa e total do folclore francês, contendo a condensação e ordenação sistemática de toda a bibliografia que interessa ao assunto, o produto da sua investigação pessoal, etc., segundo o seguinte esquema de distribuição de temas, que corresponde à sua classificação metódica dos factos folclóricos: a) Ritos de Passagem: Do Berço ao Túmulo. b) Cerimónias cíclicas: Carnaval, Páscoa, Maio, S. João, Outono e Inverno. c) Questionário, Bibliografia, Índices de nomes e terras, etc. O texto é acompanhado de inúmeros mapas de distribuição dos elementos culturais estudados, que consignam os casos tanto positivos como negativos.

A crítica mais consistente que se pode fazer a esta obra monumental é a que visa o próprio conceito implícito de cultura do seu autor, confinado a um âmbito puramente folclórico, tendo em vista essencialmente a caracterização das manifestações tradicionais, a sua decomposição em diversos elementos constitutivos, a demarcação das respectivas áreas de distribuição, análise e discussão das suas origens, comparação com casos de outros países, sendo de notar as referências que por vezes se fazem a certos costumes portugueses; ele mantém-se portanto à margem das aquisições mais recentes da antropologia cultural e da sociologia, nas suas orientações funcionalistas, de tão fecundos resultados na problemática geral da interpretação do homem, das sociedades e das culturas, como unidades que interessa acima de tudo apreender, como força integrativa que dá o verdadeiro sentido àqueles factos. Mas, na realidade, uma obra como a de Van Gennep está para além desta crítica; o que é possível em pequenos grupos culturais bem individualizados — comunidades restritas, regiões isoladas, ilhas do Pacífico, etc. —, em que a uniformidade permite a apreensão das relações entre os diversos traços culturais, é impossível, se não teórica ou metódicamente, pelo menos na prática, em qualquer país europeu, com a sua complexa estratificação social, os seus variadíssimos matizes e níveis, etc.; ou melhor: para que tal seja possível, é necessário que, antes de se abordar essa tarefa, o levantamento completo, escrupuloso e criterioso, de todos os aspectos da cultura, esteja feito. Ele é, decerto, apenas uma questão prévia, perante o interesse maior e mais premente da interpretação da cultura do grupo; mas é uma questão prévia fundamental e indispensável. E é a resolução dessa questão primordial que a França, e, com ela, os estudiosos de todos os países, ficam devendo a Arnold Van Gennep.

De resto, dentro do seu ponto de vista restrito, o autor ergueu a investigação folclórica a um nível rigorosamente cientí-

fico que lhe dá a sua maior dignidade, utilizando um método positivo verdadeiramente ascético, apoiado exclusivamente em factos incontrovertidos, recusando todas as interpretações conjecturais, históricas e míticas, e todas as sugestões ditadas por considerações afectivas ou imaginativas—por vezes mesmo com excessiva severidade—, que enriquece ainda com o conhecimento perfeito de várias línguas estrangeiras e de disciplinas que podem auxiliar a investigação etnográfica, tais como a psicologia, pré-história, história das religiões, etc.

Estas breves notas bastam para mostrar a perda que para a ciência da cultura representa o desaparecimento de uma personalidade com o valor e o prestígio de Arnold Van Gennep. Que a sua vida e a sua obra, a quem todos nós tanto devemos, seja um exemplo de labor e probidade, cuja exigência crítica se exerce em primeiro lugar contra si próprio, e um incentivo, para que cada um de nós, seguindo o seu ensinamento, contribua dentro das suas possibilidades, para a obra a que ele devotou a sua vida austera e construtiva.

E. V. O.



REVISTA BIBLIOGRÁFICA

HAEKEL, J., HOHENWART-GERLACHSTEIN, A. UND SLAWIK, A. —
Die Wiener Schule der Völkerkunde — Wien, 1956.

No 25.º aniversário da fundação do Instituto de Etnologia de Viena, os A.A. promoveram a publicação dum volume contendo trabalhos científicos de antigos alunos e amigos desse Instituto. Ao mesmo tempo festejam também o 70.º aniversário, não só do Prof. Dr. Wilhelm Koppers, como também do Prof. Dr. Robert Heine-Geldern, que, segundo palavras dos A.A., «sempre acompanharam os seus alunos, prestando-lhe amigavelmente toda a assistência; desenvolveram com êxito o Instituto, tornando-o, com o andar do tempo, um centro de investigação e ensino, como tal, internacionalmente conhecido.

Este rápido desenvolvimento da investigação etnológica deve-se, já desde o início, ao grande mestre Prof. h. c. P.º Wilhelm Schmidt. A sua eminente personalidade, o seu trabalho especializado e estímulo determinaram, de maneira decisiva, a evolução daquela escola.

Esta publicação, além da história do Instituto, contém artigos de grande interesse, dos mais eminentes etnólogos austríacos e estrangeiros. A colaboração está dividida, segundo os assuntos tratados, por todos os continentes, abrangendo questões da maior importância para o etnólogo.

Estamos certos de que esta publicação muito enriquece a bibliografia da especialidade.

A. ATHAYDE.

R. A. VIEIRA — **Estudo dos grupos sanguíneos dos indígenas Bijagós da Guiné Portuguesa — Contribuição para o estudo da sua soro-anthropologia** — «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa». Vol. X, N.º 40, Outubro, 1953, Bissau, págs. 583-597.

Foi com grande satisfação que, ao lermos o índice do n.º 40 do «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vimos o título deste artigo, porquanto concluímos que o assunto que tanto interesse nos mereceu quando, como chefe da Missão Antropológica e

Etnológica da Guiné, percorremos quase toda esta província ultramarina, continua a atrair novos investigadores. Há já mais de 10 anos que estudámos os grupos sanguíneos dos Bijagós e passado este tempo surge outro trabalho tratando do mesmo assunto.

Com grande e explicável curiosidade fomos lê-lo. Que trará ele de novo? Os resultados serão diferentes dos que nós obtivemos? Teriam sido organizadas séries suficientes para cada ilha, como indicámos ser conveniente num trabalho de que somos autor? Foram perguntas que imediatamente nos vieram à mente, antes mesmo de iniciarmos a leitura do artigo do Sr. Dr. Vieira. Sem demora passámos à leitura deste trabalho e com certo espanto verificámos que já conhecíamos muitas frases ali escritas e que o A. emite ideias cuja origem se esquece de apontar. Mas, vamos ao que mais importa: analisemos a produção.

O A. determinou os grupos sanguíneos (sistema ABO) em 225 Bijagós (precisamente o número de indígenas do mesmo grupo étnico das nossas séries). Os resultados estão registados no quadro I, tendo o A. o cuidado de separar em colunas diferentes os «varões» e as «fêmeas». Não sabemos qual a finalidade desta separação, uma vez que está estabelecido que o carácter — grupo sanguíneo — não está ligado ao sexo. Àquele quadro segue-se outro com a «distribuição segundo as idades» de que não sabemos também a utilidade (o próprio A. o não utiliza), visto que bem averiguado está que o grupo sanguíneo de um indivíduo (*fenótipo*), resulta de genes (*genótipo*) cuja dominância não varia com a idade.

Faz também a distribuição por ilhas e é pena que não tenha podido apresentar séries maiores para cada uma delas.

Vem seguidamente um quadro síntese em que são dados os valores absolutos dos grupos sanguíneos, as suas percentagens, os valores de p , q e r e o índice de Hirszfild. Ora o A. chama aos valores de p , q e r «genes», quando, de facto, o não são. Os genes, de cuja combinação resultam os fenótipos A, B, O e AB, isto é, os grupos sanguíneos, são: A, B e R, segundo a hipótese de Bernstein, a mais geralmente seguida. Aqueles valores correspondem às probabilidades do aparecimento destes genes na população observada, o que é diferente, como o A. poderá ver em qualquer livro de estatística que trate de grupos sanguíneos.

O A. não faz a correcção dos valores das probabilidades, nem emprega qualquer método para saber qual o grau de confiança que lhe merece a sua série. Poderia empregar, por exemplo, o método do χ^2 ou o do erro médio. Parece-lhe, «entretanto,

que o número das... observações (um total de 225) pode considerar-se como suficiente tratando-se, como se trata, de um agrupamento rácico bastante homogéneo e pouco numeroso». Mas quem diz ao A, que o «agrupamento rácico» em questão é «bastante homogéneo»? Os trabalhos de antropologia física realizados pela Missão Antropológica e Etnológica chegam a conclusão um tanto diversa...

Organiza o A. uma carta serológica de Streng, um quadro de Snyder e um quadro de Ottenberg, parecendo que liga a estas representações um valor antropológico indiscutível, quando, em rigor, o não têm.

Faz considerações à volta do índice de Hirszfild, dizendo que, «se bem que positivo, é baixo: 1, 2». Mais adiante volta a referir-se ao mesmo índice e confessa que não sabe explicar «o motivo por que é positivo o índice racial dos indígenas que vimos estudando». Como quer o Sr. Dr. Vieira que ele não seja positivo? Qualquer aluno de Álgebra liceal chega à conclusão de que ele nunca pode ser negativo, pois que é uma relação de valores positivos, que são os termos da fracção que o exprime. Questões de matemática elementar...

Agora o que me parece é que o A. misturou interpretações de índices diferentes, mas só interpretações, pois não se deu ao trabalho de calcular outro índice que não fosse o de Hirszfild e há, realmente, pelo menos um índice, o *hémato-antropológico*, que leva a valores positivos e negativos. O de Hirszfild pode ser superior ou inferior à unidade, mas nunca inferior a zero. A não ser que o A. tenha feito confusão...

Insero o trabalho mais dois quadros (VII e IX) com histogramas correspondentes às percentagens dos aglutinogéneos A e B. No primeiro quadro faz o A. figurar em 2.º lugar aquele que intitula «Portugueses» e mais adiante o que diz respeito aos «Bigagós».

Não seria melhor chamar aos primeiros *Portugueses metropolitanos*? Tratando-se de um trabalho de «soro-antropologia», chocam ainda outras designações, por exemplo: «negros da Guiné Portuguesa», «negros de Moçambique». Como o A. certamente sabe, há na Guiné, como há em Moçambique, um mosaico de grupos raciais ou, talvez melhor, de grupos étnicos e, num trabalho antropológico sério, não podemos juntar as séries grupais para obtermos séries globais, para cada uma daquelas províncias ultramarinas. Pelo menos seria necessário saber antecipadamente, pelo cálculo apropriado, se as séries parciais são estatisticamente diferentes ou não, e só neste caso é que se juntariam, mas segundo as regras convenientes.

È essa a razão de não ver no nosso estudo valores de conjunto para toda a população nativa da Guiné, mas sim valores distintos para cada grupo étnico. Também não diz quais os autores das séries de que se serviu para a elaboração dos histogramas do quadro VII e é pena, pois não sabemos, assim, o valor dessas séries e é norma dizerem-se quais as fontes onde se foram colher os elementos de que nos servimos. Assim por exemplo, para os Portugueses metropolitanos, há várias séries, mas nem todas são aproveitáveis, como concluiu o Prof. Dr. Tamagnini num excelente estudo publicado em 1947.

No texto e a propósito do mesmo quadro VII, diz o A. que «os indígenas bijagós ficam colocados próximo dos árabes, o que prova o seu parentesco com este povo». E por que não com os Russos ou os Judeus, cujos índices, no mesmo quadro, são ainda mais próximos do dos Bijagós? Os fenómenos biológicos, e portanto os antropológicos, não são tão simples como se julga. A não ser assim quem quer podia ser antropólogo. Não podemos deduzir o grau de parentesco entre dois grupos humanos comparando simplesmente dois dos seus valores ou índices. Por isso, os valores próximos dos índices dos Arabes e dos Bijagós não provam nada o seu parentesco.

Depois de fazer mais algumas considerações a respeito do «índice racial», diz o A. que «é de pensar se... não teria havido infiltração de sangue europeu... em quantidade suficiente para justificar tal índice. A ideia, de resto, não é inteiramente nossa»... É pena que o A. não diga de quem a ideia é inteiramente...

No capítulo denominado «Discussão», talvez impròpriamente, pois a discussão já vem de trás, o A. compara os valores que obteve com os de outros autores, nomeadamente com os de Carlos Trincão, dizendo que estes estão mais em concordância com os seus do que os restantes. Mas teria o A. determinado o grau de concordância dos diferentes valores? Não basta dizer que os valores que obteve se afastam «apenas em 1,79 % e em 1,33 % para as percentagens de B e O» dos obtidos por C. Trincão. É necessário usar método mais rigoroso.

E reparou porventura o Autor em que os nossos valores e os que atribui a Carlos Trincão são iguais? Sim, pois que o valor dado para B, de 29,56, resultou de uma «gralha» tipográfica, como facilmente pode verificar. Somando os valores das percentagens só obtém 100 se em vez de 29,56 tomar 23,56, número atribuído também à suposta série de Trincão. De resto, no nosso trabalho que tanto usou, lá está, pelo menos uma vez (pág. 64), o valor corrigido. Se o valor da percentagem de B fosse de facto 29,56, portanto um pouco superior à de A, dava para

índice hérmato-antropológico um valor negativo e então já não teríamos nós de lançar a tal ideia que não é *inteiramente* do A. Assim, os nossos valores são precisamente iguais aos atribuídos a Trincão. Esta coincidência e o facto de não conhecermos nenhum trabalho de Carlos Trincão sobre sistema ABO dos Bijagós, fez com que procurássemos na lista bibliográfica que o A. insere, no fim do seu artigo, qualquer referência que lhe dissesse respeito, mas o A. teve mais um esquecimento: não cita nenhum trabalho de Carlos Trincão. Em Maio de 1955, portanto em data não muito afastada da da confecção (Outubro de 1955) do artigo do Sr. Dr. Ruy Vieira que estamos analisando, procurámos fazer, numa conferência realizada no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, uma revisão geral do que havia sido feito sobre sero-antropologia do Ultramar, e de C. Trincão & E. Gouveia tivemos o gosto de citar os valores inscritos num trabalho que publicaram no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (5:583) em 1950, mas em que tratam do factor Rh e não do sistema ABO. Trincão, em 1953 (*Primeiro Colóquio de Hematologia Africana*, págs. 65-67), resume o que até então havia sido feito neste campo de estudos sobre os indígenas da Guiné e lá insere os valores por nós obtidos, sem a «gralha» a que atrás nos referimos, não se esquece de dizer a origem desses valores e faz a competente referência bibliográfica. Suporia o A. que os valores do quadro de Trincão foram todos obtidos por este investigador? Se supôs, supôs mal. Certamente leu muito por alto o texto, se é que o leu.

As conclusões a que o A. chega enfermam dos defeitos do corpo do artigo e aquelas a que nós chegamos são as seguintes: o A. necessita de ser mais cauteloso nas citações que faz, nas frases e ideias que apresenta, indicando claramente a quem pertencem; e por fim, que necessita de rever ou de adquirir conhecimentos biológicos sobre os grupos sanguíneos e de aprender os métodos estatísticos que a antropologia utiliza. Sim, porque isto de fazer antropologia é como tocar um instrumento: uns tocam de ouvido, outros por música.

AMÍLCAR MATEUS.

RAYMOND DART — The osteodontokeratic culture of *Australopithecus prometheus* — Memória n.º 10, Transvaal Museum, Pretória, 1957, 105 págs., 43 figs.

O eminente Prof. R. Dart, etnólogo mundialmente consagrado e Director do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina

de Witervatersrand (Joanesburgo), condensa neste belo livro a sua notável actividade de investigador arguto e persistente, em torno de alguns problemas respeitantes aos Australopitécneos e, nomeadamente, da sua cultura osteodontoquerática, ou seja dos instrumentos feitos de osso, dentes ou faneras, especialmente chifres.

A África do Sul é o Paraíso dos etnólogos e, muito provavelmente, foi o Paraíso da Humanidade.

Em Taungs, no vale de Sterkfontein (a uns 50 km de Joanesburgo) e no vale de Makapansgat, têm aparecido numerosos restos de Australopitécneos, esse notabilíssimo intermediário entre o Homem e os Antropóides.

Hoje, graças aos trabalhos do A., do falecido Dr. Broom e de J. T. Robinson, dispomos dos restos de cerca de uma centena de indivíduos destes Australopitécneos, supostos notáveis progenitores do Homem.

O vale de Makapansgat fica a uns 350 km a norte de Joanesburgo. Ali existem várias cavernas que têm sido escavadas graças a subsídios concedidos por várias instituições, nomeadamente pela Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, de Nova York. Nessas cavernas têm sido postos a descoberto importantes depósitos de ossos fossilizados com peças de osso, de dentes e de chifre. Estas peças devem ter sido utilizadas, melhor, preparadas e utilizadas pelo *Australopithecus prometheus* cujos restos, por uma feliz coincidência, apareceram concomitantes nessas cavernas.

O terreno escavado até princípios de 1956 andava por 300 toneladas, e fornecera cerca de 2 toneladas de brecha ossífera por semana, durante a época de trabalhos de campo de 1956. Pode assim ajuizar-se da importância dos trabalhos realizados e da grande quantidade de materiais colhidos.

A sucessão de culturas ao longo de grande soma de anos é atestada pela sucessão dos estratos.

Estes são particularmente notáveis na caverna denominada «Cave of Hearts». A sua pujança e documentação arqueológica permitem afirmar que esta caverna foi ocupada desde os primitivos tempos da idade da pedra até à actualidade, durante um período de tempo que, muito provavelmente, orça pelos 100000 anos.

Outro facto importante a realçar é a circunstância de numa das cavernas do vale de Makapansgat terem aparecido pedras lascadas intencionalmente. Submetidas à apreciação do falecido e eminente arqueólogo Prof. van Riet Lowe, este classificou-as como da primitiva cultura de Kafu.

Registe-se que estes instrumentos de pedra de tipo kafuense estavam «overlying australopithecinebearing breccias in a cave», o que é facto único e duma importância transcendente.

O Prof. van Riet Lowe numa palestra pela rádio referiu-se a este importante achado de instrumentos de pedra em estreita relação com os Australopithecíneos dizendo: «It narrows the gap between ape and man as it has never been narrowed before».

No trabalho que analisamos agora, o Prof. Dart, no 1.º capítulo, estuda os depósitos do local denominado «Limeworks site» e rebate, com argumentos que se me afiguram concludentes, a teoria de que os depósitos que se atribuem aos Australopithecíneos poderiam ter sido feitos por carnívoros, nomeadamente hienas, e pelo porco-espinho.

No capítulo 2.º, através dos vastos períodos da pré-história, estuda os aspectos culturais do instrumental de ossos, dentes, chifres e pedra usados pelo homem primitivo, bem como o emprego do osso, dos dentes e dos chifres no fabrico de instrumentos pelos povos primitivos actuais.

No 3.º capítulo estuda tudo o que aparece na brecha ossífera o que soma o elevado número de 7159 porções de ossos, dentes ou chifres, alguns constituindo fragmentos bem pequenos o que atesta o hábito humano de quebrar os ossos. O estudo anatómico destes restos mostra que eles são, na sua quase totalidade, Mamíferos, nomeadamente Antílopes. Há também Primatas, tais como macacos babuínos e 19 restos de Australopithecíneos, Roedores, Carnívoros, Tartarugas e alguns escassos restos de Aves e de Répteis. São muito interessantes as considerações que o A. faz sobre os hábitos alimentares dos babuínos e do *Australopithecus prometheus*, este essencialmente carnívoro e, acidentalmente, até canibal. Como o Prof. Dart realça este Australopithecíneo era, essencialmente, um caçador de cabeças.

No 4.º e último capítulo estuda cuidadosa e largamente, com profusão de fotografias e de bem demonstrativos desenhos, a possibilidade do emprego pelo *Australopithecus prometheus*, de ossos longos usados como moccas, de ossos estalados em bisel empregados como punhais, de chifres usados como picaretas ou espetos (registre-se o facto de, por assim dizer, a totalidade dos chifres ter a ponta desgastada pelo uso moderado ou estarem quebrados em consequência de utilização mais longa e sobretudo mais enérgica), e de porções de maxilares com seus dentes, utilizadas especialmente como serras ou como raspadores.

No capítulo 5.º, em 25 pontos faz o sumário analítico e estatístico dos abundantes restos osteodontoqueráticos colhidos na escavação do «Limeworks site».

No 6.º capítulo faz a judiciosa e serena apreciação dos elementos e materiais de que dispomos, e formula lógicas e intuitivas hipóteses sobre a natureza humana, ou pelo menos, francamente humanóide do *Australopithecus prometheus*.

Como conclusão importante deste trabalho, o A. afirma, e eu disso fiquei convencido, que, embora os Australopitecíneos pudessem ter fabricado alguns rudes e primitivos instrumentos de pedra, grosseira e intencionalmente lascados, a sua cultura fundamental ou essencial, pelo menos do *Australopithecus prometheus*, foi a osteodontoquerática.

Aos factos de ordem osteológica e anatómica que marcavam uma acentuada humanização dos Australopitecíneos junta-se agora a confirmação patentíssima dada pelos objectos culturais.

SANTOS JÚNIOR.

A. A. MENDES CORRÊA — **Antropologia e História** — Ed. do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. Porto, 1954, 325 págs.

Este belo livro enfeixa uma série de artigos, notas, conferências, discursos e memórias de natureza histórica, geográfica, bio-étnica e psicológica, que, podendo parecer de natureza dispersiva, reflectem, no entanto, sem a menor dúvida, uma unidade de atitude e de pensamento orientador, reflexo da vasta mentalidade do antropologista que os sentiu, pensou e escreveu.

Unidade orientadora no estudo das nobilíssimas «Ciências Humanas» ou Antropologia *lato sensu*, tendo em vista o estudo do Homem e das sociedades no total da sua estruturação somática, das suas capacidades, de atitudes, acção e pensamento, da sua origem e evolução histórica.

A série dos artigos que constituem a colectânea inclui: Pré-história e gente do Ribatejo; Donde veio o nome de Lisboa; O Porto, suas origens, evolução e perspectivas; O Porto e a população de Lisboa; Os descobrimentos dos Espanhóis e Portugueses nos séculos XV e XVI e o conhecimento científico do Homem e das raças humanas; Sobre um problema de Biologia Humana em Timor Português; Mongoloidismo em África; Dinamometria nos indígenas das Colónias Portuguesas; As tendências bio-étnicas do Brasil contemporâneo; Ameríndios; O estudo das populações e o futuro do Ultramar; A Cultura Portuguesa na África e no Oriente; Cientistas no Brasil; Júlio de Matos e a Psiquiatria em Portugal; Rev. P.º Eugénio Jalhay, S. J.

A análise de cada um destes trabalhos levar-nos-ia longe. Em todos é bem patente o estudo das características humanas, e a apreciação e crítica das atitudes dos homens na vida social e no mundo.

Antropologista eminente, o autor, no largo âmbito dos seus estudos teve sempre como preocupação constante, como linha de rumo orientadora, o estudo do homem integral — «corpo e alma, matéria e espírito: o homem ao mesmo tempo factor e resultado, agente e criatura».

O amplo e justo sentido psicológico e sociológico da Antropologia, cultivada com raro brilho por este nosso Mestre, surge bem flagrante em todos os seus trabalhos. Ele o acentua no fim do prefácio do livro que agora analisamos quando, ao enlaçar a História com a Antropologia diz que esta tem como objecto o homem construtor da História, mas duma «História quotidiana e quase ignorada dum ser que é gigante e pigmeu, egoísta e generoso, valente e pusilânime, rebelde e submisso, orgulhoso e humilde, dum ser que ri, ama e sofre, que pensa, sonha e crê».

Dessa História que, palavras suas, não é um cemitério mas uma ressurreição.

Nos dois últimos trabalhos, as biografias de dois grandes homens, um médico e psiquiatra, e outro sacerdote e arqueólogo, o Prof. M. C. deixa transparecer claramente o seu culto pela Ciência, que é sem dúvida a magnânima benfeitora da Humanidade.

Mas sem se deixar alucinar em culto desmedido pela materialização da vida, que é o efémero da existência humana individual ou colectiva, realça a enorme importância dos valores espirituais que sobrevivem, perene e universalmente, como património intacto dos milénios e da Humanidade.

Cientista de raras méritos, conhecedor da modéstia das verdades terrenas o Prof. Mendes Corrêa, revela a sua posição crente em valores de espiritualidade transcendente quando, ao aludir ao quanto de insondável e de misterioso existe na alma humana, diz termos de reconhecer a vastidão imensa desse domínio, «sobretudo do que nela há de criador e original, verdadeiro dom divino, sopro vivificante, modesto no homem, ilimitado, magnífico, deslumbrador em Deus. Aliás, Natureza, Homem, Universo, Evolução, Alma, tudo o que existe, dentro ou fora das coisas, são divinas maravilhas, manifestações admiráveis da presença e do poder de Deus».

S. J.

STITH THOMPSON — **Motif-Index of Folk Literature** — Vol. I, A-C, 554 págs. (1955); Vol. II, D-E, 517 págs. (1956); Vol. III, F-H, 519 págs. (1956) — Copenhagen (Rosenkilde and Bagger).

Prosseguindo no estudo do conto popular, de que é actualmente um dos especialistas mais categorizados, Stith Thompson apresenta desta vez um Índice de motivos da Literatura popular, que, nas suas próprias palavras, serve de complemento ao Índice de Anti Aarne, publicado em 1928, em Helsínquia, sob o título de «The types of the Folk-tale» (FF Communications N° 74); mas enquanto que neste último livro a classificação diz respeito a certos tipos fundamentais de contos populares que, correntes na tradição europeia, aparecem em complexos mais ou menos uniformes, agrupados em contos de animais, contos correntes, mágicos, religiosos, romanescos, etc., e facécias ou anedotas, e definidos por um breve resumo que encabeça as citações bibliográficas, no presente Índice ela incide sobre os motivos ou elementos simples em que esses contos se podem decompor, entendendo-se o termo «motivo» num sentido muito amplo, que inclui qualquer dos pormenores constitutivos da estrutura narrativa. Tem-se assim em vista alargar o campo da sua utilização a todo o mundo, uma vez que, fora da Europa, aparece muita matéria comum, no que se refere a motivos isolados e diversamente associados, sendo porém raros os casos em que os tipos europeus, um por um, se poderiam aplicar na totalidade desses elementos. Como diz o Autor, na literatura popular do globo, «as semelhanças consistem muitas vezes não tanto em contos completos como em motivos singelos», e é esta consideração que justifica a obra.

Estes motivos simples formam assim a única base possível para um arranjo sistemático de todo o corpo da literatura popular, e na verdade o livro de Stith Thompson representa uma tentativa de catalogação global, que, propositadamente, sacrificando mesmo princípios de crítica selectiva às considerações gerais de utilidade prática, o Autor procurou tornar o mais inclusiva possível.

Os motivos são agrupados fundamentalmente por categorias, em número de 23, designadas por diferentes letras do alfabeto, e pode dizer-se, de um modo geral, que a classificação caminha do mitológico e sobrenatural para o realístico e até o humorístico, abrangendo praticamente toda a gama possível de temas, recolhidos de resto de uma bibliografia muito vasta, de que é dada minuciosa indicação; cada categoria ou capítulo, é subdividida em várias grandes divisões, ou divisões primárias, dispondo de cem números ou títulos cada uma, repartidos em dezenas, que correspondem às divisões secundárias — e assim por diante, no

que se refere às divisões terciárias, quaternárias, etc. —, pelo princípio geral da classificação decimal (que, aqui, excede, sempre que é necessário, a base 10). A primeira dezena duma divisão primária e o primeiro número das sucessivas subdivisões, que acaba em *O*, leva sempre, como título, a ideia ou conceito geral da respectiva divisão; os números seguintes usam-se para assuntos específicos; e o último, para casos avulsos ou adicionais, que digam respeito à divisão. Trata-se portanto de um sistema de grande amplitude, que consente além disso o seu próprio desenvolvimento e alargamento progressivo a temas que não foram previstos de entrada, pela decomposição da última subdivisão, se a experiência futura vier a mostrar a sua conveniência. Um sistema de referências cruzadas, que relacionam por um processo simples e claro certos temas que interessam a várias rubricas, completa a classificação e aumenta o rendimento da consulta.

A classificação de Stith Thompson compreende não apenas os motivos das narrativas populares, com listas de variantes, notícias de versões particulares, agrupadas por continentes ou segundo outros critérios, mas também escritos e monografias acerca dos mesmos motivos, com a indicação das obras fundamentais que lhes dizem respeito.

Esta breve descrição basta para mostrar o valor inestimável do trabalho de Stith Thompson, que se pode considerar indispensável para todo e qualquer estudo comparativo sobre o conto popular, situado num plano universal.

Uma lacuna porém se nota nesta obra, que nos interessa muito especialmente: a total omissão dos casos portugueses, tanto nas menções dos motivos como nas indicações bibliográficas e, conseqüentemente, nas dos trabalhos consultados e catalogados. O Autor parece desconhecer completamente os grandes nomes da brilhante geração dos mitógrafos portugueses do final do século passado, que com tão rigoroso espírito científico tinham abordado os estudos da cultura popular, e reunido tão valiosas colecções de contos populares, em sistematizações racionais. Dificilmente se compreende que uma obra que aspira à universalidade, e que toma em consideração colecções de contos de todos os continentes, grupos étnicos, etc., não inclua as colecções portuguesas, e sobretudo quando elas vêm assinadas por nomes como os de Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho, e mesmo Athaide de Oliveira, Tomás Pires, etc., que, há pouco menos de um século, tinham já empreendido o estudo das tradições populares em bases comparativas.

O facto, porém, em nada diminui o valor do livro, que, acima de tudo, fixa um esquema que permite a inclusão dos

casos particulares num quadro geral. Compete-nos agora a nós levar a cabo o estudo dos nossos próprios contos, tentando em primeiro lugar a sua classificação por tipos, dentro do sistema de Anti Aarne, e operando seguidamente a decomposição dos motivos elementares que neles figuram, dentro das rubricas do Índice de Stith Thompson. Desse modo, ao mesmo tempo que se integram as formas culturais portuguesas numa corrente cuja amplitude lhes dá o seu verdadeiro valor e significado, torna-se por outro lado, em relação a cada motivo, mais completa a delimitação da sua área de difusão, permitindo a sua interpretação em bases mais perfeitas.

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA.

PAUL SCHEUERMEIER — *Bauernwerk in Italien der Italienische und Rätoromanischen Schweiz* — Vol. II, 529 págs., 495 gravuras em madeira e desenhos, 542 fotografias, e 13 mapas (Verlag Stämpfli & C.^a), Bern, 1956, encadernado 70.45 francos suíços, brochado 62.15.

Pode considerar-se um acontecimento a publicação do 2.º volume do *Bauernwerk* de Scheuermeier, treze anos depois de ter aparecido o 1.º. Ambos os volumes representam o complemento ergológico do «Atlas Linguístico da Itália e do Sul da Suíça» (AIS) (1), elaborado com os materiais recolhidos pelo Autor, que durante vários anos (1919-1928) trabalhou no levantamento linguístico-dialectal da Suíça reto-romana e italiana e da Itália-Média e Superior por incumbência do AIS. Até 1935, Scheuermeier completou o levantamento com o estudo sistemático de 22 aldeias que se estendem desde Graubünden até à Sicília.

As magníficas fotografias que ilustram os dois volumes são quase todas do Autor, embora Rohlf's tenha contribuído com algumas, especialmente no primeiro volume. A excelente colaboração do artista Paul Boesch, pelo seu lado, contribuiu também para valorizar o trabalho do Autor. Um estudo ergológico sem bons desenhos quase nunca permite que se imaginem claramente os objectos e sobretudo pormenores construtivos e decorativos, porque a simples descrição é insuficiente.

Scheuermeier aproveitou para a Baixa Itália os materiais que G. Rohlf's e M. L. Wagner tinham recolhido para o AIS, e que estavam à sua disposição.

No 1.º volume, o Autor tratou em especial das actividades agrícolas e das alfaias respectivas; no segundo, estuda a habitação, os transportes e os trabalhos domésticos.

Escusado será encarecer o valor deste segundo volume para todos aqueles que se dedicam a problemas de cultura, no sentido de «herança social». Tanto o etnógrafo como o geógrafo ou o romanista, e mesmo o arqueólogo e o historiador, podem encontrar neste volume importantes dados de comparação e fontes seguras de informação, capazes de ajudar na solução de certos problemas, como o pode fazer um documento escrito. São documentos vivos que se perpetuaram através das gerações, numa afirmação de apego que os homens revelam em relação ao que lhes foi transmitido do passado.

Esta força estática, conservadora, tão abalada em nossos dias pela invasão maciça da civilização industrial que ameaça subverter todas as tradições, encontra neste volume uma excelente representação, tanto mais valiosa quanto é certo que muitos dos factos registados aqui já deixaram de existir. Nestes poucos anos que medeiam entre a recolha dos materiais e a sua publicação, desapareceram já muitos uscs e costumes, alfaias e aparelhos, como por exemplo as pitorescas rodas hidráulicas de Verona, registadas no 1.º volume, e muitas outras formas, técnicas e elementos, reproduzidos neste 2.º volume.

No capítulo sobre a habitação, o etnógrafo português encontra valiosos materiais de comparação. O Autor começa por estabelecer a distinção entre a casa rústica alpina, isolada na paisagem, que aparece nas encostas do norte dos Alpes — a que o Autor chama: à maneira alemã —, e a casa formando aldeias compactas, que é o tipo corrente em toda a zona alpina italiana e reto-romana. Nas aldeias de povoamento concentrado, distingue dois tipos de casa:

- a) A casa de habitação está separada dos currais e celeiros;
- b) Todas as dependências, quer para as pessoas quer para os animais, encontram-se sob o mesmo telhado.

Em seguida, descreve as casas da Itália Baixa, Média e Superior. Temos então ocasião de ver casas de pátio fechado, em que todas as dependências e instalações agrícolas se dispõem de maneira a formar um pátio interior fechado. Entre outras, reproduz uma planta de casa piemontesa, que se aproxima de casas do mesmo tipo registadas no Minho, em Trás-os-Montes e na Beira (2). Por sua vez, as casas de pátio fechado da Lombardia são, pelas suas proporções e abundância de dependências, mais comparáveis com os conjuntos de construções de certas herdades ribatejanas e alentejanas.

O Autor dedica também algumas páginas às construções primitivas ou arcaicas, entre as quais reproduz cabanas circulares utilizadas como habitação, no género das que nós encontramos no distrito de Viseu (3).

Em seguida, o Autor estuda a cozinha e os seus utensílios. Muitos destes são vulgares no nosso País, outros — em grande número —, são desconhecidos entre nós.

Os mapas indicando a distribuição dos diferentes objectos são um excelente auxiliar para a rápida compreensão da localização e difusão de certos elementos culturais. Entre estes utensílios são dignos de menção aqueles que servem para suspender panelas ou caldeiras sobre o fogo nas lareiras, *gramalheiras*, ou suportes de ferro para colocar o espeto, ou servir de suporte a panelas e outras vasilhas cujo conteúdo se pretende conservar quente. Em algumas províncias portuguesas encontram-se objectos idênticos que convém comparar com estes.

A iluminação é também um capítulo com bastante interesse pela abundância de documentação.

Transportes: são vários os processos de transportar coisas, usados em Itália, que são desconhecidos entre nós. O Autor refere-se primeiro aos sistemas de transporte individuais, depois, àqueles que exigem duas pessoas, como as padiolas. A seguir, o transporte animal; arreios de cavalgaduras, selas, cilhas, cangalhas, e, finalmente, os trenós, incluindo as zorras, também conhecidas no nosso País, e os carros. Merece interesse especial o estudo das rodas, algumas das quais mais primitivas que as dos carros de bois nortenhos. De certo modo os carros reproduzidos são mais evoluídos do que os nossos do norte, e aproximam-se mais dos alentejanos. Existe contudo o carro de quatro rodas frequente na Europa oriental, e entre nós quase desconhecido.

Os jugos constituem também um capítulo muito importante, pois a abundância de materiais reproduzidos pelo Autor pode ajudar a compreender alguns problemas relativos à difusão dos jugos portugueses.

Trabalhos domésticos: O pão ocupa o primeiro lugar, com toda a utensilagem empregada no seu fabrico. Em seguida, vêm os moinhos; encontramos moinhos de mão do tipo simples daqueles que ainda hoje são frequentes no Algarve, moinhos de mão com engrenagem para serem accionados por mais de uma pessoa, como as zangarelhas de Castelo de Vide, e, finalmente, a atafona movida por um animal, como ainda há anos se conheciam na Beira Litoral e na Beira Baixa. A seguir, descreve os moinhos de rodízio e os moinhos de roda vertical movidos a água, como os que se encontram entre nós.

Depois fala nos utensílios de lavadeira e ferros de brunir. Em seguida, vêm os processos de tratar o linho e a lã, e os utensílios usados nestas operações. São sobretudo dignas de nota as rocas, algumas das quais correspondem a tipos nossos, enquanto que outras parecem ser desconhecidas no nosso País. Os teares também oferecem bastante interesse, tanto mais que os desenhos são excelentes e permitem fazer um estudo comparativo.

O magnífico documentário fotográfico completa o texto, permitindo observar a abundância de objectos descritos e acrescentar-lhe ainda alguma coisa, pois foca aspectos que não foram tratados.

No final deste volume, o Autor insere um índice de palavras que abrange os dois volumes, o que dá unidade à obra e facilita a sua consulta.

Um trabalho desta magnitude, tão denso de materiais, objectivo e claro, e tão abundantemente ilustrado, não é nada vulgar entre a bibliografia etnográfica, e honra não só o seu Autor, mas também a etnografia suíça, sobretudo se nos lembrarmos que a maior parte do estudo abrange um país estrangeiro. Para nós, que nem no nosso pequeno País conseguimos nada de semelhante, tal obra deve ser uma lição e um estímulo. É mediante o trabalho sério e aturado de muitos, que se eleva o nível da ciência de um povo, e não com aparato e fogo de vistas, que só servem para iludir os ingénuos e impedir que se desenvolva a investigação séria.

JORGE DIAS

(Centro de Estudos de Etnologia Peninsular).

NOTAS

(1) *Sprach und Sachatlas Italiens und der Südschweiz (AIS)*, planeado e editado (1928-1940) por K. Jäger und J. Jud.

(2) Ver Fernando Galhano, *Casas de pátio fechado no concelho de Paredes*, Comunicação ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Coimbra, 1956.

(3) Ver Jorge Dias, *O problema da reconstrução das casas redondas castrejas*, in: «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XII, fasc. 1-2, Porto, 1949.

P. E. JOSET — *Les Sociétés Secrètes des Hommes-Léopards en Afrique Noire* — 1 vol. de 276 págs. Ed. Payot, Paris, 1955.

Com um prefácio do grande africanista professor Griaule, recentemente falecido, o antigo administrador do Congo Belga e

esclarecido investigador de problemas humanos na África Negra, dá-nos, com importantes testemunhos pessoais e abundante documentação, um valioso estudo sobre um tema cheio de interesse, de dificuldades e de gravidade: o das sociedades secretas criminais dos negros africanos. Tendo podido dispor de numerosos e pormenorizados informes inéditos sobre aquelas sociedades secretas no Congo Belga e noutros pontos da África, o Autor procura determinar a extensão, as modalidades e as causas profundas desse fenómeno, que, pela designação indígena dos Homens-Leopardos, intitula *aniotismo*. Para Joset o fenómeno aniótico tem uma base mágico-religiosa, como outros casos de sacrifícios e crimes rituais através da história. O sangue e a gordura humana desempenham nele um papel preponderante. A escolha de animais simbólicos, como o leopardo, a pantera, o leão, o crocodilo, etc., pode ter sido feita para ocultar a autoria humana dos crimes e, talvez, por um motivo totémico.

Aquelas sociedades secretas tornaram-se, depois, instrumentos políticos na luta contra dominadores europeus ou chefes indígenas despóticos. A antropofagia foi adoptada por muitas dessas sociedades. Houve na difusão destas últimas, por vezes, grande responsabilidade de administradores que as consideravam pura fantasia dos nativos ou factos sem importância. Muitos dos crimes anióticos — diz Joset — não teriam sido praticados se a administração europeia se tivesse interessado mais pelo estudo científico das populações, dos seus desejos, dos seus costumes, das suas crenças. O movimento dos «Mau-Mau» resultou em grande parte da inabilidade de alguns actos das autoridades. Éboué, o célebre governador negro da África Equatorial Francesa, entendia que se deviam reprimir os crimes rituais, mas não suprimir totalmente as sociedades secretas enquanto o Ocidente não tivesse introduzido na África um freio moral mais eficaz para deter a livre explosão de instintos primitivos em populações atrasadas.

Joset sugere vários meios de evitar a criminalidade em questão. Acrescentemos que sobre as sociedades referidas em territórios africanos de Portugal apenas dispôs de alguns elementos fornecidos pelo livro de Serra Frazão sobre a matéria.

Em 1953, falando das sociedades secretas africanas em palestras da Emissora Nacional, aludiu o autor desta breve análise aos «Machiol» ou «Machol», da Guiné Portuguesa (e da Francesa) e aos «Homens-Leões» de Moçambique, citando, a propósito destes últimos, o juízo que sobre eles emitiu um nosso administrador (*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1954, págs. 221 e 229 e segs.). Mencionou também os «Goulistas» dos

Ambundos, as associações dos Nhanecas do Sul de Angola, etc., (pág. 223 do mesmo Boletim).

Últimamente, em missão científica do Ministério do Ultramar, tem o assunto sido estudado em Angola pelo Prof. Dr. Silva Cunha.

Além do interesse científico do livro de M. Joset, justamente elogiado pelo saudoso Dr. Griaule, o trabalho em questão possui também um alto interesse político, moral e religioso.

MENDES CORRÊA.

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR — *Etnias e Culturas no Brasil* — Ministério da Educação e Cultura — Serviço de Documentação — 121 págs., Rio de Janeiro, Brasil, 1956.

Este livro, apresentado como um guia com finalidade didática para o curso de Etnografia do Brasil, é na realidade uma excelente síntese de sócio-antropologia cultural brasileira, de uma clareza de exposição modelar, em que o Autor condensou grande parte das suas observações, estudos e pontos de vista sobre o assunto, expressos em vários outros trabalhos anteriores, nomeadamente «O Engenho de Açúcar no Nordeste», «Estudos de Relações Culturais no Brasil», e a primeira edição das «Etnias e Culturas no Brasil», de 1952, no que se refere ao estudo do contributo étnico e cultural dos diferentes grupos humanos que entraram na composição do complexo brasileiro, e em que sobretudo precisa o conceito basilar de transculturação, essencial para a sua interpretação.

Lançadas, a partir de 1534, as bases da colonização sistemática do Brasil, intensificam-se as relações entre portugueses e indígenas, que uma abundante literatura descritiva coeva documenta. «Nesse processo colonizador, o português revelou... aquela aptidão que se lhe tornou nata... de ambientar-se ou adaptar-se ao novo meio», concorrendo «com esse espírito de acomodação para que as relações com o elemento nativo se fizessem de maneira cordial, ou ao menos não tanto destruidora, como se verificou em outras áreas de colonização não portuguesa».

A forma inicial da colonização portuguesa do Brasil consistiu naquilo que o Autor define magistralmente como um sistema de exploração latifundiária-monocultora-escravocrata, com base na plantação da cana de açúcar, feita com mão-de-obra escrava,

à custa do negro africano, que o português introduz em larga escala em terras americanas. Desse modo, fixam-se os três grupos fundamentais, que representam os elementos básicos da formação étnica e cultural do Brasil — o indígena, o português, e o negro. «Não há que negar hoje em dia que traços ou complexos de cultura integrantes da formação brasileira, ou características, como valores de cultura, do Brasil moderno, nos vieram, em grande parte, dos indígenas, da participação não menos expressiva do negro africano como escravo, e fundamentalmente do português; do português aliás — deve dizer-se — foi a base essencial, constituindo sobretudo o esteio ou suporte a que os outros grupos se adaptaram ou se incorporaram».

Contudo, logo no período colonial, outros grupos alienígenas surgem, participando, embora sem dúvida em menor escala, dos processos de relações de raça e de cultura no Brasil: o francês, o espanhol, o holandês, o judeu, e também, de um modo especial, o cigano. De entre estes — de que o Autor indica a estrutura étnica, as áreas de ocupação, e o contributo cultural geral — destacamos especialmente os holandeses, a cuja influência se costuma atribuir o aparecimento do tipo característico do sobrado recifense «esguio e comprido, de frente a fundo, o telhado a duas águas, o sótão, o emprego do tijolo em maior escala do que até então», que, por outro lado, tantas semelhanças mostra com a casa típica do Porto, com a qual não nos parece possível deixar de a relacionar.

O livro consiste precisamente no estudo da influência de cada um destes grupos na formação do Brasil; em relação a cada um deles o Autor segue um sistema bipartido de exposição: de entrada, foca o aspecto antropológico, as origens étnicas, classificações, processos de miscigenação, etc., e seguidamente as suas áreas de ocupação e formas culturais.

No século XVIII, com a descoberta das minas de ouro e diamantes, verifica-se, dentro dos grupos étnicos existentes, uma intensificação de intercruzamentos, com a extrema mobilidade dos grupos humanos derivada da mutação económica, da base agrária para a mineração, ao mesmo tempo que, com a riqueza, o luxo e o gosto da ostentação, se modifica o panorama social e surgem novos valores de cultura.

É contudo no século XIX que o movimento imigratório no Brasil toma a sua maior e mais significativa amplitude. Ele começa em 1808, com a abertura dos portos do Brasil e a concessão de terras aos estrangeiros; entra numa nova fase em 1850, com a abolição do tráfico da escravatura, o incremento económico que dela resultou — a aplicação a obras de fomento geral

dos capitais nela investidos —, e, de um modo geral, com a estabilidade política que caracterizou a época de D. Pedro II. «Quanto ao aspecto social, há a assinalar o desenvolvimento da vida em sociedade. Declina o patriarcado rural, para surgir o patriarcado urbano, este, porém, já adaptado às novas condições de vida criadas com a industrialização e em franca transição para as novas formas sociais advindas com a República». Este movimento atinge finalmente pleno desenvolvimento a partir de 1888, com as novas perspectivas abertas à imigração após a abolição da escravatura; ele liga-se então ao progresso da economia cafeeira, e às necessidades de braços que daí decorre. É principalmente para o sul que se dirigem as novas correntes, compostas principalmente de alemães, italianos e japoneses, e também de polacos, sírios e libaneses, e, em menor escala, de ingleses, e ainda belgas, russos, suíços, etc. — cuja composição etno-social, áreas de instalação, e contributo cultural são analisados e descritos com rigor e pormenor.

A preferência pelas regiões meridionais relaciona-se, segundo o Autor, menos com as condições climáticas, fundadas na lei de afinidade, tal como a define o Prof. Jorge Dias, do que com as condições económicas e sociais dessa zona, onde havia maior área de terras inexploradas e menos presença de trabalho escravo; «no Nordeste, o trabalho escravo e a grande propriedade impediam a colonização estrangeira», porque o imigrante tinha geralmente como objectivo a aquisição de terras que pudesse cultivar em benefício próprio.

Descrevendo em seguida as formas de estabelecimento destes grupos, que se relacionam com as diversas condições de assimilação do imigrante, o Autor fala no tipo *concentrado*, em colónias, que representa a forma inicial da colonização brasileira, e no tipo *disperso*, que se verificou quando começou a importação de imigrantes para mão-de-obra na lavoura cafeeira. A primeira tentativa oficial de colonização efectuou-se em 1818, com a fundação, por colonos suíços, da colónia de Nova Friburgo, em que cada família recebeu, por parte do Estado, um lote de terras, animais, sementes e víveres; seguidamente vêem-se aparecer numerosas outras colónias, que são centros de comunidades que mais tarde se transformam, muitas delas, em vilas e cidades. Após o início do movimento de imigração para mão-de-obra dispersa, institui-se o sistema de *parceria*, em que o colono é interessado numa percentagem das colheitas; e se o regime falhou, pela sua arbitrariedade — que está na origem da revolta dos colonos contra os fazendeiros, pode contudo entender-se que ele serviu de transição para o regime do assalariado, com salário fixado

anteriormente. Nas colónias de tipo concentrado, em que os grupos de estrangeiros se conservavam isolados entre si do contacto com as populações brasileiras, a assimilação foi mais lenta; pelo contrário, nas fazendas, efectuou-se uma maior e mais rápida assimilação do imigrante.

A parte mais elaborada do livro, é a que respeita ao estudo dos antecedentes étnicos dos três grupos fundamentais, e à análise do legado cultural de cada um deles, na formação da cultura especificamente brasileira. Aí o Autor se detém cuidadosamente, mencionando os critérios de classificação dos grupos indígenas, feitos de entrada com base apenas na linguística, e, mais modernamente, também em aspectos culturais, e as suas origens étnicas, e indicando em seguida as respectivas áreas de ocupação, tipos de cultura, construções, costumes, alfaías, tipos de organização familiar e tribal, com formas patri- e matrilineares e locais, conforme os casos, religião, etc., rematando com a apreciação do processo transculturativo que houve a seu respeito. Como nota o Autor, «a vitória da língua alienígena, a portuguesa, sobre a indígena, foi uma decorrência do choque cultural, em face de não satisfazerem inteiramente as expressões linguísticas do tupi às necessidades sociais do novo estado criado... Entretanto, enriqueceu-se o português falado no Brasil de inúmeros vocábulos de origem indígena» — numa nota exemplificativa dos termos em que se deve entender, de modo geral, o referido processo transculturativo no Brasil.

Na análise do grupo étnico português, o Autor acentua a grande diversidade de factores antropológicos que entraram na sua composição, e faz uma resenha sucinta mas completa da formação do nosso povo, nos seus múltiplos elementos essenciais. E conclui: «Foi esse elemento étnico, variado, heterogéneo, de origens diversas, que formou o que chamamos a cultura portuguesa, cultura por sua vez enriquecida pela diversidade dos valores que a constituíram, embora assente numa base de unidade que lhe advém principalmente do sentido cristão. Foi essa cultura, a que modernamente se chamou com acerto de luso-cristã, que através do mar se irradiou, se expandiu e se tornou o mais importante veículo a levar aos povos orientais, africanos e americanos — como foi o caso do Brasil — valores culturais europeus; e trouxe daqueles povos outros valores que incorporou à cultura europeia». Nestas palavras, sintetiza o Autor todo o desenvolvimento ulterior do tema: o português, como elemento de intercomunicação cultural; o mar, que no destino histórico da metrópole foi já o grande factor de unificação nacional, como caminho e campo de expansão colonizadora e cultural,

ao mesmo tempo que fonte perene de inspiração, que lhe confere o seu matiz original; o sentido cristão de simpatia humana, compreensão e tolerância racial, como característica fundamental da cultura portuguesa, que lhe deu unidade, e constituiu o traço dominante da sua colonização.

No capítulo, a nosso ver, basilar, da obra, e que o Autor denominou expressivamente «A Herança fundamental: a portuguesa», analisa-se o processo transculturativo lusitano; focam-se de entrada os vários tipos étnicos dos povoadores, com a indicação das suas regiões de proveniência, acentuando-se o contributo insular; apontam-se por outro lado as diferentes categorias sociais desses pioneiros — fidalgos e militares, sacerdotes, degredados e criminosos, e homens-bons, artífices, lavradores, camponeses: a «gente miúda» metropolitana, concluindo-se que «não houve exclusivismo de criminosos, como querem alguns, nem exclusivismo de aristocratas, como querem outros»; na verdade, o grosso do contingente humano que constituiu o elemento mais forte na tarefa da colonização do Brasil compunha-se de gente do povo. «Destes homens do povo, principalmente, é que se constituiu a influência maior da transculturação no Brasil, de origem lusitana, e a que se mesclaram as contribuições indígena e africana; constituíram os três, em conjunto, o tronco básico sobre que se formou a nossa sociedade, e, com ela, se criaram os valores de cultura hoje próprios ou peculiares ao brasileiro». Do português, ficou assim, no Brasil, a «herança fundamental»: a língua, as instituições, administrativas, sociais, e morais; a religião, a arte, a vida de família, o espírito tradicionalista, o folclore — o *ethos* brasileiro —, e também o tipo de habitação, forma de construção de povoados, vilas, o traje, os meios de transporte, a culinária, o mobiliário, etc., modificados embora pelo contacto com elementos de origem indígena e negra, e pelos condicionais-mesológicos, e patenteando, além disso, de modo geral, o fundo de influência popular e não erudita, a marcar a importância dos elementos humanos de origem popular vindos para a colonização.

Vêm finalmente os grupos negros, que são estudados com idêntico cuidado, e dentro do mesmo esquema de análise de etnias e culturas. Chama-se a atenção para o facto de que o elemento que participou na formação brasileira, não foi propriamente o negro de África, mas o negro na condição de escravo, com as deturpações culturais que esta implica. Classificam-se as raças que maior representação tiveram nestes processos, e vê-se em relação a cada uma qual o seu contributo especial.

Em relação a todos estes grupos, precisando o seu conceito basilar de transculturação, que parece essencial na interpretação

do caso brasileiro, diz o Autor: «Não houve, decerto, uma assimilação absoluta, isto é, uma perda total pelo emigrante de seus valores culturais para aceitação integral dos valores nativos: observou-se, ao contrário, um processo em que foi constante a permuta de elementos culturais, a troca recíproca de valores, o que beneficiou, de certo modo, os quadros sociais respectivos, de maneira a não perderem as populações brasileiras, em contacto com os emigrados, as bases lusitanas fundamentais da sua formação».

Cabe aqui notar que, em relação ao caso português, o estudo do processo de transculturação que teve lugar no Brasil, interessa à interpretação de certas formas culturais metropolitanas; está de facto por fazer-se o estudo de inúmeras formas, que representam o contributo do emigrante de retorno do Brasil, e que de lá foram trazidas, e em seguida aqui se generalizaram.

Num capítulo, o Autor descreve o quadro natural em que se desenrolou o processo da colonização, indicando as formas fundamentais de fixação das populações emigrantes, em função da diversidade das condições naturais do território, desde as planícies litorâneas onde se desenvolveu a lavoura canavieira, até às capitâneas de regime feudal, e às vilas; e acentua que os verdadeiros focos de povoamento, onde se tornaram possíveis as relações demográficas e culturais, bem como a estruturação da sociedade brasileira, foram os que resultaram dos agrupamentos para uma exploração económica: as fazendas de açúcar, de entrada, no litoral, e as fazendas de gado, no interior, além dos veios de mineração, das estâncias gaúchas, e mais tarde, das fazendas de café, os seringais, etc.

O livro contém ainda um capítulo sobre a mestiçagem, com as suas diversas formas e resultados, e, finalmente, uma exposição densa e completa dos estudos de raças e culturas através dos tempos, a partir da carta de Pero Vaz de Caminha, que, já na expedição de Pedro Álvares, «fez quase obra de sociólogo e antropologista moderno», até aos modernos trabalhos de Emílio Willems sobre problemas de aculturação referidos à imigração recente. E, para concluir, o Autor dá, numa síntese rápida e incisiva, a paisagem humana e cultural contemporânea, com a interpretação de certos aspectos demográficos essenciais.

«Etnias e Culturas no Brasil» é na verdade um livro de excepcional interesse para quem quiser, numa síntese breve, clara e completa, entender devidamente o caso cultural do Brasil, e avaliar com justeza o valor do contributo português nesse processo — o problema cultural português de maior projecção.

E. V. O.

LUIS CORTÉS VASQUEZ — **Cuentos Populares en la Ribera del Duero** — 160 págs. (Centro de Estudios Salmantinos), Salamanca, 1955.

Entre os estudiosos da jovem geração de linguistas da vizinha Espanha, Luis Cortés Vasquez é sem dúvida um nome que, sobretudo a nós, portugueses, se impõe com um relevo muito particular, não apenas pelo seu iberismo esclarecido e pelo seu conhecimento são dos problemas culturais do nosso País, mas também porque o campo que elegeu para a sua investigação — as áreas remotas das províncias limítrofes salmantina e zamorana, a Sanábria e a Ribeira do Douro —, faz parte, sob muitos aspectos, de uma unidade que engloba a nossa zona raiana de Trás-os-Montes.

Integrado no método implícito na obra célebre de Hugo Schuchart, Luis Cortés combina também o estudo das palavras com o estudo das coisas, com precedência lógica deste último. «O objecto é a realidade — a palavra apenas o sinal que evoca essa realidade» (1); a palavra é encarada na sua dependência perante a coisa, e por isso o estudo das palavras pressupõe o conhecimento das coisas, na sua forma e nas suas funções, que constituem o conteúdo efectivo daquelas.

Perfeitamente à vontade nos problemas da sua especialidade, dentro desta orientação, que corresponde além de tudo ao sentido realístico do Autor, e intimamente familiarizado com o ambiente cultural e humano da região que estuda, que conhece por experiência viva, os seus excelentes trabalhos, assentes numa sólida base teórica, aliam a uma rigorosa elaboração científica e clara visão das questões, a rara virtude da descrição comunicativa, que, não por acaso, encabeça por vezes um passo cervantesco, e e que deixa sempre transparecer o carinho com que o Autor se debruçou sobre essas gentes e formas arcaicas de vida, o pitoresco saboroso dos seus encontros e andanças por velhas terras de Espanha.

Na presente obra, Luis Cortés dá-nos uma colecção de 58 contos e versões de contos, por ele recolhidos nas povoações ribeirinhas e fronteiriças de Pereña, Saucelle, Villarino de los Aires, Hinojosa de Duero, que se situam numa faixa «especialíssima dentro do resto da província, radicando o seu carácter excepcional na paisagem e tipo de cultivos que ali se dão: oli-

(1) José Gonçalo C. Herculano de Carvalho — *Coisas e Palavras*, pág. X, Coimbra, 1953.

veira, amêndoa, laranja e limoeiro» — o que faz pensar no enclave mediterrânico do Alto Douro — «Uma zona de tão forte individualidade e com uns cultivos tão estranhos ao resto, não já da província mas mesmo de toda a região castelhano-leonesa, claro é que constitui um recanto amplamente caracterizado e com categoria de excepção não já no puramente paisagístico, mas também na sua língua e costumes». O livro porém não inclui todas as povoações ribeirinhas daquele sector, e por outro lado refere-se a Sobradillo, que se situa no interior.

Os contos acham-se agrupados em diversas categorias — contos humanos vários, contos exemplares e religiosos, contos de encantamento e de animais — e são transcritos na linguagem genuína dos contadores (entre os quais figura uma octogenária analfabeta), sem preocupação de lógica narrativa, por vezes mesmo com lapsos de sequência, mas com todo o sentido popular do maravilhoso e do mágico, e, naturalmente, com toda a riqueza da revelação linguística na sua absoluta pureza. Por vezes, eles apresentam-se como versões fragmentárias e com interpolações de motivos ou temas de outros contos correntes na tradição mais geral; mas por outro lado, como diz o Autor, alguns deles podem considerar-se das melhores versões conhecidas até hoje em Espanha, intactos na sua forma original.

Desta breve descrição ressalta o valor e interesse da colecção, a probidade da recolha, feita em rigoroso espírito de ciência, que não exclui o amor pelo assunto tratado. Da grafia dos textos, fielmente ajustada à linguagem do contador, onde o Autor descobre sobre um fundo de castelhano vulgar, fósseis leoneses e alguns portuguesismos — com os seus localismos, a sua ingenuidade e crueza, parece soltar-se a sua própria voz, com todas as suas inflexões fonéticas e o seu conteúdo afectivo e conceptual.

A colecção é precedida de um vocabulário que aponta algumas formas mais notáveis, por vezes com grande interesse para o conhecimento etnográfico da região em causa, e principalmente de abundantes notas comparativas, explícitas e completas, em que se apela frequentemente para as versões portuguesas conhecidas.

Desnecessário é pois acentuar mais uma vez, em relação a este trabalho de Luis Cortés Vasquez, o interesse muito especial que o estudo dos contos populares da Ribeira do Douro tem para nós, já pelas comparações que faz com as nossas versões, já porque ele se refere a uma região que de tão perto nos toca e à qual tantas relações culturais nos prendem.

E. V. O.

LUIS CORTÉS VASQUEZ — *Medicina popular del Rebollar — Homenaje a Cesar Moran Bardor* — Em separata do n.º IV da revista «Zephyrus», do Seminário de Arqueologia de la Universidad, Salamanca, 1953.

Este pequeno estudo sobre medicina popular da região do Rebollar, da província de Salamanca, que confina com Portugal, ao sul do Douro, estudo que é precedido de uma curta nota sobre o estado linguístico da região, consta de uma série de práticas mágicas e ensalmos, contra doenças, das pessoas e dos animais, contra objectos perdidos, etc., que, no dizer do Autor, não trazem nada verdadeiramente novo que não se conheça em outras regiões espanholas. Podemos acrescentar que o ritmo e as imagens dos ensalmos, e do mesmo modo o tipo, o estilo e os elementos do processo mágico em geral, é idêntico na sua essência aos que se conhecem em muitas regiões de Portugal. Salientamos em especial a reza e os gestos que a acompanham referentes à cura da erisipela em El Payo:

«Cuando Nuestra Señora por el mundo andó
 Con Julián Anton se encontró.
 Con santísima boca le faló.
 D'ánde vienes Antón?
 De Roma.
 Qué hay allá?
 Mucho mal;
 Mal de sipela y sipelón.
 Güele pa tras y lo hallarás curado.
 Con qué, Señora?
 Con una cuerdecita de esparto
 Y aceite de oliva,
 Con un Padrenuestro
 Y Avemaria.»

que comparamos, por exemplo, com esta versão portuguesa, recolhida na Branca (Albergaria-a-Velha):

«Pedro e Paulo foi a Roma,
 Jesus Cristo encontrou,
 E lhe perguntou:
 Pedro e Paulo, que vai por lá?
 Senhor, morre por lá muita gente.
 Com quê?
 Com zipéla e zipelão macho.
 Volta p'ra trás, Pedro Paulo, e talha.
 Com quê, Senhor?
 Com água da fonte, óleo de oliva, e esparto do monte,
 Talha, que eles sararão.»

Talho e retalho, corto e recorto,
Em louvor de S. Silvestre e S. Romão,
Tiro todos os males que neste corpo estão.
Em louvor de S. José e da Virgem Maria,
Padre-Nosso e Ave-Maria.»

E. V. O.

LUIS CORTÉS VASQUEZ — **La alfarería popular salmantina** — Centro de Estudios Salmantinos, Salamanca, 1953; **La alfarería en Peruela (Zamora)** — «Zephyrus», V, Salamanca, 1954; **Questionnaire sur la poterie de la province de Salamanca (Espagne)** — Orbis, Tomo III, n.º 1, Louvain, 1954.

A primeira publicação é um estudo sobre os oleiros e a olaria da província de Salamanca, olaria singela e utilitária, alguma da qual atravessa a fronteira e é vendida na zona raiana portuguesa.

O estudo sobre a louça de Peruela é outro bom trabalho, em que se sente igualmente o interesse que merece ao Autor a olaria popular. Apesar das numerosas referências a esta louça rude, empregada especialmente para ir ao fogo, ninguém citara o carácter manual do seu fabrico. Embora as oleiras (este trabalho é exclusivamente feminino), ajoelhadas, trabalhem o barro sobre uma roda, esta serve apenas de mesa giratória, não tendo a função usual para a qual foi feita, e as vasilhas são modeladas à mão.

Para que tais estudos não sofressem das lacunas tão vulgares em publicações desta natureza, organizou previamente o Autor um questionário muito completo, que constitui o terceiro trabalho.

Apesar de em Portugal muito se ter já publicado a respeito da nossa olaria popular, resta ainda bastante que fazer. Estas publicações de Cortés Vasquez são de grande utilidade para quem continuar esse estudo, as duas primeiras pelas sólidas informações que fornecem—o assunto é tratado em todos os seus aspectos—, e a terceira pela lista cuidadosa de informes a recolher. A acentuar este interesse está a vizinhança destes centros oleiros, e a semelhança de forma que certas peças de louça apresentam para com as nossas.

O trabalho é acompanhado de desenhos e fotografias.

F. G.

LUIS CORTÉS VASQUEZ — *El batan de La Horquejada* — «Zephyrus», VII, Salamanca, 1956; *Le pisón de Salina en Trefácio (Sanabria)* — *Revista de dialectología y tradiciones populares*, Madrid, 1956, Tomo XII, Cuaderno 4.º, Madrid, 1956.

Em «*El batan de La Horquejada*» não se limita o Autor a fazer a descrição desse aparelho. Considerações gerais sobre pisões e sua difusão, e processos de apisoamento, embora de maneira resumida, fornecem muitas informações úteis.

O que levou, porém, C. Vasquez, a escrever este trabalho, foi o processo usado nesse pisão, em que se emprega uma mistura de urina humana, excremento de porco e uma porção de soda, em lugar da vulgar água quente. Tal processo, já usado no tempo dos romanos, em que o tecido era calcado por homens calçados de socos especiais, juntamente com urina, deve ter sido há muito abandonado, e parece apenas manter-se em *La Horquejada*.

Com mais vagar que Krüger, que já o descreveu no seu trabalho sobre a *Sanabria*, o Autor observou o pisão de Salinas, e junta mais informes relativos ao processo de apisoamento.

O trabalho é acompanhado de desenhos e fotografias.

F. G.

MÁRIO CARDOSO — *Das origens e técnica do trabalho do ouro e sua relação com a joalheria arcaica peninsular* — Conferência proferida em 18-VIII-1956 no Paço Ducal de Vila Viçosa, sep. do Vol. LXVII da «*Revista de Guimarães*», 46 págs. e XIX ests. com 39 figs.

O A., arqueólogo consagrado e escritor de mérito, trata neste trabalho da utilização do ouro através dos tempos antigos, focando de maneira especial o carácter particular, por assim dizer específico, da joalheria arcaica peninsular.

De entrada alude às naturais afinidades que estas jóias apresentam com o círculo de culturas mediterrânicas (influências de Fenícios, Etruscos, Gregos, Púnicos de Cartago e Romanos) e bem assim dos povos da Bretanha, Sul da Inglaterra e Irlanda.

Era natural a influência dos povos que invadiram a península em pé de guerra ou nela mantiveram tráfego comercial mais ou menos pacífico.

Passa em revista as principais regiões produtoras de ouro na antiguidade. Nos Cárpatos há vestígios de explorações mineiras remontando aos começos do 2.º milénio a. C.; na Boémia e na Silésia há restos de explorações Celtas; a antiga Trácia e as Costas da Ásia Menor forneciam a Grécia; do Cáucaso o ouro era levado à Mesopotâmia, à Fenícia e ao Egipto, país este que, no entanto, o recebia sobretudo das caravanas vindas da Núbia, Nilo Azul e Etiópia. Alude à região de Ofir e à lenda da rainha Sabá de que fala o Antigo Testamento. A região de Ofir é localizada pela maior parte dos autores entre os rios Zambeze e Limpopo, e o porto de Sofala teria sido o empório exportador de ouro do leste sul-africano.

O A. sugere, e bem, as vantagens que havia de serem cientificamente estudadas, por arqueólogos portugueses em colaboração com arqueólogos da Rodésia e da África do Sul, as ruínas de Sofala e as antigas explorações mineiras de Moçambique, Rodésia e África do Sul.

Estou certo que muitos problemas de ordem etnológica e de difusões culturais, actualmente em suspenso, poderiam ser esclarecidos e, quem sabe, mesmo talvez resolvidos.

O A. passa em revista informações de autores gregos e romanos que, em factos concretos ou referências lendárias, indicam concordantemente a incontestável riqueza mineira da Península Ibérica, nomeadamente em ouro.

Alude aos primeiros aurífices que na península teriam começado como artistas ambulantes e só mais tarde fixaram as suas oficinas.

Durante a cultura castreja a indústria joalheira atingiu o seu apogeu.

Com as invasões romanas o ouro passou a ser exportado para Roma e amodado.

Então a cava das minas, como refere Plínio em narrativa dramática, era feita por escravos e condenados (*damnatio ad metalla*) que trabalhavam sob o chicote e a vigilância dos fortes destacamentos das legiões romanas de ocupação. Plínio deixou escrito, como o A. refere, que, só nas minas da Lusitânia, Galiza e Astúrias, os romanos colhiam anualmente o peso de cerca de 20.000 libras (a libra romana valia 327^{gr},45) o que dá mais de 6 toneladas e meia de ouro!

As mais antigas jóias peninsulares datam dos começos da idade do Bronze (3.000 a 2.500 anos a. C.); eram jóias funerárias tendo como características, marcada delgadez, acentuada fragilidade e escassa ornamentação. Dos achados portugueses o A. cita entre outros o diadema da Quinta da Água Branca (Vila

Nova de Cerveira), os brincos da gruta da Ermegeira (Torres Vedras) e o diadema de Balugães (Barcelos) infelizmente desaparecido.

Do período avançado e final da idade do Bronze e início da idade do Ferro, conhecem-se jóias de ouro de grande peso e marcada robustez. Cita alguns colares ou xorcas e braceletes aparecidos em Portugal. Um desses colares ou xorcas aparecido em Évora, e actualmente no Museu de Saint-Germain-en-Laye, pesa 2^{gr},410.

O A. trata a seguir das descobertas da fusão do ouro e sua subsequente fundição, da solda, e do ouro mais duro fundido com mistura de cobre e prata em percentagens variáveis.

Assim o processo primitivo de simples martelagem de pequeno lingote ou pepita de ouro foi profundamente modificado, permitindo obter jóias preciosamente ornamentadas.

Só pelo emprego da soldadura o artista primitivo conseguiu realizar as delicadíssimas jóias de filigrana que aparecem em muitas regiões e nomeadamente na península ibérica.

O «granulado» das antigas jóias constitui uma técnica cujo segredo ainda hoje se desconhece. Têm sido infrutíferas as experiências dos aurífices modernos para conseguir esse «granulado».

Outras técnicas como o estampado, a gravação a buril, o repuxado, o vazado, a esmaltagem e a incrustação ou cravação de pedras, foram usadas pelos antigos aurífices. A todas se refere o A. bem como a espécimens de cada uma delas existentes em museus nacionais e estrangeiros.

Em considerações finais alude ao instrumental de trabalho dos antigos aurífices, que primitivamente seria de pedra, cobre e bronze, e mais tarde de ferro. É de crer, como o A. refere, que esse instrumental primitivo se mantenha, ainda hoje, sem grandes alterações, nos actuais centros filigraneiros do norte de Portugal, em Travassos (Póvoa de Lanhoso) e em Gondomar (Porto).

O A. desde há muito que estuda as jóias da nossa proto-história. Oxalá que um dia possa ser encarregado do estudo de conjunto das mesmas.

S. J.

ÍNDICE DO VOL. XV

	Págs.
OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA — Acerca da cultura do vaso campaniforme em Portugal	5
ABEL VIANA, OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA e JOSÉ FORMOSINHO — Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique	17
ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO — Casas da Maia	55
ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO — Casas de Esposende	73
FERNANDO GALHANO — Da alfaia agrícola portuguesa	85
ABEL VIANA e ANTÓNIO DIAS DE DEUS — Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas	143
O. DA VEIGA FERREIRA e A. RODRIGUES CAVACO — Antiguidades do Lousal (Grândola) — Sepulturas descobertas	190
O. DA VEIGA FERREIRA — Acerca dos monumentos funerários da cultura do vaso campaniforme em Portugal.	203
ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO — Casas de pescadores da Póvoa de Varzim	219
ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO — Casas da Murtosa.	265

V á r i a :

Breve nota preliminar sobre a Antropologia do concelho de Gondomar (ALFREDO ATHAYDE).	97
Duração média de vida na população da época romana no ocidente da Península Ibérica (MARIA FERNÃO COUCEIRO DA COSTA COUTO LOPES).	99
Reuniões do Conselho (JORGE DIAS)	102
A palha do Natal no Concelho de Vila do Conde (ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA)	107
O «Jeu de Toupiote» em Portugal (ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA)	110
Congresso Internacional de Etnografia de Arnhem (E. V. O.)	116
A II Reunião Brasileira de Antropologia (E. V. O.)	123
Renato Almeida (J. D.)	124
Lutuosa (J. D., ABEL VIANA e E. V. O.)	124 e 306
Fíbulas Romanas de Longroiva (ADRIANO VASCO RODRIGUES)	287
A Quinta-feira de Ascensão em Portugal (E. V. O.)	288
O III Documentário dos Usos, Costumes e Tradições Poveiras (E. V. O.)	294
Homenagem ao Sr. Prof. Dr. Mendes Corrêa.	296

Revista bibliográfica — Índice alfabético dos autores :

An Appraisal, 131; Cardoso, 337; Caro Baroja, 135; Cascudo, 136; Cortés Vasquez, 333, 335, 336, 337; Diégues Júnior, 132, 327; Haeckel, Hohenwart-Gerlachstein und Slawik, 311; Herculano de Carvalho, 134; Joset, 325; Kroeber, 131; Mendes Corrêa, 138, 139, 318; Ortiz, 137; Raymond Dart, 315; Scheuermeier, 322; Thompson, 320; Vieira, 311.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

(Antigos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»)

VOL. XV — FASC. 3-4

SUMÁRIO:

ABEL VIANA e ANTÓNIO DIAS DE DEUS:

Notas para o estudo dos dólmens da região de Elvas
(pág. 143).

O. DA VEIGA FERREIRA e A. RODRIGUES CAVACO:

Antiguidades do Lousal (Grândola) — Sepulturas descobertas
(pág. 190).

O. DA VEIGA FERREIRA:

**Acerca dos monumentos funerários da cultura do vaso
campaniforme em Portugal** (pág. 203).

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO:

Casas de pescadores da Póvoa de Varzim (pág. 219).

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO:

Casas da Murtosa (pág. 265).

Vária: — Fibulas Romanas de Longroiva (ADRIANO VASCO RODRIGUES); A Quinta-feira de Ascensão em Portugal (ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA); O III Documentário dos Usos, Costumes e Tradições Poveiras (E. V. O.); Homenagem ao Sr. Prof. Dr. Mendes Corrêa; Lutuosa (E. V. O.) (pág. 287).

Revista bibliográfica: — CARDOSO (337); CORTÉS VASQUEZ (333, 335, 336 e 337); DIÉGUES JÚNIOR (327); JOSET (325); HAECKEL, HOHENWART—GERLACHSTEIN UND SLAWIK (311); MENDES CORRÊA (318); SCHEUERMEIER (322); RAYMOND DART (315); THOMPSON (320); VIEIRA (311).